Vidas ao Léu

trajetórias de exclusão social

Vidas ao Léu

trajetórias de exclusão social

Sarah Escorel

1ª Reimpressão

ISBN: 85-85676-63-9

1ª edição: 1999
1ª reimpressão: 2006

Capa, Projeto Gráfico: *Carlota Rios*

Editoração Eletrônica: *Carlota Rios e Ramon Carlos de Moraes*

Copidesque e Preparação de Originais: *Fernanda Veneu*

Revisão: *Mauro José Rocha do Nascimento*

Catalogação-na-fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca Lincoln de Freitas Filho

E74v Escorel, Sarah
Vidas ao léu: trajeórias de exclusão social./ Sarah Escorel — Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
276p.

1.Ineqüidade social. 2. Pobreza. 3. Isolamento social.

CDD – 20.ed. – 361.1

2006
EDITORA FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036 – 1º andar – sala 112 – Manguinhos
21041-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tels: (21) 3882-9039 e 3882-9041
Telefax: (21) 3882-9006
e-mail: editora@fiocruz.br
http://www.fiocruz.br/editora

Ao sociólogo Herbert de Souza (Betinho),
patrono da indignação

Às minhas meninas – Lara, Nina e Luna

C'est l'histoire d'un homme qui tombe d'un immeuble de cinquante étages. Le mec, au fur et à mesure de sa chute, il se répète sans cesse, pour se rassurer: jusqu'ici tout va bien, jusqu'ici tout va bien, jusqu'ici tout va bien. Mais l'important ce n'est pas la chute, c'est l'atterrissage.
C'est l'histoire d'une société qui tombe et qui, au fur et à mesure de sa chute, se répète sans cesse, pour se rassurer: jusqu'ici tout va bien, jusqu'ici tout va bien, jusqu'ici tout va bien. L'important, ce n'est pas la chute, c'est l'atterrissage.

La Haine, filme de Mathieu Kassovitz. França, 1995.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Morrer é quase nada: o horrível é não viver

Este título eu o tomei emprestado ao clássico romance de Victor Hugo, *Os Miseráveis*. As palavras saíram da boca de Jean Valjean, o criminoso-herói da trama, no seu leito de morte. Na verdade, trata-se de uma frase síntese para se referir ao sofrimento dos despossuídos de uma pujante Paris do século XIX, frente à crueldade dos donos do poder e da riqueza. Continuando a saga de Victor Hugo, Sarah nos brinda com *Vidas ao Léu*, uma das mais bem escritas etnografias sobre o tema da exclusão social. Este termo, gerado no campo semântico referente às questões sociais, freqüenta hoje o discurso político, ético e das pessoas comuns, geralmente para qualificar situações e condições de extrema pobreza, que a consciência e a sensibilidade humana rejeitam. É também empregado como denominação substantiva dos indicadores negativos de qualidade de vida. Nós mesmos, em *Perfil Nacional dos Meninos e Meninas de Rua: os limites da exclusão social* (Minayo et al., 1993), utilizamos a expressão para titular uma situação limite de expropriação, que no Brasil gerou o acirramento do fenômeno que então analisamos. O número espantoso de crianças e adolescentes nas ruas das grandes metrópoles do país teve seu auge de manifestação na primeira metade dos anos 90, chegando a constituir-se até como movimento social de expressão nacional (*sic!*), em uma ironia completa com os direitos de proteção familiar que esse segmento bem merece e com o reconhecimento de direitos de cidadania consagrados pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Embora a questão social da pobreza e da miséria se perpetue no decorrer da história social da humanidade, a noção de *exclusão social* é relativamente nova. Portanto, sua transformação em conceito demanda um grande investimento teórico. Vários autores, através dos tempos, tratam da realidade de privação social. Para ficar só nos dois últimos séculos, podem ser exemplificados o estudo de Marx sobre o *lumpemproletariado*, como resultado das leis de acumulação capitalista (Marx, 1971); a obra de Franz Fanon sobre *Os Deserdados da Terra* (1961) que trata dos extremamente pauperizados no processo de avanço industrial; e o romance de Victor Hugo, *Os Miseráveis,* por meio do qual o autor analisou e retratou a sociedade de seu tempo em todos os níveis, desde as camadas mais altas até os párias que se moviam nos esgotos de Paris. Todos

esses autores são de um realismo cruel e chocante quando refletem a triste realidade que se arrasta e aprofunda como uma chaga e é cada vez mais dolorosa na sociedade em que vivemos.

A título de exemplo, cito o Relatório do Banco Mundial de 1997, em que se constata que atualmente, 25% da população do mundo – significando 1 bilhão e meio de pessoas – vive com menos de 1 dólar por dia. No Brasil, o número dos miseráveis chega a 27,2 milhões de habitantes e na América Latina e Caribe são 91 milhões, correspondendo a 22% da população. O pior é que a expectativa para o futuro é de acirramento desse problema estrutural, pois o Banco faz a projeção de que, em 2015, o planeta tenha 2 bilhões de seres humanos vivendo em tal situação. Ou seja, dados o crescimento demográfico e a condução histórica do capitalismo, uma multidão sem precedentes de seres humanos passou a não fazer parte, antecipadamente, da partilha dos bens sociais e da riqueza gerada pelo desenvolvimento econômico, tecnológico e científico. A esse fenômeno, novo na sua magnitude, se denomina *exclusão social.*

Exclusão social, portanto, é um termo novo, que toma corpo e sentido, ao mesmo tempo em que a globalização, cujo significado se constrói na aceleração da internacionalização do capital; é potencializada pelos avanços tecnológicos da informação, da comunicação e da informática. Nesse processo, mudaram-se as regras do jogo dos processos produtivos e das relações de produção. Trata-se, portanto, de um tema que lida com mudanças qualitativas, em relação aos assuntos semelhantes, tratados pelos autores já citados.

O trabalho de Sarah, desta forma, se configura como o estudo mais importante que se produziu sobre a *exclusão* no País até o momento. Primeiro, a autora pretende e consegue tecer uma reflexão teórica crítica sobre o problema. Ao abordá-lo, complexifica a argumentação, descrevendo e distinguindo o amplo campo semântico no interior do qual o termo se inclui. Em segundo lugar, elabora uma excelente etnografia, sensível e consistente, desvendando a lógica interna dos que vivem em tal condição, fazendo com que a teoria e a prática se articulem consistentemente. É importante assinalar essa integração entre marco conceitual e trabalho de campo, pois é muito freqüente, no meio acadêmico, a dissociação entre esses dois elementos fundamentais para a construção do conhecimento. Sarah trabalha a diacronia e a sincronia do fenômeno, nos âmbitos da família, da rua e do trabalho/labor, ouvindo as histórias de vida de seus entrevistados.

Trata-se, portanto, de um produto científico bem elaborado, sério e consistente, que amplia as fronteiras do conhecimento da lógica interna de vida e de sobrevivência de um segmento significativo da realidade nacional. São 17% da população brasileira que se encontram na condição formal de excluídos. Passamos a usufruir de um relato literário que envolve o leitor na delicadeza da linguagem e na propriedade com que cada questão é tratada. É como se Sarah rendesse um preito, uma homenagem, um reconhecimento a seus quase desco-

nhecidos informantes, proporcionando-lhes um lugar nobre e de distinção, nas páginas do trabalho. Aí, pelo menos aí, sua palavra vale, seus sentimentos existem e sua existência faz sentido.

No livro *A Miséria do Mundo*, organizado por Bourdieu (1998), o autor e sua equipe também tentam colocar, com as próprias palavras dos informantes, a crueldade de sua vida, em um mundo de contrastes entre a ostentação, a riqueza e a sobrevivência que conquistam dia por dia. A construção literária de Bourdieu, porém, conserva a clássica dicotomia que distingue o discurso do senso comum e a interpretação erudita. Sarah, ao contrário, vai tecendo, pouco a pouco, um bordado cujo fio condutor sai de sua mente, mas o desenho e as cores são dados pelos sujeitos da pesquisa. Vai mostrando como os laços habituais com a família e a sociedade vão se rompendo paulatinamente. E como a redução do consumo, o alheamento político, o isolamento social, a redução da vida à sua dimensão do hoje, do aqui e do agora, transformam as pessoas ao seu quase estado de 'pura humanidade'. Aí as mediações institucionais públicas e privadas são subvertidas e reconstruídas. O estudo expressa, também, a exacerbação do medo e das idéias de exclusão moral por parte dos que têm um lar e sua vida organizada convencionalmente, sentimentos que se alimentam das situações de extrema anomicidade. Desta forma, considero que os cientistas sociais que valorizamos as abordagens empíricas ganhamos um presente, uma referência que não poderá ser ignorada, ainda quando não concordarmos com as interpretações elaboradas pela autora.

Porém, *Vidas ao Léu* não é um elogio à estética da pobreza e da miséria. Seu desenrolar leva o leitor a se integrar na trama de uma realidade em que percebe seu destino vinculado à humanidade dos excluídos. Portanto, a estética que a autora apresenta é a da necessidade de transformação social. É a de um movimento que se processa concomitantemente no andar de cima e no de baixo do edifício social, pois todos somos cúmplices e complementares, mesmo que antagônicos. Como este livro deverá ser lido principalmente pelos que não fazem parte do exército dos excluídos e sobretudo pelos que, de alguma forma, podem se integrar nos processos de mudanças, é a esses que dedico este prefácio. Que a contribuição de Sarah e da Editora Fiocruz consiga nos mobilizar contra a maldição do conformismo e da indiferença para construirmos saídas históricas de inclusão. Essa resposta militante nos levará a desmentir a profecia anunciada pelo Banco Mundial, que, em última instância, é o reconhecimento de, que cada vez mais, muitos deverão estar privados das conquistas de bens e riquezas produzidas socialmente, para que muito poucos reafirmem a terrível lei da seleção social.

Maria Cecília de Souza Minayo

Vice-presidente de Ambiente, Informação e Comunicação da Fundação Oswaldo Cruz

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. 1998. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.

FANON, F. 1961. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press Editions.

HUGO,V. 1970. *Os Miseráveis*. Rio de Janeiro: Coleção Ediouro, Editora Tecnoprint.

MARX, K. 1971. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 1°, vol. II, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

APRESENTAÇÃO

À flor da pele

Ando tão à flor da pele
que meu desejo se confunde com a vontade de não ser
Ando tão à flor da pele
que a minha pele tem o fogo do juízo final
um barco sem porto
sem rumo, sem vela
cavalo sem sela
um bicho solto
um cão sem dono
um menino, um bandido
Às vezes me preservo
Noutras suicido
(Zeca Baleiro)

Este livro é uma versão modificada de minha tese de doutorado *Vidas ao Léu: uma etnografia da exclusão social*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na área Estado e Sociedade, da Universidade de Brasília, em 16 de novembro de 1998.

A temática da pobreza está cada vez mais na ordem do dia. As mesmas agências internacionais que impuseram o ajuste das contas públicas realizado às custas dos gastos sociais declaram que a miséria atingiu proporções assustadoras e que é preciso ouvir o grito dos pobres, termos até recentemente restritos à Teologia da Libertação. Lideranças políticas conservadoras que estiveram no poder, ocupando cargos públicos nos governos militares – período em que as condições de pobreza estacionaram e até diminuíram mas as desigualdades sociais agravaram-se acentuadamente – agora ocupam as manchetes dos jornais a denunciar que a situação de miséria do povo brasileiro chegou ao limite. No Congresso Nacional foi constituída uma comissão mista para estudar propostas de combate à pobreza.

Quando fome, miséria e pobreza são temas da agenda pública e recebem atenção de vários segmentos governamentais, empresariais e partidários é preciso dar o crédito ao movimento da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, articulado pelo sociólogo Herbert de Sousa (Betinho) e pelo bispo de Duque de Caxias (RJ), D. Mauro Morelli, pela denúncia da situação dramática de miséria expressa na fome e por catalisar um sentimento de indignação e incitar a solidariedade.

Entrei para o doutorado decidida a estudar os processos de formulação e implementação da política de saúde e de reforma institucional no setor saúde ocorridos no período de transição democrática. Foi estudando a democracia e a consolidação democrática que o tema da pobreza e das desigualdades sociais posicionou-se como eixo central das minhas preocupações, no mesmo ano em que foi denunciado que a fome acometia 32 milhões de brasileiros. Na reflexão teórica sobre a exclusão social, Hannah Arendt, em *Origens do Totalitarismo*, orientou minhas análises. Em seu trabalho magistral, esteio de toda a sua obra – que dificilmente passaria pelos crivos acadêmicos de concisão – a autora percorre os "três pilares do inferno" (anti-semitismo, imperialismo e racismo) que vieram a consolidar um regime totalitário, em um processo multifacetado que atingiu, nos campos de concentração, os limites impensáveis de "tornar permanente o processo de morrer". A filósofa política declarava: "pensei que lidava com uma estrutura cristalizada que eu tinha que quebrar em seus elementos constituintes para poder destruí-la".

Foi pensando na exclusão social como uma estrutura cristalizada que poderia reproduzir essa condição de "tornar permanente o processo de morrer" em regimes não totalitários que decidi estudar o fenômeno na realidade social brasileira contemporânea caracterizada pela convivência entre um regime político democrático e graus acentuados de desigualdades sociais. O objeto de estudo se insere no campo da pobreza urbana e a abordagem procurou articular os condicionantes macroestruturais que desenharam o cenário social e econômico brasileiro (especificando, sempre que possível, o Rio de Janeiro) dos anos 80 até início dos 90, com as condições concretas de existir e sobreviver nas ruas da cidade.

O estudo partiu "em busca de uma categoria", ou seja, começando por rever os termos, noções e conceitos – particularmente marginalidade e *underclass* – utilizados para analisar a pobreza urbana, tanto em sua situação objetiva quanto em sua representação social, em diferentes períodos históricos e contextos sociais. O surgimento do termo e a configuração do conceito de exclusão social na literatura francesa exigiram a discussão sobre a pertinência, o valor e a potência analítica da categoria para analisar a pobreza urbana na sociedade brasileira contemporânea. Tendo como principais referências os trabalhos de Hannah Arendt e de Robert Castel, construiu-se uma abordagem do fenômeno da ex-

clusão social como integrada por processos de vulnerabilidade, fragilização, precariedade e ruptura dos vínculos sociais em cinco dimensões: econômico-ocupacional, sóciofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana (*Exclusão Social: em busca de uma categoria*).

A segunda parte da pesquisa objetivou conhecer os elementos que configuram a materialização de processos de exclusão social nas condições cotidianas de vida de um grupo social considerado, por si só, uma manifestação da existência de pessoa excluídas – os moradores de rua. As estratégias que utilizei para me aproximar do campo de pesquisa, definir o território, recortar o objeto, realizar a própria investigação (observações, contatos e obtenção de depoimentos) e a análise do material obtido na reconstituição do campo de estudo são apresentadas em *Abordagem Metodológica.*

A análise das informações obtidas foi agrupada segundo os elementos estruturantes das trajetórias anteriores de vida dos moradores de rua e os elementos que configuram o seu cotidiano de exclusão: *família, trabalho, rua e movimento.*

Partindo dos motivos alegados para a moradia nas ruas – "problemas familiares" e "desemprego" – buscou-se caracterizar o significado destas expressões, assim como as condições prévias à moradia nas ruas. Nos três capítulos sobre as dimensões da exclusão social, as informações obtidas na pesquisa empírica foram "situadas" no seu significado numérico e no espaço teórico circunscrito pela análise da temática.

O objetivo não foi atingir a causa do processo, mas ir "tirando os véus" que recobrem a complexidade tanto do fenômeno da exclusão social quanto das condições de vida dos moradores de rua. Assim, cada elemento estruturante das trajetórias e das condições de vida dos moradores de rua exigiu um percurso teórico próprio, apresentado em conjunto com algumas informações disponíveis sobre população de rua em capitais brasileiras.

A diversidade de conflitos e desencontros familiares encontrados indicou situações de vulnerabilidades mais abrangentes que atingiam as famílias das classes trabalhadoras pobres abrigadas. O quadro geral de vulnerabilidades e sua incidência diferencial nos integrantes da família de acordo com os papéis na estrutura e as fases do ciclo familiar e, ainda, segundo as reações familiares e individuais às vulnerabilidades, forneceu o pano de fundo tanto do perfil da população de rua quanto dos estereótipos sociais que culpabilizam as famílias pobres pelo destino dos filhos.

A população de rua se distingue entre uma minoria de grupos familiares que está na rua e, a maioria de "homens sós" que andam em grupo, em duplas ou sozinhos, para os quais a família está "à distância" e é apenas uma referência.

Contextualizei as trajetórias de desvinculação sociofamiliar na sociedade brasileira, refletindo sobre o papel que a família desempenha como estrutura de apoio material, solidariedades e referências morais. Na rua ocorrem movimentos de reconstrução de vínculos de tipo familiar por meio dos agrupamentos condicionados pelo espaço urbano que ocupam. Analisei, também, a composição e o tecido relacional interno destes grupos (*Dimensão Sociofamiliar – morador de rua: um homem sem família, um homem só*).

As trajetórias de desvinculação na esfera do trabalho são apresentadas levando-se em conta o panorama nacional e regional do mercado de trabalho. Os ofícios realizados antes da vida nas ruas são caracterizados segundo as vulnerabilidades ocupacionais e de rendimentos, e segundo o suporte identitário. Os processos de desvinculação econômico-ocupacional são analisados em sua configuração tipicamente contemporânea que atinge os países centrais assim como são contextualizados na sociedade brasileira. Feita a distinção entre as atividades do *animal laborans* e do *homo faber*, apresentam-se as estratégias de sobrevivência na rua que associam trabalho (labor) e pedido e conformam a identidade do mendigo (*Trabalho e Rendimentos: supérfluos e desnecessários, os inúteis ao mundo*).

O terceiro pilar constituinte do cotidiano de exclusão social evidenciado nas trajetórias de vida dos moradores de rua está composto pelo espaço em que se desenvolve (a rua) e pelo movimento, a perambulação, o nomadismo característico. Nesta parte do trabalho, analiso as diversas modalidades de resolução das necessidades mínimas que lhes assegurem uma sobrevivência diária (teto, comida, água e esgoto, segurança), área de atuação das entidades assistenciais. Realizando em público as atividades mais privadas do labor, os moradores de rua transgridem os princípios básicos da organização social – que estruturam, em oposição complementar, o domínio da 'casa' ao domínio da 'rua'. As interações sociais estabelecidas com a população de rua no espaço urbano e as marcas que imprimem na existência individual dos moradores de rua são apresentados em *Rua & Movimento: vivendo em público na eternidade do transitório*.

O percurso da pesquisa me conduziu às conclusões que sintetizo definindo a condição de exclusão como a daquele que está "sem lugar no mundo", totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento. Porém, busco, o tempo todo, chamar a atenção para o fato de que esta condição limítrofe, que pode ser verificada empiricamente no cotidiano de pessoas que moram nas ruas da cidade, é parte de uma trajetória composta por situações extremamente vulneráveis. Vidas ao léu são estas trajetórias de pequenas e grandes desvinculações, de laços afetivos frágeis e irregular suporte material, que se revelam nos dois significados que "ao léu" detém: aquele que está a descoberto, sem teto, a céu aber-

to, e aquele que é "sem eira nem beira", que anda ao sabor das circunstâncias e não controla o desenrolar dos acontecimentos. Estas vidas que vemos nas ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro, de pessoas desvinculadas no sentido material e afetivo e marginalizados no sentido simbólico.

A história contada em alguns momentos no filme *La Haine* (O Ódio) – a do sujeito que cai e, para se acalmar, repete que o importante não é a queda, é a aterrissagem – expressa de modo sensível que no percurso até a morte há possibilidades de intervenção, de anteparos individuais e sociais que evitem, interrompam ou amorteçam a queda. Os moradores de rua expressam uma situação de aterrissagem, uma condensação de trajetórias (processos) de exclusão, a cristalização em uma condição (estado) extrema mais permanente. Seus depoimentos mostraram as trajetórias de desvinculação e precarização das condições de vida nas quais não encontraram suporte nem no âmbito privado nem de parte das agências públicas. Os que estavam nas ruas falavam dos pobres abrigados, de famílias de trabalhadores urbanos pobres, grupo social que pagou o preço de todos os projetos governamentais – esperando a repartição do bolo de crescimento econômico na ditadura, penalizado com a inflação galopante da Nova República, pagando o preço das políticas de ajuste e da má gestão das políticas sociais.

Não sei se acontece a todos, mas minha vida tem uma trilha sonora. Desde a adolescência, quando os LPs não vinham com o encarte contendo as letras das músicas, eu passava horas "tirando" as letras. Minhas lembranças e evocações de certos momentos, mais do que datadas, ficaram musicadas. Acho a música popular brasileira uma companheira sensível também quando penso nos problemas de nossa sociedade. Quando ouço certas músicas, sou presa de uma emoção causada tanto pela beleza da criação artística como pelo fato de ver expressas, de maneira tão plena e sintética, as minhas indignações. Não poderia ser diferente: esta tese ganhou trilha sonora.

Os trabalhos das disciplinas que antecederam o projeto de pesquisa já continham suas epígrafes, mas neste, em cada um dos itens, constava uma referência musical. *Gente*, de Caetano Veloso ("gente é para brilhar, não para morrer de fome") era a epígrafe da apresentação. Chico Buarque com seu *Brejo da Cruz* exprimia a relevância do tema ("A novidade que tem no brejo da cruz é a criançada se alimentar de luz (...) mas há milhões desses seres que se disfarçam tão bem, que ninguém pergunta, de onde essa gente vem"). *Coisa Mais Maior de Grande*, também intitulada *Pessoa*, de Gonzaguinha, encabeçava o item relativo ao problema e sua abordagem – alguns pontos de partida ("Enquanto eu acreditar que a pessoa é a coisa mais maior de grande (...) Bonito é que gente é sempre assim, tão diferente de gente, assim como a voz que ecoa não é mais daquele que grita, e essa beleza na dessemelhança me aguça a cabeça, me agita").

Na demarcação do campo, Caetano Veloso voltava com *Fora da Ordem* ("eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem, apenas sei das diversas harmonias possíveis sem juízo final. Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial"). No item sobre metodologia, a epígrafe foi a frase de Hannah Arendt sobre a cristalização dos fenômenos sociais. Mas, nas estratégias de pesquisa, a MPB retornava com *Comida*, de Arnaldo Antunes ("A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte; a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte; a gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé (...) a gente não quer só comer, a gente quer comer e fazer amor"). Arnaldo Antunes ainda se fez presente, em companhia de Cazuza, na introdução da pesquisa de campo com *Milagre/ Misérias* ("Miséria é miséria em qualquer canto, riquezas são diferentes; miséria é miséria em qualquer canto, a morte não causa mais espanto, o sol não causa mais espanto, miséria é miséria em qualquer canto (...) que tempo mais vagabundo esse agora que escolheram prá gente viver?"). E, na segunda página, apresentando o projeto como um todo a letra de *Haiti*, de Caetano Veloso, estava para lembrar que aqui "ninguém é cidadão".

Ao longo da redação, fui incluindo outras músicas na trilha sonora: *A Novidade*, de Herbert Vianna, Bi Ribeiro, João Barone e Gilberto Gil ("Ó mundo tão desigual, tudo é tão desigual, de um lado este carnaval, de outro a fome total"), *Volte para o seu Lar*, também de Arnaldo Antunes ("aqui nesta casa ninguém quer a sua boa educação, nos dias que tem comida, comemos comida com a mão"), Noel Rosa, evocando o mendigo de antigamente em *João Ninguém*, Milton Nascimento e Chico Buarque em *Levantados do Chão* registrando o movimento pela reforma agrária, mais recentemente Gabriel Pensador e os Racionais MCs que minha filha sugeriu... Na correria para concluir a tese, somente esta apresentação e o capítulo da família (Beatles) receberam as epígrafes musicais.

A música escolhida para esta apresentação evoca o processo de elaboração da tese e a situação de vida de quem mora nas ruas da cidade. A tese foi toda realizada assim, à flor da pele. Por motivos particulares e pelo assunto escolhido, desde a defesa do projeto até o momento da perspectiva de um ponto final, fui prisioneira de uma sensibilidade extrema, de uma angústia depressiva, de um sentimento de impotência que me paralisava e que, a cada passo, tinha de vencer, como se tentasse atravessar um oceano em ressaca que me levava, alquebrada, de volta à areia. Quis desistir, parar, abandonar a pesquisa. Isso significou um esforço intelectual mas sobretudo um imenso desgaste emocional. Manter uma postura objetiva de pesquisadora sem perder a sensibilidade foi extremamente difícil. Em um movimento pendular entre a coragem e a covardia para encarar (e analisar) atravessei três longos anos. Percorri esse trajeto à flor da pele... E a situação que analisei pode ser considerada como uma ferida, uma

parte da sociedade "em carne viva" – as conseqüências objetivas e cotidianas na vida das pessoas dos modelos de desenvolvimento concentradores e injustos adotados nas últimas décadas que reduzem drástica e dramaticamente o campo de possibilidades nas quais podem se movimentar e usufruir das riquezas produzidas e dos conhecimentos alcançados.

Acho que é possível atenuar e mesmo restringir muito as práticas de exclusão social. Não é preciso inventar mais nada, é preciso agir. Considero que a erradicação da miséria, a mobilização contra a indiferença e o combate às práticas sociais excludentes são responsabilidade do governo e da sociedade. Por estes motivos, vejo este livro como a minha contribuição aos esforços realizados por diversos autores de analisar a realidade social brasileira contemporânea.

Registro meus agradecimentos a todos que contribuíram para a elaboração e defesa da tese e para a publicação do livro. À Fundação Oswaldo Cruz e à Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) pela possibilidade de realizar o doutoramento; em particular, à equipe do Núcleo de Estudos Político-Sociais em Saúde (Nupes) pelo apoio e compreensão mais do que companheira, fraternal. Ao corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) pela acolhida simpática e competente a esta "estrangeira"; em particular, ao professor Elimar Pinheiro do Nascimento, que aceitou me orientar. À Capes, pela bolsa de estudos.

Aos que me deram acesso às informações: Ana Lúcia Martins, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), Comunidade Evangélica de Jesus, Pequeninos de Jesus, Urbandata, Rosângela Faria Rangel, bem como meus livreiros prediletos George Gould e Milena P. Duchiade da *Leonardo da Vinci*. Aos que me ouviram, deram dicas e ajudaram a levar o trabalho adiante nos "longos e tenebrosos invernos": Ana Quiroga Fausto Neto, Cecília Minayo, Luiz Antônio Machado, Delma Pessanha Neves e Regina Novaes. A Ernesto Aranha Andrade, que me ajudou a superar momentos difíceis na pesquisa com sua companhia nas visitas e contatos realizados. A Letícia Campos e Silvia Escorel pelas versões do resumo. Aos integrantes da banca examinadora – Maria Cecília de Souza Minayo, Barbara Freitag Rouanet, Luiz Antônio Machado da Silva e Marcel Bursztyn –, também composta pelo orientador, pelas contribuições valiosas e pelo diálogo enriquecedor.

Aos que me deram depoimentos e entrevistas, mais do que agradecer (que não lhes adianta de nada mesmo...), gostaria de colaborar nas perspectivas.

Às minhas feiticeiras (no melhor sentido de Avalon): Vilma Couto e Silva (feiticeira-mor), Silvia Sangirardi (*in memoriam*), Fernanda Vieira e Tiana Dias Machado; e, aos que traduzem para o cotidiano o "*with a little help from my friends*": Celinha Almeida (pela borboleta), Marina de Mello e Souza, Silvia Escorel, Bia Braga, Eduardo Oliveira dos Santos e Vina Dias Januário. Às minhas filhas Lara, Nina e Luna, pela graça da vida. À "grande família" que me dá um lugar no mundo. Aos meus pais, Lauro e Sarah Escorel de Moraes, referências primeiras, primordiais e permanentes de como viver neste mundo.

1

EXCLUSÃO SOCIAL: em busca de uma categoria

'Exclusão social' é uma expressão cada vez mais utilizada por governantes, jornalistas, políticos e estudiosos. É tema de conferências, congressos, livros e trabalhos. Pode designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito.

Quando um termo pode designar muitos fenômenos, acaba por não caracterizar fenômeno algum. Para considerar a exclusão social como uma categoria que possibilite compreender e analisar a pobreza urbana, é preciso discutir esse conceito à luz de outros utilizados para nomear e estudar o fenômeno, perguntando até que ponto há alguma novidade no cenário da sociedade. Caso haja alguma inovação, haverá a exigência da utilização de novas e/ou diferenciadas categorias. O uso de termos, conceitos e categorias não é impune; revela as representações sociais existentes e a abordagem do pesquisador e, sobretudo, "as identidades sociais criadas pelo poder simbólico da nomeação, que confere uma existência social, que atribui um modo de ser em sociedade aos indivíduos, grupos ou classes" (Bourdieu apud Telles, 1992a).

Nesse processo analítico será necessário diferenciar entre "termos", "noções", "conceitos" e "categorias". Os termos, ou as simples palavras, sempre são revestidos de significados; porém, emergindo do vocabulário ordinário, oriundos do senso comum, guardam uma coerência interna ao emissor, revelam elementos do seu universo simbólico individual, mas não permitem evidenciar nem uma teoria nem os elementos constituintes de um processo de conhecimento. As noções, por sua vez, podem constituir os elementos iniciais de um processo de conhecimento, pois

> são aqueles elementos de uma teoria que não apresentam clareza suficiente e são usados como 'imagens' na explicação do real. Por conceitos entendemos as unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria; representam as vigas mestras de toda construção teórica (...) um caminho de ordenação da realidade. E, por categorias entendemos os conceitos mais importantes de uma teoria. (Minayo, 1992)

Eis, então, o caminho a percorrer: estabelecer os contornos da imagem para conseguir caracterizá-la como um conceito que oriente a compreensão da realidade, conferindo-lhe um estatuto de categoria na análise do fenômeno da pobreza urbana no Brasil contemporâneo.

A noção 'exclusão social' e, posteriormente, o trabalho conceitual e empírico sobre a questão social tiveram origem e alcançaram seu maior desenvolvimento em solo francês, de onde provém a maior parte da bibliografia sobre o assunto. Isso implica discutir a pertinência e validade analítica na utilização da categoria em outra realidade social e conduz a que os dois contextos sociais sejam constantemente cotejados – mesmo sem o propósito comparativo.

Esta é uma parte árida do trabalho e que encerra um risco: mergulhando nas palavras, noções, conceitos ou categorias, perder de vista os seres humanos e suas condições de vida cotidianas. Nessa hora em que escrevo e busco elucidar os termos empregados, conferir-lhes estatutos teóricos, onde andam meus entrevistados? Tomaram café? Estão de ressaca? Vão lavar a roupa na Praia de Botafogo? Brigaram ontem à noite, estão machucados, feridos? Saíram para garimpar, apareceu algum serviço, têm dinheiro no bolso? Estão deprimidos ou animados? Que dia os espera? Está chovendo? Encontraram abrigo, estão agasalhados? O risco da (necessária) busca de precisão conceitual é acabar erguendo um muro suficientemente alto que impossibilite visualizar a realidade vivida e sentida cotidianamente pelos excluídos e, invertendo as prioridades, conduzir a um trajeto onde já não teria importância de quem estamos falando e sim o que estamos falando, processo que não deixa de ser uma forma de transformar seres humanos em objetos.

DESIGUALDADE E POBREZA

A desigualdade parece ser inerente a qualquer sociedade, tradicional ou moderna, hierárquica ou democrática, feudal ou capitalista. Revela como é realizada a distribuição de riquezas em um determinado contexto histórico-social e, por sua vez, possibilita identificar os valores sociais que orientam essa distribuição.

Os seres humanos não são iguais, são diferentes entre si, ou melhor, são únicos: "a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir" (Arendt, 1991). A igualdade não é inata, característica de uma 'natureza' humana; é o produto da ação dos homens em sociedade e, portanto, não é constituinte da esfera privada, muito

menos do âmbito da personalidade individual; é uma categoria da esfera pública. As sociedades diferem entre si e no tempo em relação à adoção da igualdade como valor das interações sociais ou como critério de distribuição, segundo a sua concretização ou não, segundo seu grau ou intensidade e segundo os âmbitos de sua prevalência na vida social.

As modalidades e os mecanismos mediante os quais são distribuídos bens e recursos escassos estruturam a sociedade, atribuindo posições diferenciadas relativas aos indivíduos e grupos quanto ao acesso aos bens, e também quanto a uma escala de valores mediante a qual esses lugares sociais são avaliados. Em uma dada sociedade há que se analisar, em determinados contextos históricos, qual o fato fundamental que está na origem da estrutura de posições e papéis sociais (propriedade da terra, artes militares, meios de produção, trabalho etc.). As estratificações sociais podem ser diferenciadas também pelo modo como os indivíduos são destinados aos diversos papéis sociais (mecanismos de natureza adscritiva ou de natureza aquisitiva) e pelas possibilidades ou empecilhos, de natureza objetiva e subjetiva, que os indivíduos encontram para mudar de lugar social, ou seja, pela dinâmica interna de mobilidade social (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1991).

As três dimensões essenciais do processo de estratificação são a riqueza, o prestígio e o poder. Nas sociedades ocidentais e modernas, ou melhor, no modo de produção capitalista, os fatores que orientam a estratificação são a propriedade dos meios de produção e a divisão social do trabalho, conformando um sistema de classes sociais. As classes sociais são estabelecidas a partir de um sistema de relações distribuídas em uma escala de acesso às riquezas e de valores (não-unívocas) que lhes atribui determinadas posições sociais. Nesse sentido, a desigualdade social é um conceito relativo, assim como os estatutos que adscreve (riqueza, pobreza e média) são estabelecidos uns em relação aos outros. A pobreza relativa, a desigualdade, é a falta de recursos ou de consumo em relação a padrões usuais ou aprovados do que é considerado essencial, pela sociedade, para uma vida digna. A pobreza absoluta significa não ter acesso aos bens e serviços essenciais, é o afastamento de um mínimo necessário à manutenção da sobrevivência física de um indivíduo.

Em uma dada formação social, contextualizada espacial e historicamente, convivem classes e frações de classes, grupos sociais, que guardam certa homogeneidade interna média em relação ao seu acesso às riquezas nacionais. Essa homogeneidade é um parâmetro operacional para a mensuração da pobreza e da desigualdade social, mas não permite desvendar as condições e dificuldades individuais ou familiares cotidianas de acesso aos bens e serviços na medida em que na experiência diária interferem múltiplos fatores condicionantes e determinantes.

Os indicadores mais utilizados para medir a desigualdade social em relação à distribuição de renda são os índices de Gini e de Theil,[1] a proporção de renda apropriada por estratos e a relação entre os rendimentos médios dos estratos mais pobres e dos mais ricos. Os relatórios sobre desenvolvimento humano têm comparado a distribuição percentual da renda familiar por seis estratos centis: 20% de renda inferior (extremamente pobres), 20% pobres, 20% de classe média baixa, 20% de classe média, 20% de classe média alta – neste último, destacando-se os 10% dos ricos.

A desigualdade social tem sido uma das características predominantes no desenvolvimento histórico do Brasil, mesmo considerando apenas o período republicano. Os âmbitos regionais e rurais da desigualdade social nunca foram superados e o desenvolvimento industrial concentrador não conseguiu relegá-la a um passado. Ainda que os discursos governamentais enfatizassem a idéia de que a desigualdade era residual e transitória, ou apelassem para sacrifícios temporários ("esperar o bolo crescer para depois reparti-lo"), ao longo das últimas décadas sempre foram as camadas mais pobres as que viram seu futuro de renda e consumo cada vez mais longínquo. A situação agravou-se enormemente a partir das crises econômicas dos anos 70 e 80 e, na década de 90, o Brasil foi classificado por organismos das Nações Unidas como um dos países de maior desigualdade social.

O Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud),[2] disponível a partir de 1990, situou o Brasil (com um IDH de 0,730) em 70º lugar entre 173 países encabeçados pelo Japão, que apresentou um IDH de 0,983. Em 1992, quando o Canadá apresentou o IDH mais elevado (0,932) – valor inferior ao do Japão em 1990 – ocorreu uma melhoria do IDH no Brasil (0,756), que passou a ocupar a 63ª posição.[3] Apesar da intensa desigualdade no Brasil entre 1960 e 1980, ocorreram períodos com altas taxas de crescimento econômico,[4] elevação do PIB e aumento da renda nacional indicando a prevalência de um padrão de desenvol-

---

1 Ambos variam de zero, quando todas as pessoas têm a mesma renda, até 1-1/n, quando uma única pessoa se apropria de toda a renda. O índice de Gini é mais utilizado e compara a proporção do rendimento total auferido por uma parcela da população em relação ao peso relativo dessa parcela no conjunto da população. O índice de Theil é mais sensível ao que ocorre com as rendas relativamente mais elevadas (Duchiade, 1995; Hoffmann, 1990).

2 O Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) visa mensurar as condições de se desfrutar uma vida longa e saudável, de se adquirir conhecimentos, e de se ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente (rendimentos, poder aquisitivo real). As faixas de classificação são: IDH alto até 0,800, IDH médio entre 0,500 e 0,800 e IDH baixo quando inferior a 0,500 (Pnud, 1996).

3 O relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil de 1996 refere para 1991 um IDH de 0,797 (Pnud, 1996).

4 A taxa média de crescimento anual do PIB entre 1965 e 1980 foi de 8,8% e, entre 1980 e 1988 foi de 2,9 a.a. (Banco Mundial, 1990).

vimento social e de mecanismos econômicos que estruturam uma desigualdade ligada à dinâmica de crescimento.

Desde a década de 60, a desigualdade cresceu continuamente e a evolução da pobreza acompanhou os ciclos econômicos de curto prazo. Entre 1980 e 1990, ocorreu um nítido aumento do grau de desigualdade com alto índice de concentração nos estratos superiores da distribuição (Pnud, 1996).

Alguns dados falam por si:

Tabela 1 - Participação na renda (%) e coeficiente de Gini

Anos	20% mais ricos	50% mais pobres	Coef. de Gini
1960	54	18	0,500
1970	62	15	0,562
1980	63	14	0,581
1990	65	12	0,618[5]

Fontes: Pnud, 1996; Duchiade, 1995.

Em 1992, o Brasil apresentava uma razão de 32,1 vezes entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres. No mesmo ano, a concentração de renda era da ordem de: 7,5 vezes na França, 6 vezes na Itália, 4,4 vezes na Espanha e 15,5 vezes na Colômbia (Pnud, 1994). Em 1989, apenas 7,4% do rendimento total cabiam a 40% das famílias mais pobres enquanto, no outro extremo, 14,4% do rendimento total ficou com 1% das famílias brasileiras. Ao longo da década de 80, a parcela reservada aos 10% mais pobres não passou de 1%, ao passo que os 10% mais ricos aumentaram sua participação de 44,9% do rendimento total em 1981, para 48,1% em 1990 (Duchiade, 1995). Nesta década, os 10% mais ricos aumentaram sua participação no conjunto da riqueza nacional e a concentração de renda cresceu também no interior desse grupo: os 5% mais ricos subiram sua participação de 31,9% em 1980 para 34,4% em 1990, e o estrato de 1% mais rico aumentou sua participação de 12,1% para 13,9% entre 1981 e 1991 (Tavares & Monteiro, 1994). No Brasil, em 1989, o rendimento médio do 1% mais rico era 230 vezes maior do que o rendimento médio dos 10% mais pobres (Sabóia, 1993).

O acesso diferenciado dos grupos sociais é apresentado através de estratos populacionais de rendimentos cuja unidade de medida pode ser uma moeda estável como o dólar americano ou um parâmetro nacional como o salário

[5] Dado de 1989 (Duchiade, 1995).

mínimo, enquanto o denominador é variado: população economicamente ativa, famílias, indivíduos, domicílios etc. Em geral, o conjunto da população é subdividido em cinco ou seis estratos de renda, aos quais são atribuídos letras (classes de A a E) ou nomes. A última fração, aquela que relativamente tem menor acesso à riqueza nacional, é chamada de "baixa renda".[6]

Tradicionalmente têm sido utilizados dois métodos para a mensuração da pobreza: o método direto, que estabelece um padrão de consumo (necessidades básicas), e o método indireto, no qual o parâmetro adotado é relativo aos rendimentos. Ambos podem ser criticados, seja porque as necessidades básicas de consumo diferem entre regiões do país e mesmo entre famílias ou indivíduos, seja porque os rendimentos não constituem o conjunto dos meios de sobrevivência de que a família ou o indivíduo podem dispor. Além do arbítrio do pesquisador que define o patamar limítrofe da carência, os dois métodos não incorporam a complexidade e a heterogeneidade da pobreza.

No interior de um conjunto populacional/territorial são demarcadas as linhas de pobreza e de indigência através de unidades de medida que podem variar, porém giram em torno dos suprimentos alimentares. As linhas delimitam os indivíduos (ou famílias ou População Economicamente Ativa – PEA – etc.) situados abaixo delas como pobres e indigentes (muito pobres). A linha da indigência demarca valores *per capita* que cobrem apenas gastos com a alimentação e a linha de pobreza indica valores *per capita* para fazer face a todas as necessidades básicas, alimentares e não-alimentares (Lopes, 1992). Segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), são consideradas pobres as famílias com renda inferior ao custo de duas cestas básicas de alimentação, e indigentes aquelas cuja renda não é suficiente nem para a aquisição de uma cesta (Simões Jr., 1992).

Sônia Rocha (1994, 1995) trabalha com linhas de pobreza e indigência, em percentuais do salário mínimo, que refletem uma estrutura de consumo levando em conta os diferenciais regionais no custo de vida para os pobres e indigentes. Considera que a linha da pobreza demarca aqueles que não dispõem dos meios para atender às necessidades de alimentação, dados os custos de requerimentos nutricionais associados à estrutura de consumo alimentar habitual, nem às demais necessidades de vestuário, educação, despesas pessoais, habitação etc., ao passo que a linha de indigência limita aqueles que são incapazes de

[6] Em 1997, o instituto de pesquisa Datafolha apresentou os resultados de seus levantamentos sobre condições de vida utilizando a seguinte classificação: elite, batalhadores, remediados, decadentes e excluídos. O grupo dos excluídos, pessoas que estão à margem de qualquer meio de ascensão social, corresponde a 59% da população brasileira. No segmento dos excluídos a idade média é de 38,2 anos e 56% são brancos, 86% não passaram do primeiro grau, 97% ganham menos de 10 salários mínimos, 19% fazem 'bicos', 16% são assalariados com carteira assinada, 15% são donas de casa, 10% são aposentados, e, segundo a posse de bens de consumo, 43% estão na classe D e 38% estão na classe E. (*Folha de S. Paulo*, 13 de julho de 1997).

atender sequer às necessidades alimentares. E, considerando-se que a pobreza relativa à insuficiência de renda é agravada pela carência de serviços urbanos básicos, subdivide os grupos segundo sua localização rural, urbana e metropolitana e, ainda, entre núcleo e periferia das regiões metropolitanas.

Não importam os fatores que conduziram às situações classificadas como tais; são taxas que indicam resultados similares em termos de rendimento e consumo oriundos de processos variados. Para superar falsas homogeneidades dos grupos e apreender o aspecto multifacetado da pobreza, os pesquisadores incorporam uma série de outras taxas que avaliam as formas de acesso a bens e serviços essenciais (habitação, saúde, educação etc.) e, também, indicadores que mensurem a regularidade ou irregularidade das rendas (Troyano, Hoffmann & Ferreira, 1990). O tamanho médio do domicílio, a concentração de crianças entre zero e três anos, a etnia e o sexo do chefe de família, o número de dependentes por pessoa ocupada, as características físicas do domicílio, o nível educacional do chefe de família são também levados em consideração na avaliação do grau de vulnerabilidade à pobreza e à indigência das famílias (a probabilidade de ser pobre).

As ocupações ganham destaque especial na delimitação do contingente populacional pobre e na sua configuração interna, seja em relação ao setor econômico e à sua formalização, seja na mensuração dos rendimentos e identificação de "ocupações pauperizadas" (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990). Outros autores destacam o grau de rotatividade, a instabilidade e precariedade do trabalho e sua relação com a qualificação do trabalhador (Hirata & Humphrey, 1992)

Juarez Brandão Lopes (1992) busca separar os componentes da pobreza entre uma pobreza estrutural e uma condição pauperizada mais recente (conjuntural), através do cruzamento do nível de pobreza segundo os rendimentos dos domicílios com o eixo da satisfação ou não das necessidades básicas dos domicílios. O eixo dos rendimentos situa os domicílios em três estratos: indigentes, pobres não-indigentes e não-pobres. O eixo das necessidades básicas separaria os domicílios cuja situação de indigência ou pobreza é mais duradoura, crônica, estrutural, com necessidades básicas insatisfeitas (NBI) daqueles em que a situação decorre de condições economicamente difíceis, mais recentes, talvez passageiras, e que têm as necessidades básicas satisfeitas (NBS). Nesse cruzamento o autor desenha quatro situações: os dois extremos constituídos por domicílios não-pobres e com NBS (não-pobres – 60,3% dos domicílios em 1989) e por domicílios indigentes com NBI (12,27% de pobres estruturais). As situações intermediárias indicam mobilidade ascendente ou descendente recentes: domicílios pobres não-indigentes com NBS (21,27% de pobres recentes) e domicílios pobres não-indigentes com NBI (6,15% de pobres por NBI recente).

No Brasil urbano de 1989, a pobreza atingia um terço do total de domicílios: 8,6 milhões de domicílios, dos quais 2,8 milhões estavam no nível de indigência e 5,8 milhões eram domicílios pobres não-indigentes. Os domicílios pobres eram habitados por 41,6 milhões de pessoas, quase 40% do total da população urbana (14,2% indigentes e 24,7% pobres não-indigentes); 52% das crianças de zero a três anos habitavam nesses domicílios.

Tabela 2 - Probabilidade de pobreza (%) segundo as regiões. Brasil, 1989

Regiões	Probabilidade de pobreza (%)
Sul	25
Sudeste	32
Norte e Centro-Oeste	49
Nordeste	60

Fonte: Lopes, 1992

A proporção de pobres no Brasil, incluindo populações urbanas e rurais, apresentou uma evolução decrescente entre 1960 e 1980: em 1960, 41,4% da população brasileira eram considerados pobres, em 1970 a taxa foi de 39,3%, e em 1980 foi de 24,4%. Em 1983, sob intensa recessão econômica a taxa de pobreza cresceu apresentando valores superiores aos da década de 60 (41,9%) mas, em 1986, sob os efeitos efêmeros da recuperação econômica (Plano Cruzado), voltou a diminuir (28,4%), embora esse patamar fosse superior ao verificado no início da década. Ao final da década de 80, com a escalada da inflação e a instabilidade da situação econômica, o percentual de pobres apresentou, novamente, uma tendência de crescimento: em 1987 era de 35,9% e, em 1988, de 39,3%, valor igual ao da década de 70. Os estudiosos do assunto afirmam que, ao longo da década como um todo, não ocorreu agravamento da pobreza e da indigência no Brasil: os pobres passaram de 34% em 1981 para 30% em 1990 e os indigentes de 14% para 12%, significando, em números absolutos, em 1990, cerca de 42 milhões de pessoas pobres e 16,6 milhões de pessoas indigentes.

Embora ao longo da década de 80 as taxas de pobreza e indigência permanecessem estáveis, flutuando em função dos ciclos econômicos de curto prazo, a sua configuração modificou-se: a um núcleo estável de pobreza-indigente rural e intensamente concentrado nas regiões Norte e Nordeste, associou-se um importante componente urbano, particularmente metropolitano, acompanhando, em geral, o respectivo padrão regional de pobreza. Em 1981, os pobres concentrados nas nove regiões metropolitanas significavam 26,4%

do total de pobres brasileiros e, em 1990, passaram a constituir 29%; os indigentes metropolitanos, que formavam 17% do total de indigentes brasileiros em 1981, significavam 20,6% em 1990. Em números absolutos, mais de 50% dos pobres metropolitanos concentram-se no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A pobreza metropolitana comporta especificidades: a economia é essencialmente monetária, os vínculos sociais de solidariedade e dependência, principalmente familiares, são mais tênues; a sua localização e segregação no espaço metropolitano – periferização – agrava o déficit de renda com carência de serviços urbanos; a densidade populacional é elevada e a convivência com diferenças e contrastes extremos de consumo e condições de vida geram tensões sociais e inconformismo com as condições de pobreza e desigualdade.

As regiões metropolitanas tiveram, ao longo da década de 80, evoluções diferenciadas, destacando-se o agravamento inequívoco da pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Em 1981, esta região apresentava um índice de Gini (0,552) inferior ao do Brasil (0,564), e em 1989 era superior (0,641) ao patamar nacional (0,630), situando-se em níveis similares aos das regiões metropolitanas de Salvador e Recife (Sabóia, 1993).

Tabela 3 - Probabilidade de pobreza (%) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no Brasil. 1981-1989

Anos	RMRJ	Brasil
1981	27,2	29,1
1983	34,7	38,2
1986	23,2	22,8
1989	32,5	27,9

Fonte: Rocha, apud Lopes, 1992

Em 1990, 33% da população total da Região Metropolitana do Rio (3,2 milhões) eram pobres, distribuídos 25% no núcleo e 41% na periferia metropolitana. Segundo Sônia Rocha, esta região apresentava "níveis nordestinos" quanto a carência de infra-estrutura de saneamento, sendo os déficits na periferia mais elevados tanto para os pobres quanto para os não-pobres: 45% dos pobres na periferia e 10% dos pobres no núcleo não tinham acesso à rede geral de água; 35% dos pobres na periferia e 16% dos pobres no núcleo não tinham esgoto sanitário adequado (Rocha, 1994). Em 1981, o rendimento médio do grupo 1% mais rico era 115 vezes o rendimento médio do grupo dos 10% mais pobres e essa razão, em 1989, elevou-se para cerca de duzentas vezes. O percentual de

indivíduos cujos ingressos eram menores que metade do salário mínimo passou de 24,1%, em 1981, para 26,8% em 1989. No mesmo período, o percentual de famílias pobres cresceu de 19,1% para 22,7% e o de domicílios pobres elevou-se de 17,6% para 20,5% (Sabóia, 1993).

Na medida em que o grau de pobreza é obtido a partir da distribuição de renda pela PEA ou entre famílias, mudanças em suas composições interferem diretamente no indicador obtido. A partir da década de 70, foram observadas modificações nesses dois sentidos no Rio de Janeiro: o aumento de participação das mulheres na PEA e a diminuição do número médio de pessoas por família. Também foram observadas a diminuição do ritmo de urbanização assim como melhoria dos indicadores sociais, em particular, a elevação da escolaridade. Entretanto, essas mudanças positivas não tiveram efeitos sobre a desigualdade: o distanciamento entre os extremos de rendimentos aumentou dando seqüência ao processo de concentração de renda observado em décadas anteriores (Valladares & Batista, 1993).

Desigualdade e pobreza são processos dependentes porque interagem; o comportamento de uma reforça o desempenho da outra. Um aumento de desigualdade, na maioria das vezes, implica aumento da pobreza. Mas a diminuição da desigualdade não garante uma melhora nos indicadores de pobreza, podendo ocorrer uma redistribuição de renda entre os setores mais ricos (Prates, 1990). Em estudo sobre o estado de São Paulo foram observados os seguintes movimentos: na década de 60 ocorreu um aumento moderado da renda média, um aumento intenso da desigualdade e aumento do grau de pobreza absoluta. Na década de 70 a desigualdade ficou estabilizada, ocorreu um aumento grande da renda média e diminuição substancial do grau de pobreza absoluta. Na década de 80 a desigualdade voltou a permanecer relativamente estável, porém a taxa de pobreza absoluta era superior à verificada em 1979. Como observado pelo próprio autor, a redução do grau de pobreza é perfeitamente compatível com o empobrecimento de grupos específicos da população (Hoffmann, 1990).

Todos os indicadores e informações mencionados são as mensurações possíveis e disponíveis de um conjunto heterogêneo de famílias e indivíduos que encontram-se em situações diferenciadas de vulnerabilidade. A pobreza em seu conjunto comporta uma 'franja de vulnerabilidade' limítrofe entre a pobreza e a indigência (em processo de pauperização), além da própria situação extrema de indigência. Essas faixas contíguas variam de densidade populacional mas também os patamares variam em profundidade: se a taxa de pobreza indica uma estabilidade (em patamares elevados de 30%) o grau de desigualdade na sociedade brasileira aumentou continuamente na última década.

A metropolização da pobreza, a sedimentação de uma camada de pobres estruturais, a acentuação da desigualdade entre as regiões do País e a concentra-

ção de renda nos estratos superiores de rendimentos, caracterizam um padrão contemporâneo de pobreza e desigualdades. Em contraposição a um padrão 'tradicional', que prevaleceu até a década de 60 – quando as taxas de pobreza e indigência eram mais elevadas e localizadas nas zonas rurais, no setor informal urbano e na Região Nordeste – o padrão 'contemporâneo', que foi conformado ao longo da década de 80 e é evidenciado na primeira metade da década de 90, caracteriza-se por ser metropolitano, atingindo o setor formal do mercado de trabalho e, em números absolutos, concentrado na região Sudeste (eixo Rio-São Paulo). A mudança de configuração do quadro geral da pobreza ampliou a visibilidade do fenômeno e interferiu nas representações sociais.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA

Não é só com números que se fala de pobreza. Para além da dimensão econômica e dos estratos de rendimentos que conferem objetividade à situação de pobreza, a condição de ser pobre é estudada nas suas representações sociais,[7] nas identidades e estereótipos imputados, nos atributos associados, no acesso à cidadania, nos modos de vida e culturas, nas características psicológicas etc. Assim, as noções que designam a pobreza podem ser analisadas através de cronologias e topografias que evidenciam emergências e mudanças nos conceitos e seus significados, como parte do universo simbólico de cada sociedade em determinados contextos históricos.

De forma esquemática e sintética podem ser destacados alguns marcos na evolução histórica da percepção da pobreza. Com a reforma protestante os sofrimentos oriundos da pobreza perderam seus sentidos religioso e de redenção. Ao contrário do catolicismo, que acenava para os pobres com sua primazia na entrada do reino de Deus, a ética protestante considerava a riqueza no mundo terreno um sinal divino e uma obrigação espiritual. Nessa passagem há a perda do valor espiritual superior concedido à pobreza, o qual fazia dela o modo de vida dos bem-aventurados, eleitos ou bons, assim como há um corte na concepção paternalista tradicional da caridade privada que deixa de redimir quem a realiza (Zaluar, 1994a, 1994b). A noção de pobreza, que inspirava inclusive a criação de ordens mendicantes, foi substituída por outra mais mundana que orientava a caridade segundo a capacidade e aptidão dos homens no trabalho.

---

[7] "Definidas nas ciências sociais como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a, as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos, condutas e se institucionalizam (...). Não conformam a realidade e seria ilusão tomá-las como unidades científicas, mas constituem matéria-prima para a análise do social, (...) pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade" (Minayo, 1994).

Essa mudança de eixo significou, antes mesmo da Revolução Industrial e sua demanda crescente por mão-de-obra, uma classificação no interior da população pobre entre inválidos e incapazes, que eram desonerados da obrigação de trabalhar e mereciam proteção e caridade, e aqueles que não mereciam ajuda – pelo contrário –, pois, mesmo sem sofrerem de qualquer doença física ou mental, e mesmo estando em condições de trabalhar, 'preferiam' não trabalhar e 'viver a esmo'. Emerge, no contexto das sociedades pré-industriais, a figura do vagabundo, o 'desvinculado por excelência', e os esforços para erradicar a vagabundagem mostram bem a importância decisiva dessa questão (Castel, 1995).

A Revolução Industrial e a implantação definitiva e dominante do modo de produção capitalista encontraram respaldo nas mudanças de representação social da pobreza para estabelecer regulamentos e normas punitivas e criminalizantes. A pobreza era considerada como um castigo 'natural' da preguiça na medida em que existiam necessidades crescentes de mão-de-obra, e a recusa em integrar a força de trabalho explorada extensivamente deveria ser penalizada para não vir a constituir-se em 'mau exemplo'. Datam dessa época as tenebrosas *workhouses*, descritas por Engels, nas quais os trabalhadores perdiam seus direitos civis e eram submetidos a condições de vida tão precárias que muitos preferiam morrer às suas portas do que nelas ingressar. Porém, o que caracterizou o período não foi propriamente uma mudança nas representações sociais da pobreza e sim a sua própria configuração: por um lado, o pauperismo e a miserabilidade da classe trabalhadora urbana e, por outro, a configuração do que Marx denominou lumpemproletariado.

As lutas sociais da segunda metade do século XIX na Europa e a organização dos movimentos de trabalhadores promoveram o surgimento no cenário político das questões das condições de vida e de trabalho, pressionando os governos a adotarem legislações protetoras. A pobreza seria superada pela inserção no mundo do trabalho, agora mais cauteloso em sua exploração. As ações públicas de proteção social foram dirigidas especificamente aos trabalhadores inseridos, destinando a assistência social aos comprovadamente inválidos. A evolução posterior, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, com a configuração de Estados de Bem Estar Social, sedimentou a passagem de uma concepção de responsabilidade individual da pobreza para uma responsabilidade de caráter coletivo e social (cidadania). O desenvolvimento econômico era a resposta para a sua atenuação e superação, e os direitos sociais constituíam os instrumentos que respaldavam os trabalhadores, a parte mais frágil nas relações de mercado. Os que ficavam fora das relações dominantes eram poucos e continuavam sendo classificados como inválidos, pobres merecedores de uma atenção especial, ou como portadores de 'deficiências' morais, na medida em que, sendo capazes e tendo possibilidades de trabalhar, 'não cumpriam com sua obrigação'. Essa era a visão da penúria – residual e integrante da sociedade,

mesmo ocupando nesta os piores lugares – que continuou predominando até a década de 70 do presente século, quando as crises econômicas e as transformações da estrutura produtiva e de acumulação de capital colocaram em cheque as representações sociais sobre a pobreza.

Essa evolução histórica da abordagem da pobreza teve suas particularidades em contextos de países subdesenvolvidos e dependentes. Uma delas é que em nenhum momento pode-se dizer que numericamente a pobreza tenha sido residual. No caso brasileiro, a especificidade mais importante foi a escravidão dos negros africanos, cuja duração e intensidade estabeleceu uma configuração particular para as representações sociais da pobreza na qual interferem não apenas a etnia – aqui a pobreza urbana será sempre majoritariamente não-branca[8] – mas também o lugar que o trabalho tem no imaginário social.

Lícia Valladares (1991) construiu o quadro do desenvolvimento das representações sobre a pobreza urbana no Brasil, ao longo de cem anos, a partir da abolição da escravidão e da instituição da República. Na virada do século, houve uma transição das relações sociais de tipo senhorial-escravista para burguês-capitalista. Neste novo tipo de relação, apoiado na nascente economia cafeeira e na migração estrangeira, o lugar do pobre era o do trabalhador, habitante de cortiços ou outras moradias insalubres no centro da cidade. Sobre esse pobre deveria ser exercida a disciplina do trabalho, para esconjurar os 'perigos' da vadiagem e da doença. A natureza da pobreza era individual e sua concepção englobava doença e desordem; os 'vícios contagiosos' proliferavam nas ruas e nos cortiços, impulsionando uma socialização em direção à desordem. Pobre era o que não se transformava em trabalhador e, ao levar uma existência indisciplinada, ameaçava a ordem social.

No período entre 1930 e 1950, ocorreram mudanças importantes no desenvolvimento econômico e social do país as quais a autora não aborda, atendo-se às suas conseqüências no período posterior. Entretanto, no período getulista aconteceram transformações tão significativas nas configurações da pobreza urbana, que é necessário complementar o quadro traçado. As crescentes urbanização e industrialização relegam a figura do pobre ao ambiente rural. No espaço urbano o pobre estaria ou inserido como força de trabalho ou em processo de transição rural-urbano, adaptando-se ao novo ambiente e incorporando os valores da sociedade 'moderna'. Nos bolsões de pobreza rural, a condição era considerada ainda de natureza individual, gestada pela indolência e falta de ambição daqueles apegados a valores tradicionais. A figura do Jeca Tatu é expressiva desse imaginário (Nascimento, 1994a). No espaço urbano, a natureza da pobreza seria também individual, porém de ordem cultural, pois o

---

[8] Os chefes negros ou pardos, que constituem 40% do total de domicílios urbanos, somam 68% dos domicílios indigentes e 57% dos domicílios pobres não-indigentes (Lopes, 1992).

pobre – migrante recente – ainda estaria em uma fase adaptativa. A legislação social implementada no período estabeleceu uma estratificação importante no seio da categoria dos trabalhadores, subdividindo-a, segundo sua importância estratégica no desenvolvimento nacional, em grupos com maior ou menor acesso aos direitos sociais – também estes com diversos graus de amplitude. A clivagem foi entre aqueles que tinham uma inserção formal, regular e estável e aqueles que não a tinham, ainda que em termos de rendimentos a subdivisão dos trabalhadores não tenha sido tão significativa. A "cidadania regulada" (Santos, 1987) é emblemática dessa situação, caracterizando a carteira de trabalho como uma "certidão de nascimento cívico", a qual permitiria distinguir entre trabalhadores e os que, não sendo portadores deste documento, estavam relegados a uma condição de não-cidadania e sujeitos ao arbítrio policial.

Entre 1950 e 1960, as relações sociais de tipo agro-exportador foram sobrepujadas pelas de caráter urbano-industrial intenso, configurando um momento histórico conhecido por 'desenvolvimentismo'. A industrialização voltada para o mercado interno, com a substituição das importações, criava fortes expectativas de mobilidade social e propiciava, dentre outros fatores, os acentuados movimentos migratórios (rural-urbano e em direção às regiões Sudeste e Sul). Nas cidades, a pobreza autóctone e recém-chegada localizou-se nas favelas e periferias, caracterizadas principalmente pela escassez de serviços urbanos. E, à medida que as expectativas de inserção laboral eram frustradas – pois o afluxo de força de trabalho foi sempre superior à demanda de mão-de-obra – acabava por se constituir um amplo contingente de subempregados ou desempregados disfarçados pelo exercício de atividades intermitentes, irregulares, semilegais ou mesmo ilegais. Algumas das figuras emblemáticas desse período foram os 'biscateiros'[9] e os 'camelôs' (Valladares, 1991).

Nesse momento a natureza da pobreza passou a ser considerada como de responsabilidade social. O sistema econômico mantinha os pobres em sua periferia, permitindo apenas uma integração parcial na modernização e conformando um extenso exército industrial de reserva. Essa configuração deu origem ao conceito de 'marginalidade social' e, em período posterior, a um intenso debate que se consubstanciou na denominada 'teoria de marginalidade'. A pobreza era caracterizada como atributo da população de baixa renda e a linha da pobreza demarcava os grupos cujos rendimentos eram insuficientes para suprir suas necessidades básicas biológicas e sociais. O pobre era assim o subempregado, vivendo através de uma 'economia de sobrevivência', obtendo uma renda insuficiente que o caracterizava como carente.

[9] Luiz Antônio Machado da Silva ressalta que os 'biscates' surgiram muito antes como ocupações dos escravos 'de ganho' e de homens livres. Nesse aspecto, o que caracterizaria o período desenvolvimentista seria o fato de que os 'camelôs e biscateiros' deixaram de ser associados ao perigo e a ameaças de desordem social e passaram a representar uma pobreza 'semi-inserida' ou pacificada.

O surto de desenvolvimento nacional gerou as imagens que associavam a pobreza com aqueles que ainda não tinham se inserido na modernidade, como resíduos de 'bolsões tradicionais', ou com aqueles que, estando em suas margens, pronto seriam absorvidos. No universo simbólico social a figura do 'malandro' associava ociosidade, esperteza e elegância. Paradigma da ambigüidade, personagem característico da rua e da boêmia, o malandro não estava necessariamente associado às representações sociais da pobreza e sim às da indisciplina, aos interstícios entre a ordem e a desordem, ao não-trabalho. De certa forma, se contrapunha tanto ao pobre trabalhador inserido formalmente quanto ao pobre subempregado ou desempregado, na medida em que sua situação, nem sempre caracterizada pela precariedade de recursos, podia ser amplamente recompensada por seu modo de vida, conferindo-lhe uma identidade que, a seus próprios olhos, era francamente positiva.

O período entre 1970 e 1980 caracterizou-se pela consolidação das relações sociais de tipo urbano-industrial e pela propulsão de um novo padrão de industrialização, com a conformação de grandes empresas oligopólicas. Nessa década o Brasil já era um país francamente urbanizado, congregando nas cidades 70% da população economicamente ativa, e em processo de conformação das metrópoles. Os fenômenos migratórios entre regiões e intra-estaduais diminuíram de intensidade; ocorreu, porém, um contínuo deslocamento no interior do espaço urbano, em um processo de segregação e periferização da pobreza. As favelas atingiram seus limites de hospitalidade aos novos moradores e os pobres tenderam a se localizar nas franjas metropolitanas. A abordagem de um mercado de trabalho dividido entre setores tradicionais e modernos foi substituída pela dualidade formal/informal. A concepção sobre a natureza da pobreza era social e estava vinculada ao trabalho – feito por conta própria ou informal – e à moradia, localizada na periferia deficitária de serviços urbanos (Valladares, 1991).

Em meados da década de 80, Alba Zaluar (1994a), em sua pesquisa no bairro carioca da Cidade de Deus, analisou detidamente a auto-representação dos moradores como "trabalhadores pobres" na qual a labuta diária para a obtenção de rendimentos estava associada à precariedade do consumo. Nesse período as representações sociais da pobreza vinculam-na à violência e ao banditismo. A carência de bens materiais era associada à ausência de valores morais, gestando um 'caldo de cultura' de onde brotariam os bandidos. Na constituição da identidade social dos trabalhadores pobres que reafirmavam o trabalho como modalidade legítima de inserção social, a principal oposição deixou de ser o 'malandro' e passou a ser o 'bandido'.

Mas, nessas mudanças de representação sobre quem é o 'pobre' e o lugar que ocupa nas hierarquias simbólicas da sociedade, há uma continuidade: é a naturalização da pobreza. Vera Telles aponta que no nosso horizonte simbólico

social a pobreza é percebida como efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades, ou seja, pertencente ao mundo da 'natureza', constituído fora da interação humana e da história. Dessa forma a pobreza é

> desrealizada como problema que diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais. (...) [Eis] os laços que unem o presente ao passado pela persistência de um imaginário no interior do qual a pobreza aparece figurada como pólo de incivilidade, como terreno em que a natureza cobra seus tributos em uma desumanização provocada pela miséria. (Telles, 1992a)

Nas representações sociais da pobreza e dos modos de vida dos pobres, nos vínculos sociais que se constituem na troca de valores simbólicos, ao longo de todo o presente século, dois traços foram permanentes: a naturalização e a estigmatização da pobreza.

O campo de estudo sobre a pobreza está composto tanto por fatos objetivos (taxas de pobreza e de desemprego, estratos de rendimentos, escolaridade, acesso à infra-estrutura urbana etc.) quanto pelas imagens, idéias e representações que a sociedade compartilha sobre 'quem são' e 'como são' os pobres. A espacialização simbólica é construída sobre elementos objetiváveis, de localização efetiva, de populações que apresentam certas características sociais, mas são igualmente inscritas nas histórias sociais e intelectuais que são particulares a cada contexto (Fassin, 1996a).

No percurso das condições e representações sobre a pobreza, entre 1960 e 1980, o agravamento das desigualdades sociais foi denominado de diferentes formas: a marginalidade na América Latina, a *underclass* nos Estados Unidos, até o surgimento da 'nova pobreza' e da 'exclusão social' na França. Para Didier Fassin essas noções designam realidades e modos de interpretação tão autóctones que a "tradução não respeitaria os contextos de sua emergência". Marginalidade, *underclass* e exclusão social integram "topologias simbólicas da pobreza",[10] isto é, a construção social das desigualdades em três conjuntos históricos e culturais (Fassin, 1996a). Nas topologias sociais da pobreza os Estados nacionais desempenham importante papel, posto que modificam as influências globais sobre a estrutura social e interferem diretamente nas desigualdades através da tributação e dos programas de proteção social (Silver, 1994).

Marginalidade e *underclass* pertencem ao quadro das representações sociais sobre a pobreza; ambos os termos são datados e topograficamente delimitados. Emergem ao longo da década de 60, provocam polêmicas, são incorporados em níveis diferenciados em arcabouços teóricos e, por motivos diversos, são

---

[10] Fassin remete a Bourdieu (1984): a sociologia se apresenta como uma topologia social – o mundo social representado sob a forma de um espaço com múltiplas dimensões construído sobre a base de princípios de diferenciação e de distribuição.

relegados a segundo plano a partir de meados da década de 80. Ainda guardando entre si semelhanças quanto às preocupações iniciais que lhes deram origem, essas noções percorrem trajetórias teóricas bastante diferenciadas para discutir mudanças na configuração da pobreza urbana em contextos específicos.

Marginalidade

Marginalidade, *underclass* e exclusão social são três termos relacionais, isto é, definem uma situação configurada em contraposição a outra; em marginalidade a oposição é ao que seria 'normal' ou 'central' em uma dada sociedade. Não pode haver conceito de marginalidade sem uma noção básica de igualdade: em um sistema de castas totalmente fechado e determinista é realmente irrelevante o conceito de marginalidade (Perlman, 1977). A contraposição não é numérica, pois marginalidade é o termo empregado para denominar grupos que constituem por vezes a maioria da população de determinado país. [11]

Marginalidade é uma noção que evoca a oposição centro/periferia; designa uma posição integrante de uma estrutura social. Essa posição, porém, situa-se nas margens em termos de acesso e usufruto das riquezas e benefícios disponíveis, o que lhe confere as qualidades de inferioridade e subalternidade. Em todas as abordagens sobre o fenômeno da marginalidade o aspecto relacional e relativo centro/periferia é mantido, variando-se o que é considerado como central: valores, comportamentos, atitudes, localização espacial, posição no sistema produtivo.

A palavra *marginal* sempre foi utilizada, no vocabulário comum e corrente, para designar de maneira pejorativa os que não estão inseridos e integrados na ordem moral e social dominante. Vagabundo, indolente e perigoso são, nesta acepção, sinônimos de marginal e vinculados ao submundo do crime, da violência, das drogas e da prostituição; são formas de caracterizar os pobres como suspeitos ou como "classes perigosas" (Perlman, 1977). A zona de marginalidade 'extrema', segundo Roberto Da Matta, está associada à transgressão da ordem e ao uso de violência: "é quando o *malandro* corre o risco de deixar de viver do *jeito* e do expediente para viver dos golpes, virando um autêntico *marginal* ou *bandido*" (Da Matta, 1990).

A utilização do conceito de 'marginal' surgiu nos anos 20-30, através dos trabalhos de cunho psicossocial de Robert Park, que buscava elucidar comportamentos, atitudes e modos de vida do vasto contingente de migrantes, nacio-

---

[11] Caso o critério fosse numérico, como ironiza Janice Perlman, o jogo do bicho no Brasil seria considerado normal enquanto ir à ópera seria marginal.

nais e estrangeiros que povoavam a cidade de Chicago.[12] Partindo da conceituação de 'estrangeiro' desenvolvida por Georg Simmel, Park introduziu o conceito de 'homem marginal' como um 'híbrido cultural', um indivíduo à margem de duas culturas e duas sociedades, parcialmente dentro e parcialmente fora. Essa duplicidade ou ambivalência conferiria aos 'híbridos culturais' traços de personalidade evidenciados em seus comportamentos diferentes ou em oposição ao padrão dominante. Entretanto, essa marginalidade cultural não era avaliada em uma escala superior-inferior e o 'homem marginal' era apresentado como extremamente autoconsciente e com capacidade crítica; justamente por compartilhar duas culturas e não estar integrado plenamente a nenhuma delas, seu inconformismo o tornaria um agente de mudança social.[13]

A que viria a ser denominada Escola de Chicago se interessou pelo modo de vida dos indivíduos e grupos que se situavam à margem da sociedade: "a figura do *hobo* de Nels Anderson (1923) e o *outsider* de Howard Becker (1963) aparecem como duas figuras emblemáticas da marginalidade urbana e integrarão aquilo que é chamado de 'sociologia do desvio'" (Fassin, 1996a). Esse arcabouço teórico que prioriza o estudo das representações e dos comportamentos dos atores, começando pelos próprios marginais, inaugura a abordagem cultural da pobreza urbana. Entre a caracterização original (psicológica e cultural) e a definição de marginalidade como uma inserção específica no processo de acumulação capitalista dependente, Janice Perlman identifica escolas de pensamento sobre o tema: escola arquitetônico-ecológica, escola etnográfica, escola da modernização, e a 'cultura da pobreza',[14] com suas expressões através da Desal (Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina). Segundo a autora todas elas referem-se à marginalidade como uma maneira específica de estar fora do funcionamento padronizado da sociedade e todas generalizam a conceituação de marginalidade para as classes inferiores em geral.

---

[12] Entre 1900 e 1930 a cidade de Chicago conheceu uma verdadeira explosão demográfica, passando no período de 2 para 3 milhões de habitantes, vinculada ao seu intenso desenvolvimento econômico, industrial e comercial. A localização da cidade no coração da rede ferroviária mais densa dos Estados Unidos atraiu um fluxo migratório cuja amplitude, ainda hoje, é considerável, e sem o qual um impulso econômico tão fulminante não seria possível (Schwartz, in Anderson, (1923), 1993).

[13] A extrema autoconsciência e capacidade crítica do 'híbrido cultural' tal como analisado por Park guarda semelhanças com a abordagem de Hannah Arendt sobre o "ponto de vista do pária", em que tampouco verifica-se uma associação pejorativa ou de inferioridade.

[14] Os estudos antropológicos de Oscar Lewis em *Cinco Famílias* (1958) e *Os Filhos de Sanchez* (1963), cujas descrições acuradas e detalhistas permitiam 'sentir' a situação vivida pelos mexicanos pobres, suas generalizações de cunho teórico sobre as formas de reprodução dos modos de vida dos pobres, tiveram uma forte influência na maneira latino-americana de pensar a pessoa e a família pobre. Mesmo que o campo acadêmico tenha alertado sobre a armadilha da generalização da 'cultura da pobreza', os livros de Lewis e essa forma de analisar a pobreza continuaram sendo difundidos e utilizados como base de argumentação na formulação e gerência de programas sociais.

O termo, a noção e o conceito de marginalidade foram utilizados para designar um conjunto amplo de situações sociais relacionadas com a pobreza urbana: a localização na favela; os estratos inferiores na escala econômico-ocupacional (definição ocupacional de marginalidade); a experiência migratória (marginalidade cultural); as minorias raciais e étnicas; e, os comportamentos "não-conformistas". "Marginalidade acabou por abranger todo e qualquer fenômeno que redundasse, em última análise, em uma forma de exclusão dos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial" (Kowarick, 1985).

Os estudiosos sobre o tema da marginalidade na América Latina apoiaram-se sobre uma das duas principais correntes de pensamento: a abordagem sociocultural funcionalista ou a abordagem socioestrutural do materialismo histórico. O modelo funcionalista aglutinou as versões em torno da teoria da modernização e a análise histórico-estrutural marxista redundou no conjunto de estudos que se convencionou chamar de teoria da dependência.

A teoria funcionalista sustenta que toda estrutura social baseia-se em um conjunto de valores que são compartilhados por seus membros e privilegia a questão da integração social. No plano psicossocial o conceito operativo de marginalidade é o de desajuste do indivíduo e no nível macrossociológico o problema é visto em termos da dualidade estrutural, que opõe o tradicional ao moderno, o marginal ao integrado. A teoria da modernização arquitetou seu arcabouço partindo de um conjunto de padrões considerados como inerentes e próprios de uma cultura industrial e urbana, a partir dos quais seria possível identificar desajustes – falta de integração entre as diversas estruturas sociais. A marginalidade é caracterizada como a persistência do tradicional em relação ao moderno, introduzindo as idéias de 'defasagem' (etapas) ou '*cultural lag*'.

O modelo histórico estrutural da teoria da dependência equaciona a marginalidade com as relações sociais de produção, à inserção marginal no processo produtivo. Nessa abordagem a marginalidade é uma forma de articulação estrutural, necessária e intrínseca de um modo específico de acumulação capitalista que se dá no quadro de uma economia dependente e monopolista. Os 'desajustes' são analisados como conflitos e a análise é deslocada do conceito de disfunção para o conceito de contradição. A marginalidade não é caracterizada pelo grau de usufruto do 'produto social', nem pelo nível de consumo material e cultural. A crítica à razão dualista sustenta que o desenvolvimento do setor terciário (subemprego e subocupação) é não apenas parte integrante do modo de acumulação capitalista, como lhe é funcional, revertendo sempre em benefício do sistema.

A marginalidade, tal como ela é analisada por essa corrente de pensamento, se inscreve no duplo quadro conceitual do pensamento marxista e da teoria

da dependência. A dimensão econômica[15] é a variável determinante de outras expressões da marginalidade: habitacionais e espaciais, traços socioculturais, características psicológicas ou tipos de relacionamento entre Estado e setores populares. Apoiando-se nas categorias de superpopulação relativa e exército industrial de reserva, a marginalidade é caracterizada como a ausência de inserção no assalariamento formal e sua dupla conseqüência na irregularidade de rendimentos e na carência de uma proteção social (Fassin, 1996a, 1996b).

A marginalidade urbana apareceu no Brasil como problema teórico e prático após a 2ª Guerra Mundial, considerada como precariedade habitacional. No começo dos anos 50 a marginalidade apresentava-se como uma realidade espacial, como sinônimo de favela e conglomerados habitacionais precários. A intensidade da urbanização e a segregação habitacional dos novos moradores das cidades aumentou a concentração da pobreza em áreas sem equipamentos urbanos, conferindo-lhe alta visibilidade. Essas áreas constituíam locais de moradia periféricos, seja em relação à centralidade urbana seja em termos de infra-estrutura.

Em um segundo momento associou-se ao *habitat* uma maneira de viver e uma situação de vida: baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar, anomia e falta de participação social. O grupo que vivia sob essas condições era geralmente formado por migrantes, e estaria à margem do dinamismo urbano-industrial. A literatura sobre modernização e marginalidade "fala de 'massas urbanas não incorporadas' no contexto de uma economia que só consegue integrar parcialmente as populações à nova sociedade urbano-industrial" (Kowarick, 1985).

Aglutinando o conjunto de abordagens disponíveis sobre a marginalidade, Perlman construiu um tipo-ideal em torno de quatro dimensões para contrastá-lo com as características pesquisadas em favelas do Rio de Janeiro em 1968-69. Dentre as variáveis associadas à marginalidade encontravam-se: na dimensão social – desorganização interna e isolamento externo; na dimensão cultural – cultura do tradicionalismo (valores rurais) e cultura da pobreza; na dimensão econômica – parasitismo econômico e paroquialismo econômico; na dimensão política – apatia política e radicalismo político (Perlman, 1977). Entretanto, ao contrário do perfil desenhado pelas 'escolas' da marginalidade, a pesquisadora observou que nas quatro dimensões os termos da integração eram extremamente desfavoráveis aos grupos marginais, os quais encontravam grandes dificuldades e obstáculos para conseguir uma integração plena e tinham como perspectivas de futuro pequenas possibilidades de mobilidade social:

---

[15] A análise da categoria de marginalidade econômica (ocupacional) encontra-se no capítulo 4.

eu sustento que os moradores da favela não são econômica nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; que não são social e culturalmente marginais, mas são estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado. Não são passivamente marginais em termos das suas próprias atitudes e comportamento, ao contrário, estão sendo ativamente marginalizados pelo sistema e pela política oficial. (Perlman, 1977)

Zaluar pondera que nessa tentativa de destruir o que chamou de "mito da marginalidade", sublinhando a integração completa dos favelados em todos os níveis da sociedade, Perlman acaba por criar uma idéia talvez falsa da identificação positiva dos pobres com a sociedade nacional na sua versão da classe dominante. Na pesquisa sobre as condições de vida e as representações sociais no conjunto habitacional da Cidade de Deus, a marginalidade não é incorporada como categoria de análise (Zaluar, 1994a). Nos textos de Da Matta, marginalidade é o termo utilizado para designar tanto uma esfera de transgressão da ordem habitada pelo bandido, quanto uma esfera intermediária entre a ordem e a plena marginalidade, a zona da inconsistência e da ambigüidade ocupada pelo malandro que "recusa as normas sem enfrentar de peito aberto o poder" (Da Matta, 1990). Lúcio Kowarick identifica um "tipo parcial de marginalidade", ou seja, estratos sociais participantes com vínculos precários em algumas das dimensões, e estratos de "multimarginalidade" ou "marginalidade generalizada": "a exclusão em um âmbito tende a não ser um fato isolado, mas sim, ao contrário, a adicionar-se a outras esferas sociais (Kowarick, 1985).

Nos anos 80 a noção de marginalidade foi substituída no espaço público pela de 'informalidade'; os dois termos tornaram-se intercambiáveis, embora não sejam equivalentes. A existência de um setor informal, que aparecia como uma etapa de transição necessária em direção a uma incorporação posterior e progressiva no setor formal, revelou-se como um estado. Entre 1972 e 1986, o debate fez com que a informalidade saísse da posição em que era considerada um sinal da desestruturação econômica capitalista em países dependentes e periféricos para ser qualificada como "núcleos dinâmicos e criativos", uma alternativa ao capitalismo de mercado (Soto, apud Fassin, 1996b). Em torno do setor informal as abordagens intelectuais e políticas foram semelhantes às anteriormente observadas em torno da marginalidade, distinguindo-se entre interpretações culturais e histórico-estruturais (Fassin, 1996a).

Na década de 80 a noção de marginalidade ficou restrita à caracterização de uma inserção econômico-ocupacional (incluindo-se aí a acepção de marginalidade como informalidade), como se pode verificar na difundida e aceita definição de pobreza:

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do

progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar. (Abranches, 1985)

A noção de marginalidade foi submetida, ao longo de mais de quarenta anos, a um intenso trabalho de depuração conceitual e metodológica. Entretanto, sendo utilizada por diferentes abordagens e com acepções heterogêneas, assumiu uma definição extremamente genérica na "sociologia da marginalidade urbana" (Wacquant, 1996), que estuda aspectos variados de diversos grupos sociais marginalizados. Fassin (1996b) considera que marginalidade não é um conceito, mas uma noção autóctone que denomina a pobreza urbana latino-americana. A noção de marginalidade tem fraco valor operativo, na medida em que não designa um grupo sociologicamente identificável, e sim agrupa diversas situações que incluem até mesmo indivíduos inseridos ocupacionalmente. Além disso, a noção de marginalidade evoca as idéias de uma sociedade e de uma economia duais, subestimando sua funcionalidade em relação à economia capitalista. O autor questiona ainda o modelo de referência utilizado na definição de grupos marginais: segurança de emprego, proteção dos assalariados e sistema de seguridade não correspondem às reais condições econômicas e sociais latino-americanas.

Os autores que integram a corrente de pensamento histórico-estrutural conferem à marginalidade o estatuto de conceito que designa posições na estrutura econômico-ocupacional e na dinâmica capitalista dependente, mas recusam a adoção da imagem de uma sociedade dual. A espacialização simbólica da marginalidade a situa na periferia de um mundo social referido a um centro. A tendência é uma abordagem dualista que, realçando as oposições polares, não deixa perceber as articulações que integram o fenômeno da marginalidade na dinâmica de desenvolvimento social (Kowarick, 1985). Manuel Castells (apud Fassin, 1996a) afirma que "é ideológico chamar de marginalidade aquilo que, de fato, é a situação de tensão entre duas estruturas sociais que se interpenetram. (...) Esta forma de articulação é um traço característico e não patológico".

A dualização social que a noção de marginalidade evoca e a 'funcionalidade' ou não da massa marginal ao processo de acumulação capitalista foram dois aspectos polêmicos presentes nos debates relativos à utilização e ao significado de marginalidade como um conceito. Com ou sem um estatuto de conceito, a noção de marginalidade polarizou os debates sobre a pobreza na América Latina. Esses debates foram influenciados tanto por particularidades sociológicas (o caráter massivo da migração rural e suas conseqüência sobre o tecido social urbano) quanto por especificidades ideológicas (o lugar central do marxismo e a influência crescente das teorias da dependência) do continente nos anos 60 e

70. Na França, a palavra marginalidade se refere sobretudo aos comportamentos fora das normas sociais, como a delinqüência (Fassin, 1996a). Mesmo quando alguns trabalhos comparam, sob uma mesma definição econômica, a condição da marginalidade nos países periféricos e nos países centrais, são destacadas como especificidades latino-americanas a magnitude do fenômeno: as populações à margem do mercado formal de trabalho, excluídas dos dispositivos de proteção social ou espacialmente segregadas ultrapassam em número os citadinos assalariados, beneficiários de um regime de seguridade e habitantes nos bairros centrais.

Do conjunto das análises emerge claramente uma noção e, por vezes um conceito, definidos sobretudo por suas carências – sobre o mercado de trabalho, em termos de proteção social, do ponto de vista da habitação, em termos da cidadania – ou seja, definida em negativo (Fassin, 1996b). É um tratamento negativo da problemática, definida por um não-ser, isto é, pela ausência de algo (Kowarick, 1985).

Underclass

O termo *underclass* surgiu, segundo diversos autores, entre 1962 e 1963 em trabalhos do economista sueco Gunnar Myrdal, que detectou, em meio a um ambiente de otimismo com a então afluente economia norte-americana, a emergência de uma camada de "famílias e indivíduos subempregados, sem emprego e, gradualmente inimpregáveis, situados no mais baixo da escala social", e que não são "realmente parte componente da vida social, mas constituem um estrato supérfluo e miserável" (Myrdal, apud Wacquant, 1996). O vínculo ocupacional e de rendimentos constituía o elemento principal de conformação da *underclass*, criando uma população excedente sem mobilidade social (Glasgow, apud Wacquant, 1996). Assim, o termo teve uma origem acadêmica, sustentando uma interpretação de base socioeconômica das desigualdades preponderantes nos guetos negros urbanos.

Até início dos anos 70 utilizava-se somente a expressão "*lower class*" que correspondia ao conjunto de categorias desfavorecidas e parecia ter por sinônimos "*poor*" e "*underprivileged*" (Fassin, 1996). A difusão do termo *underclass* no cenário norte-americano partiu da publicação, em 1977, na revista *Time*, de uma série de reportagens sobre os habitantes dos guetos de Nova Iorque e Chicago, protagonistas das principais revoltas urbanas da década. Além de divulgar e fincar no debate o termo *underclass*, a matéria deu o tom para a abordagem posterior do assunto por outros meios de comunicação: "os mais intratáveis, os mais hostis, os mais alienados socialmente que se possa imaginar". No interior dessa parcela dos negros mais pobres encontrava-se, segundo o dossiê, uma

"proporção elevada de jovens em situação de fracasso escolar, de delinqüentes, drogados e mães dependentes da previdência social".[16]

Assim, foi o discurso da mídia que difundiu uma acepção comportamental e cultural de *underclass* na qual as dificuldades sociais das populações negras (escolaridade baixa e irregular, acesso restrito a empregos com altas taxas de rotatividade e práticas infratoras) eram reportadas à sua "estrutura familiar", às famílias monoparentais e à feminização da chefia. Nessa abordagem que veio a florescer sob as teses conservadoras dominantes nos governos Reagan e Bush, a ênfase estava posta na diferença entre os valores prevalentes nos guetos negros urbanos e os da sociedade em geral (*mainstream*).

A discussão pública sobre as causas e soluções para os guetos pobres também foi influenciada pelo aparecimento, no início da década de 70, de estudos sob uma 'perspectiva negra'. Esta abordagem acentuava as virtudes e a resistência das famílias, destacando os aspectos positivos da experiência dos negros como "sobreviventes e vencedores" em um ambiente racista. O "clima intelectual", segundo W. J. Wilson, inibiu as pesquisas sobre as raízes estruturais da questão social do gueto, e os acadêmicos liberais, para escaparem da acusação de racismo ou de "culpabilização da vítima", evitavam descrever qualquer comportamento que pudesse ser considerado como estigmatizante das minorias raciais. Com a retirada dos liberais da discussão sobre a desestruturação social nos guetos urbanos, os analistas conservadores dominaram o discurso público sobre o assunto (Wilson, 1996). No início dos anos 80, a pobreza nos Estados Unidos tornara-se cada vez mais urbana, concentrada nas grandes cidades, particularmente nas antigas cidades industriais, e em populações altamente segregadas de negros e hispânicos.[17] "O que inquieta a América é a criminalidade violenta, simbolizada pelas gangues negras, a suposta depravação moral das famílias e a carga fiscal julgada intolerável dos programas sociais" (Wacquant, 1996). Desde a década de 60, e periodicamente, os cenários urbanos foram ocupados por revoltas violentas das populações negras e a percepção geral, sem base em pesquisas metódicas, era de que a situação estava piorando (Wilson, 1996).

No debate provocado pelo agravamento das desigualdades e aumento dos dependentes de proteção social, o termo *underclass* era utilizado para referir-se a um grupo de pobres não merecedores composto de negros urbanos, evocando simultaneamente segregação urbana, discriminação racial, desigualdade econômica e comportamentos desajustados. Em 1982, o jornalista Ken Auletta sedimentou o uso da palavra na linguagem corrente em uma tipologia de base comportamental dos integrantes da *underclass* constituída por quatro categorias

---

[16] Referências do dossiê de George Russel, *Time*, 1977, feitas por Fassin (1996).

[17] De fato, em termos absolutos a miséria mais tenaz não se aninha no coração das metrópoles, mas sim nas reservas indígenas do centro-norte e nos condados rurais do delta do Mississípi (Wacquant, 1996).

de "fracassados sociais": "os pobres passivos, freqüentemente dependentes crônicos da assistência social; os criminosos de rua que aterrorizam a maioria das cidades e são freqüentemente excluídos do sistema escolar e drogados; os punguistas que, como os criminosos de rua, podem não ser pobres e ganham a vida na economia subterrânea, mas raramente cometem atos violentos; e os 'traumatizados', alcoólicos, sem destino, sem domicílio, doentes mentais que vagam pelas ruas da cidade".[18]

Os anos 80 conheceram uma explosão de estudos sobre dependência do welfare, distribuição de renda e *underclass* (Heringer, 1995). Na utilização do termo *underclass* para designar os habitantes negros dos guetos urbanos estabeleceram-se três acepções: estrutural, comportamental e ecológica. A abordagem estrutural ou socioeconômica, politicamente liberal no contexto norte-americano, relaciona a emergência da *underclass* às mudanças na estrutura produtiva, com diminuição e descentralização espacial de postos de trabalho. Populações de baixa escolaridade residentes no coração dos centros urbanos encontrariam dupla dificuldade de acesso aos empregos, "tornando virtualmente obsoleta uma fração crescente da classe trabalhadora" (Wacquant, 1996). Os analistas liberais tendem a enfatizar os fatores da estrutura social, incluindo raça, que estariam na origem desta população excedente sem mobilidade social.

A abordagem comportamentalista e cultural que sustenta a ideologia conservadora tende a acentuar a importância dos valores, hábitos e estilos na explicação de diversas experiências, comportamentos e atitudes dos grupos. Os traços culturais específicos dos guetos são ressaltados como contrapondo-se aos valores gerais – trabalho, família, segurança e lei – que orientam o modo de vida da sociedade norte-americana. Os valores da *underclass* são considerados como estranhos não apenas aos da maioria da sociedade mas, inclusive, aos da maioria dos pobres. Nessa visão difundida pela mídia, entre 1986 e 1988, a *underclass* associa as características de dependência assistencial aos comportamentos desviantes ou delinqüentes. Na abordagem cultural e comportamentalista o processo de construção da identidade no gueto é analisado sem qualquer relação com os fatores externos. Na tradução literal de *underclass* e na associação comportamentalista retoma-se a figura do lumpemproletariado, rebotalho das classes sociais caracterizada por seus valores amorais e seus comportamentos 'sem amarras', mas em nenhuma dessas abordagens sobre a pobreza nos guetos negros urbanos o termo *underclass* esteve relacionado à teoria marxista das classes sociais.

A publicação da pesquisa de Wilson em 1987 apresentou uma terceira abordagem da *underclass*: a concepção ecológica ou a do "bairro como incubador

[18] Tipologia elaborada pelo jornalista Ken Auletta (1982), *The Underclass*, Vintage, New York, referida por Fassin (1996) e Wacquant (1996).

de marginalidade". O autor criticou as insuficiências das abordagens anteriores[19] e buscou articular constrangimentos sistêmicos e ações individuais, sustentando duas proposições: o 'detonador da espiral' situa-se na fragilidade do vínculo ocupacional (os empregos 'evaporaram' para esse grupo social) e a segregação espacial sob uma base racial funciona como mediação socioespacial decisiva (Wacquant, 1996; Wilson, 1996).

A segregação espacial de base racial acentua de maneira única a fragilidade do vínculo laboral. Incidindo sobre qualquer grupo étnico ou racial aumenta a concentração da pobreza urbana e estabelece graus variados de "isolamento social", isto é, a diminuição ou a carência de formas de socialização entre os grupos segregados e os demais grupos sociais.[20] O isolamento social dos guetos intensificou-se com o êxodo da classe média negra, com a baixa presença de agências públicas, e com arranjos na estrutura familiar que marcam moralmente os jovens pela ausência de modelos legitimados de modos de vida. A *underclass* urbana seria o resultado da combinação da forma mais extrema da marginalidade econômica e de intenso isolamento social (Heringer, 1995). Assim, a *underclass* ocupa o papel de figura limite do processo de desvinculação social, tanto no plano objetivo do vínculo ocupacional quanto no plano subjetivo das representações sociais.

Os resultados das pesquisas de Wilson indicaram que os valores dominantes (trabalho, família e educação) eram também preponderantes entre a maioria dos habitantes dos guetos urbanos. O que não era levado em conta, segundo o autor, é que os comportamentos e traços da 'cultura do gueto' estão relacionados à estrutura de oportunidades (Wilson, 1996). Os habitantes dos guetos encontram grandes obstáculos para viver de acordo com o modo de vida dominante. Associando um conjunto de vulnerabilidades que funcionam como barreiras intransponíveis, a estrutura de oportunidades para os jovens da *underclass* afeta tanto as suas condições precárias de vida no presente quanto a ausência de expectativas de futuro.

Wilson (1996) defendeu, em 1987, o uso da noção de *underclass* sob uma perspectiva ampla que integrasse todas as principais variáveis (sociopsicológicas, estruturais e culturais) e, mais ainda, que revelasse a significação relativa de cada variável e suas interações na determinação das experiências e nas oportu-

---

[19] As quatro posições criticadas por Wilson (1987) foram: 1. considera que toda análise sobre os comportamentos dos negros dos guetos arrisca agravar o racismo, a estigmatização e a ideologia que "culpabiliza a vítima"; 2. rejeita totalmente o termo de *underclass*, pois ele não apresenta nem composição homogênea, nem fundamento teórico, e conseqüentemente não recobre uma realidade sociológica; 3. valoriza a imagem das populações negras substituindo a denúncia da deterioração de suas condições de vida pela valorização de suas capacidades de adaptação econômica e social num contexto hostil; 4. considera apenas o racismo a explicação da situação sofrida pelos habitantes dos guetos (Fassin, 1996).

[20] Wilson define o isolamento social como a "ausência de contatos ou de interações repetidas com os indivíduos e instituições que encarnam a sociedade convencional" (Wacquant, 1996).

nidades da vida dos moradores dos guetos. Mas, insistindo nas características familiares ou individuais da *underclass,* Wilson contribuiu para uma leitura psicologizante de certos grupos negros sem conseguir superar a 'poluição' estigmatizante do termo (Fassin, 1996). Apesar do esforço de depuração conceitual seus trabalhos foram utilizados em um sentido socialmente regressivo (Wacquant, 1996). Em seu livro de 1996, Wilson abandonou o termo *underclass* substituindo-o por "*jobless ghetos*" (guetos de desemprego). Para o autor o que se destaca, no início dos anos 1990, nos guetos urbanos tradicionalmente pobres, são os níveis de desemprego sem precedência, cujas conseqüências mais devastadoras se fazem sentir nos problemas de criminalidade, dissolução familiar, dependência da proteção social e baixos níveis de organização social. O gueto ainda inclui trabalhadores, e a maior parte dos habitantes, empregados ou não, apóia as normas da ética do trabalho. Entretanto, a maioria dos adultos está desempregada em qualquer período de tempo (Wilson, 1996).[21]

Underclass é a única noção da pobreza urbana contemporânea que se refere às desigualdades concentradas na população negra, evocando o caráter de raça das desigualdades sociais, no caso da sociedade norte-americana. E essa é, no meu ponto de vista, a importância do estudo da trajetória da noção de *underclass.* Presente como fato empírico – a pobreza é negra – a *underclass* "oferece uma maneira de falar sobre a raça em uma linguagem de classe" e apesar de referir-se sempre aos grupos negros o termo raça não é teorizado (Fainstein, apud Heringer, 1995). Wilson considera que a discriminação racial teria um papel agravante, não causal. Sua argumentação sustenta que o desaparecimento do trabalho agravou uma situação racial urbana que já era tensa e cuja extensão nos Estados Unidos não deve ser minimizada, mas a raça é considerada como uma das variáveis da estrutura social sem preponderância sobre as demais. Nos Estados Unidos, o termo *underclass* tem forte conotação racial, não sendo utilizado para imigrantes em geral e, apenas eventualmente, para os hispânicos. Lá, o gueto é um universo racial e culturalmente homogêneo caracterizado por baixa densidade organizacional e escassa atuação do Estado ("a exclusão opera com base na cor, reforçada pela classe e pelo Estado") enquanto as *banlieues* francesas são universos étnicos e de classe heterogêneos, com forte presença de instituições públicas ("a exclusão opera com base na classe, mitigada pelo Estado") (Wacquant, 1996).

---

[21] Esse livro, no qual Wilson reafirma sua abordagem abrangente dos guetos negros urbanos, é publicado numa conjuntura em que reaparece a discussão sobre a determinação do patrimônio genético nas experiências de vida (*The Bell Curve*, 1994). Para se opor a esta abordagem que considera a baixa inteligência, geneticamente determinada, como causa dos problemas sociais, que Wilson acentua as características sócio-espaciais, o papel poderoso da vizinhança, do ambiente, do bairro em relacionar e agregar os constrangimentos e oportunidades estruturais e culturais.

A noção de *underclass* se impôs nas representações sociais e no mundo sociológico mas, mesmo com os esforços para lhe conferir um conteúdo teórico, os pesquisadores não conseguiram que emergisse um verdadeiro conceito (Fassin, 1996). Além da fragilidade conceitual (*per se*) de uma noção imposta pelo discurso jornalístico, os elementos que impedem a construção do conceito de *underclass* são a indeterminação da noção, a carga semântica preconceituosa, a falta de sensibilidade e a falta de profundidade histórica. Os critérios de pertencimento à *underclass* permaneceram múltiplos, fluidos e heterogêneos e com tendência a defini-la a partir da freqüência de certas condutas (Wacquant, 1996). Sua indeterminação estrutural lhe confere a ambivalência ideológica: todos encontram matéria para argumentar sua tese (Fassin, 1996).

Underclass é uma noção que incorpora uma carga semântica preconceituosa ao caracterizar um novo segmento de pobres das minorias pela deficiência comportamental e pelo desvio cultural. O grupo social é definido a partir de atributos morais aportando uma identidade e representação preconceituosas e estigmatizantes, atualizando a noção de 'classes perigosas' (Heringer, 1995). Designando especificamente os habitantes dos guetos negros urbanos, não estabelece características comuns entre os diversos grupos sociais afetados pela reestruturação do capitalismo americano. A noção ainda pretende apontar condições de vida contemporâneas como 'novidade', sem considerar a trajetória histórica da pobreza no país (Wacquant, 1996).

> A *underclass* não é nem o subproletariado da teoria marxista (pois o termo é enganoso, não constitui uma classe), nem o Quarto Mundo da sociologia inspirada no catolicismo social (ela é objeto de terror e de desprezo mais do que de compaixão), nem os 'novos pobres' e outros 'excluídos'. É um agregado, composto de categorias singulares que não devem ser amalgamadas senão pelo fato de que são percebidas como significando uma ameaça, indissociavelmente física, moral e fiscal, sobre a integridade da sociedade urbana. (Wacquant, 1996)

Enquanto o conceito de marginalidade percorreu uma trajetória que partiu de uma abordagem cultural e comportamentalista e desembocou na 'teoria da marginalidade', ancorada em uma análise estrutural, a noção de *underclass* percorreu a trajetória inversa, emergindo como um estudo de estratificação social e submergindo em uma leitura comportamentalista. É uma noção que introduz o caráter de raça nas geografias simbólicas da pobreza e que reitera a caracterização principal do fenômeno contemporâneo como a emergência de grandes contingentes populacionais 'supérfluos' aos processos de produção e acumulação capitalistas, tornando-os indesejáveis elementos de despesas. Designa grupos sociais pobres e ameaçadores, inúteis e incômodos. A noção de *underclass* evoca a questão da dualização social (alto/baixo). É, assim como as demais noções e conceitos que integram as topologias simbólicas da pobreza, uma "maneira de 'diagnosticar' uma solução de continuidade no espaço social,

um dualismo ou dualização, uma fratura ou separação fundada em pares de oposições espaciais – dentro/fora, alto/baixo e centro/periferia" (Fassin, 1996).

Exclusão social

Origens do termo e configuração do conceito

A origem do termo é sempre atribuída ao título do livro *Les Exclus: un français sur dix*, de René Lenoir, publicado em 1974, ainda que o conteúdo do trabalho não trouxesse nenhuma elaboração teórica do conceito de exclusão social. O título foi conferido pelo editor baseado no sucesso dos trabalhos de Foucault, principalmente em sua história sobre a loucura (Didier, 1996). Em Foucault, o termo exclusão, que surge ao lado de expressões como banimento, reclusão e expulsão, serve para analisar as formas de distribuição de poder na sociedade, as modalidades específicas e disseminadas de controle social, os efeitos segregadores de práticas não econômicas que criam e reproduzem diferenças estigmatizantes e hierarquizantes, exercidas de forma regular e "naturalizadas" (Fontes, 1997).

No momento da publicação do livro de Lenoir, quando a situação de pobreza no país parecia ser residual e superável, a noção de exclusão estava relacionada à sua dimensão subjetiva – ou seja, ser pobre "significava ser tratado como um objeto" (Silver, 1994) – e não à sua dimensão objetiva, econômico-ocupacional. Lenoir, que era Secretário de Ação Social do governo gaullista de Jacques Chirac, enfatizou o conceito de 'inadaptados sociais' – uma recuperação atualizada da caracterização de 'desajuste' da cultura da pobreza e da teoria da modernização – cuja preocupação central, que será retomada posteriormente, concentrava-se na pobreza dependente, ou seja, nos pobres que precisavam ser amparados por ações governamentais, o que representava gastos sociais crescentes. O grande mérito do livro parece ter sido o de alertar que a pobreza não havia desaparecido nos "30 anos de ouro".

Antes de ganhar o destaque no título de livro, o termo *exclusão* era utilizado sem provocar polêmicas. Podemos encontrar nos trabalhos sobre pobreza e desigualdades sociais referências à exclusão e excluídos sem que o termo suscitasse debates. Entre meados dos anos 70 e início dos 80, o fenômeno era analisado como a emergência de uma 'nova pobreza', constituída por grupos populacionais diferenciados dos 'tradicionalmente' marginalizados: os imigrantes e os moradores das *banlieues*. Para além da pobreza residual e transitória, objeto de denúncia do movimento *ATD-Quart Monde*,[22] o processo de

[22] *ATD-Quart Monde* (*Aide à toute détresse*): movimento fundado em 1957 pelo Padre Joseph Wrésinski que denunciava situações de extrema miséria e a gravidade do problema de moradia, além de divulgar a expressão "quarto mundo" em referência ao subproletariado.

pauperização começou a atingir os que até então pareciam inseridos socialmente e usufruíam, mesmo que nas margens, dos benefícios do desenvolvimento econômico e da proteção social. Na França, a partir de meados dos anos 80, frente a uma situação objetiva de aumento das desigualdades e de mudança do perfil de pobreza, a noção de exclusão social estabeleceu-se no debate público e acadêmico, suplantando a noção de 'nova pobreza'. Foi em solo francês que o tema adquiriu preponderância e estatuto teórico, relevância e publicidade. Na década de 90 foram elaborados relatórios de grupos técnicos governamentais e o tema da exclusão social teve importância política nos debates eleitorais. Nas publicações do Comissariado Geral do Plano (CGP), o vocábulo designava não somente o aumento do desemprego de longa duração e recorrente, mas também a crescente instabilidade dos vínculos sociais, assim como a responsabilidade do Estado na promoção da 'coesão social' (Silver, 1994).

Configurava-se no cenário social o que tanto Pierre Rosanvallon (1995) quanto Robert Castel (1991, 1995) denominaram a "nova questão social", problemática contemporânea deste final de século XX. Mesmo tendo se estabelecido um sério debate acadêmico em torno de qual seria a categoria mais adequada para definir e analisar a nova questão social – exclusão social, desqualificação social, desvinculação[23] (desafiliação) social – o núcleo duro da problemática foi identificado na crise do assalariamento como mecanismo de inserção social, ou seja, em mudanças no processo produtivo e na dinâmica de acumulação capitalista. Essas mudanças geraram a diminuição de empregos, inviabilizando essa via de constituição de solidariedades e de inserção social. Conseqüentemente, constituíram-se os 'inválidos pela conjuntura' e provocaram-se fraturas na coesão social. A exclusão foi então percebida como uma marca profunda de disfunção da sociedade que assume uma multiplicidade de formas e que se caracteriza por um processo simultaneamente temporal ("o excluído de hoje será excluído amanhã") espacial e social ("o excluído é rodeado de excluídos") (Bouget & Nogues, 1993).

Rosanvallon (1995) aborda a nova questão social a partir do que identifica ser a terceira crise do Estado Providência – a de ordem filosófica (em conjunto com as crises financeira e ideológica). O autor utiliza a noção de exclusão relacionada primordialmente ao mercado de trabalho, como situação extrema do desemprego de longa duração, mas também aponta como fenômenos de exclusão a nova pobreza e as pessoas sem teto. Embora a exclusão constitua, no seu ponto de vista, o fenômeno social fundamental de nossa época, ela não esgota

[23] O termo utilizado por Robert Castel vem sendo traduzido por desafiliação. Entretanto, a filiação (a um partido, clube ou grupo) é a criação de um elo de ligação por escolha ou identificação em que está presente a autonomia do sujeito. Do meu ponto de vista, a melhor tradução do termo é desvinculação, por tratar-se de uma ação independente de uma vontade ou escolha pessoal e por estar referida à teoria sociológica de Durkheim na qual encontramos o conceito de "vínculo social".

a questão social que está formada pela precarização geral da condição salarial e pelo 'hiato' de solidariedade.

Rosanvallon busca alternativas para a crise dos mecanismos institucionais de solidariedade e advoga que as concepções tradicionais de direitos sociais, inserção e emprego são inoperantes para tratar do problema da exclusão quando se trata da reconstrução da solidariedade. É nesse sentido que propõe uma nova noção de direito social, o "direito à inserção", que, para além do direito à subsistência e do "sistema de exclusão indenizada",[24] articule ajuda econômica e participação social. A pedra angular de toda luta contra a exclusão deve ser a inserção pela via do trabalho, mas o direito a viver de seu trabalho deve associar os ingressos ao reconhecimento de uma função social ("direito a ser útil") e nesse sentido elabora a proposta dos "contratos emprego-solidariedade". Repensar o Estado Providência e reconstruir a solidariedade sobre novas bases envolve prioritariamente conceber de maneira nova a gestão social da desocupação, considerando-se os indivíduos como membros de uma sociedade na qual têm direito a ocupar um lugar. "Se nada muda, assistiremos impotentes à consolidação de um novo lumpemproletariado, uma *underclass*, como se diz nos Estados Unidos" (Rosanvallon, 1995).

Foram os trabalhos de Castel (1991, 1995, 1996) que estabeleceram uma matriz teórica sobre o processo histórico de conformação e transformações do vínculo salarial, das metamorfoses da questão social, assim como das políticas apregoadas e implementadas entre a Idade Média e os dias de hoje em solo francês. Através de um esquema analítico que conjuga dois eixos principais de integração social – o mundo do trabalho (com relevância) e o mundo das relações sociofamiliares –, Castel percorre a história dos 'desvinculados por excelência' identificando o que constituiu em cada época o núcleo central de integração (as corporações, o trabalho 'livre', o trabalho protegido) o que por sua vez demarcava as demais zonas: de assistência (secularmente destinada aos indigentes incapazes para o trabalho) e de exclusão ou desvinculação (os indigentes aptos a trabalhar).

A zona de desvinculação já foi ocupada pelas figuras do vagabundo na Idade Média e pelo pauperismo no início da época industrial. Porém, é na zona de vulnerabilidade que Castel concentra sua atenção, pois considera que as características que configuram essa zona são as que conferem o significado e a gravidade da questão social. "Nos processos de vulnerabilidade que arruínam os pobres deve ser buscada a origem das perturbações que afetam o equilíbrio social" (Castel, 1995). Qual o seu ponto de partida? O surgimento, a partir de meados da década de 80, de novos grupos de 'pobres dependentes'.

---

[24] Os que não conseguem inserir-se são considerados "inválidos sociais" e são indenizados: "o cidadão perde neste caso moralmente o que ganha financeiramente o beneficiário do subsídio" (Rosanvallon, 1995).

Na zona de vulnerabilidade os indivíduos estão inseridos em um dos eixos e em processo de desvinculação no outro. O processo de desvinculação na esfera do trabalho e suas conseqüências na sociabilidade e solidariedade social têm preponderância sobre as transformações que ocorreram no eixo sociofamiliar (democratização, nuclearização, diminuição de tamanho e restrição dos vínculos relacionais). Isso se dá porque se trata de uma vulnerabilidade de massa pós-proteções sociais, ou seja, que ocorre em um contexto onde a unidade familiar e social próxima já tinha sido quase que integralmente substituída por políticas públicas em suas funções de suporte material e simbólico. A inserção ocupacional assalariada garantia os indivíduos contra os riscos sociais e participava na sua integração à unidade mais geral de referência e 'pertencimento'[25] da cidadania. No final do século XX, o núcleo central da integração social através do vínculo com a esfera do trabalho está se desmoronando, aumentando as demais zonas – de assistência e de exclusão. E essa desintegração do vínculo ocupacional ocorre em uma sociedade que ainda se pensa e reage como uma 'sociedade de trabalho', fazendo emergir uma vulnerabilidade de massa especificamente contemporânea (Castel, 1995).

Assim, no debate público francês, a nova questão social que fincou a categoria de exclusão social está constituída por transformações na esfera da produção e, principalmente, no processo de acumulação capitalista, que prescinde cada vez mais de força de trabalho humana. É o pilar de sustentação da coesão social que está em crise. De forma tal que o que vem a unificar todas as manifestações da nova pobreza sob a categoria de exclusão social é que se trata dos 'sem-trabalho', dos supérfluos e desnecessários ao mundo da produção e sem perspectivas de (re)inserção ocupacional.

Considerando as bases que orientaram os trabalhos de Foucault como origens da análise temática sobre a exclusão, esta noção foi redimensionada e, em meados da década de 90, sustentava abordagens ancoradas primordialmente nas questões econômico-ocupacionais. Porém, a noção não se restringe a essa esfera; incorpora um viés cultural em que são enfatizados o isolamento dos indivíduos, o abalo do sentimento de pertencimento social, a existência de uma anomia, a questão dos vínculos sociais e da coesão social, a crise identitária. A

---

[25] As 'unidades de pertencimento' são unidades sociais que constituem os âmbitos de referências materiais e simbólicas dos indivíduos. Seriam constituídas por um grupo social no qual o indivíduo se percebe como integrante e identifica como sendo um lugar 'seu'. Nas trocas materiais, simbólicas e afetivas que integram o tecido relacional do grupo são estabelecidos vínculos e referências identitárias, em contraposição ao isolamento. E é a partir dessa unidade de pertencimento, de um lugar social que o indivíduo considera como seu, que são percebidas e avaliadas as experiências sociais. As 'unidades de pertencimento' mais gerais da sociedade tendem a configurar-se nos âmbitos da família, do trabalho e/ou da cidadania. Nas palavras de Telles, uma 'unidade de pertencimento' é "o espaço moral que constrói uma noção de ordem para suas vidas e que fornece as referências por onde a experiência na sociedade é avaliada e interpretada" (Telles, 1990).

noção atual de exclusão acentua as formas de segregação – cultural, espacial, étnica, as desigualdades econômicas e, também, um certo sentimento de vazio da existência, em grande medida associada ao quase colapso de propostas alternativas de futuro (Fontes, 1997).

Virgínia Fontes considera que o termo *exclusão social* tornou-se uma espécie de paradigma do final do milênio, aplicado a situações e conjunturas diversas, cuja unidade seria dada por designar contingentes populacionais desnecessários à vida social, 'descartáveis', indicando o fim do processo de 'inclusão forçada' e de 'exclusão interna'. Algumas mudanças[26] nesse horizonte tradicional de integração social levam a autora a admitir as possibilidades contemporâneas de uma exclusão social por externalidades, isto é, não as que criam desigualdades hierarquizadas, e sim as que estabelecem fronteiras para as quais não há modalidades possíveis ou previstas de inclusão, como separações radicais, em que não existiria um 'universo comum': a exclusão por indiferença e a exclusão por extermínio.

A exclusão por indiferença encontra seu exemplo histórico nas relações entre colonizadores e indígenas. Essas relações, apesar de pressupostos includentes (crença em uma humanidade comum de fundo religioso missionário traduzida em projetos de absorção que variaram da cristianização até a escravidão), a constatação das diferenças e, sobretudo, de sua irredutibilidade, levavam muitas vezes a uma absoluta desconsideração pela existência das populações nativas. Desta forma, legitimava-se a indiferença frente às múltiplas modalidades de constrangimento e, mesmo, de perecimento do outro. Para a autora, a indiferença significa que as catástrofes que possam se abater sobre o outro não fazem parte do rol de problemas a serem considerados pela sociedade. A exclusão por extermínio, levada a cabo no holocausto judeu pelos nazistas, significava a eliminação direta, pura e simples do outro. Neste caso a particularidade do outro tem como conseqüências ameaça e luta aberta. Ressalte-se que a distância entre a exclusão por indiferença e a exclusão por extermínio pode ser facilmente transposta.

A noção de exclusão social atualiza o tema da dualização da sociedade. Trata-se de um novo tipo de dualismo que ultrapassa a dicotomia tradicional-moderno e que tampouco corresponde às formas tradicionais de marginalização, tão debatidas nos anos 60 (Telles, 1994a). Esse novo dualismo traduz uma ordem social segmentada, que produz um novo tipo de exclusão social, em que à integração

[26] Essas mudanças seriam o redirecionamento do capitalismo num crescimento restritivo, limitado, dirigido para grupos específicos de consumidores, ampliando a exclusão interna em escala planetária; o recuo do Estado e a perda de controle dos Estados nacionais sobre as redes financeiras internacionais; e, em certas regiões, como na África, o recuo dramático da participação do capital com desindustrialização e descapitalização acentuadas (Fontes, 1997).

precária no mercado se sobrepõem o bloqueio de perspectivas de futuro e a perda de um sentido de pertinência em relação à vida social (Lechner, 1990).

Considerando a desvinculação através de eixos de inserção e zonas de vulnerabilidade, Castel acentua o caráter processual do fenômeno, porém não deixa de indicar o estado de desvinculação (exclusão) e o estatuto de excluído. Essa experiência individual de precarização dos vínculos com o mundo do trabalho, associada ao enfraquecimento dos vínculos sociofamiliares, é analisada por Serge Paugam (1994) como um processo de desqualificação (*déclassement*)[27] social no qual os indivíduos experimentam uma dessocialização. Na abordagem deste autor são destacadas as transformações das condições de vida e das identidades sociais dos indivíduos, configurando fases[28] de um processo de desqualificação social em que os indivíduos estabelecem relações típicas com os serviços de assistência social.

A fragilidade corresponde ao ponto de partida do processo de desqualificação social, originado pelo desemprego ou por dificuldades de inserção profissional e pela perda de moradia ou por residir em bairros degradados e socialmente desqualificados. Corresponde ao aprendizado da desqualificação e os sentimentos que prevalecem nessas experiências são de humilhação e de inferioridade. Nesta fase os indivíduos não consideram esgotadas suas chances de re-inserção laboral, preferem procurar emprego sozinhos[29] e manter distância da assistência social. Há uma oposição simbólica tão significativa nas estratégias de sobrevivência entre recorrer ao trabalho (digno, autônomo) ou à assistência social (humilhante, depreciativa e dependente), que a utilização de uma delas implica a rejeição da outra. Entretanto, quando esta fase é prolongada, pode conduzir a uma situação sem alternativas de sobrevivência senão o recurso à assistência social, e o distanciamento é substituído pelo hábito de freqüentar as instituições.

A fase da dependência marca a passagem do estatuto de trabalhador para o de 'assistido'. Constitui um modo de integração perversa e liminar porque o estatuto de assistido permanece socialmente desvalorizado e o auxílio assistencial, fixado em patamares mínimos, permite somente evitar a miséria extrema. Quando a assistência social passa a ficar encarregada regularmente das dificuldades de sobrevivência, começa uma nova carreira no curso da qual sua personalida-

---

[27] Desqualificação, desclassificação, deslocamento, rebaixamento.

[28] A tipologia construída pelo autor em sua tese de doutoramento foi utilizada em pesquisas posteriores mencionadas no prefácio à terceira edição (Paugam, 1994).

[29] Parece-me importante enfatizar a questão do tempo nas fases do processo de desqualificação social. Na fragilidade, o tempo é sentido com premência, com urgência, com pressa para modificar a situação de vulnerabilidade. Essa sensação é acompanhada com a ação de busca de reversão da fragilização. Em fases posteriores, quando as perspectivas de re-inserção parecem praticamente nulas, o tempo será sentido como insidiosamente lento. Na medida em que as fragilidade se prolongam e se acumulam há uma acomodação a um dado modo de vida vulnerável e o sentimento é de lassidão e conformismo.

de se transforma rapidamente. Há um aprendizado dos papéis correspondentes às expectativas específicas dos trabalhadores sociais e o desenvolvimento de justificativas e racionalizações ("técnicas de neutralização", segundo Becker) para a situação em que se encontram. Adquirem o hábito de freqüentar os serviços e podem chegar a reivindicar uma melhoria nos cuidados de seus problemas pela coletividade.

A ruptura é a última fase do processo de desqualificação, produto da acumulação de *handicaps* (deficiências) e fracassos – distância do mercado de trabalho, problemas de saúde, ausência de moradia, perda de contatos familiares etc. – e promotora de uma forte marginalização. Nessas situações, cada vez mais marginais, a miséria é sinônimo de dessocialização, podendo atingir a ruptura total que envolve a ausência de perspectivas e o sentimento de inutilidade ao mundo. Os indivíduos não percebem mais nenhum futuro plausível em nenhum modo de vida integrado à dinâmica social e perdem o sentido da vida. Desesperançados e sentindo-se inúteis, procuram compensações para seus azares ou defeitos na bebida. Nessa fase pode surgir a reivindicação à liberdade de viver à margem da sociedade. Eles sabem que não têm nada a perder e adotam um tom agressivo. É uma reação de defesa, pois sentem-se ameaçados ou observados com reprovação pelos trabalhadores sociais. Esses comportamentos, segundo Paugam (1994), representam o último estágio da reviravolta simbólica do estigmatizado. Muitos encontram-se afetados por problemas de alcoolismo e temem que possam ser 'aprisionados' por uma instituição médicosocial e, assim, privados dos últimos espaços de liberdade que lhes restam.

Modelos e teorias da exclusão social

Emmanuel Didier (1996) esquematiza três modelos de exclusão, isto é, as três formas de abordar o fenômeno e de explicar a sua existência, apresentados à sociedade francesa, em ordem cronológica: o modelo de Lenoir, o modelo do movimento *ATD-Quart Monde* e um modelo que denomina "do Insee" (Instituto Nacional de Estudos Estatísticos e Econômicos), pois agrupa um conjunto de trabalhos oriundos dessa instituição. Os três modelos, que repousam sobre noções diferentes – respectivamente, inadaptação (ou desajuste), cultura e mercado –, estabeleceram o terreno sobre o qual floresceu o 'vocabulário da exclusão'. Em 1992, quando o termo exclusão social estava incorporado no discurso governamental francês, o modelo de Lenoir e suas idéias de desajuste pareciam ter desaparecido; entretanto, na linguagem contemporânea permaneceu o aspecto performativo da noção de exclusão social da ação católica social, ou seja, a denúncia e o convite a agir para fazê-la desaparecer.

Hilary Silver (1994) analisa o 'vocabulário da exclusão' ("expressão tão evocadora, ambígua, polifacética e elástica que pode ser definida de maneiras muito diferentes") através de três paradigmas[30] sociológicos divergentes que, sustentados em ideologias políticas próprias, revelam "as razões que subjazem nos significados mais polêmicos e seletivos do termo" (Silver, 1994).

No 'paradigma da solidariedade' que orienta o republicanismo francês, a exclusão é concebida como uma ruptura do vínculo social – de orientação cultural e moral – entre o indivíduo e a sociedade, uma deficiência de solidariedade e não simplesmente como um fenômeno de ordem econômica ou política. Apresentando-se como uma 'terceira via' entre o liberalismo e o socialismo, o pensamento republicano conjugava dentro da noção de solidariedade as preocupações econômicas com as sociais, reconciliava o sentimento de pertencer à coletividade com a exigência de realização individual. Na retórica revolucionária, a igualdade significava que a República deveria garantir aos cidadãos a subsistência ou assegurar-lhes o direito ao trabalho; em contrapartida, os cidadãos assistidos tinham o dever de trabalhar e de participar da vida pública. Tal Estado 'jacobino' – forte, unitário, centralizado, igualitário, universalista e secular – esforçou-se para assimilar as culturas regionais, nacionais e religiosas dentro de uma única e característica concepção da cidadania e de civilização nacional.

No 'paradigma da especialização', as formulações liberais concebem a ordem social, tanto quanto a econômica e a política, como redes de intercâmbios voluntários entre indivíduos autônomos, com seus próprios interesses e motivações, dos quais surge o pluralismo cultural e político. A diferenciação social é uma faceta horizontal, não vertical, das estruturas sociais. Na medida em que os limites entre grupos restringem a liberdade individual de participar dos intercâmbios sociais, a exclusão é uma forma de 'discriminação', interpretada como se fosse uma experiência individual. Argumentando com razões de eficiência ou de liberdade, os liberais podem justificar distinções sociais que os demais paradigmas consideram excludentes. Os estudos dessa índole não destacam o dualismo entre 'os de dentro' e os excluídos, e seu discurso incorpora as noções de discriminação e de *underclass*, mas não a de exclusão social.

O terceiro e último paradigma, o 'do monopólio', concebe a exclusão como uma conseqüência da formação de grupos monopólicos de poder. Essa teoria social-democrata ou conflitiva entende a ordem social como de índole coercitiva e imposta mediante um conjunto de relações hierárquicas de poder. A exclusão é atribuída à interação das classes, à condição social e ao poder

---

[30] Para Thomas Kuhn, um paradigma "é uma constelação de crenças, valores, técnicas e outros elementos compartilhados pelos integrantes de uma determinada comunidade [que] especificam não somente que classes de entidade contêm o universo, mas também, por dedução, quais não contêm" (Kuhn, apud Silver, 1994).

político, redundando em favor dos interesses dos 'incluídos'. Há uma tendência ao dualismo em dois planos, pois embora o monopólio crie um vínculo de interesse comum entre 'os de dentro', não existe nesse 'interior' uma relação de igualdade. Chega-se ao 'fechamento' ou 'clausura social' quando as instituições e as diferenças culturais, além de colocar limites que deixam de fora outros setores contra a sua vontade, são utilizadas para perpetuar a desigualdade. A exclusão se combate a partir cidadania, segundo a formulação de Marshall, que possibilitaria a inclusão dos 'de fora' na composição igualitária da comunidade e sua plena participação nessa comunidade (Silver, 1994).

Martine Xiberras (1993) elucida o 'núcleo duro' da exclusão social: uma interação macro e microssocial evidenciada em diversos processos, grupos populacionais, formas e modalidades de exclusão e excluídos, cujo ponto em comum é a ruptura de vínculos sociais, materializados e simbólicos. Esse ponto em comum permite agrupar desde os 'inadaptados' de Lenoir até o racismo, o terrorismo, o fundamentalismo, passando pela pobreza e pelo desemprego. "É como se a exclusão permitisse reagrupar diferentes enigmas formando por sua vez uma categoria global paradoxal". Diante da abrangência do campo da exclusão social, que inclui vastas categorias populacionais, a autora identifica que estas podem ser agrupadas como resultantes de diferentes processos de conflitos de valores ou de perspectivas e marcados pelas diferenças (visíveis ou não, ressentidas ou reivindicadas) que constituem as vigas mestras das atitudes de rejeição e exclusão. Em seu livro a ênfase está posta na dimensão simbólica da exclusão:

> os excluídos não são rejeitados apenas fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza), são excluídos também das riquezas espirituais: seus valores não são reconhecidos e são ausentes ou excluídos do universo simbólico. Quando surgem, esses valores figuram como invertidos, atributos negativos que os situam na categoria dos estigmatizados, a categoria negativa. (Xiberras, 1993)

Assimilação, inserção e integração são conceitos vizinhos (positivos) que designam processos de coesão social cujas desintegrações promovem modalidades diferenciadas de um mesmo fenômeno negativo (exclusão): os estrangeiros, não assimilados, que são excluídos da comunidade nacional; os imigrantes que são acolhidos pela comunidade nacional mas não são inseridos, posto que não usufruem dos mesmos direitos, oportunidades e status; e os marginalizados que exemplificam os não integrados, os que não participam ou que não aderem ao modelo estabelecido. Exclusão e inserção (e integração) são assim conceitos relativos: suas definições se apoiam reciprocamente uma sobre a outra. A inserção, para Xiberras, significa "dar um lugar" na sociedade, isto é, direitos, oportunidades e estatutos similares. Esse lugar social se desdobra em diversas esferas da vida em sociedade, o que por sua vez obriga a definir o

espaço de referência (relações econômicas, instâncias sociais, vínculos simbólicos ou locais geográficos) em que se desenvolve o processo de inserção/exclusão. Mas, ainda mais, envolve descrever a forma como se entende o 'dar lugar' na sociedade e que tipo de lugar é desejável.

'Exclusão' é então definida como ruptura dos vínculos sociais, em diversas dimensões: dos vínculos que unem os indivíduos entre si e fixam os atores sociais ao modelo de sociedade, dos vínculos sociais (materializados) e dos vínculos simbólicos, das representações que conferem a 'identidade social'. A ruptura do vínculo econômico, segundo Xiberras, conduz de maneira inquestionável à exclusão, mas as outras formas de exclusão, de ordem simbólica, se não conduzem diretamente são portadoras potenciais de 'vetores de exclusão'. A exclusão pode ser visível e materializada através de comportamentos e atitudes de 'evitação',[31] de desconfiança, de rejeição ou de ódio, mas, também, pode assumir formas mais dissimuladas de ruptura do vínculo simbólico. Nessas formas menos perceptíveis

> a população de excluídos seria rejeitada para tão longe de nosso universo mental e de nossas fronteiras espaciais que ela estaria fora de nossa linha de horizonte, fora de nosso pensamento: como o estrangeiro que, enquanto permanece longe, não nos incomoda. Certas formas de representação coletiva não detêm nenhum estatuto, nenhum reconhecimento, é como se elas não existissem. (Xiberras, 1993)

Xiberras vai percorrer três conjuntos de teorias sociológicas para obter o substrato analítico que lhe permite, ao final de seu trabalho, construir um modelo explicativo do fenômeno da exclusão social, assim como indicar um esboço de coesão social nas sociedades pós-modernas. O primeiro conjunto teórico, integrado pelos 'pais fundadores' da disciplina sociológica – Durkheim e Simmel, primordialmente, e Weber – fornecem as bases de análise dos vínculos sociais. Durkheim confere as categorias de solidariedade mecânica e orgânica para analisar as formas do vínculo social horizontal; Simmel, com seus conceitos de proximidade/distância e a categoria do 'estrangeiro', aborda nesses mesmos vínculos as modalidades das relações de alteridade e Weber oferece a base para analisar a natureza dos vínculos sociais verticais.

Nos três autores estudados é na ordem das representações coletivas que se fundam os princípios de ordenamento social. É, portanto, nessa mesma ordem que serão identificados os fatores de desagregação social. Os pensadores clássi-

[31] "Chamaríamos a essa disposição genérica, não quantificada, ou mesmo quantificável, de uma 'cultura da evitação', a produzir freneticamente objetos, disposições e atitudes que afastem os personagens da rua, como indesejáveis, grosseiros e perigosos. Por outro lado, em seus contatos com a difusa sociedade dos aquinhoados, esses personagens marginalizados, subalternos, lúmpens, estão permanentemente a negacear, a se contradizer, a modular seu comportamento num sentido tático para auferir vantagens contingentes. É o que chamaríamos, por seu turno, de 'cultura da evasiva'" (Silva & Milito, 1995:38).

cos sublinham nas sociedades modernas (sempre em contraposição às sociedades tradicionais) uma mesma deficiência fundamental originada em uma espécie de vazio na ordem das representações coletivas: "a exclusão é definida por carência" (Xiberras, 1993).

Na modernidade, com a fragilização dos 'quadros sociais integradores' (família, religião etc.) e a progressiva individualização, a categoria de 'anomia' vai expressar a principal figura da exclusão em Durkheim. Anomia designa, no plano das representações, a desagregação dos valores e a ausência de referências, e, no plano das relações sociais, indica a desagregação do tecido social e a falta de adesão aos valores. A anomia descreve um mecanismo de exclusão macro e microssocial que atinge facilmente a desagregação da ordem social pela morte do ser humano: o suicídio anômico. Anomia contém a idéia de morte, individual depois coletiva.

Simmel considera que essa 'deficiência' nas representações coletivas se dá na relação com o outro, na alteridade, a partir do modo de pensar a diferença (proximidade/distância), utilizando a figura do estrangeiro. Tendo como referência a Cidade Antiga, Simmel identifica o estrangeiro no interior (escravo) e o estrangeiro no exterior (o bárbaro). Com o bárbaro 'a relação é uma não-relação', é a distância máxima, um não-reconhecimento de qualquer similitude, sequer a mais geral, a da humanidade. As formas de interação com o estrangeiro no interior variam entre uma relação positiva com acentuação da proximidade (o estrangeiro é acolhido, faz parte do grupo), e uma relação negativa com acentuação das distâncias (o estrangeiro está lá mas não é acolhido pelo grupo; as similitudes são reconhecidas porém são longínquas). Simmel define o vínculo social da modernidade como excludente por natureza. No contexto de aumento e diversificação das interações, em que a alteridade, a relação com o outro, acolhe parcialmente e acentua a diferença, as interações são de estranheza e hostilidade.

Um segundo conjunto de teorias sociológicas que vai conferir especificidade ao campo temático da exclusão social está composto pela teoria da ecologia humana (Universidade de Chicago, anos 20-30) e pela corrente do interacionismo simbólico (com vários representantes também da Escola de Chicago, anos 50-60). As categorias de 'desvio' (Becker) e de "estigma" (Goffman) como interações sociais vão conferir importante substrato teórico para a análise do fenômeno em contextos urbanos e metropolitanos. Essas correntes têm em comum o objeto do desvio (grupos excluídos) como uma categoria de populações. Exclusão será definida "por excesso" (Xiberras, 1993), no sentido em que o fenômeno se expande materialmente na urbanização e na experiência de crescentes grupos populacionais, assim como teoricamente, porque passa a ser definida de maneira ampla, despertando importantes mudanças nas suas formas de apreensão.

O aporte magistral das teorias do desvio, segundo Xiberras, consiste na demonstração de que a estigmatização global do fenômeno do desvio conduz à sua exclusão simbólica. As imagens que a sociedade estabelece com os excluídos são a do vazio, da falta, da negação da identidade e da identidade negativa. Os autores interacionistas rejeitam essas designações que contêm em si próprias o estigma e, em seus estudos sobre os grupos desviantes, destacam a existência de uma recomposição de vínculos de uma forma alternativa, invisível ou não reconhecida pela sociedade, mas que refuta a análise de um 'vazio anômico' nos grupos excluídos. Nos fenômenos do desvio, da anomia[32] ou da marginalidade, além da desagregação moral ou social, são identificadas recomposições do tecido social sob diferentes formas: áreas naturais (ecologia humana), grupos de excluídos (Goffman), ou mundos alternativos (Becker). Os grupos sociais conseguem recompor em seu seio um vínculo social de tipo comunitário, uma solidariedade 'mecânica', apoiando-se em representações coletivas coerentes, mas encontram grandes dificuldades para estabelecer uma solidariedade externa, um vínculo social de tipo 'orgânico', seja com as outras formas de agrupamento, seja com a sociedade global.

O terceiro conjunto está composto pelas teorias da sociologia contemporânea francesa agrupadas em torno do conceito de pós-modernidade. Esses autores (Edgar Morin, Michel Maffesoli, Jean Baudrillard e Alain Touraine) compartilham a hipótese de que a exclusão não pode ser resolvida senão através de uma mudança de paradigma, ou seja, identificam no paradigma individualista da modernidade (já assinalado pelos 'pais fundadores') "a fonte que lança por toda parte as sombras da exclusão" (Xiberras, 1993). A autora adota essa perspectiva holista que quer, em um mesmo olhar sobre a modernidade, analisar os progressos e as desordens que lhe são corolárias, posto que lhe permite abordar a exclusão como um fenômeno global e indicar as bases de coesão social na sociedade pós-moderna.

As sociedades da modernidade não conseguiram recompor um vínculo social de tipo orgânico que permitisse a cada um dos atores perceber-se como uma parte necessária do todo social. Mas ocorreu uma complexificação do tecido social com o surgimento de grupos, de 'unidades de pertencimento', nas quais há uma solidariedade de base – práticas, sentimentos e valores comuns – constituída de maneira transversal (policulturalismo) e de duração efêmera (ocorrem por um tempo dado em um dado espaço). As possibilidades de formação de vínculos sociais de tipo orgânico sob o paradigma da pós-modernidade envolvem incorporar a complexificação e pluralidade das morfologias sociais ("neo-tribalismo" de Maffesoli, constelações, mosaicos) mas sublinhando as

---

[32] Anomia adquire na sociologia moderna um conteúdo diferente do "vazio social" analisado por Durkheim; passa a ser considerada como fermento social, como potencial de recomposição (Xiberras, 1993).

proximidades, as similitudes, o que significa assumir a hipótese de que diferentes sistemas de representações coletivas podem coexistir, e, ainda mais, formar um todo social. A formação e o reconhecimento recíproco dos diferentes corpos intermediários não seriam suficientes caso não fossem acompanhados de um reconhecimento social global.

> Enquanto a tendência na modernidade era de buscar as diferenças que nos separam do outro, o estrangeiro, o tempo da pós-modernidade inclina-se a buscar as similitudes e tende a lembrar aos homens que, afinal de contas, é em conjunto que vivem. (Xiberras, 1993)[33]

O fenômeno da exclusão, assim como seu problema corolário de integração, abrangem os vínculos sociais em três níveis de interações: entre indivíduos e grupos sociais, entre grupos intermediários, e entre os grupos e a sociedade global. A natureza e as formas dos vínculos sociais conferem (ou não) para cada ser humano um lugar na sociedade. Todos os vínculos nas diversas dimensões ou esferas da vida social são ao mesmo tempo materiais e simbólicos. Através dos vínculos sociais o indivíduo encontra (ou não) um 'lugar social', uma 'identidade social positiva', 'o espaço de cada um no mundo em comum'.

Considerando a vinculação e a desvinculação como partes de um mesmo processo, o isolamento completo caracteriza o estado de exclusão máxima. Esse estado em que os indivíduos estão desvinculados dos grupos e da sociedade global é exemplificado por Xiberras na figura do toxicômano ou *junky*, que, além de ser rejeitado pela comunidade e pela sociedade, perde também até o valor de ser humano (a similitude mais geral de humanidade). Nesse ponto a relação é uma 'não-relação', como analisou Simmel na figura do 'bárbaro' na Cidade Antiga.

Outra forma de exclusão seria a ausência (apenas) dos vínculos sociais orgânicos: os indivíduos mantêm os vínculos com seus grupos mas os grupos não mantêm vínculos entre si e/ou com a sociedade global. Dependendo do ponto de vista esses grupos poderiam ser considerados como excluídos ou precariamente inseridos, mas a ausência de integração social é inquestionável. Nas sociedades pós-modernas, a pluralidade de tribos permite aos indivíduos inserir-se no seu seio mas sem gerar ainda o nível de vínculo societário, quer dizer, sem lhe dar em retorno representações de seu lugar na sociedade global. A integração trata pois da 'gestão da solidariedade orgânica', a capacidade de restabelecer o reconhecimento recíproco e global (Xiberras, 1993).

---

[33] "Temos de articular políticas de igualdade com políticas de identidade. Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizam; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (Santos, 1995).

Significados e oposições

Didier (1996) vai utilizar a metodologia de análise do discurso para observar o fenômeno da exclusão social a partir do que é dito sobre ele, do 'vocabulário da exclusão'. Desde o aparecimento do termo 'excluídos' no título do livro de Lenoir, que teve o 'poder de nomear' o fenômeno, até sua incorporação nos textos da União Européia, em 1990-91, a exclusão foi totalmente categorizada no sentido lingüístico, ou seja, a palavra pode ser utilizada sem complementos. O autor considera a exclusão uma categoria cognitiva: a noção tem uma unidade, é equivalente a uma conformação particular sem que por isso possam ser assinaladas nem suas causas (o que determina a exclusão) nem suas conseqüências (quem são os excluídos). A partir desse suposto Didier identifica no conjunto de textos sobre exclusão social, que configuram três modelos (Lenoir, *ATD-Quart Monde* e do Insee), um corpo de axiomas[34] que constituem as regras necessárias à atribuição de um sentido ao vocabulário da exclusão, uma "axiomática da exclusão".

Os axiomas identificados são:[35]

A exclusão supõe que um 'mundo comum' está partido em dois. Indicar a existência de um mundo partido não significa que existam dois mundos. Para tal os indivíduos que povoam cada um desses mundos deveriam conformar uma comunidade. Os trabalhos insistem sobre a diversidade dos que são excluídos. "O mundo dos excluídos não é um mundo: é aquilo que sobra na comunidade mais vasta depois que dela se retirou o mundo desejável".

A exclusão parte essa comunidade em dois grupos diferentes mas ligados por um elo muito frágil. A exclusão fala da relação entre dois mundos; portanto, há um elo de ligação, mas que se supõe frágil ou precário. O vocabulário da exclusão só pode falar desse estado (de infelicidade ou de desgraça) comparando-o ao outro, aquele que é o desejável. Daí o caráter processual da exclusão.

O corte em dois mundos é feito pelo locutor da exclusão. Qualificados em oposição, esses mundos são ao mesmo tempo uma descrição e um julgamento realizado pelo locutor da exclusão, que é quem confere às palavras seus valores sobre o que é desejável e o que é desgraça. É o mundo a partir do qual o locutor fala que torna inteligível o conjunto de espaços constituídos como espaços de exclusão.

---

[34] Axioma é uma proposição que não é demonstrável porque constitui o fundamento de um raciocínio. É a fundação de um edifício. Pode ser aceito ou recusado segundo um dado critério mas não pode ser demonstrado (Didier, 1996).

[35] Ainda que a axiomática da exclusão tenha sentido para todos os discursos sobre a exclusão, "ela não tem sentido senão a partir do contexto no qual nos encontramos; portanto, ela não é válida para sempre e para tudo, mas aqui e agora, e é bem possível que estes axiomas sejam mais tarde invalidados" (Didier, 1996).

A exclusão condena o estado do mundo que permite pronunciar seu nome. Na medida em que dizemos que há exclusão, dizemos também que o lugar da desgraça é inadmissível, que não deveria existir. Assim, a exclusão não se contenta em descrever o vínculo que ela aponta, ela o julga também, e de maneira negativa.

O discurso da exclusão não designa atores responsáveis pela situação. Exclusão indica menos a ação de excluir e mais o fato de ser excluído, o agente é mais difícil de ser nomeado que o objeto da exclusão. Os textos não imputam responsabilidades. A dicotomia integrado/excluído assemelha-se mais a sadio/doente que a dominado/dominante, na medida em que os sadios não podem fazer nada em relação ao fato de que os outros estejam doentes.

Essa condenação é sempre ao mesmo tempo um apelo à mobilização. Quando se fala da desgraça, deseja-se sempre fazê-la desaparecer. O nome de exclusão é um estandarte convidando a agir para mudar o estado do mundo que permite pronunciá-la. A fluidez da noção de exclusão é propícia ao valor performativo desse vocabulário. Em uma noção fluida coexistem uma singularidade (ela designa alguma coisa) e uma generalidade (subsiste um etc. na sua referência) (Didier, 1996).

Ao longo dessa trajetória, a noção 'exclusão social' tornou-se uma categoria cognitiva, (perdendo as aspas), portadora de uma axiomática, mas não adquiriu um estatuto de conceito por falta de consenso entre os pesquisadores sobre exatamente aquilo que nomeia. Poucos são os que se opõem diretamente ao vocabulário, mas alguns dos principais estudiosos (Rosanvallon, Castel) evitam o seu uso. Apesar das críticas relativas à sua ambigüidade, diversidade, evocação de externalidades e de dualidades, a noção permaneceu presente no debate público e como objeto de reflexões acadêmicas.

Na busca dos significados de exclusão social alguns autores têm uma definição institucionalista e jurídica que delimita o fenômeno à não realização dos direitos sociais garantidos por lei.

> Ao falar de 'exclusão', se está pensando basicamente de 'exclusão de direitos' (produto) do processo de reorganização do trabalho que, de forma central de integração social mediante contratos formais, passou a ser mecanismo de exclusão dos direitos básicos de cidadania. (Sader, 1997)

> A exclusão social é um produto das sociedades contemporâneas fragmentadas (...) [e] significa um status discriminatório aplicado institucionalmente que se agrega a certos processos de marginalização devido ao desemprego e às transformações dos sistemas sociodemográficos e dos sistemas de emprego. (Mingione, 1998)

Outros estudiosos buscam a especificidade de uma modalidade contemporânea da exclusão social, uma 'novidade' nas relações sociais, em oposição às

outras expressões históricas de exclusão (escravidão, 'intocáveis' na Índia). Mas a novidade de uma problemática não deve ser confundida com a sua visibilidade ou o seu recenseamento (Castel, 1991).

Nas sociedades antigas as estruturas integravam – mesmo com freqüentes desigualdades e injustiças – a totalidade das populações; pessoas ocupavam os escalões inferiores mas estavam inseridas (Raguenes, 1993). As sociedades tradicionais faziam uma distinção entre membros de plenos direitos e membros que tinham um estatuto à parte. A exclusão estaria representada pelo banimento ou na figura do 'bárbaro', ou seja, aquele que era colocado para fora das fronteiras geográficas, das relações sociais e do horizonte simbólico da humanidade. Mas exílio, ostracismo ateniense, proscrição e banimento em Roma, pária na civilização hindu e os estamentos na Idade Média são expressões históricas de formas de exclusões cuja principal distinção da exclusão moderna estaria no fato de que eram "parte da normalidade das sociedades sem suscitar problemas de consciência moral ou política" (Freund, 1993).

Nas sociedades modernas, entretanto, a exclusão social significa uma ruptura com as suas próprias idéias fundadoras (unidade, universalidade e mobilidade social). Elimar Nascimento considera que a desigualdade econômica e social é parte integrante da sociedade moderna e de seu dinamismo econômico, mas "a exclusão social constitui uma verdadeira e radical ruptura com a sociedade moderna" (Nascimento, 1994b). Considerando a exclusão social como um fenômeno da modernidade em oposição à hierarquia excludente das sociedades tradicionais, os pesquisadores buscam indicar sua 'fonte' especificamente contemporânea, a qual encontra-se, geralmente, nas conseqüências da evolução tecnológica sobre o mercado de trabalho em sociedades cujo principal eixo de organização social estava (e está) constituído pelo trabalho.

A configuração do fenômeno de exclusão social é revelada através de âmbitos ou dimensões da vida em sociedade. Mas a ausência de recursos, a exclusão do mercado de trabalho, da educação e da formação profissional, a precariedade de habitação e de saúde constituem como um 'núcleo' tão abrangente de dimensões sociais, às quais se associa tal variedade de temas, que seria preferível falar e pensar sobre "*as* exclusões sociais" (Bouget & Nogues, 1993).

Castel define claramente o que lhe parece ser a nova questão social: um *processo* de fragilização e ruptura de vínculos sociais, primordialmente com o mundo do trabalho, com a constituição de uma *zona* (condição) de exclusão, o "fim do processo de desvinculação, quando a precariedade econômica torna-se privação, e a fragilidade relacional, isolamento" (Castel, 1991). Embora o autor acentue que a dimensão econômica não determina as trajetórias de desvinculação, seu modelo de análise da coesão social está solidamente estruturado sobre as

transformações das relações de trabalho e é no desemprego, na desocupação, na 'inutilidade ao mundo' que observa suas expressões mais nítidas.

Uma outra forma de estabelecer os contornos do significado de exclusão social é a que designa processos em que "o reino da necessidade determina um possível social limitado entre várias violências (estrutural, doméstica, institucionais e das ruas)" constituindo-se em um "aviltamento social de seres humanos" (Minayo, 1994). Nessa definição, dentre as múltiplas dimensões que configuram a exclusão social, a determinação principal é a da privação material (a pobreza) que estabelece um 'possível social', o desenvolvimento das potencialidades da condição humana contornadas por relações sociais de violência.

A noção de exclusão social designa, ao mesmo tempo, um processo e um estado. Um processo porque fala de um movimento que exclui, de trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, e que é potencialmente excludente (vetores de exclusão ou vulnerabilidades). Mas é, ao mesmo tempo, um estado, a condição de exclusão, o resultado objetivo de um movimento. As formas de exclusão social podem ser caracterizadas por trajetórias de labilidade dos vínculos sociais até a sua ruptura completa, atravessando terrenos de dissociação ou desvinculação. Entre o início da trajetória e a ruptura total existem, certamente, situações (ou zonas) intermediárias de rupturas parciais dos vínculos, eventualmente reconstruídos a partir da criação de novos vínculos, mais ou menos lábeis.

Outro elemento importante a acrescentar na definição das dimensões da exclusão social é a *sobreposição das situações de exclusão* em um mesmo grupo social. Há uma somatória, uma concentração dos critérios sociais de discriminação, estigmatização e exclusão em certos grupos a um ponto tal que a exclusão social caracteriza o contexto de sociabilidade. Os estudos assinalam que as desvantagens sociais absolutas e relativas, segundo o caso, podem ter lugar simultaneamente e se sobrepõem umas às outras, em uma tendência associativa e cumulativa. Paugam (1994) concebe a exclusão como a acumulação de tais desvantagens, como a última etapa de um processo de desqualificação.

O fim do processo de desvinculação – o estado de exclusão social, o isolamento e a privação material da condição de excluído, indicando a ruptura total dos vínculos sociais primordiais – encontra sua expressão mais nítida nos estudos sobre os campos de concentração e a sobrevivência em 'situação extrema'. "Toda experiência extrema é reveladora dos constituintes e das condições da experiência 'normal'" (Pollack, 1990).

Nos campos de concentração existia todo um sistema montado para "desintegrar a estrutura autônoma dos indivíduos" (Bettelheim, 1979) "em um universo em que as regras do jogo jamais excluíam o risco e o arbitrário" (Pollack, 1990). O processo de destruição de toda resistência física e moral passava pela fome, por experiências de humilhação e castigos, em um processo de

"despersonalização" (Bettheleim, 1979) que Hannah Arendt (1989) analisou em três passos: matar a pessoa jurídica, matar a pessoa moral e eliminar a identidade, reduzindo seres humanos a "feixes de reações".

Mas a memória dos sobreviventes revela que nessas mesmas situações há também "o aprendizado de técnicas de astúcia e de 'virações', em processos de 'repersonalização' nos quais são criados novos laços sociais suficientemente estáveis para permitir um grau de segurança da identidade pessoal" (Pollack, 1990). A sobrevivência dependia, ainda que nunca integralmente garantida, da capacidade de adaptar-se rapidamente às circunstâncias em transformação permanente e, também, de uma forte 'dessensibilização' frente a um convívio cotidiano com o sofrimento e com a morte. Essa convivência, ao cabo, produzia um certo hábito e mesmo a indiferença frente à miséria humana. Pollack sistematiza um movimento da narrativa de Ruth (capítulo 2 – Berlim) em que ela toma consciência da situação e "seus pensamentos e toda a sua energia são orientados na direção da vontade de sobreviver. Após perder seus familiares e a falta de perspectivas de futuro, ela não vive senão no presente, à exceção dos sonhos" (Pollack, 1990).

Os processos de despersonalização e de repersonalização podem ser igualmente descritos em termos de dessocialização (as separações e rupturas arrancam as pessoas de seus vínculos sociais correntes) e ressocialização (a construção de novos vínculos no seio da instituição total) (Pollack, 1990). As experiências vividas nos campos de concentração foram situações de "negação total do vínculo social" (Enriquez, 1991).

Definidas as 'situações extremas' a partir de um universo carcerário extremo e totalitário, muitos autores negam que outras experiências de vida possam ter qualquer analogia. Embora a zona de desvinculação ocupacional e sociofamiliar presente nas sociedades contemporâneas não possa ser comparada aos campos de concentração, a ruptura dos vínculos em diversos âmbitos da condição de exclusão social compartilham com a experiência concentracional (sempre nas devidas proporções) características da sobrevivência em situação extrema, isto é, uma existência de extrema privação material, situada no limite entre a vida (sobrevivência) e a morte, de afastamento dos meios familiar e social habituais, caracterizada por marginalização, isolamento e solidão, de 'gestão da incerteza permanente', na qual os indivíduos vivem em 'um eterno presente', e ainda, de 'dessensibilização' frente ao convívio cotidiano com a miséria.

A categoria de exclusão social é construída a partir de uma unidade de características negativas, definidas por oposição. Daí boa parte dos grupos sociais a que faz referência também ser nomeada como 'os sem' (terra, trabalho, pão, teto...). Sob a denominação de exclusão social são agrupadas análises sobre a marginalização econômica, a segregação por motivos étnicos ou raciais, a

discriminação de gênero ou sexual, a proscrição pela privação material, a destituição dos direitos e a eliminação física pelos extermínios, chacinas etc. Nos diversos trabalhos o conceito de exclusão social é impreciso e variável, e tem como sinônimos numerosas expressões: precariedade, vulnerabilidade, marginalização, discriminação social e segregação social (Bouget & Nogues, 1993). A noção de *excluído* está "saturada de sentido, de não-sentidos, e de contra-sentidos (...) significando tudo e qualquer coisa" (Freund, 1993).

A categoria de exclusão social não deve ser confundida com a diferenciação social *de per si*. Se a existência de grupos sociais implica necessariamente a existência de limites, não é tão claro que toda diferença ou distinção estabeleça uma exclusão. O grau em que as diferenças produzem exclusão depende de fatores como a permeabilidade dos limites, a medida em que o pertencimento ao grupo é livremente escolhida e também se as distinções proporcionam algum benefício social (Silver, 1994). Considerando-se que a sociedade contemporânea é marcada por uma pluralidade (diferenciação) de fato, nesta acepção é uma questão de grau (negativo) que marca os limites entre diferenciação e exclusão.

Agrupando um conjunto de designações, a categoria *exclusão social* adquire uma abrangência que, se por um lado, leva à perda de nitidez de seus contornos conceituais, por outro lado, estabelece limites aos termos que lhe são contrapostos ou agregados. Assim, *precariedade* e *vulnerabilidade* são fases ou momentos de qualquer processo; *marginalização* adquire dois sentidos principais: um que o adscreve à delinqüência e outro que situa uma posição específica de inserção no modo de produção capitalista dependente; *segregação* tem significado essencialmente geográfico e espacial; *discriminação* envolve o 'colocar à parte' pela acentuação da diferença (de base racial, étnica, sexual), o que em geral abrange processos de estigmatização com ou sem institucionalização. Todos esses mecanismos têm conseqüências negativas nos processos de inserção social em diversos âmbitos, ou seja, dificultam o acesso e o usufruto de direitos, oportunidades e estatutos similares.

Buarque (1993, 1994) opta pelo conceito de *apartação*, em uma tradução do termo de origem africâner *apartheid*, que define a separação econômica e social sustentada por critérios raciais. O autor considera que no Brasil o modelo econômico produziu o mesmo sistema da África do Sul de 'desenvolvimentos separados' adotando categorias sociais ao invés de raciais. "A apartação é mais do que o aumento da desigualdade, é a afirmação da 'diferença'" (Buarque, 1993). A exclusão "depende dos desejos de cada indivíduo e das possibilidades do sistema socioeconômico" (Buarque, 1994). Dessa forma, o autor considera 'exclusão' tal qual a diferenciação social, *de per si* (Silver, 1994) característica da pluralidade das sociedades modernas.

A desigualdade designa a distinção entre pessoas dentro do mesmo padrão social, econômico e técnico, enquanto diferença significa a distinção entre os que participam da modernidade de forma relativamente estável e aqueles que dela estão excluídos (Buarque, 1994). Na desigualdade há uma articulação de uma dualidade social, enquanto a diferença promove a separação dos dois mundos. Dessa forma, a apartação identifica uma 'fratura social'. Na expressão *apartação social* a idéia de dualização social é evidente: "de um lado, os pobres, cada vez mais miseráveis, numerosos e ousados; de outro, os ricos, cada vez mais ricos, minoritários e temerosos" Essa clivagem separa uma totalidade em duas partes, o que envolve "lógicas de estruturação, princípios de solidariedade e dinâmicas sociais distintas, separadas ou opostas, conflitos entre partes que são totalidades em si mesma" (Nascimento, 1994b).

Assim, a exclusão social ultrapassa largamente a questão da desigualdade, não apenas hierarquizando mas excluindo os indivíduos social e politicamente. No Brasil, assinala Nascimento,

> desigualdade e 'apartação' são partes de um gradiente no qual se encontram, entre outros, os termos discriminação e segregação. Nas expressões desigualdade, discriminação e segregação o outro é menos, inferior, subordinado, mas faz parte do mesmo universo, da mesma sociedade. Não contém a idéia de uma partição, ou separação que está mais ou menos explícita nas noções de exclusão ou apartação. (Nascimento, 1994b)

Brasil – a contextualização da categoria

A exclusão social como processo de desvinculação revela, em vários âmbitos, 'falhas' ou 'brechas' na integração social. Na sociedade francesa equivale a um momento de 'vulnerabilidade de massa pós-proteção social' (Castel, 1996), a uma crise de solidariedade (vínculos de tipo orgânico) e do Estado de Bem Estar Social (Rosanvallon, 1996), expressão do 'esgotamento ou mutação da sociedade moderna' (Nascimento, 1994b). Seria, porém, uma categoria válida para analisar o contexto social brasileiro?

Na visão da maioria dos autores estudados, há também no Brasil uma nova problemática social correspondente a uma conjuntura contemporânea inédita, que está por merecer uma conceituação própria. No entanto, as análises tendem a considerar a emergência do fenômeno como expressão de um processo com raízes históricas ancestrais na sociedade brasileira, ao longo do qual ocorreram situações de exclusão que deixaram marcas profundas em nossa sociabilidade – como a escravidão. Alguns autores consideram que a partir dessa marca estrutural a sociedade apresentou nos diversos períodos históri-

cos, faces diferenciadas, expressões de processos sociais presididos por uma mesma 'lógica' econômica e/ou de cidadania excludente.

Para Nascimento (1994b), a questão social é 'nova' em seus elementos econômicos e culturais, posto que a escravidão era a exclusão social e política de seres humanos economicamente necessários, enquanto a exclusão social contemporânea caracteriza-se por integrar politicamente e excluir economicamente. Cristovam Buarque considera que o fenômeno é novo, exigindo um novo conceito ('apartação'), mas é também parte de um processo, 'a última etapa de uma série de opções históricas' pela modernidade técnica nas quais se desprezaram os objetivos sociais. A fabricação da apartação social foi iniciada em 1930, conformada por problemas estruturais (concentração da propriedade da terra, ênfase nas exportações e estruturação de uma economia cartorial) aos quais se somavam problemas conjunturais, como o endividamento externo, quando o Brasil iniciou sua transição para a democracia política A modernização operada pelo regime autoritário de 64 significou a transformação de uma economia dual em economia de apartação. Isso significou "sair de uma economia tradicional, que garantia a sobrevivência pobre, sem penetrar na economia moderna, que não os necessita. Saem da dualidade e caem na exclusão" (Buarque, 1993).

Telles (1992) argumenta por uma "exclusão que se processa na lógica da cidadania restrita em que os direitos não se universalizam". É nas representações das diferenças que a autora observa a permanente atualização de uma tradição elitista e oligárquica na qual prepondera uma lógica silenciosa das exclusões,

> permanentemente reposta no modo como as relações sociais se estruturam, definindo um tipo de sociabilidade que obsta a constituição de uma regra igualitária de reciprocidade que confira ao outro o estatuto de sujeito de interesses válidos e legítimos. (Telles, 1992)

O processo de integração sempre foi incipiente no Brasil e o dualismo social sempre esteve presente. Entretanto, há uma mudança objetiva e subjetiva da 'questão social' que introduziu, para sua melhor compreensão, a utilização da categoria de exclusão social. A clivagem econômica, política e social demarcada nesse processo histórico de exclusão foi constituída, na década de 80, pela transição do regime político e pelos ciclos econômicos recessivos que aceleraram o processo e aumentaram a visibilidade da 'questão social'. Na década de 90, e não antes, surgiram os sinais evidentes de uma piora das condições de vida. A exclusão social tornou-se visível e contundente a partir da população de rua e da violência urbana (Nascimento, 1993b).

A nova questão social está caracterizada pelo crescimento da violência urbana e pela mudança do perfil de pobreza: há um deslocamento espacial (rural-urbano) e um deslocamento social à medida que a pobreza invade seto-

res do mundo do trabalho até então em mobilidade ascendente. A percepção do bloqueio da mobilidade social retira a transitoriedade da situação de exclusão. Há mudanças também nas representações sociais: "os pobres, os 'novos' excluídos, passam a ser vistos como economicamente supérfluos, socialmente ameaçadores e politicamente incômodos" (Nascimento, 1994b).

O aumento da visibilidade social do fenômeno da exclusão social na década de 90 decorreu assim de uma conjunção de fatores relacionados não apenas ao ritmo de crescimento das desigualdades, mas também ao regime político, à democracia. É sob a ótica dos direitos que Weffort (1992) aponta, como um grande obstáculo para a consolidação da democracia no Brasil, a não-integração de setores sociais, conformando uma "cidadania de segunda classe". A transformação dos pobres em estrangeiros em seu próprio país ("instrangeiros"), excluídos da lógica social da modernidade técnica, é uma situação limítrofe que a democracia tornou visível (Buarque, 1993). As condições de vida dos meninos e meninas de rua são consideradas como o

> limite da exclusão social; (...) as crianças nas ruas são a expressão paradigmática da violência da sociedade brasileira, são testemunhas vivas e historicamente irredutíveis de um desenvolvimento nacional concentrador e excludente, e do aumento da pobreza em termos absolutos na década de 80. (Minayo, 1993)

Esses fenômenos de exclusão social, limítrofes ou não, estruturam-se sobre o pilar do 'reino da necessidade' mas também revelam uma lógica de exclusão que se manifesta em outras dimensões, como a da cidadania e a das representações sociais. Essa manifestação do fenômeno – social e temporalmente contextualizada – apresenta contrapontos importantes com o contexto francês, no qual a noção de exclusão social foi elaborada teoricamente para tornar-se um conceito de análise. Entretanto, isso não significa que se deva abdicar do conceito, e tampouco lhe retira o valor de análise em outra realidade social.

Na axiomática da exclusão (Didier, 1996), está muito bem delineado o modo como a categoria de exclusão social evoca a dualização. Assim como marginalidade e *underclass*, a categoria de exclusão social teria intrínseca uma abordagem dualizada da sociedade. Porém, como lançar mão dessa categoria de análise quando se está falando de uma sociedade "flexível" (Cândido, 1993) e de uma sociabilidade "inclusiva" (Da Matta, 1990)?

No Brasil, em oposição à sociedade *moral* construída nos Estados Unidos, que estabelece com nitidez as fronteiras entre o interior e o exterior do grupo, entre aceitação e transgressão das leis, "as formas espontâneas da sociabilidade atuaram com maior desafogo e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência"; "a sociedade brasileira se abriu com maior largueza à penetração dos grupos domina-

dos ou estranhos. E ganhou em flexibilidade o que perdeu em inteireza e coerência" (Cândido, 1993). Essa flexibilidade é o que Da Matta vai chamar da "lógica da inclusividade" em uma "sociedade relacional". Enquanto na sociedade norte-americana os valores e instituições que detêm a hegemonia operam segundo uma lógica bipolar, fundada na exclusão, no Brasil predomina uma lógica de inclusividade, articulando-se em planos de oposição hierárquica e complementar, que busca uma compensação dos extremos da escala hierarquizada da sociedade (Da Matta, 1993). Uma lógica que salienta "o ambíguo e o intermediário" no interior de um esqueleto hierarquizante naturalizado e avesso ao conflito aberto. "O Brasil não é marcado pela padronização e pelas dicotomias secas do preto e do branco, de quem está dentro ou fora, do é ou do não é, mas por permitir mais uma diferença e uma tonalidade" (Da Matta, 1990).

Embora a institucionalidade do sistema social seja orientada pelo credo igualitário, "a regra de ouro de um universo hierarquizante como o nosso é: 'juntos, mas diferentes'". É a oposição do *apartheid*: 'separados, mas iguais'. Há uma articulação entre os extremos, em que todas as mediações são não somente possíveis, mas também essenciais para a dinâmica do sistema. Isso, porém, permite igualmente a operação inversa, isto é, a diferenciação contínua e sistemática dos iguais (Da Matta, 1990, 1993).

O sistema social brasileiro permite seqüências inusitadas de compensações sociais no interior de uma hierarquia de relações complementares, que vão do outro mundo até os animais e as plantas, passando por uma hierarquia de homens, cujo nível mais próximo da natureza estaria ocupado pelos escravos. Pensando o Brasil como um sistema tematizado por mediações, Da Matta critica o uso de uma epistemologia individualista para estudar uma sociedade que se pensa a si mesma como relacional. Faz-se uma leitura dualista de uma lógica social que é de fato triangular, complementar e hierárquica.

Na análise de uma sociedade relacional, tem pertinência a categoria da exclusão social? Tem pertinência quando exclusão social é pensada como um processo que opera uma interação excludente. A lógica da inclusividade operando sobre um esqueleto hierarquizante se expressa em uma fragmentação social, na coexistência de grupos cujos vínculos em diversas dimensões se apresentam mais ou menos coesos. A fragmentação social (pluralidade, transversalidade, policulturalismo), característica das sociedades pós-modernas, está contemporaneamente presente na sociedade brasileira; entretanto, ela se assenta em uma base estrutural de desigualdades sociais em que a 'diferença' que provoca interações de rejeição e hostilidade é a pobreza.

A exclusão social pode ser uma categoria de análise – em uma sociedade que se pensa como relacional e inclusiva – quando é abordada como um pro-

cesso e não apenas em oposição à integração social, pois as múltiplas formas em que se expressa revelam precisamente que seus elementos integrantes "não estão polarizados mas contraditoriamente combinados" (Martins, J. S., 1993). A 'combinação paradoxal' de formação e ruptura de vínculos sociais possibilita compreender uma realidade que se apresenta fragmentada (e não dualizada) envolvendo diversas modalidades de processos de integração/exclusão social. A acentuação da exclusão social como processo não lhe retira a característica de designar também um estado, mas este coexiste e está conjugado a diversas outras situações de vulnerabilidade e fragilização de vínculos que não são necessariamente de ruptura total ou de exclusão.

Essa coexistência de situações de vulnerabilidades se expressa com nitidez no âmbito da cidadania. Análises sobre o padrão brasileiro de cidadania (Carvalho, 1995; Draibe, 1989; Sposati, 1988; Fleury, 1994) indicam formas diferenciadas de acesso e usufruto aos direitos civis e sociais, conformando uma fragmentação de modalidades de cidadania, as quais englobam a não-cidadania, a cidadania invertida (Teixeira, 1991), a cidadania regulada (Santos, 1987) e a cidadania social ou plena (Marshall, 1967) no interior de um grupo nacional regido pela mesma Constituição. O padrão de cidadania em um contexto democrático pode ser analisado como expressão do fenômeno de exclusão social. Esse fenômeno envolve um processo que oferece acesso e usufruto diferenciados dos direitos constitucionais e uma zona de desvinculação completa, uma experiência de 'não cidadania', na qual a cidadania não confere ao indivíduo nenhuma 'unidade de pertencimento', nenhum lugar social.

Os processos e as condições de exclusão podem ser analisadas como "uma forma patológica de integração democrática" como fez Angelina Peralva (1994) sobre o racismo na sociedade francesa.

> Passamos de uma situação em que o sujeito racializado tinha um lugar próprio na sociedade que o acolhia, embora *inferior*, posto que era o de um trabalhador desprovido dos direitos de cidadania a uma outra situação *em que não há mais lugar para ele e na qual ele passa a ser identificado pela sua diferença cultural.* (Peralva, 1994)

Há uma ruptura da integração social por quebra dos mecanismos de inserção. O estrangeiro está lá mas a diferença nega qualquer similitude, até a humana. A exclusão social no Brasil onde a 'diferença' é a pobreza, pode também designar essa passagem de um estatuto inferior para o 'sem lugar' caracterizado por uma diferença desumanizadora.

AS DIMENSÕES DA EXCLUSÃO SOCIAL: uma proposta conceitual e metodológica de análise do fenômeno

Diante de uma realidade que se apresenta fragmentada e integrada por mediações e compensações das diferenças, combinando lógicas paradoxais na formação e ruptura dos vínculos sociais, elaborei um percurso de estudo do fenômeno da exclusão social através da delimitação de dimensões ou âmbitos da vida social em que se processa, para compreender as interferências dos processos de desvinculação no cotidiano dos vulnerabilizados.

O conceito de exclusão social foi elaborado a partir dos trabalhos de Arendt,[36] que estuda a condição humana na *vita activa* através de três atividades ordenadas axiologicamente. Parte daquela em que mais nos parecemos com os animais (o labor, o metabolismo, que responde a necessidades inexoráveis e irreprimíveis e cujo produto é a própria vida, a condição de *animal laborans*), passa pelo trabalho (a capacidade de fazer, fabricar e produzir que constrói o mundo em que vivemos, a condição de *homo faber*), até atingir a atividade que mais distingue os homens como humanos que é a ação (englobando o agir e o falar, constituindo o *bios politikos*, a condição de interação entre os homens e a construção de um mundo em comum, a esfera pública). Assim, considero a exclusão social como um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição (estado) de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades da condição humana.

Esse processo tem 'traduções' específicas segundo o âmbito da vida social em que ocorre e, sob a influência dos eixos de vinculação/desvinculação de Castel, analiso a exclusão social considerando-a como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade.

As trajetórias de vulnerabilidades dos vínculos com o *mundo do trabalho* envolvem a diminuição dos postos de trabalho, a precarização composta por empregos de tempo parcial ou de duração limitada, a não absorção da força de trabalho jovem,[37] a instabilidade e a irregularidade ocupacional, o desemprego recorrente e duradouro, as dificuldades crescentes de inserção da mão-de-obra não-qualificada e os rendimentos decrescentes das 'ocupações pauperizadas'.

---

[36] Ressalte-se que a autora não emprega o termo *exclusão*, mas me forneceu os elementos nodais para construir a categoria e as dimensões da exclusão social.

[37] Os jovens brasileiros de 10 a 24 anos foram os mais afetados pelo desemprego nos anos 90, aponta estudo desenvolvido pelo professor Márcio Pochmann, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. De 1980 a 1997 a taxa de desemprego juvenil cresceu de 4,5% para 13,9% mantendo-se uma vez e meia maior que a de desemprego total (*Jornal do Brasil*, 2 de setembro de 1998).

Nesse âmbito a caracterização principal do fenômeno de exclusão consiste em que contingentes populacionais cada vez maiores são economicamente desnecessários e supérfluos conformando, além do denominado desemprego estrutural, uma situação em que não há, sequer como potencialidade, postos de trabalho que poderiam ser ocupados no processo de produção de bens e serviços. Não há espaço na vida econômica para esses indivíduos: sua existência é disfuncional (no mínimo, um incômodo) tanto em relação às mudanças tecno-estruturais da produção quanto em relação às propostas de ajuste e reforma do Estado, o que os aproxima da conceituação de *underclass* – inúteis e incômodos.

Viviane Forrester (1997)[38] advoga que não se trata de uma crise social, e sim de uma mutação de civilização, na qual não haverá mais perspectivas de inserção pela via do trabalho. A autora condena os governantes e políticos por fingirem não se dar conta dessa mutação e fazer promessas sistemáticas de superação da crise e de ampliação do mercado de trabalho, obrigando os desempregados a um percurso de busca cotidiana de algo que não é mais oferecido. A inserção social através do vínculo com o mundo do trabalho é imposta, mas é também sistematicamente negada simplesmente porque não existe mais. A crise do emprego transformou-se em crise social porque, além da superprodução de uma mão-de-obra desqualificada, as perspectivas de trabalho não conferem nenhuma garantia de estabilidade, de salário e de condições de trabalho que permitam uma integração completa e durável em uma comunidade de pertencimento. É nesse processo de risco crescente de marginalização e déficit de integração que está posta a questão da exclusão social (Mingione, 1998).

Na *dimensão sociofamiliar* verifica-se a fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão. São percursos de distanciamento dos valores e das relações que estruturam o cotidiano e trajetórias de dificuldades em conseguir mobilizar apoios frente a situações de labilidade dos vínculos econômicos ou políticos. As transformações da esfera produtiva e financeira vulnerabilizam o âmbito familiar, podendo inviabilizar os suportes, proteções e reconhecimentos aos seus membros. Na França, Castel identifica a restrição (nuclearização) dos laços familiares e de vizinhança, conseqüências da urbanização e do 'individualismo de massas', como vetores de vulnerabilidades expressos em domicílios uni-habitados e famílias monoparentais.

Esta é uma dimensão de especial relevância na configuração da exclusão social no Brasil, em que a esfera pública não se universalizou e a família se

---

[38] *O Horror Econômico* foi publicado na França em 1996, com grande sucesso e, no ano seguinte, no Brasil (Ed. Unesp). A melhor tradução do título talvez fosse o "terror" econômico, já que perspectivas de fenômenos totalitários estão presentes ao longo do livro.

manteve como principal suporte das relações sociais. Na sociabilidade brasileira as relações primárias familiares, locais e comunais mantiveram-se como a principal referência para o indivíduo reconhecer-se como tal (unidade de pertencimento), e como o suporte mais estável frente às freqüentes 'adversidades' oriundas do mercado de trabalho e da precariedade de proteções sociais. Desvinculações neste âmbito configuram situações de isolamento parcial ou completo e de solidão nas quais os indivíduos não compartilham nenhum lugar social, e não estão ancorados a nenhuma 'unidade de pertencimento' familiar ou comunitária.

Na *dimensão política* a experiência dos mais pobres revela a existência – em contextos democráticos – de situações não apreendidas pelos direitos ou nas quais o exercício dos direitos não é igual para todos. Os direitos elementares são para os pobres uma conquista de cada dia (*Droit en Quart Monde*[39]). As trajetórias no âmbito da cidadania são de precariedade no acesso e no exercício de direitos formalmente constituídos, e de incapacidade de se fazer representar na esfera pública. Assim, configura-se um espaço de não-cidadania onde a destituição de direitos se associa com a privação de um poder de ação e representação (Telles, 1990, 1992a). Há uma fragmentação intensa, gerando uma estratificação da cidadania, que inclui o estatuto de 'não-cidadão' ou de um 'território de infracidadania'.[40] A cidadania passa a ser desdobrada, fragmentando-se em relação a grupos populacionais específicos, podendo ocorrer, em certas situações, o "estilhaçamento da cidadania" (Lautier, 1992). Há exclusão da atividade política porque estão privados de recursos de poder e, também, pelo desencanto com a política, pela descrença de que esta contenha as potencialidades de ação na construção de um mundo comum, de uma esfera pública de igualdade.

A cidadania se constitui através do primeiro direito que é o "de ter direito a ter direitos" (Arendt, 1989). Os cidadãos são indivíduos portadores de interesses e direitos legítimos, são *sujeitos* com poder de agir e falar. Os direitos e os costumes revelam as "regras simbólicas das reciprocidades esperadas: os critérios pelos quais são discriminadas as diferenças e definidas suas equivalências possíveis" (Telles, 1992a). Considerando que os homens são diferentes entre si, diversos, plurais, por características de natalidade e identidade (originalidade, singularidade), a igualdade é um 'artefato' para a construção de um mundo comum. Igualdade é portanto um conceito político que possibilita na esfera pública a expressão das diferenças individuais. "A igualdade exige que eu reconheça que todo e qualquer indivíduo é igual a mim" (Arendt, 1989).

O âmbito dos direitos, definido por sua formalização e experiência, deve

---

[39] *Droit en Quart Monde* é uma publicação dos *Juristes Solidarités*, Bélgica.

[40] Alencastro, Luís Felipe. *Veja*, 8 de janeiro de 1997.

ser caracterizado segundo a amplitude de situações que são apreendidas e pela igualdade de exercício dos direitos. Os indivíduos podem ser privados dos direitos de cidadania em diferentes situações sociais: no despotismo, circunstância em que todos, exceto um, estão destituídos dos direitos; no caso dos estrangeiros para os quais existem leis diferenciadas; em situações sociais nas quais não existem leis para determinados grupos (apátridas, minorias étnicas e sexuais); e nas condições em que existem leis iguais para todos mas o exercício dos direitos é fortemente obstado para determinados grupos (pobres).

Nas situações de despotismo e na condição de estrangeiro, mesmo sendo constituídas a partir da negação de direitos, para todos ou para os de fora, há uma regra. O mesmo não pode ser dito dos apátridas, pois o que ocorre é que "não há leis para eles".[41] Mas as situações de 'destituição de direitos' dos pobres, mesmo que trabalhadores, revelam a impossibilidade de instituir uma regra igualitária de reciprocidade. O território de infracidadania mostra que a experiência (exercício cotidiano) da igualdade guarda uma certa autonomia do âmbito jurídico formal de sua configuração. São os "instrangeiros" de Buarque: "nacionais politicamente, estrangeiros socialmente", no interior de "uma 'cidadania partida' que parece ser estendida a todos, mas se apresenta de forma diferente conforme a posição social do indivíduo" (Buarque, 1994).

A articulação da pobreza com a não-cidadania é um ponto central na caracterização da exclusão social, mas situações de desvinculação no âmbito da cidadania podem combinar-se com vínculos sociofamiliares sólidos, e o distanciamento da esfera pública, inclusive, pode vir a reforçar a densidade dos vínculos sociais primários. Embora não tenha um lugar na 'rua' como 'indivíduo-cidadão', o sujeito encontra referências e suportes – materiais e simbólicos – no seu espaço privado familiar e de vizinhança, em 'casa' como 'pessoa'. A fragilização dos vínculos de cidadania acentua a "privatização da experiência social" (Telles, 1992b). Desde a transição democrática até o momento atual ocorreu no Brasil um processo de ampliação dos direitos, mas, também, uma cidadanização seletiva. Isso porque pessoas submetidas a carências materiais extremas, em seu aprisionamento no 'reino das necessidades', encontram enormes obstáculos para conseguir apresentar-se na cena política como sujeito portador de interesses e direitos legítimos.

Se os direitos revelam as equivalências possíveis, sua análise deve estar associada à abordagem das representações sociais, pois é este o âmbito do fenômeno que possibilita entender a exclusão social para além dos elementos de sua produção (vínculos econômicos) e de sua consolidação (vínculos sociais e

---

[41] Apátridas e minorias viveram a experiência de "não ter direito algum". E por não terem direitos tinham de viver constantemente transgredindo a lei. "Só como transgressor da lei, como criminoso, esse excluído poderia voltar a ser um cidadão completo, ou seja, alguém protegido pela lei" (Arendt, 1989).

políticos) nos elementos que a tornam natural (vínculos culturais e éticos). Cidadania, civilidade e civismo significam para Telles "três modos de dizer o lugar dos direitos, como lei e cultura pública, como regra da sociabilidade e como mundo de subjetivação e construção de identidades" (Telles, 1992a). É no terreno dos hábitos e costumes, no cotidiano social, nas interações sociais, no *âmbito cultural*, no eixo de troca de valores simbólicos, que a exclusão se manifesta de maneira mais radical, criando 'dois mundos'.

O obscurecimento e a invisibilidade característicos da pobreza e a estigmatização característica da discriminação são acrescidos da indiferença, do conformismo e da fatalidade. Trajetórias de desvinculação dos valores simbólicos podem conduzir à experiência de não encontrar nenhum estatuto e nenhum reconhecimento nas representações sociais. Certas formas de representação coletiva situam as pessoas tão distantes de nosso universo mental, tão fora de nosso pensamento, que "é como se elas não existissem" (Xiberras, 1993). São caminhos de não-reconhecimento, de indiferença, de negação da identidade ou de identidade negativa, de estigmatização e de criminalização da diferença.

Alteridade é "a diferença reconhecida como identidade e representação" (Telles, 1992a). A pluralidade humana se manifesta através da 'diferença', da diversidade da espécie em sua especificidade, singularidade, originalidade e identidade individual. A igualdade e a desigualdade são construções sociais, são conceitos políticos. A igualdade 'básica' é o reconhecimento do outro como igual em direitos mesmo que (e até porque) diferente em personalidade; é a igualdade das diferenças frente a algo que é comum, é o 'direito a ter direitos'. As representações sociais revelam uma escala de 'estranheza' do outro e de não-reconhecimento das identidades sociais, estruturando as bases da interação social, que podem tender tanto para a acentuação das similitudes (relações de proximidade e igualdade) quanto para a acentuação das diferenças (relações de distância e estigmatização).

A relação com o outro, a relação de reciprocidade, a ação frente à diferença é caracterizada por Simmel (Simmel, apud Xiberras, 1993) nas interações com o 'estrangeiro', no reconhecimento (ou não) de similitudes. As similitudes podem ser fundadas de acordo com três perspectivas: singulares – próprias a um só grupo (clã, família); específicas ou típicas – próprias a um tipo de homem (profissionais, religião); e universais ou gerais – próprias a toda a humanidade. Na paixão a relação é de proximidade máxima; com o bárbaro a relação é de distância máxima, recusa-se qualquer similitude – até a mais geral (humanidade). Hostilidade e indiferença são duas reações à radical diferença do outro. Hostilidade é o sentimento explícito frente a quem nos ameaça, presente na xenofobia. Na hostilidade, que pode atingir o extermínio, a diferença é uma ameaça a ser eliminada fisicamente (Fontes, 1997). A indiferença é o sentimento

implícito de inexistência – é "o esquecimento em vida" (Forrester, 1997). A exclusão por indiferença, como nas relações entre colonizadores e indígenas, significa que as catástrofes que possam se abater sobre o outro não fazem parte do rol de problemas a serem considerados pela sociedade (Fontes, 1997).

Na matriz brasileira de relações sociais predomina a "lógica desumana do 'estranho', onde há enormes dificuldades no reconhecimento do outro, sua aceitação como *outro*, isto é diferente, e *igual*" (Martins, J.S., 1993). As interações sociais marcam nitidamente a discriminação, estigmatização e criminalização da pobreza. Nas representações sociais "o pobre passou de objeto de pena para objeto de indiferença e, nos dias atuais, para objeto de medo" (Nascimento, 1994c). Em todas as modalidades são representações sociais estereotipadas que lançam em uma 'vala comum', homogeneizando sob um estigma, a pluralidade e a diversidade humana e de grupos sociais. É a 'profecia autocumprida' que no imaginário social (e, principalmente policial) associa criminalidade e pobreza (Zaluar, 1994c). A criminalização da pobreza, além de transformar todos os pobres em objetos de uma repressão específica e dirigida, torna-os também 'alvo' de relações de hostilidade, de intolerância, de rejeição e também de eliminação.

Nos processos de exclusão social a escala de 'estranheza' atinge o limite de retirar o caráter de humano ao outro. A existência humana na indigência, restrita ao atendimento das mais poderosas necessidades do processo vital, é obscurecida e desumanizada. Esse obscurecimento da existência significa que não se participa da esfera pública, vive-se nas sombras, sem se deixar vestígios da passagem pelo mundo.[42] Procede-se uma desumanização, o que significa que há uma retirada do caráter de ser humano nas interações sociais que envolvem indivíduos pobres, relegados à condição de *animal laborans*. Ou "uma diferenciação tal entre os homens que pode chegar a criar 'espécies' diferentes de homens" (Buarque, 1993).

Essa diferenciação extrema se insere em uma 'cultura' que envolve a naturalização da pobreza e seus corolários – banalização, indiferença, fatalidade e conformismo – quadro em que a pobreza é aceita, sem indignação e reações, como integrante (estrutural, perene) do cenário social. "Transformada em paisagem, (a pobreza) é trivializada e banalizada e não interpela responsabilidades individuais ou coletivas" (Telles, 1992a). Naturalização e fatalidade, banalização do inadmissível. Situar a condição humana de miséria no espectro da 'fatalidade' implica a submissão ao imprevisível, ao destino, ao léu, à 'sina' e ao arbítrio.

---

[42] "A humanidade não toma conhecimento dele, e ele vagueia e perambula, despercebido. Em meio a uma multidão, na igreja, no mercado (...) ele está tão na obscuridade como se estivesse num sótão ou num porão. Ele não é desaprovado, nem censurado, nem acusado; ele simplesmente não é notado (...). Ser totalmente ignorado e ter consciência disso é algo intolerável". Discurso de John Adams referido por Arendt (1990).

A pobreza como 'fatalidade' individual ou social envolve considerar o cotidiano como determinado pela natureza ou por alguma força sobrenatural (a lógica do 'outro mundo') em detrimento das potencialidades do agir em comum. Quando uma condição limítrofe entre a vida e a morte é aceita pela sociedade com ceticismo quanto às suas possibilidades de transformação, e com um esquecimento sistemático, é como se os indivíduos sujeitos a esta situação "não existissem. A morte desses indivíduos passa a selar o fato de que eles jamais haviam existido. Quando não há testemunhas, não pode haver testemunho" (Arendt, 1989).

Na dimensão humana, no *mundo da vida*, a exclusão social pode atingir o seu limite, o limiar da existência humana. Os grupos sociais excluídos que se vêem reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única preocupação é manter seu metabolismo em funcionamento, manter-se vivos, são expulsos da idéia de humanidade e, por vezes, da própria idéia de vida. Os grupos sem vínculos com os mundos do trabalho e da cidadania, que não têm direito a ter direitos e cujas potencialidades da condição humana encontram-se limitadas a conseguir sobreviver, não interessam a ninguém, são supérfluos e desnecessários à vida social, são descartáveis, e podem ser eliminados das mais diferentes formas, ostensivas ou opacas, que ninguém os reclamará. Expulsos da idéia de humanidade, sua eliminação (matando, mandando matar ou deixando morrer) não interpela responsabilidades públicas nem sociais. Sua sobrevivência, preocupação exclusivamente individual, circunscreve a precariedade do presente e a ausência de futuro; a vida é um eterno presente, uma condição na qual "torna-se permanente o processo de morrer" (Arendt, 1989).

A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material 'desqualifica' seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária. Mas, e ao mesmo tempo, o indivíduo mantém-se prisioneiro do próprio corpo. Não há (mais) um lugar social para ele, mas ele deve encontrar formas de suprir suas necessidades vitais e sobreviver sem suportes estáveis materiais e simbólicos. A ausência de lugar envolve uma 'anulação' social, uma diferença desumanizadora, que reveste seu cotidiano com um misto de indiferença e hostilidade.

2

ABORDAGEM METODOLÓGICA

DEFINIÇÃO DO CAMPO

Os moradores de rua foram escolhidos como grupo que permitiria dialogar com a realidade sócio-urbana do Rio de Janeiro sobre a configuração do fenômeno da exclusão social no Brasil contemporâneo. Pretende-se fazer uma etnografia da exclusão social, ou seja, uma análise, através das trajetórias de vida dos moradores de rua, dos processos que os conduziram e os mantêm nessa situação. Não é um estudo etnográfico *stricto sensu* da população de rua, com uma descrição de seu cotidiano, hábitos, costumes e normas de convivência, apesar de conter muitos desses elementos. O objetivo é tentar perceber nos trajetos percorridos a "estrutura da rede de metrô" que lhes é oferecida.

> Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (Bourdieu, 1996)

Embora a categoria 'exclusão social' seja utilizada na análise de fenômenos contemporâneos brasileiros – como o crescimento da violência urbana –, o estudo das trajetórias de vida e das condições de sobrevivência dos moradores de rua apenas tangencia o contexto em que "a violência torna-se a mediação principal das relações sociais cotidianas" (Pinheiro, 1996).

O grupo de moradores de rua é uma pista para analisar a dinâmica social.

> O deslocamento de ações e objetos, papéis sociais, ideologias e valores específicos de seus respectivos domínios de origem ('casa' e 'rua'), são responsáveis pelas *pistas*, pelos 'escândalos', 'cenas', 'dramas' e 'sujeira',[43]

[43] Mary Douglas coloca precisamente a idéia de sujeira como o objeto fora de lugar (Douglas, apud Da Matta, 1990).

já que promovem uma aguda consciência da natureza do objeto, das propriedades do seu domínio de origem e da adequação ou não de seu novo local. Longe dos domínios onde nasceram, são *pistas* e, como objetos realmente deslocados, são *símbolos*. Desse modo, o ritualizar, como o simbolizar, é fundamentalmente deslocar um objeto de lugar (...) e, a partir disso, tomar consciência de processos e esferas sociais básicos. (Da Matta, 1990)

Inicialmente pensou-se em trabalhar com as pessoas que sobreviviam do lixo. Em 1994, a divulgação dos dados sobre a fome no País[44] e as imagens de grupos de pessoas vasculhando o lixo do centro da cidade para buscar comida pareciam condensar a condição de miséria extrema, na qual, segundo a imprensa, seres humanos se confundiam com abutres e tornavam-se lixo humano. Esse grupo social parecia tornar visível a desumanização associada ao processo de exclusão social: tornados lixo deixavam de ser humanos. Uma delimitação possível do território de pesquisa seria o 'lixão'[45] de Gramacho, situado em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense. Mas as relações sociais e econômicas estabelecidas entre os catadores do 'lixão' e sua participação, ainda que constituindo o elo mais frágil, em uma cadeia produtiva em franca expansão – a da indústria de reciclagem –, não permitiam caracterizar esse grupo como constituído por pessoas economicamente 'supérfluas e desnecessárias'.

Foi assim que decidi estabelecer como meu objeto de estudo as trajetórias de vida da população de rua, mesmo que alguns desses exercessem a atividade de 'catação' de lixo. De antemão preocupada com o possível equívoco de homogeneizar um grupo social a partir de uma configuração espacial – a rua – tinha como pressuposto que chegar a morar na rua era o ponto final de uma série de rupturas dos vínculos sociais – com o mundo do trabalho e com a esfera familiar – com conseqüências no âmbito da cidadania e da própria vida. Produto de processos variados, a condição de morador de rua expressava por si um estado permanente de desvinculação e um estatuto de excluído. Essa condição de vida foi considerada como uma "situação limite ou extrema" (Pollack, 1990). Queria conhecer na condição de exclusão, no resultado objetivo, os componentes dos movimentos subjacentes de desvinculação, os elementos dos processos excludentes.

---

[44] A Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, articulada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), ao denunciar a situação de fome no País, questionar a ética prevalecente nas relações sociais e incitar uma reação de parte da sociedade civil, teve grande influência no recorte do objeto de pesquisa.

[45] O "lixão", também denominado aterro metropolitano de Gramacho, está situado no município de Duque de Caxias (RJ), Baixada Fluminense. Foi criado em 1978 pela Compahia de Limpeza Urbana (Comlurb) para saneamento e tratamento do lixo coletado na região metropolitana do Rio de Janeiro (ver Souza, 1995).

O PANORAMA VISTO DA PONTE

Ao selecionar a população de rua como objeto de pesquisa, meu conhecimento a seu respeito era extremamente superficial e subjetivo, ou seja, constituído basicamente da minha observação dessas pessoas no meu transitar pela cidade e das emoções que vê-los me despertava – principalmente as crianças – andando sujos ou dormindo encolhidos. Considerando que o único livro a respeito do assunto era o publicado pela Secretaria de Bem-Estar Social do município de São Paulo (Sebes, 1992), estabeleci como estratégia de aproximação ao campo realizar um levantamento nos Centros de Documentação de ONGs mais conhecidas e atuantes. Entretanto, essas entidades concentravam-se na intervenção, denúncia e pesquisa sobre as crianças e os adolescentes que moravam e/ou trabalhavam nas ruas, existindo escasso material sobre a população de rua adulta e mendigos. No Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), localizei um dossiê composto por notícias de jornais sobre moradores de rua em todo o território nacional. Esse material foi utilizado para conhecer os dados e informações divulgados por órgãos governamentais sobre a quantidade e o perfil dos moradores de rua e para delimitar pontos de localização no espaço da cidade.

A aproximação do campo de estudo através das informações veiculadas pela imprensa foi cautelosa, para não compartilhar preconceitos e entrar no terreno contaminada por impressões parciais e episódicas que caracterizam a reportagem. "Entre a reportagem e a etnografia há uma diferença que vem antes do método e da teoria, uma diferença de atitude. Antes ou decorrente talvez dos exercícios metodológicos e das discussões teóricas" (Silva & Milito, 1995). Parte das estratégias de conhecimento de campo foi ver vídeos[46] sobre o assunto, ler livros[47] e trabalhos de pesquisa sobre as ruas e conversar com pesquisadores sobre a experiência de investigação no espaço das ruas, como a equipe do Centro Latino-Americano de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo

---

[46] *Uma Casa para Pelé*, de Walter Lima Júnior, os realizados por Sandra Werneck: *Damas da Noite*, *Guerra dos Meninos* e *Profissão: Criança*, bem como um programa de televisão, *25ª hora*, sobre população de rua de São Paulo, exibido pela TV Record em 1994.

[47] *Ironweed*, de William Kennedy; *A Alma Encantadora das Ruas*, de João do Rio; *Na Pele de um Intocável*, de Marc Boulet; *Cidade de Deus*, de Paulo Lins; *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, são alguns dos romances e contos sobre população de rua e marginalizados que li ou reli durante o processo de elaboração da tese. Com a experiência de campo era possível fazer uma análise crítica das narrativas literárias que sempre serviam como olhares diferenciados sobre um mesmo assunto. Além desses textos, Barbara Freitag, que reclamou um capítulo sobre a literatura porque esta introduz a "categoria da sensibilidade", lembrou dos livros de Charles Dickens, do *Capitães de Areia*, de Jorge Amado, de um texto de Walter Benjamin sobre o catador de lixo e de *Down and out in Paris and London*, de George Orwell, que foi durante um tempo um desempregado habitante das ruas e freqüentador dos albergues públicos.

Cruz[48] (Claves/Fiocruz) e Ana Lúcia Martins, autora de uma dissertação de mestrado, publicada em livro[49] sobre a população de rua a partir da questão habitacional no Rio de Janeiro.

Entre outubro de 1995 e janeiro de 1996 participei de duas experiências relacionadas com população de rua. Uma delas foi acompanhar o trabalho realizado por Yvonne Bezerra de Mello no Coqueirinho, comunidade estabelecida sob um viaduto da Linha Vermelha, no bairro de São Cristóvão. Meu objetivo era conviver com situações de pobreza extrema desconhecidas para mim, observar a experiência e a prática de Yvonne e pesquisar a constituição da comunidade. Ao todo foram mais de vinte idas ao Coqueirinho, mas minhas atividades restringiram-se ao convívio com as crianças na 'creche'. O contato com os adultos foi extremamente reduzido e mediado por Yvonne, cujas relações com a comunidade não eram isentas de conflitos. Os trechos de trajetórias de vida em situações de extrema pobreza, os pequenos 'pedaços' das histórias de desvinculação[50] que pude obter na experiência do Coqueirinho, relatados no diário de campo, não foram incorporados ao material empírico sobre moradores de rua porque não foi possível estabelecer uma relação de pesquisa com a população adulta, mas, também, por não integrar o perfil de interlocutor visado, visto tratar-se de uma comunidade estabelecida em via pública, com modo de vida sedentário em que prepondera uma organização de base familiar e de relações de vizinhança.

Da experiência na creche do Coqueirinho, a lembrança mais marcante foi presenciar a violência como linguagem. As crianças, freqüentemente, apareciam muito machucadas. Atropelamentos eram comuns, mas a violência doméstica era ainda mais freqüente. Entre si, na creche, também o mais corriqueiro era que cada palavra fosse intercalada com uma agressão física. A agressão verbal era o de menos. Puxavam-se os cabelos, batiam-se e às vezes embolavam-se. Uma das cozinheiras freqüentemente batia nos seus próprios filhos, um deles visivelmente com uma deficiência de desenvolvimento mental. Eu passava boa parte do tempo interrompendo a leitura de um livro ou a conversa para pedir que não batessem um no outro, que conversassem, mas no geral não era atendida. Desejava que aquele ambiente fosse um oásis frente à violência doméstica

48 Participante da pesquisa sobre meninos e meninas de rua. Ver Minayo (org.) (1993).

49 Ver Martins, A. L. (1993).

50 Relatos de alcoolismo; brigas e violências; prostituição; roubos; ambiente geográfico com riscos e ocorrências de atropelamentos, quedas no valão e possibilidades de afogamento; 'arquitetura da indigência' – moradias pequenas feitas com 'retalhos' de materiais de construção, sem esgoto, água coletada em baldes do cano furado da Cedae; dificuldades das mulheres com filhos de saírem para trabalhar; contato e rejeição da escola pública próxima; pedidos — do chinelo à viagem; mães adolescentes; demonstrações de alegria e de indiferença das crianças frente às atividades da 'creche'; meus violentos discursos pacificistas; trabalho doméstico das crianças; crianças cansadas — ritmo de vida intenso e repouso improvável.

e da própria comunidade, onde brigas entre vizinhos e espancamento das mulheres pelos maridos eram comuns. Tentava me opor ao exercício cotidiano da violência não só reprimindo atitudes agressivas, como fazendo muito carinho, dando beijos, elogiando seus desenhos e a eles próprios quando vinham arrumados ou com enfeites. Quanto maior a freqüência e quanto mais quente o dia naquele local sem ventilação, debaixo do concreto do viaduto e no meio do asfalto, mais brigas aconteciam.

A segunda experiência foi acompanhar, entre novembro e dezembro de 1995, o trabalho realizado pela Comunidade Evangélica de Jesus[51] com a população de rua, principalmente de Botafogo. Participei de seis atividades do grupo – entre domingos e quintas-feiras, incluindo uma ida às ruas em uma quarta-feira à noite, e tive acesso ao fichário contendo informações sobre 244 moradores de rua, que permitiram traçar um perfil da população atendida pela entidade. Nessa experiência, ainda que breve, presenciei depoimentos e participei de conversas que, em conjunto com as fichas, forneceram material para a análise das trajetórias e condições de vida de alguns moradores de rua. Em nenhum momento pretendi avaliar as atividades da entidade, seja em relação ao trabalho realizado com a população de rua, seja em relação ao seu caráter religioso. Foi uma forma de ter acesso às informações sobre moradores de rua e entrar em contato direto com eles, ainda que em um espaço normatizado por uma entidade religiosa que não apenas acredita na existência de diabos, como também procura exorcizá-los através de rezas e pedidos a Jesus. Jovens de nível universitário, com uma visão crítica da dinâmica social do País, acreditam que os moradores de rua possam estar habitados por essas entidades maléficas, penetração que pode ter sido propiciada através de contato com outras religiões como a umbanda. Se a violência como linguagem comum e corrente entre e com as crianças foi o elemento de maior impacto na minha experiência no Coqueirinho, a violência do exorcismo foi o que mais me impressionou na Comunidade Evangélica de Jesus.

Pretendia evitar qualquer mediação institucional na obtenção dos depoimentos. Não queria iniciar meu trabalho a partir nem das instituições governamentais tradicionalmente responsáveis pela população de rua[52] nem tampouco através de entidades assistenciais religiosas, filantrópicas, para não entrar no terreno contaminada por suas visões e abordagens do 'problema' ou dos 'assistidos'. Ao evitar partir do campo institucional (órgãos públicos e entidades assistenciais privadas) para obter os depoimentos e analisar as trajetórias da

[51] Agradeço a Otávio Cruz, professor do Departamento de Ciências Sociais (Ensp/Fiocruz), pelo contato realizado com a equipe da Comunidade Evangélica de Jesus.

[52] Fundação Leão XIII, vinculada à Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social, e secretarias municipais de Desenvolvimento Social e de Habitação.

população de rua, estava questionando a "hierarquia de credibilidade" (Becker, 1985) estabelecida na sociedade, a concentração de legitimidade nessas instituições para falar sobre o assunto específico 'população de rua'. Na prática da pesquisa foi possível contornar a mediação das instituições governamentais, mas não foi possível evitar que a maior parte dos contatos e conversas tenham se realizado durante o desenvolvimento de atividades assistenciais.

VISITAS DEBAIXO DA PONTE

A rua como o espaço de pesquisa significava estabelecer contato e obter depoimentos em um território considerado senão perigoso, pelo menos imprevisível. A associação das ruas à violência, presente no imaginário social, foi reiterada por amigos e conhecidos que sabiam do meu tema de estudo. A 'antena do medo', a precaução contra riscos indesejáveis ou inesperados, esteve sempre ligada. Grupos de adolescentes drogados me inspiraram medo, assim como alguns seguranças particulares de edifícios do Centro da cidade, mas os moradores de rua adultos não. Porém, todas as conversas se desenrolavam nas ruas, locais extremamente barulhentos e "espaços, altamente conflituados, em estado de tensão permanente, pois neles se sobrepõem malhas heterogêneas de controle, [que] não constituem a morada receptiva do pesquisador" (Silva & Milito, 1995). Mesmo com o desenvolvimento da pesquisa e o convívio regular, a pesquisa no espaço das ruas sempre esteve envolvida por um sentimento que se não era de medo, era de insegurança, que precisava ser transposto como a um muro para que eu pudesse chegar naquele 'outro mundo' tão estranho e tão desconhecido, experiência compartilhada por outros pesquisadores do mesmo campo (PUC/RS, 1995; Girola, 1996).

Como meus interlocutores poderiam estar em qualquer parte ou em toda parte, defini como primeiro passo delimitar o território geográfico de estudo. A partir do levantamento realizado em jornais que identificavam pontos fixos de 'instalações' ou locais com maior concentração de população de rua, estabeleci seis trajetos de observação que incluíram o Centro da cidade e bairros da Zona Sul da cidade (Glória, Catete, Flamengo, Botafogo, Copacabana, Ipanema e Leblon). Percorrendo esses trajetos realizava uma identificação inicial das pessoas quanto à idade, sexo, observava as atividades exercidas, afazeres, pertences etc., e localizava pontos aos quais pudesse retornar ainda que não necessariamente esperasse encontrar as mesmas pessoas.

Os seis trajetos de observação, que englobavam um vasto território de pesquisa, foram percorridos e progressivamente delimitados: o centro da cida-

de, depois de uma terceira visita, foi retirado por ser um espaço geográfico extremamente vasto, complexo e densamente povoado. Durante os dias de semana não permitia uma boa observação pela movimentação intensa do local; de noite e nos fins-de-semana tornava-se perigoso. Os demais trajetos (Botafogo, Flamengo e Copacabana) foram percorridos em diferentes dias e horários para identificar modificações e persistências da presença de moradores de rua nos locais. Depois dessa série de visitas, o trajeto do Flamengo foi também eliminado porque o Aterro do Flamengo, onde a população de rua se concentra, lugar referido por vários moradores de rua como sendo o "ponto de chegada", para onde se dirigiram quando "caíram na rua", é excessivamente amplo, com muitos cantos e recantos sob árvores, que permitem durante o dia conviver com o lazer dos transeuntes, e de noite, sem iluminação, dificultam a observação e aumentam a insegurança.

Os 'trajetos de observação'[53] exigiram fixar, treinar e aprimorar o olhar em pessoas e detalhes que eu queria conhecer, mas com quem tinha tido até então uma convivência urbana pautada pelo 'evitar olhar', ou não mostrar que percebeu a presença. Na pesquisa, pelo contrário, eu queria me tornar percebida e estabelecer um contato pessoal que me permitisse conhecer o seu presente e passado.

> A singela exigência, expressa teórica e metodologicamente, de observar um objeto por um relativo espaço de tempo, por si só, e sem qualquer sofisticação metodológico-teórica, já implica um exercício de olhar, do compartilhar, do observar, que rechaçam e inibem a tirania das primeiras impressões, fonte primacial de todos os preconceitos (Silva & Milito, 1995).

Esse "exercício de olhar" dava dor de cabeça e apenas olhar não permitia ir muito além no conhecimento como tampouco propiciava alguma oportunidade de interação. A observação possibilitou mapear o terreno e selecionar espaços menores, 'contabilizar'[54] possíveis moradores de rua e presenciar eventos, mas tinha os seus limites:

> Muitas vezes é difícil distinguir na pessoa que está trabalhando em uma mudança ou enchendo com cimento um buraco na calçada, alguém que vai voltar para uma casa ou alguém que vai ficar por ali mesmo (...). É difícil afirmar que as pessoas observadas sejam efetivamente moradores

---

[53] Agradeço a Ernesto Aranha Andrade a companhia nos trajetos e os estímulos para superar o 'muro' e conseguir passar da observação para a interação.

[54] Comparando minhas anotações com as de Ernesto, num mesmo trajeto de observação em que não trocamos informações, elas coincidiram integralmente, ou seja, aqueles que ele considerou possíveis moradores de rua eu também achei que eram. As diferenças entre nossas observações eram sobre as idades presumidas das pessoas.

de rua (...). É difícil dizer qual é a idade das pessoas, mesmo os que assinalei como idosos por terem cabelos brancos, rugas e um andar curvado podem ser mais jovens do que suponho.[55]

Pela aparência é difícil distinguir o pobre abrigado do desabrigado sozinho na rua. Os indícios de 'instalações' como colchões, sacolas, carrinhos e papelões são os únicos sinais objetivos da moradia nas ruas. Passei por um grupo de cerca de seis adolescentes, por volta dos 12 a 14 anos, vestidos de *shorts* e camisetas, que tanto poderia ser um grupo da rua como adolescentes com casa em direção à praia, em um domingo de manhã. A aparência, a roupa que estão usando, o aspecto precário, a magreza, me pareceram similares.[56]

Ao mesmo tempo: "no meio de um movimento intenso de pessoas, na rua Voluntários da Pátria às seis horas da tarde, um casal de adolescentes desperta a atenção. Sua aparência e a colcha que carregam fazem supor que moram nas ruas".[57]

O espaço geográfico da pesquisa foi limitado aos trajetos de Botafogo e Copacabana, com o objetivo de conseguir passar da observação para o contato, a interação que permitiria obter suas histórias de vida. O recorte do território, a condensação das possibilidades iniciais em dois bairros da zona sul da cidade, foi uma construção[58] de 'mapas' que fornecessem o prumo, orientassem o rumo da pesquisa.

O interesse inicial era entrevistar grupos familiares para verificar em que medida as ruas passavam a ser habitadas por famílias de trabalhadores pobres que, desabrigados por motivos variados, mantinham nesse espaço inóspito os elo familiares, em contraposição aos moradores de rua cujo ponto de partida da trajetória de exclusão estava constituído pela desagregação familiar. As famílias moradoras de rua são consideradas na literatura sobre o assunto como expressão de uma modalidade contemporânea de exclusão social provocada fundamentalmente pela expulsão do mercado de trabalho. Nos trajetos de observação iniciais verifiquei a presença de grupos familiares, parcela francamente minoritária no conjunto da população de rua, mas, excetuando-se a família matrifocal de Vanda e seus três filhos, não foi possível incluir no universo da pesquisa depoimentos familiares.

Queria conversar com adultos, queria conhecer a trajetória de vida de homens e mulheres que viviam nas ruas, pessoas que estavam sozinhas, andando em duplas ou agrupadas através da formação de novas ligações afetivas estabelecidas na pró-

55 Diário de campo, Centro, domingo, 20/11/94.

56 Diário de campo, Botafogo, domingo, 12/1/97.

57 Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 25/2/97.

58 Agradeço a orientação da professora Ana Quiroga Fausto Neto e o 'companheirismo temático' de Rosângela Faria Rangel na construção desse mapa.

pria rua. Pessoas alcoolizadas ou com grau acentuado de degradação física e mental (no perfil institucional estimado em 30% da população de rua) foram evitadas por considerar que a interlocução seria difícil e problemática. Entrei em contato com crianças e adolescentes mas não entrei nos seus espaços[59] nem procurei conhecer suas formas de sobrevivência. Tinha medo de 'mergulhar' nesse mundo.[60]

O objetivo era que nossa comunicação se realizasse em um clima de confiança ou, pelo menos, sem estabelecer de antemão preconceitos e desconfianças em relação às minhas intenções. Um horário para conversar e obter um contato mais próximo seria de noite, quando os moradores de rua tendem a agrupar-se, realizam suas atividades sociais e se fixam para dormir. Mas as grandes desvantagens do horário noturno – a embriaguez dos interlocutores e a insegurança – preponderaram. Tampouco adiantava chegar de manhã bem cedo, pois até 8h ou 9h da manhã, segundo o local, eles ainda estavam dormindo. Como uma das formas para me fazer perceber e reconhecer, além de passar frente a eles várias vezes e tentar cumprimentá-los, adotei um uniforme de trabalho que se adequasse ao espaço de realização da investigação e que evitasse uma associação imediata com a 'assistente social da Fundação Leão XIII' (estereótipo da assistência social construído pelos moradores de rua) ou com a missão precursora de uma operação de recolhimento. Nem por isso deixei de ser tomada como tal por alguns dos meus interlocutores.

O contato com os moradores de rua foi extremamente cauteloso. Buscava não invadir sem permissão sua privacidade e estava atenta ao "ritmo do outro, para não comprometer a qualidade da relação estabelecida, até mesmo inviabilizando o diálogo" (PUC/RS, 1995). Apresentava-me como pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz realizando uma pesquisa (escrevendo um livro) sobre pessoas que moravam e trabalhavam nas ruas. Procurava assegurar a meu interlocutor que não faria uso das informações de nenhuma forma que pudesse prejudicá-lo. Supunha encontrar um 'imaginário social' em que a Fiocruz seria conhecida e reconhecida positivamente, legitimando meu trabalho. Mas poucos dos entrevistados conheciam a instituição, outros, só de mencionar a palavra 'fundação', associavam imediatamente à Fundação Leão XIII e às perspectivas de recolhimento, e, pior, o crachá institucional, com suas faixas verde e amarela cruzando a identificação, levantou a suspeita em alguns de que eu era uma policial.

A interação. Tempo, paciência e as visitas regulares seriam as estratégias indicadas para obter histórias de vida mais densas de cada interlocutor, possibi-

---

[59] "Os meninos a exibirem uma iconografia típica, primos não muito distantes de Oliver Twist, Nicholas Nicleby, Tom Sawyer, Huckleberry Finn – os cobertores de lã e roupas compridas dos pequeninos; estilos que contrastam e se tornam tão específicos, até na indumentária, que permitem cingir áreas de pesquisas" (Silva & Milito, 1995).

[60] "O menino – esse singular paradoxo. Quem é, ele diz, quando diz, a custa de muita atenção, de um se debruçar sobre ele, dias e dias de compromissos assumidos. Riscos do mergulho afetivo, apaixonado, sem mapa e sem bússola, do educador" (Silva & Milito, 1995).

litando que emergissem trajetórias singulares no interior da 'vala comum' da homogeneização do grupo social. O nomadismo dos personagens, as dificuldades de estabelecer conversas durante períodos muito longos – seja por que eles tinham seus afazeres, seja porque no início optei por não gravar e não escrever durante as conversas para diminuir as interferências em seus relatos –, a premência do tempo para elaboração do trabalho, a ausência de uma equipe de pesquisa, foram obstáculos à obtenção integral de meus objetivos.

Os moradores de rua, assim como os demais 'grupos desviantes', apresentam

> diferentes tipos de proteção contra estrangeiros ao grupo como o silêncio, o segredo e a dissimulação. Encontrá-los, persuadi-los a discutir seu desvio e conquistar sua confiança demanda tempo. Além disso a observação direta, no seu habitat natural, enquanto vagueiam em suas atividades ordinárias, pode significar penetrar em zonas desconhecidas e eventualmente perigosas. Não é fácil estudar estrangeiros para a sociedade sendo considerado estrangeiro pelo grupo. (Becker, 1985)

O estudo de Becker que define o desvio como produto do processo de interação forneceu as pistas para desconcentrar o interesse nas causas ou motivos que teriam conduzido o indivíduo a morar nas ruas e enfatizar a abordagem dos processos de fragilização e ruptura dos vínculos nos âmbitos da vida em sociedade. Também teve influência significativa na minha relação de pesquisadora com os entrevistados e "na sistematização do procedimento pelo qual se passa da percepção do detalhe etnográfico para a de conceitos úteis para abordar os problemas de nossa pesquisa" (Becker, 1985).

Entretanto, mesmo adotando o ponto de vista dos moradores de rua, "interessa conhecer e compreender o processo de interpretação através do qual [esse grupo] constrói suas ações". Não foi possível considerar os "comportamentos desviantes" da população de rua como "outra forma qualquer de comportamento que alguns desaprovam e outros apreciam, estudando o processo através do qual as duas perspectivas se constituem e se perpetuam" (Becker, 1985). A situação de sofrimento, de depauperação física e mental, as carências e dificuldades de sobrevivência observáveis na população de rua mobilizaram a subjetividade da pesquisadora; como considerar a resolução das necessidades básicas vitais em público como 'outro comportamento qualquer'?[61]

---

[61] "Hoje, ao acordar, a vontade era de não ir a Copacabana para continuar conversando com Vanda e Márcia. Fiquei muito sensibilizada com o depoimento de ontem, principalmente com Douglas (filho de Vanda, 5 anos). Sua infantilidade surpreendente frente ao corpo robusto e, principalmente, o fato de estar pedindo dinheiro aos transeuntes e motoristas enquanto a mãe estava sob os coqueiros, me levaram a uma crise por estar diante da exploração infantil e consciente de minha impotência no equacionamento desta situação. Digitar o relato da visita foi custoso, avançando na tarefa com muitos intervalos. Mas preparei uma sacola com camisetas e fui encontrar com Ernesto". Diário de campo, Copacabana, domingo, 13/4/97.

Compartilhei assim com outros pesquisadores sobre a população de rua as dificuldades que devem ser superadas para o estabelecimento de um diálogo. Essas dificuldades foram causadas "pelo meio e pelos sentimentos que algumas situações provocam". Aconteceram também "bloqueios internos – inseguranças, medos, preconceitos, sentimentos de impotência frente à situação, para poder apreender esse sujeito pesquisado como totalidade" (PUC/RS, 1995). Esse "equilíbrio sutil entre distanciamento e envolvimento" que caracteriza o relacionamento do pesquisador com seu sujeito de estudo teve que ser obtido através de crises e reformulações das estratégias de pesquisa.

Incorporei os sentimentos e as emoções como uma 'fonte de informação' indispensável em uma abordagem reflexiva, como advoga Claudia Girola. Entre o objetivismo extremo que tenta anular qualquer sentimento e o subjetivismo que rejeita o olhar científico como impermeável ao sofrimento humano, a autora considera que

> o pesquisador acede ao conhecimento não porque ele se coloca em relação de exterioridade ou ao contrário, em simbiose com aquilo que quer conhecer, mas porque se engaja em uma relação ativa com aquilo que se propôs a conhecer. É somente reconhecendo a complexidade e a reflexividade desses diferentes processos que o pesquisador se dá os meios de quebrar as imagens preconcebidas e os relatos estereotipados e de estabelecer um espaço de significações compartilhadas. Este imperativo metodológico parece-me ainda mais se impor, na medida em que se pesquisa sobre pessoas que estão legitimamente à procura de um reconhecimento de sua singularidade no interior de uma história social. (Girola, 1996)

Pensei em evitar a mediação das entidades assistenciais religiosas, mas muitos dos contatos foram estabelecidos em Copacabana, na praça Serzedelo Corrêa, durante a distribuição de sopa no horário do jantar pela equipe do 'Seu' Paulo e através da participação em atividades realizadas pelos Pequeninos de Jesus[62] em Botafogo. Procurei os responsáveis pelas atividades para obter permissão de observar, mas não participei das atividades assistenciais em si. Conversava com os assistentes e, à medida que o contato progredia, identificava meus propósitos de pesquisa e perguntava se gostaria de me dar um depoimento preferencialmente fora do local.

Não se pretendeu analisar o trabalho institucional realizado com a população de rua, porém não se pode pensar a sobrevivência física do morador de rua sem a participação das entidades assistenciais. É possível redigir um capítulo à parte sobre as entidades com que entrei em contato, as filosofias de trabalho, as

[62] Os Pequeninos de Jesus são uma entidade assistencial com 15 anos de existência (em 1997), vinculada à Renovação Carismática Católica de Copacabana. Sediada em Botafogo, a entidade tradicionalmente distribui café da manhã durante a semana, exclusivamente para homens.

reações dos membros permanentes das equipes assistenciais à minha presença, a observação de um trabalho religioso, humanitário e intuitivo (situado mais no campo da experiência do que no de conhecimento específico sobre a população com que se está lidando), em que 'fazer o bem sem olhar para quem' acentua a despersonalização do morador de rua assistido.

Estabeleci contato com moradores de rua em duas áreas geográficas. Em Botafogo, a 'instalação' de Solange e agregados, incluindo Rodrigo, os catadores da rua Sorocaba (Chicão, André, Manuel e Dalton) e os freqüentadores dos Pequeninos de Jesus (Miguel, Cícero, Araão e outros). Em Copacabana, entrei em contato com Manuel, Luiz Augusto, Ronei, Vanda e seus três filhos, Márcia e outros. Miguel me levou até Marcelo.

Nos contatos e conversas não buscava negar a diferença entre nós através de uma falsa naturalidade de convivência. Não havia nada de 'normal', para aquele homem ou mulher, no fato de eu o abordar para conversar porque desejava escrever um livro sobre moradores de rua. "Mesmo no espaço anônimo da rua não podemos impedir que a relação que se instala entre o pesquisador e aqueles que estuda tenha de imediato algo de profundamente assimétrico" (Girola, 1996). A 'falsa naturalidade de convivência', que buscasse escamotear uma diferença irredutível, teria interferências negativas no processo de abordagem e coleta de depoimento, induzindo respostas ou reiterando a trajetória *a priori* imaginada. "O diálogo não pode se fundar em uma simbiose"[63] (Silva & Milito, 1995).

Antes de iniciar o trabalho de campo, conversei com várias pessoas sobre a troca material com os moradores de rua entrevistados. Deveria retribuir de alguma forma as informações obtidas, já que se tratava de interlocutores com precárias condições de vida? As sugestões foram de evitar dar dinheiro e retribuir com comida, tíquete-refeição, roupas e brinquedos para as crianças. Comecei a realizar as visitas e os contatos sem levar nada para dar, e fui atendendo às solicitações (possíveis de atender) à medida que foram feitas. Minha primeira experiência nesse sentido foi ao aguardar uma atividade da Comunidade Evangélica de Jesus que não se realizou, em um domingo de manhã. Um grupo de adolescentes, incluindo um casal e seu bebê, aguardava para tomar café no local. Passado um certo tempo, decidiram ir embora, e um dos rapazes me pediu um trocado para tomar café. Dei dois reais, dizendo que eu não tinha muito dinheiro. Ele reclamou: "dois reais, que que a gente faz com dois reais, porra?!"[64]. Na semana seguinte, Joyce, que estava no

[63] "Alguns educadores chegam a falar correntemente o 'meninês'. O orgulho de partilhar do universo simbólico do menino às vezes infantiliza o educador. Rendido às exigências de seu universo, mimetiza e inviabiliza a possibilidade de diálogo, que não pode se fundar na simbiose, mas sempre na instauração da diferença" (Silva & Milito, 1995).

[64] Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 5/11/95.

grupo, me disse que o dinheiro tinha sido "muito bom", que tinha dado para comprar refrigerante e pão.[65] Cigarro foi uma 'moeda corrente' de retribuição; inclusive, alguns pedidos de cigarro redundaram em conversas que foram retomadas, com novos cigarros, em dias seguintes. Levei agasalhos para Miguel e Cícero; camisetas e *shorts* para Vanda e seus três filhos; comprei para Chicão um livro em uma banca de jornal para ver se conseguia me aproximar mais dele (não consegui); dei dinheiro para tomar café a Rodrigo, a Miguel (mais de uma vez) e a Cícero; dei o dinheiro da passagem de ônibus para Joyce e para Manuel. Em nenhuma das vezes minha 'retribuição' foi usada como exigência para a conversa ou o contato. Muitas vezes a solicitação aparecia após a segunda ou terceira conversa e, em geral, era realizada quando estávamos encerrando o encontro.

Elaborei um roteiro de entrevista como guia de orientação das conversas ao redor das dimensões que buscava conhecer, mas sequer consultava o papel durante os encontros. Considerei que não gravar e não tomar notas nas conversas iniciais ajudaria a superar os bloqueios da comunicação; pensei que através de uma conversa mais informal seria possível ir sabendo do dia a dia, conversando sobre o cotidiano e perguntando sobre o passado. Quando conseguia passar da conversa de contato para a obtenção de um depoimento consentido, consultava o entrevistado a respeito da gravação, que foi permitida por poucos. Tomei esses cuidados para não despertar desconfianças e facilitar a interação, mas, tendo me apresentado como alguém que pretendia escrever um livro, os catadores da rua Sorocaba desconfiaram das minhas reais intenções justamente porque eu não levava gravador nem tomava notas.

Procurava conversar com cada um de maneira isolada, embora várias vezes as conversas tenham ocorrido entre duplas, trios ou grupos maiores. Nessas circunstâncias (entre Miguel e Cícero, nos grupos de quarta-feira à tarde nos Pequeninos de Jesus, em certas situações na praça Serzedelo Corrêa, na conversa entre Vanda e Márcia na praia de Copacabana, com Solange junto de sua 'instalação' e com catadores da rua Sorocaba) apareciam os que monopolizavam a palavra, os que falavam ao mesmo tempo, os que discutiam entre si, impedindo perceber e ouvir tudo o que estava sendo dito e feito. Os depoimentos foram obtidos através de no mínimo dois encontros, que ocorreram na rua, com os interlocutores sentados em bancos, nas calçadas ou em pé, encostados em automóveis. O barulho de fundo na gravação é uma prova da dificuldade de escutar e entender o entrevistado. Encontrei meus interlocutores várias vezes para obter depoimentos, tirar dúvidas, conferir anotações e refazer cronologias. Com alguns convivi um período maior de tempo, pois voltava a encontrá-los mesmo com as mudanças de trajetos que foram ocorrendo ao longo da pesquisa.

---

[65] Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 12/11/95.

A reação dos moradores de rua à minha presença e ao meu interesse em conhecer suas histórias de vida foi diversificada – da rejeição pura e simples de qualquer contato até um diálogo aparentemente franco e espontâneo, passando por 'jogar conversa fora', ou seja, 'trocar idéias', falar de qualquer assunto que resultasse em conversa sem comprometer-se, sem revelar detalhes, sem deixar penetrar nem na sua intimidade nem no seu passado. Pelo jeito de ser do interlocutor, por empatia, por gostar de falar da vida, ou outra razão que não consegui decifrar, alguns começavam a responder a minhas perguntas e a narrar fatos sem grandes necessidades de explicações sobre o objetivo da entrevista ou o uso que eu faria das informações. Outros viravam as costas e se afastavam. Assim, obtive depoimentos que variaram de extensão e profundidade.

A proposta era conseguir estabelecer um diálogo com os pesquisados, entender o que estava sendo dito e decodificar o conteúdo desse diálogo. Lidar com a memória, o que se lembra e como se lembra. O interlocutor lembra negando, diminuindo a importância ou exagerando? É um processo de "gestão da memória e da identidade" (Pollack, 1990).

"Não tenho nada para contar" e "vai entrevistar fulano" era o que mais me dizia Chicão, o líder do grupo dos catadores da rua Sorocaba, em Botafogo, com quem a desconfiança foi insuperável: "lúcido e coerente, fala muito pouco e bem baixo. Ele mede toda e qualquer resposta. As respostas dele não dão margem a continuar a conversa. É aquilo e pronto, não tem mais nada para contar".[66] Vanda também me disse que era melhor que eu conversasse com Márcia, que Márcia falava melhor, que ela não tinha nada a me dizer sobre a vida dela, que era "daquele jeito" – movimentava os braços mostrando a paisagem da praia de Copacabana. Conversou comigo naquele sábado, mas uma semana depois não queria mais falar: "toda informação é arrancada a saca-rolha, responde por monossílabos".[67] Dalton diz que "não vai falar nada, que sou da polícia".[68] Três dias depois, "diz que não quer falar nada e que 'o pessoal de lá [da Sorocaba] está supercabreiro com a senhora, e, olha, lá tem pessoas ruins.'"[69]

Mesmo quando tinha uma boa receptividade e a série de encontros e conversas gerava uma interação positiva para a pesquisa, sempre estava subjacente a dúvida sobre a veracidade da narrativa. Os moradores de rua, como indicam outros pesquisadores, têm "falas prontas (espécie de *prêt-a-porter* semântico), segundo o freguês, o otário, o compadecido, o turista, enfim, os potenciais interlocutores ainda não de todo refratários ao seu contato e mínima convivência" (Silva & Milito, 1995). A mentira, a ficção, a façanha, a dissimulação, as

[66] Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 4/3/97.

[67] Diário de campo, Copacabana, sábados, 12 e 19/4/97.

[68] Diário de campo, Botafogo, domingo, 9/3/97.

[69] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 12/3/97.

abstrações e racionalizações se confundem em um discurso de difícil interpretação. A comprovação da veracidade dos fatos narrados era impossível. O conhecimento e a intuição permitiam no máximo aceitar ou não a verossimilhança da narrativa, ou seja, parecia verdade, era plausível, aceitável.

A tentativa de ultrapassar essas 'falas prontas', de buscar mais detalhes de certos episódios, podia atingir um 'ponto crítico' – um assunto sobre o qual o entrevistado não queira conversar. Essas áreas que os entrevistados queriam vedar ao meu conhecimento eram 'pistas' para a análise da veracidade das narrativas. Mas as informações obtidas não podem ser colocadas em questão segundo sua veracidade, na medida em que

> o avesso é parte integrante do tecido de relações e ações objetivas (...).O convívio minucioso com os entrevistados faz com que se tente chegar não à verdade, mas a um repertório mais amplo de mentiras que permitam, ao menos, a compreensão dos mecanismos de fabulação ali imperantes, o entendimento das fantasias, dos disfarces e das pistas falsas. (Silva & Milito, 1995)

O clima das ruas é de incerteza e a desconfiança é um dos suportes básicos das interações nesse espaço:

> *as pessoas na rua elas nunca,* maiormente *assim, um maloqueiro nunca conta a história realmente como que é, ninguém fala pro outro. No começo é assim, só quando tu tem muita confiança com as pessoas, quando tu vai, faz uma amizade realmente muito forte que aí tu vai se soltar, tu conta tua família, tu conta teus problemas.*[70]

Chicão me diz que: "na rua ninguém fala nada, não escuta nada, não vê nada."[71]

> A questão do diálogo em tal contexto impõe singulares problemas de decodificação. Não só pelas dificuldades impostas pela mentira, a invenção, a ficção praticada sobre o comezinho, a imaturidade, a incompetência lingüística, mas também porque na decodificação do diálogo integra o contexto de interpretação a figura de um interlocutor que pesquisa e se apresenta interessado em conhecer. Ora, em certas situações, em tais tipos de universos urbanos, a única possibilidade frutífera de colher dados deriva da demonstração de desinteresse em obtê-los. Perguntar muito, demonstrar curiosidade, pode inviabilizar inteiramente a tarefa de campo. A curiosidade é traço que, infelizmente, os pesquisadores compartilham com policiais, alcagüetes e eventuais membros de redes rivais de controle. (Silva & Milito, 1995)

---

[70] Diário de campo, Botafogo, Miguel, segunda-feira, 14/4/97.

[71] Diário de campo, Botafogo, domingo, 9/3/97.

Os discursos de alguns moradores de rua eram integralmente coerentes, com narrativas articuladas e competências lingüísticas que facilitavam a apreensão de suas trajetórias de vida. Entretanto, outros moradores de rua (e com maior freqüência) apresentavam discursos fragmentados, por vezes desconexos, intermitentes, com silêncios constrangedores, exigindo um trabalho de garimpagem das informações. Estava presente uma certa 'incompetência lingüística', em um vocabulário restrito à manifestação de diversos sentimentos com as mesmas palavras e expressões. A forma de falar, balbuciando as palavras, um tom baixo de voz ou uma fala muito rápida dificultavam minha compreensão do que estava sendo dito. Às vezes não entendia o que me parecia ser uma gíria da rua. Dificuldades existiam também quando eu entendia tudo o que era dito mas o diálogo estava construído de uma forma que me parecia incoerente; eu não conseguia juntar os pedaços. "Todo o trabalho [do pesquisador] é o de um restaurador que não conta com todas as peças do objeto quebrado e é levado a intuir reentrâncias, saliências, a partir de outras experiências, outros campos" (Silva & Milito, 1995).

Para obtenção das informações foi utilizado um conjunto de técnicas: memorização do conteúdo da conversa com registro escrito logo após o encerramento do encontro, notas durante o depoimento, gravação de entrevistas, transcritas posteriormente, além da redação do diário de campo. Essas técnicas permitiram conhecer as trajetórias de vida dos meus interlocutores nas dimensões assinaladas no roteiro de pesquisa, mas não configuraram a obtenção de 'histórias de vida'. Devido às circunstâncias variadas não foi possível obter dos moradores de rua um "relato sobre a sua existência através do tempo, em que o entrevistado detém o fio condutor" (Queiroz, 1991; Rigotto, 1998). O diálogo só podia ser obtido às custas da minha interferência sistemática e mesmo que eu não dirigisse a conversa, deixando os assuntos se encadearem por si, minha atuação como pesquisadora aponta para a obtenção de depoimentos (Queiroz, 1991; Rigotto, 1998).

O percurso empírico e as reflexões sobre o processo de encontro e diálogo com moradores de rua franceses pesquisados por Girola indicaram os procedimentos metodológicos para a obtenção de histórias de vida com densidade, que superassem não apenas as 'falas prontas' mas também as 'histórias ocas'. No processo de obtenção da narrativa, a pesquisadora inicialmente recebeu um relato que denominou "a história das perdas" ou "a história da catástrofe". Uma história sucinta de suas vidas quase sempre estruturada da mesma maneira: perda do trabalho, divórcio, perda da moradia, o álcool, a rua. A história começava sempre pelo *grande acontecimento*, o dia em que tudo desmoronou e o elemento comum

era sempre a perda, o abandono, o homem 'sem'. No entender da autora, esse discurso (co-produzido pelos interventores sociais) mostrava o conformismo dos moradores de rua às imagens e histórias pré-construídas dos SDF – "*sans domicilie fixe*".

Deslocando-se com seus sujeitos de pesquisa pelo espaço urbano e observando a utilização dos recursos disponíveis de maneira lógica e racional, Girola encontrou uma segunda narrativa, quando as pessoas passavam da história de perdas para uma outra em que eles falavam de seus esforços para sobreviver. Era uma história de vida 'adaptativa', ao mesmo tempo valorizada e valorizante, que se expressava sobretudo na capacidade de encontrar soluções de sobrevivência dentro de situações extremas – eles se autodenominavam expertos no 'saber da rua'. Apresentavam-se como pessoas sem-teto, *experts* em rua, que não poderiam ser reduzidas à imagem do 'mendigo'. Entretanto, apesar desse processo de revalorização, essas pessoas continuavam a se apresentar como homens sós que fizeram tábua rasa de seu passado e não têm necessidade dos outros para conduzir sua vida cotidiana. Foi andando e sentando com eles, vendo a cidade 'a partir de baixo' e se comportando como 'boa antropóloga' que a pesquisadora conseguiu preencher a história adaptativa com signos identitários, com uma história afetiva e pessoal que ligava os interlocutores aos seus territórios de vida e sobrevivência, e que dava todos os sentidos às suas existências e os enraizavam. Dessa forma, conseguiu ultrapassar o "relato mítico da catástrofe" fazendo emergir um relato de pertencimento no qual a origem da história da pessoa sem-teto não se fixava mais a partir da situação de perda (Girola, 1996).

No caso de minha pesquisa com moradores de rua os objetivos do estudo e os procedimentos metodológicos adotados não ultrapassaram a história adaptativa. A orientação na obtenção dos depoimentos era no sentido de identificar trajetórias – como eram antes e como são agora – no trabalho? na família? na utilização de serviços públicos? na rua? Foi possível observar características relatadas por outras pesquisas sobre os grupos (como o caráter efêmero e transitório de sua composição), mas não se tinha a pretensão de estudar os moradores de rua caracterizando um "gênero de vida que lhes é próprio" (Becker, 1985). A alteridade positiva pode ser reconhecida nos 'talentos' – o 'dom da palavra', a capacidade de ler, de lidar com instalações elétricas, de construir maquetes, de fazer artesanato – que substituem as falhas ou fracassos das histórias de perdas.

Mas não vi "o mundo a partir de baixo", não convivi de forma íntima nem participei tão intensamente de seus cotidianos, o que significaria viver com eles, andar com eles, pedir com eles, me embriagar com eles.

RECONSTITUINDO O CAMPO

O material obtido na pesquisa de campo em forma de depoimentos, entrevistas e registros de diálogos e observações foi trabalhado a partir do agrupamento das informações por temas ou assuntos relacionados às dimensões sociais nas quais se buscava conhecer os processos de vinculação/desvinculação. Nem todo o material de campo foi utilizado na análise, particularmente a abordagem empírica das "conseqüências da etiquetagem" (Becker, 1985). "Identidade & estigma" era o título do capítulo no qual analisaria esse eixo de grande relevância no estudo do fenômeno da exclusão social, mas que teve que ser adiado.

A partir das trajetórias individuais, procurei retraçar o contexto social em que se processavam. Tendo como referências empíricas as condições de existência humana nas ruas, foi na articulação da estrutura social com o cotidiano de vida, entre as condições de possibilidade de inserção social e a efetividade dos vínculos, que busquei abordar a exclusão social como uma existência social integrada por dimensões da experiência social. Por isso, a análise das informações apresentadas nos três capítulos seguintes parte do morador de rua para pensar a dinâmica social em cada dimensão de sua existência: família, trabalho e rua.

Na análise das informações recorri com insistência a outras pesquisas sobre moradores de rua. Isso foi feito, porém, sem nenhum intuito comparativo, posto que tinham sido realizadas com metodologias diferentes, em cidades e anos diversos.[72] O acesso aos dados e informações de outras investigações possibilitou caracterizar melhor as trajetórias com potencialidades de desvinculação no interior de cada dimensão, considerando-se a diversidade de manifestações que cada espaço urbano oferecia. Por sua vez, os condicionamentos impostos pelo espaço urbano (tão característico em Brasília) se manifestaram em especificidades que diferenciaram entre si as populações de rua urbanas.

Cada capítulo apresenta as informações e as referências teóricas que as análises das trajetórias solicitaram. Assim, cada dimensão possui o seu próprio conjunto de categorias, exigindo uma abordagem própria. O tema da exclusão social é 'bom para se pensar' e envolve diversos 'olhares' espalhados por disciplinas específicas. "Quanto mais importante é um problema, mais complexas são as causas; e quando as causas são muitas, maior é a necessidade de um *approach* interdisciplinar" (Dogan, 1996). O fenômeno da exclusão social exige para sua compreensão que seja atravessado por várias disciplinas (transespecialidade) ou olhado por múltiplos ângulos (poliespecialidade). A aná-

---

[72] Pesquisas realizadas na cidade de São Paulo (Flora, 1987; Sebes, 1992; Datafolha, 1995, 1997), Porto Alegre (PUC/RS, 1995; Magni, 1994, 1995, 1997), Brasília (Sdsac/DF, 1995; Bursztyn & Araújo, 1997) e Rio de Janeiro (dados quantitativos: FLXIII, 1991 e levantamento em jornais; análises qualitativas: Neves, 1983, 1995; Martins, A. L., 1993; Minayo (org.), 1993; Rangel, 1996).

lise do tema envolve situar-se na "complexa rede de campos híbridos que combinam segmentos de disciplinas, que recombinam fragmentos de especialidades monodisciplinares, exigindo conceitos que surgem nas interfaces, nos interstícios das disciplinas" (Dogan, 1996).

Na compreensão do fenômeno da exclusão social, que se manifesta de maneira polifacética mas apresenta uma unidade que o caracteriza como existência social específica (de exclusão), não busco estabelecer causalidades e determinações; prefiro, orientada por Arendt, considerar que

> a causalidade, isto é, o fator de determinação de um processo de acontecimentos no qual um acontecimento sempre causa e pode ser explicado por outro, é provavelmente uma categoria inteiramente estranha e falsificadora no reino das ciências históricas e políticas. Os elementos, por si mesmos, provavelmente nunca causam nada. Tornam-se origens de acontecimentos se e quando se cristalizam em formas fixas e definidas. Então, e apenas então, podemos retraçar a sua história. O acontecimento ilumina seu próprio passado mas nunca pode ser deduzido do mesmo. (Young-Bruehl, 1997)

Analisando essas cristalizações nas trajetórias de vida dos moradores de rua, busca-se uma abordagem transversal e qualitativa, compreensiva mais que quantitativa. O que elas têm em comum? "Experimentam uma maneira particular de dissociação do vínculo social, que denomino desvinculação" (Castel, 1991).

3

A DIMENSÃO SOCIOFAMILIAR: um homem sem família, um homem só

All the lonely people, where do they all come from?
All the lonely people, where do they all belong?
(*Eleanor Rigby*, Lennon & McCartney)

Quem são os que moram nas ruas da cidade? Levantamentos institucionais, pesquisas, notícias de jornais e a simples observação cotidiana permitem evidenciar que a população de rua está constituída, em sua maioria, por homens sós. A vida solitária nas ruas indica a existência de algum distanciamento, ou até um rompimento com o grupo familiar. O afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidades nos vínculos familiares e comunitários (eixo sociofamiliar).

Em Porto Alegre, 30% da população de rua atribuíram sua situação aos problemas de relacionamento familiar. Nessa pesquisa os conflitos foram mencionados nas relações com praticamente todos os integrantes da família: pais, irmãos, padrasto, madrasta, companheiro(a). O segundo motivo mais alegado, pela mesma população, foi o alcoolismo ou o vício em drogas com 22,5% de referências. Quando perguntados sobre o motivo que os levou a beber, 25,2% indicaram "problemas com a família" e 7,5% por "influência da própria família", ou seja, pai e/ou mãe alcoólatras (PUC/RS, 1995).

Os depoimentos nem sempre são claros em relação à(s) causa(s) dos antagonismos familiares, mas quando a família é enunciada como motivo para ter passado a residir nas ruas, em geral, encontram-se associados o alcoolismo e o consumo de drogas, a violência doméstica, conflitos de valores entre pais e filhos ou entre irmãos, e incapacidades físicas mas, sobretudo, doenças mentais.

O alcoolismo e o vício em drogas interferem na unidade familiar tanto pelos conflitos que provocam, sejam estes violentos ou não, quanto pelo desequilíbrio do orçamento doméstico que o consumo compulsivo tende a produzir. A desagregação (ou não) daí oriunda depende dos limites de tolerância afetiva e de vulnerabilidade econômica que a unidade familiar pode suportar. No caso de famílias situadas no limiar entre a pobreza e a miséria, o vício do provedor principal pode significar a desintegração da estrutura familiar. O depoimento de Raimundo, 26 anos, vigia de obra, sintetiza: "Nem farra, nem forró. O pai de família, ele num pode no final de semana se divertir com mulher, porque se ele for se divertir ele tem que largar a família dele, o dinheiro num sobra pra se divertir" (Sousa, 1994).

O pai de Luiz Augusto morreu atropelado quando ele tinha nove anos, ao atravessar embriagado a Via Dutra na frente do Ponto 13. O médico dissera que se ele não estivesse alcoolizado teria sobrevivido. Luiz Augusto também bebe e este é o motivo que o levou a sair da casa da irmã mais velha, sua maior referência afetiva. A primeira vez que saiu e ficou um ano sem aparecer, foi depois de uma bebedeira. Ela "ficou naquele fala, fala" e ele se foi com a roupa do corpo. Casou com Célia e durante quase um ano moraram juntos em Jacarepaguá, mas o relacionamento acabou por causa da bebida: "ela sofria na minha mão, coitada, não merecia, era boa pessoa". Luiz Augusto acha ruim que os familiares falem tanto e o critiquem por beber em demasia: "cada um tem seus direitos". Além do mais, ele alega que "não perturbava, chegava, nem comia, ia dormir". A irmã diz que vai interná-lo: " ela pensa que desse jeito vou recuperar".[73]

Henrique é pernambucano mas tem casa em Nilópolis. Conta que foi expulso de casa devido ao alcoolismo.[74] Quando pergunto a Marcelo por que passou a morar na rua ele responde que foi devido à bebida, mas que agora está parando. Diz que foram as "más companhias", que ficou "andando com esse pessoal que bebe...". Conta que não vai mais para a casa da mãe porque já criou muita confusão, arrancou mais de três interfones, derrubou televisão e quebrou um montão de coisas; fica irritado.[75] O consumo de drogas também apareceu como motivo de distanciamento da família, ainda que em freqüência menor do que a do alcoolismo, possivelmente pela faixa etária mais adulta dos entrevistados.

A violência doméstica é referida como motivo para sair de casa principalmente por crianças, adolescentes e mulheres. Rodrigo, menino de 13 anos, me disse que foi morar na rua porque a mãe e a avó batiam muito nele.[76] Outro

---

[73] Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 20/3/97.

[74] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 16/4/97.

[75] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

[76] Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 3/12/95.

menino, também chamado Rodrigo, contou que fugiu de casa a primeira vez porque perdeu a chave da tia e ficou com medo de apanhar.[77] Solange, que morava com sua 'família extensa' sob as marquises dos pontos de ônibus na rua Nelson Mandela, em Botafogo, apresentava sinais de queimadura pelo corpo todo e tinha a mão direita inteiramente deformada. Ela disse que foi o pai do seu filho Gilson, atualmente com vinte anos, que a queimara quando este ainda era pequeno.[78] Vanda fugiu de casa porque a mãe batia muito nela. Tento saber mais, mas ela apenas repete que apanhava e que era muito, muito mesmo.[79] Márcia, a quem encontrei junto com Vanda integrando um grupo que permanecia sob os coqueiros da praia de Copacabana, relatou-me que o pai batia muito na mãe. Perguntei se o pai bebia e ela me disse que não, que "ele era ruim mesmo".[80]

No âmbito da violência doméstica destacam-se o abuso e a violência sexual contra as meninas. Nesse sentido registram-se, além de pesquisas específicas sobre o assunto,[81] o depoimento de uma educadora que declara que a comprovação pode ser feita no Cerim, em que todas as meninas, sem exceção, saíram de casa por violência sexual (Silva & Milito, 1995).

Conflitos de valores entre pais e filhos emergem com a gravidez de filhas, homossexualismo dos filhos e, mesmo, antagonismos de ordem religiosa. Beatriz, que veio do Rio Grande do Sul, brigara com a mãe porque tinha ficado grávida aos 18 anos, mas o filho ficara lá, com a mãe. Aqui no Rio teve um outro filho, mas dera-o para uma moça, em Copacabana, "de papel passado".[82] Márcia diz que engravidou aos 13 anos e o pai a expulsou de casa.[83] O homossexualismo é referido como motivo de desentendimentos e diminuição de contatos familiares (Simões Jr., 1992; Silva & Milito, 1995). Cícero refutava que seu homossexualismo assumido tivesse sido o motivo que o levara a sair de casa em João Pessoa, mas relatava: " só tive problema nesse caso aí que você falou, só com uma pessoa, com meu padrasto, eu tive sérios problemas com ele, ele achava isso aí horrível".[84]

Outras ordens de divergência envolvem conflitos de valores intergeracionais como 'autonomia' e 'liberdade'. André, catador da rua Sorocaba, em Botafogo, me contou que o pai queria que ele trabalhasse gratuitamente na sua oficina. O

---

[77] Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

[78] Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

[79] Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

[80] Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

[81] Ver Soares, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Iser/ Relume Dumará, 1996; Gomes, Romeu. *O corpo na rua e o corpo da rua*: a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo, Unimarco Ed., 1996.

[82] Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 12/11/95.

[83] Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

[84] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

pai dava roupa e o material para a escola, mas quando André pedia dinheiro para ir ao cinema ou para se divertir com os amigos, ele não dava. Este teria sido o motivo que o levara a sair de casa.[85] Miguel, que é peruano, de Lima, conta que tem família no Brasil, em Piracicaba, interior de São Paulo. Um tio seu, peruano, casado com uma brasileira, mora lá e possui uma confecção de bolsas, mochilas e *pochettes*, que vende para o interior do estado. Miguel trabalhou com o tio mas não se dava bem com a tia brasileira. Segundo Miguel, a tia implicava com ele.[86] Quando lhe perguntei sobre o motivo que o levara a morar na rua, ele não titubeou:

> *o meu caso foi minha família, porque eu nunca me entendi bem com minha tia. Se fosse por meu tio tava numa boa até agora, mas foi a mulher dele que começou a envenenar a cabeça dele, aí tive que sair, ela fez um monte de fofoca, eu falei assim: 'melhor antes que eu sair na porrada aqui, melhor agarrar, pegar minhas coisas e sair fora'.*[87]

Por vezes as desavenças ocorrem entre irmãos, entre aquele que contribui para os rendimentos familiares, participa na estratégia de sobrevivência familiar, e um(a) outro(a) irmão(ã) que não participa da mesma forma do circuito de trocas familiares. O conflito resulta da não aceitação da existência de uma diferença de papéis, ações, valores e personalidades entre os supostamente iguais. Renato, em Copacabana, menciona que os conflitos dele são com a irmã, que "não gosta dele".[88] O mesmo Rodrigo que fugiu de casa na primeira vez com medo de apanhar da tia conta brigas com a irmã de 16 anos porque ela queria que ele arrumasse a casa e ele não queria por considerar que esse "é o serviço dela".[89] André, catador da rua Sorocaba, diz que não quer voltar para casa porque, além dos conflitos com o pai, se aborrece com os irmãos, que são mais novos mas "ficam falando".[90] Márcia me conta que teve dezoito irmãos (sic) mas que "deve ter morrido uns nove...". Quando pergunto por eles diz que um está preso e sobre este fala mais.[91] No sábado seguinte, Márcia estava machucada e contou que brigara com a irmã; que a irmã dizia que iria matá-la, e quando Márcia tentou pular o muro, este desabara por cima dela.[92]

A desintegração familiar por morte é uma 'fonte' de população de rua desde a época medieval. As descrições e análises desse período nunca omitem a

---

85 Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

86 Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 9/4/97.

87 Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

88 Diário de campo, Copacabana, segunda-feira, 17/2/97.

89 Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

90 Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 12/3/97.

91 Diário de campo, Copacabana, sábado, 12/4/97.

92 Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

presença de órfãos e viúvas entre os pedintes isolados ou mesmo profissionalizados nos 'pátios de milagres' (ver Stoffels, 1977; Geremek, 1995; Castel, 1995). Quando os pais morrem, a dispersão dos irmãos pode ser uma estratégia de sobrevivência. No entanto, é importante destacar que a dispersão dos membros da família pode ser uma estratégia para enfrentar a vulnerabilidade econômica mesmo quando não há desestruturação do grupo familiar por morte ou separação. Mandar morar com parentes ou mandar viver na cidade, principalmente as meninas, que vão se empregar como domésticas, é um recurso bastante utilizado e uma 'solução' para as moças frente às vulnerabilidades primárias de qualquer ordem.

O pai de Rodrigo, o mesmo que fugiu de casa porque perdeu a chave da tia, morreu quando ele tinha sete anos. Ele não sabe explicar a causa, fala que "ele tomava umas cachaças mas não foi por isso não".[93] André, catador da rua Sorocaba, em Botafogo, é o mais velho de doze irmãos, sendo que um deles morreu. Sua saída de casa foi devido a conflitos com o pai e os irmãos, mas André também menciona que na ocasião tinha acabado de morrer o avô, que parece ter sido sua referência afetiva mais intensa.[94] Cícero relata que nem chegou a conhecer o pai: " isso daí é uma coisa que eu sentia muita carência, assim, paterna, tá entendendo? Quando ele morreu eu era muito novo.... eu acho que podia ter no máximo dois anos, eu não consigo nem, eu não tenho assim uma imagem dele".[95] Márcia conta que a mãe morreu de pneumonia e o pai de derrame. Pergunto pelo pai do seu filho e ela me diz que ele também morreu baleado quando o menino tinha três meses, porque foi 'confundido'; estava andando com determinadas pessoas e acharam que ele pertencia ao grupo. Márcia diz que sente falta da mãe, que depois que a mãe morreu a vida ficou muito difícil.[96] A mãe de Roni, o qual encontrei na praça Serzedelo Corrêa quando era companheiro de andanças de Luiz Augusto, morrera por mordida de rato e ele dizia: "rato é um bicho horrível, se não fosse pelos ratos eu não estaria na rua". [97]

Luiz Augusto e Solange relatam histórias em que a morte dos pais não resultou em dispersão familiar. No caso de Luiz Augusto, a madrinha de seu irmão Ubirajara, moradora também de Belford Roxo, casada e sem filhos, assumiu a responsabilidade de criá-los. Atualmente, a irmã mais velha mora com o marido na casa que foi deixada pela mãe de criação.[98]

---

[93] Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

[94] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 12/3/97.

[95] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

[96] Diário de campo, Copacabana, sábado, 12/4/97 e sábado, 19/4/97.

[97] Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97.

[98] Diário de campo, Botafogo, quinta-feira 20/3/97 e 3/4/97.

A separação do cônjuge foi relatada tanto por homens quanto por mulheres como motivo para a moradia na rua. Dentre os depoimentos obtidos por Ana Lúcia Martins (1993), a história de Dona Maria, que, por ocasião de seu depoimento, era moradora de rua há doze anos, retrata esta situação de desintegração familiar e perda de moradia. O marido a expulsara de casa porque havia arrumado outra mulher. Ela apresentava marcas de queimaduras por todo o corpo, sinais da violência conjugal. Viveu como empregada doméstica até que uma nova gravidez impediu que continuasse no trabalho. Gilberto, 39 anos, natural da zona rural do Espírito Santo, considera que passou a residir na rua apenas quando se separou da mulher com quem vivia sob um viaduto em Pilares (Rangel, 1996).

Afora os filhos de tenra idade, a morte dos pais pode levar à dispersão familiar de irmãos adolescentes ou adultos quando ocorre em grupos familiares com baixa margem de tolerância a 'fluxos unilaterais de troca' entre seus membros. Ou seja, famílias que encontram dificuldades de sustentar e acolher os membros que só estejam usufruindo, sem contribuir para o orçamento doméstico. As incapacidades e doenças físicas e, mais particularmente, as doenças mentais revelam claramente os limites de tolerância – afetiva e econômica – da família, a partir dos quais ela se esgota como recurso de apoio e solidariedade, como evidenciam as trajetórias de Hélio e Luiza (Rangel, 1996).

Mesmo sem a morte dos pais ou a dispersão familiar, a doença mental é um elemento que propicia comportamentos inusitados e, eventualmente conflitos familiares, por vezes de difícil assimilação. Ainda que pertencendo a uma família agregada e solidária, o doente mental pode querer afastar-se do seu convívio. Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), 28% dos 3.358 moradores de rua entrevistados em outubro de 1991 tinham "algum tipo de deficiência mental",[99] proporção bastante elevada, embora não tenham sido divulgadas as modalidades mais freqüentes de distúrbio mental nem tampouco como foi realizado o diagnóstico.

VULNERABILIDADES FAMILIARES

Considerando que esse conjunto de situações de fragilização e ruptura dos vínculos familiares incide sobre pessoas oriundas, preponderantemente, das classes trabalhadoras pobres, a desvinculação na dimensão sociofamiliar tem uma relação estreita, ainda que não mecânica nem determinística, com as vulnerabilidades familiares de ordem econômica-ocupacional e de rendimen-

[99] *Jornal do Brasil*, 19/out./91.

tos. Os vínculos dos moradores de rua com o mundo do trabalho constituem o objeto de um capítulo, mas aqui objetiva-se ressaltar a fragilização dos laços familiares tendo a pobreza como pano de fundo, ou seja, destacar algumas relações entre a precariedade material, a pauperização dos núcleos familiares e a sua desintegração parcial ou completa.

A configuração da estrutura familiar do 'trabalhador pobre', ou seja, a distribuição de papéis que configura uma estratégia de convivência afetiva e sobrevivência econômica foi desenhada por Zaluar no modelo do chefe provedor. A pesquisa, realizada na Cidade de Deus, Rio de Janeiro, entre 1980 e 1982, revelou unidades familiares articuladas em torno da figura do 'chefe provedor', cuja identidade e auto-estima provêm de conseguir satisfazer as necessidades básicas de seu grupo familiar. A identidade do trabalhador pobre – identificado dessa forma porque os rendimentos não lhe possibilitam um consumo farto e variado – se constrói numa relação com a família mediada pelo trabalho, que não constitui em si o *locus* de identificação, mas fornece os meios através dos quais o homem pode prover sua família e assim representar-se positivamente. (Zaluar, 1994a).[100] E, mesmo estando centrado na figura masculina, o modelo do chefe provedor envolve participações específicas da mulher e dos filhos na unidade familiar.

Porém, como observa Nair Bicalho de Sousa em sua pesquisa sobre trabalhadores da construção civil, o modelo de chefe provedor encontra enormes obstáculos para se afirmar. A família do trabalhador pobre pode atravessar a tênue fronteira entre pobreza e miséria em circunstâncias como aposentadoria, doença, desemprego ou abandono do lar pelo chefe provedor. Sustentar a família impõe ao provedor um 'cabresto muito curto', ou seja, exige que ele paute seu comportamento em uma vida regrada entre o trabalho e a família, de modo a não desequilibrar o orçamento doméstico com gastos supérfluos, especialmente o lazer e a bebida (Sousa, 1994).

Levar uma vida regrada é necessário, porém insuficiente, para que o chefe provedor consiga estabelecer e reter com o mundo do trabalho um vínculo caracterizado como precário, inseguro, instável, de seletividade crescente e baixos rendimentos. Esse 'permanente curto-circuito' produzido pelo mercado no vínculo que os trabalhadores chegam a estabelecer com o trabalho institui a insegurança como o elemento definidor de suas formas de vida (Telles, 1994b).

A estrutura familiar se apresenta assim como a grande retaguarda afetiva e material do trabalhador pobre nas suas relações com o mercado de trabalho, como o recurso fundamental para sua sobrevivência cotidiana. A família (a 'casa')

---

[100] A primeira edição de *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza* é de 1985. Foi consultada a 2ª edição, de 1994. É importante observar que a pesquisa foi realizada antes da crise econômica de 1983, mas a escalada inflacionária tinha começado e o poder aquisitivo já era baixo.

é um âmbito, um domínio, um espaço onde ancorar-se, um lugar que pode chamar de seu, frente ao mundo do trabalho (a 'rua') que lhe oferece uma experiência de insegurança na qual a ameaça da miséria está sempre presente. A 'experiência de liminaridade', o fantasma da miséria a que se refere Telles – representada por ficar desempregado, passar fome ou 'ir morar debaixo da ponte' – está sempre presente no horizonte da maioria das famílias trabalhadoras: passar da pobreza, uma condição de vida em que os rendimentos (e o consumo) são baixos, para a situação de miséria em que não há quase nenhum rendimento e o suprimento das necessidades básicas está parcial ou completamente inviabilizado.

A vulnerabilidade econômica da unidade familiar atinge diferenciadamente os seus componentes, segundo os papéis que desempenham na estrutura de convivência e sobrevivência. Os homens – chefes de família – que se encontram nas ruas relatam histórias de separações e morte da esposa, abandono ou expulsão do convívio familiar, nas quais estão presentes e associados a vulnerabilidade econômica e o alcoolismo.

Os chefes de família que não conseguem prover os seus dependentes experimentam um questionamento de sua autoridade familiar e legitimidade social, daí advindo uma auto-imagem negativa (Zaluar, 1994a). O dever social masculino de genitor e provedor impõe a busca da independência e autonomia em relação a sua família de origem. Em caso de fracasso, como indica Michel Agier, recebe um 'veredicto implacável': ele vive uma situação 'anormal', porque transitória, ou então é considerado 'incapaz'. É uma produção simbólica da alteridade dos homens malsucedidos transcrevendo-os nos domínios da doença e da 'margem' (Agier, 1990). Para Agier o peso dessa simbologia explica, em boa parte, a instabilidade matrimonial dos homens com inserções econômicas precárias e a 'deserção masculina' da unidade familiar, que se revelam em comportamentos masculinos de desistência, pânico e fuga, direta ou indiretamente decorrentes de um revés social (Agier, 1990). Ao 'desertar' da família nuclear, pode estabelecer novos vínculos afetivos e familiares, nos quais abdica da autoridade – cuja contrapartida necessária é a de ser provedor principal ou maior submissão às vicissitudes do trabalho – desempenhando o papel de companheiro ou agregado (Neves, 1995a). A vulnerabilidade econômica pode promover também uma dispersão familiar na qual os vínculos afetivos e de referência são mantidos. Nessas trajetórias o chefe de família que está nas grandes cidades se separa da mulher e filhos, que são 'mandados para a casa de parentes', em cidades menores, enquanto persistir a situação de desemprego e falta de rendimentos. A mesma modalidade de vulnerabilidade pode reprimir a constituição de uma família nuclear, como declarou Luciano, operário da construção civil, a Sousa: "[muitos operários] num casa, porque têm medo, medo de num dar certo, medo da sobrevivência" (Sousa, 1994).

Os homens jovens e solteiros, antes de constituir uma família nuclear própria, experimentam maior frouxidão dos laços familiares. É um momento, que vai desde a adolescência até quando se tornam jovens adultos, em que separar-se de sua família de origem em busca de alternativas de vida não caracteriza necessariamente um rompimento do vínculo familiar ou uma resposta a um campo afetivo conflitivo. É, antes de mais nada, uma "marca da criação de uma identidade adolescente" em que se recusam os espaços oficiais e rotinizados e se opõe aos mais velhos e ao sistema (Silva & Milito, 1995). Significa colocar em prática uma estratégia de sobrevivência própria: o 'ir à luta'. O papel desempenhado na unidade familiar por homens jovens e solteiros, se não tem as imposições do chefe provedor, tampouco é isento de responsabilidades no circuito de trocas. Em famílias de trabalhadores pobres, é extremamente precoce o ingresso do menino na composição dos rendimentos familiares. Dessa forma, o homem jovem e solteiro pode se afastar ou ser expulso do convívio familiar por deficiências em sua participação nos rendimentos (fluxos unilaterais de trocas) assentadas em um terreno afetivo familiar conflitivo, como revela o relato de Roney (Rangel, 1996).

Se a vida dos chefes de família se desenvolve entre a família e o trabalho, os trabalhadores solteiros, sem os compromissos domésticos, podem incorporar o lazer. Entre os trabalhadores da construção civil, os jovens operários se submetem às duras condições de trabalho, contando com a diversão certa no final da semana (Sousa, 1994). Nesse aspecto, a rotina diária de uma boa parte dos moradores de rua associa o trabalho e a diversão de maneira análoga à dos jovens trabalhadores da construção civil, embora numa temporalidade diferenciada: enquanto os operários da construção civil apresentam uma regularidade semanal, os moradores de rua obtêm rendimentos pela manhã para beber de noite com os amigos.

O perfil da população de rua é composto, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre, por homens em idade produtiva. É pois nas estratégias de sobrevivência, no cumprimento ou não dos papéis familiares atribuídos e nos conflitos afetivos 'típicos' dessa faixa etária que devem ser localizados os processos de desvinculação na dimensão sociofamiliar que propiciam o ir morar nas ruas.

No Rio de Janeiro, entre 1986 e 1991, a proporção de homens se manteve em 76% do total com preponderância da faixa etária de 26 a 40 anos (cerca de 43% no período) e concentração de 61,2% entre 18 e 40 anos.[101] Entre 1986 e 1991 as pequenas alterações no perfil etário da população de rua foram no

[101] As faixas etárias consideradas no documento da Fundação Leão XIII (1991) não são iguais às divulgadas pela imprensa no mesmo ano, daí a discrepância destes percentuais com os assinalados anteriormente, sem alterar a característica de constituírem homens em plena idade produtiva.

sentido de um discreto envelhecimento, com redução da participação do grupo de idade entre 18 e 20 anos e incremento das faixas acima de 40 anos (FLXIII, 1991).

Em 1991, o levantamento da SMDS do Rio de Janeiro indicou que 42,3% dos moradores de rua eram naturais do estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano, a Fundação Leão XIII divulgou que 53,1% eram fluminenses e 43,6% cariocas. Em relação ao tempo que estavam na cidade do Rio, qualquer que fosse sua naturalidade, as instituições divulgaram que 75,5% dos moradores de rua estavam aqui há mais de quatro anos (*O Globo*, 19/10/91) e 40,3% estavam há mais de cinco anos (FLXIII, 1991).

Os 244 moradores de rua assistidos e cadastrados pela Comunidade Evangélica de Jesus eram em sua imensa maioria (92,6%) homens, 50,4% deles entre 25 a 39 anos e 25,8% entre 40 e 60 anos. Embora os registros nas fichas misturem naturalidade e procedência, 43,9% (107 moradores) eram oriundos do próprio estado do Rio de Janeiro. Minas Gerais foi o segundo estado mais mencionado de procedência (11,5%). Em termos regionais, abaixo da região Sudeste (67,6%) estava a região Nordeste como origem de 25% dos moradores. A procedência segundo capital/interior, uma aproximação do componente urbano/rural das migrações ou deslocamentos, apontou uma predominância de origem do interior (35,2%), embora essa informação não estivesse disponível em um número grande de fichas (44,3%). Os moradores de rua naturais do estado do Rio de Janeiro provinham de maneira relativamente uniforme da capital, de outros municípios da região metropolitana ou do interior, respectivamente 17,7%, 15% e 15%. Novamente esta informação não estava disponível para mais de 50% dos moradores de rua fluminenses cadastrados na Comunidade Evangélica de Jesus.

Em São Paulo, em 1991 esses homens (65% tinham menos de 40 anos), eram brancos (50%), pardos (30%) e negros (20%) (Sebes, 1992). Em 1995, também na cidade de São Paulo, 67% eram solteiros, 89% não tinham namorada(o) e 53% tinham um ou mais filhos (Datafolha, 1995). Em Porto Alegre, 77% dos 222 moradores de rua pesquisados eram homens, 68,9% tinham entre 22 e 45 anos e 53,6% eram brancos (PUC/RS, 1995).

Pesquisa da SDSAC/DF – Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal – sobre a população de rua em Brasília, em junho de 1995, identificou 54,6% de homens entre 657 moradores. Na tipologia de população de rua construída pela equipe de pesquisa, os homens jovens integrariam as categorias de "mendigos ocasionais" ou a de "migrantes recentes não-fixos (periódicos)" (Sdsac/DF, 1995). Pesquisa realizada, entre maio e junho de 1996, com 150 famílias de migrantes que viviam nas ruas do Distrito Federal e que tinham chegado na cidade após janeiro de 1995 (posse do governador), traçou um perfil composto principalmente

por jovens casais com filhos (dois terços dos chefes de família ou seus cônjuges têm até 35 anos de idade) e com uma maioria formada por negros e pardos (72%) (Bursztyn & Araújo, 1997).

Essas diferenças entre os perfis das populações de rua de Brasília e das demais cidades, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, são apenas algumas dentre várias diferenças que estabelecem uma especificidade em relação à população de rua brasiliense, uma configuração própria e apropriada ao espaço urbano peculiar que é Brasília. Nas demais cidades o homem sozinho em plena idade produtiva emerge como típico do grupo social 'moradores de rua'.

A vulnerabilidade econômica atinge de maneira diferente as mulheres em suas famílias de origem. Com papéis definidos desde a infância – substituta da mãe que trabalha e obtenção de rendimentos complementares – o dever social feminino na família nuclear está inteiramente imbricado com o interior, o lar, a manutenção da casa e da moral, ao contrário do homem, que deve sair de casa para obter rendimentos. O recurso da mulher ao amparo familiar é culturalmente legitimado, enquanto essa experiência para o homem é prova de sua 'incapacidade'. Ou seja, com muito menos freqüência o não conseguir sustentar-se economicamente, nem aos seus filhos, implica para a mulher uma ausência de *status*, em perda de lugar ou de referência familiar, assim como tampouco lhe é conferida uma destituição simbólica tão implacável como a dos homens que, fracassando na construção de uma família, são marginalizados até a exclusão. Como aponta Agier, "as críticas feitas às mulheres são de ordem moral ou doméstica e não sociais ou econômicas como aquelas endereçadas aos homens" (Agier, 1990).

Os trabalhos de Ana Maria Quiroga Fausto Neto (apud Rangel, 1996) revelam o funcionamento da rede de parentesco como amparo da mulher em situações de vulnerabilidade econômica e afetiva. Em famílias operárias de Belo Horizonte, o lado materno interfere no cotidiano da família enquanto o lado paterno intervém de maneira prioritária num único caso: o do empréstimo de dinheiro. No caso da 'avenida'[102] São Caetano, em Salvador, a proximidade espacial e uma intervenção permanente de uma rede de parentes garante a sobrevivência cotidiana das famílias chefiadas por mulheres que "não poderiam ter existência social considerando-se apenas a renda monetária adquirida no mercado de trabalho", revelando uma "eficácia do espaço que se reproduz de uma geração para outra" (Agier, 1990).

---

[102] A 'avenida' é um termo usado de maneira genérica para designar qualquer beco, travessa, vila e viela que sai de uma rua asfaltada (...) termo que designa, por si mesmo, um *status* de pobreza, e assim identifica aqueles que moram nesses espaços. Em certos casos, as avenidas de Salvador são comparáveis aos 'cortiços' de São Paulo e Rio (Agier, 1990).

A chefia familiar feminina, por morte ou separação do cônjuge, é uma situação de vida de extrema vulnerabilidade econômica, pois a mulher, na maioria das vezes, não consegue obter os mesmos rendimentos auferidos pela força de trabalho masculina. As famílias matrifocais constituem proporções significativas das famílias pobres e, particularmente, das indigentes, caracterizando o que vem sendo denominado 'feminização da pobreza'. No entanto, se o grupo familiar matrifocal terá mais necessidade econômica, terá também mais possibilidade social de recorrer legitimamente a seu próprio grupo consangüíneo (Agier, 1990). Além da proteção da rede de parentesco a mulher pode enfrentar a vulnerabilidade econômica através do emprego doméstico, que, mesmo constituindo-se uma das ocupações mais pauperizadas,[103] ainda é responsável pela absorção de uma parcela considerável da força de trabalho feminina não qualificada.

É interessante destacar o apadrinhamento (o princípio das relações múltiplas) como estratégia feminina de sobrevivência que, junto com uma certa 'naturalização' da pobreza, 'familiarização' e personalização dos espaços sociais, constituem, segundo Agier, um saber-viver feminino da pobreza. O apadrinhamento, como se verá, é uma estratégia de sobrevivência adotada também por mulheres que estão vivendo nas ruas, com suas famílias ou em grupos com seus filhos.[104]

Esse saber-viver feminino da pobreza envolve conseguir adaptar o consumo familiar aos baixos rendimentos (Zaluar, 1994a) e conseguir rendimentos complementares através de doações ou estabelecimento de vínculos com entidades assistenciais (Neves, 1983, 1996). Nas famílias,

> a mãe tem importância crucial no estabelecimento e reforço das redes de relações, na transmissão de valores morais do grupo, e, acima de tudo, no controle do orçamento doméstico, que os possibilita afastar-se da fronteira que separa a miséria da pobreza. (Zaluar, 1994a)

Daí a autora concluir que se há uma dissolução nas famílias da classe trabalhadora pobre, essa decorreria do fato de a mãe ter que ausentar-se para traba-

---

103 Ocupações pauperizadas, pessoas em ocupações pauperizadas, trabalhadores pauperizados constituem formas de expressar a distribuição das "baixas rendas" na estrutura das ocupações profissionais. Figueiredo, Schiray e Lustosa (1990) estudaram a distribuição das remunerações de 108 categorias de ocupação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1987, distinguindo três grupos de ocupações pauperizadas em função do grau de pobreza. As empregadas domésticas integravam o grupo de ocupações pauperizadas com grau de pobreza extremo (mais de 2/3 de pobres).

104 Ressaltando o apadrinhamento como estratégia de sobrevivência não se quer de forma alguma adscrever (e correlacionar) a pobreza ao clientelismo. A estratégia de sobrevivência envolve resultados práticos em situações concretas pautada por uma relação de troca diferente do clientelismo que constitui "um componente secular das relações entre o Estado brasileiro e todas as classes sociais, especialmente as abastadas, que sempre tiveram padrinhos e amigos influentes" como assinala Zaluar em seu artigo "Pobre, logo clientelista" (1994c).

lhar ou não estar presente, vulnerabilidade familiar que deixa 'vazios' de referências sociais e morais, fragilizando os laços da sociabilidade primária.

A intervenção da rede de parentesco, a legitimidade do recurso à família de origem, o maior acesso ao emprego doméstico, as referências simbólicas de identidade ligada à casa podem ajudar a entender o porquê de as mulheres constituírem uma minoria dentre a população de rua. A 'tendência feminina' frente à vulnerabilidade econômica e afetiva da unidade familiar seria a de assumir as responsabilidades de chefe provedor: " nesses casos quem segura a barra é a mulher, os homens saem fora e a mulher é que fica com as responsabilidades".[105] No entanto, morar na rua, sozinha ou com os filhos, tem sido uma solução para uma parcela de mulheres que imprimem ao perfil da população de rua um traço mais recente e ainda minoritário, mas que pode estar em crescimento.

Na cidade de São Paulo, as mulheres constituem menos de 10% da população que recorre aos serviços de abrigo ou das casas de convivência, são extremamente jovens e várias delas passaram pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). A proporção de mulheres é maior (33%) dentre os que procuram os albergues e, nesse caso, a maioria tem mais de 40 anos, filhos e não tem para onde ir (Sebes, 1992). Em Porto Alegre, as mulheres constituíam 23% dos 222 moradores de rua, acima de 14 anos, durante o segundo semestre de 1994 (PUC/RS, 1995) e, no Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII encontrou uma participação constante em torno de 24% de mulheres nos levantamentos realizados em 1986 e 1991 (FLXIII, 1991). Em Brasília, no levantamento da Sdsac/DF, a proporção de mulheres variou entre 40 e 55% do total da população de rua, o que caracteriza outra importante diferença da capital em relação ao perfil das demais cidades (Sdsac/DF, 1995).

No caso das crianças a vulnerabilidade econômica parece promover uma circunstância 'de risco de rua'. Esta situação envolve a saída precoce de casa para ajudar a compor a renda familiar e uma diminuição de apoio e controle parental constantes, aumentando as possibilidades que a socialização primária da criança, filha de trabalhadores pobres, seja uma socialização compartilhada entre os valores do grupo familiar (família/escola) e os valores da rua – signifiquem estes os da criminalidade organizada com os quais convive no espaço de vizinhança ou os valores da rua 'mais distante'.

Entre os adolescentes, o risco de rua estaria associando e confundindo a "marca de criação de uma identidade adolescente", o movimento próprio de rebeldia/auto-afirmação juvenil, com a revolta contra as condições de miséria (Silva & Milito, 1995).

---

105 "Seu" Paulo, coordenador da distribuição de comida e auxílios diversos na praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana, identificando nos 'desarranjos' familiares a experiência em comum entre todos os homens que moram nas ruas. Diário de campo, Copacabana, segunda-feira, 17/2/97.

Considerando a manutenção ou não de uma referência familiar, as crianças que estão em 'situação de rua' são diferentes das que estão *na* rua – aquelas se encontram ali trabalhando, ganhando dinheiro ou mesmo passeando e se divertindo, mas têm um local de moradia e mantêm seus vínculos familiares; estas são as crianças *da* rua – as que vivem nas ruas com suas famílias e as que já perderam as referências familiares e não têm para onde voltar (Minayo, 1993). Crianças que participam na composição do orçamento familiar acabam por manter uma relação frágil com a escola, e os que estão nas ruas trabalhando, naturalmente, não freqüentam a escola. No caso de Goiânia, eram considerados 'menores de rua' as crianças cujos vínculos familiares estavam afetados por conflitos sérios e que viviam na rua, evadidos da escola e/ou afastados de suas famílias, encontrando-se em situação de marginalidade diante da escola e/ou da família (Zaluar, 1994b).

É importante sublinhar que nas tipologias de crianças e adolescentes que encontram-se em situação de rua, calcadas sobre o *estar* na rua *versus* o *ser* da rua, é o atributo espacial que define o personagem. "A partir do espaço, um grupo social é unificado arbitrariamente pela categoria rua". Entretanto, "ao invés de uniformizar suas condições sociais pela situação de rua devemos buscar em suas histórias motivos semelhantes para a vinda para as ruas" (Alvim, 1995). Ou, como reitera Fúlvia Rosemberg, sobreviver na rua não é um atributo da pessoa; estar na rua é resultante de necessidades – no plano econômico, cultural e psíquico – de crianças/adolescentes e famílias pobres (Rosemberg, 1995).

Hélio Silva e Cláudia Milito observam como as famílias dos meninos são pouco conhecidas e que, "de concreto, temos a imagem mental de uma família estilhaçada, no duplo sentido de desestruturada, segundo os padrões classe média, e de conhecida, via fragmentos intermitentes que surgem esporadicamente nos relatos". Esses pesquisadores identificaram na cidade do Rio de Janeiro quatro tipos básicos de menores na rua – crianças moradoras de favelas e bairros distantes que usam a rua para auferir vantagens; famílias que vivem nas ruas; menores que passam o dia e a maioria das noites nas ruas e menores infratores, que vivem de roubar (Silva & Milito, 1995).

Em São Paulo, pesquisa realizada pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes), em 1993, evidenciou que há um número significativamente maior de crianças/adolescentes em situação de rua durante o dia do que durante a noite e, no caso, a rua é utilizada predominantemente para gerar renda/trabalhar. As diversas regiões da cidade paulista revelaram diversidades de perfis das crianças e adolescentes segundo as atividades predominantes realizadas, condicionadas pelas possibilidades que as ruas ofereciam para a sobrevivência (Rosemberg, 1995).

As crianças e adolescentes em situação de rua, em São Paulo e no Rio de Janeiro, são predominantemente homens, negros e púberes (Zaluar, 1994b; Rosemberg, 1995, Silva & Milito, 1995). Sem dados quantitativos, a observação dos pesquisadores indica a existência de crianças que nasceram nas calçadas no Rio de Janeiro, de 'gangues' de garotos que cresceram nas ruas (com famílias na periferia e no interior) em Porto Alegre, e a presença de pessoas de segunda ou terceira geração na rua em ambas cidades (Magni, 1994, 1995; Silva & Milito, 1995).

Em São Paulo foi observada a presença de crianças em 97 (29,5%) dos 329 pontos de pernoite: 8 pontos eram ocupados por grupos exclusivos dessa faixa etária, em 14 pontos pernoitavam grupos de homens e crianças, e em 75 pontos os grupos eram compostos por homens e/ou mulheres e crianças. Dentre a população que procurou os serviços assistenciais a faixa etária de 0 a 19 anos correspondia a 6 e 7% do total de pessoas que recorreram aos abrigos e a menos de 2% dos que procuraram os albergues (Sebes, 1992).

Os idosos das famílias trabalhadoras apresentam uma vulnerabilidade econômica que congrega e potencializa as dificuldades para obtenção de rendimentos no mercado de trabalho com um aumento de suas exigências de cuidados de saúde e de anteparos familiares e sociais. No entanto, podem participar no circuito de trocas familiares desempenhando papéis muito importantes de assistência aos netos e de coleta no "mercado (assistencial) de redistribuição de bens", como denomina Delma Pessanha Neves as estratégias de complementação dos recursos familiares raros e descontínuos. Essas atividades são realizadas junto às instituições de assistência por mulheres velhas ou avós que, "em muitos casos, fazem-se acompanhar de crianças e as socializam para a participação nesse mercado" (Neves, 1996).

Os levantamentos realizados pela Fundação Leão XIII no Rio de Janeiro mostraram que a população de rua apresentou um discreto envelhecimento entre 1986 e 1991, com um pequeno aumento – de 33 para 35% – da participação das faixas de idade entre 40 e 50 anos e acima de 50 anos, e diminuição da proporção de pessoas entre 18 e 20 anos. Em números absolutos, os moradores de rua com 50 anos ou mais representaram 102 entre os 600 entrevistados em 1986, e 175 entre 1016 entrevistados em 1991. A Fundação Leão XIII observa, em seu documento, que ao perder a capacidade laborativa o idoso transforma-se num peso morto para a economia familiar e, em muitos casos, pelo abandono e expulsão, engrossa a população moradora de rua e dependente das instituições assistenciais (FLXIII, 1991). Em São Paulo, o grupo da população de rua acima de 50 anos, mais uma vez predominantemente masculino, representou 12% dos usuários tanto de abrigos quanto de casas de convivência, e 21,4% dos usuários dos albergues (Sebes, 1992). Em Brasília, os chefes de família ou cônjuges dos

migrantes recentes pesquisados, na faixa etária entre 46 e 55 anos representaram 8% e os acima de 56 anos, 4%, ou seja proporções menores de pessoas idosas que as verificadas nas demais cidades (Bursztyn & Araújo, 1997).

Durante as visitas do trabalho de campo pude observar a presença dos idosos na rua ainda que um dos meus primeiros registros tenha sido sobre a dificuldade de precisar a idade das pessoas. Sinais de envelhecimento precoce são característicos das duras condições de vida dos trabalhadores pobres, mesmo tratando-se de pessoas com teto. As visitas posteriores registraram que os idosos geralmente são muito magros, não têm dentes e vestem muitas roupas, umas sobre as outras, cobrindo totalmente o corpo mesmo em dias de muito calor. Nos diversos trajetos de observação, idosos foram vistos dormindo nas ruas, mendigando, trabalhando como catadores de latas e de lixo, vendendo suas coletas diárias no depósito de ferro-velho, garimpando o lixo, simplesmente andando ou sentados nos bancos das praças.

A aparência distingue o idoso aposentado, que tem legitimidade de não fazer nada porque já cumpriu o seu dever, e o idoso morador de rua, sem a legitimidade social do aposentado, que parece estar ali porque não tem para onde ir. No entanto, a idade avançada ou a depauperação física são elementos que sensibilizam e legitimam o pedido de doações pois, sendo visíveis a 'olho nu' os obstáculos e as dificuldades que enfrentariam para conseguir trabalho e rendimentos tendem a aumentar a eficácia do pedido com a obtenção da ajuda solicitada.

Em duas situações particulares a problemática do idoso na rua despertou a reflexão. Em Botafogo, num domingo de manhã, presenciei a atitude de um homem conversando com uma senhora idosa, sem dentes e magra, que, sentada na calçada, com algumas sacolas a sua frente, tomava café com leite num copo plástico e comia pastel de carne, possivelmente dados por alguém do botequim. O relacionamento caracterizou-se, no meu entender, por arrogância e desrespeito do homem frente à velhice pobre; uma interação em que não havia nem respeito 'oriental' pela experiência e sabedoria, nem compaixão humana pela visível penúria numa fase extremamente delicada do ciclo vital.[106] Considerando a mudança demográfica com o envelhecimento da população brasileira como um todo, e o grau de pobreza absoluta, principalmente urbana, o idoso na rua é um problema sério que mereceria maior atenção e estudo. Dez dias depois, minha reflexão dirigiu-se para os dilemas e propostas da assistência social pública ao idoso na rua quando, nos limites entre Botafogo e Flamengo, na rua Senador Vergueiro, vejo um homem idoso dormindo, deitado diretamente na calçada entre dois canteiros de plantas na frente do prédio. Diante do

---

[106] Diário de campo, Botafogo, domingo, 16/2/97.

seu desamparo me pergunto como é possível que essa situação seja preferível à ser removido para um abrigo.[107]

Além da incidência variável da vulnerabilidade econômica sobre os integrantes da unidade familiar segundo os papéis que nela desempenham, as pesquisas indicam fases do ciclo familiar e estruturas familiares mais vulneráveis à pobreza. O estudo coordenado por Juarez Brandão Lopes sobre o Brasil urbano, em 1989, apresentou uma média de 33,74% de domicílios pobres no conjunto das estruturas familiares. Em famílias chefiadas por mulheres jovens (menos de 34 anos) sem cônjuge, com filhos e outros, a proporção de domicílios pobres (neles compreendidos os indigentes) passava a ser 59%; nas famílias chefiadas por mulheres de 35 a 59 anos, sem cônjuge, com filhos e outros, a incidência de pobreza era 42%. A prevalência da pobreza ou o grau de vulnerabilidade à pobreza era maior que a média nacional também em estruturas familiares plurifamiliares[108] (40%), em casais jovens (menos de 34 anos), com filhos e outros (38%) e em homens, mulheres ou casais idosos (60 anos ou mais) sós (36%) (Lopes, 1992).

O estudo realizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad) de 1987, por Figueiredo, Schiray e Lustosa (1990) indicou que 40% das famílias eram pobres, envolvendo, na ocasião, 44% do total dos habitantes, índices superiores às médias nacionais de 1989. As maiores vulnerabilidades à pobreza foram encontradas em famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, com filhos (mais de 50%); em famílias chefiadas por mulheres sem conjugue, com filhos, mas acrescido de outros membros (45%) e nos casais com filhos (43%). Neste último tipo de estrutura familiar a vulnerabilidade à pobreza diminui para 34% quando a família conta com a presença de outros integrantes. Destas observações os autores concluíram: a presença de outros familiares interfere positivamente, diminuindo a vulnerabilidade à pobreza. O principal fator de risco na insuficiência de renda que caracteriza a pobreza é a ausência de um dos cônjuges, quando há filhos, e a presença de filhos pequenos por si parece aumentar a vulnerabilidade à pobreza para os casais. Os dados sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro guardam relações próximas aos encontrados para o Brasil urbano, o que evidencia, nitidamente, um aumento de vulnerabilidade à pobreza em certas estruturas familiares.

Nas histórias dos trabalhadores da Cidade de Deus, Zaluar identificou que havia quase sempre um período no ciclo de vida familiar, a fase dos filhos

---

107 Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 25/2/97.

108 Os domicílios plurifamiliares são formas tradicionais ou de estratégia deliberada para enfrentar fases da vida ou momentos de especial dificuldade econômica. Numa grande proporção de casos, os chefes das famílias secundárias tem relação de parentesco com o chefe do domicílio – são filhos(as) ou pais (Lopes, 1992).

pequenos, que exigia um esforço maior do provedor. Nesse momento o trabalhador vivia conflitos entre o 'vício' da bebida e suas obrigações familiares. A saída para esse dilema variava, mas a mulher tinha nela um papel deflagrador, pressionando o homem a 'largar o vício' e fazendo uso de diversas estratégias – levar o marido para a igreja dos 'crentes', idas ao terreiro para livrá-lo da sina, promessas a Nossa Senhora Aparecida (Zaluar, 1994a). Sousa descreve três fases do ciclo familiar operário segundo sua vulnerabilidade econômica: o casal com filhos pequenos, que corresponde ao período de maior dificuldade financeira do grupo, especialmente quando não pode contar com o auxílio de parentes e vizinhos; um segundo momento, a 'fase áurea' da vida familiar, quando os filhos têm idade legal de trabalho e passam a contribuir para a soma de rendimentos, e uma terceira fase, quando os filhos se casam, os cônjuges ficam sós e a renda cai abruptamente. A velhice somada à doença configura assim, junto com o desemprego, o permanente temor que assola as família operárias (Sousa, 1994).

A pobreza afeta, majoritariamente, famílias nucleares ou extensas, estruturadas a partir de laços conjugais. Entretanto, as probabilidades de indigência e pobreza são maiores em determinados arranjos familiares, dentre os quais destaca-se a família matrifocal, composta por mulher e filhos pequenos. Na favela de Vila Dalva, situada na região do Butantã, zona sudeste da cidade de São Paulo, a estrutura familiar que vem se tornando freqüente é *extensa*, agregando mais de uma geração, e *matrifocal* – a mulher só com os filhos e a avó, em que a figura do homem é intermitente (Sawaia, 1990).

Para Agier esse fenômeno é uma produção sustentada em princípios que acoplam um saber-viver feminino da pobreza (adaptação do consumo e as relações múltiplas) a uma deserção masculina da unidade familiar frente à contradição entre a pobreza e o peso da simbologia masculina de provedor (Agier, 1990). Observe-se que a preponderância e o grau de vulnerabilidade da família matricentrada revela a 'feminização' da pobreza abrigada, enquanto a pobreza desabrigada, a população de rua, é preponderantemente masculina.

Em 1989, as duas estruturas familiares chefiadas por mulheres (idades abaixo ou acima de 35 anos, com filhos e outros) significavam cerca de 14% dos domicílios pobres e por volta de 10% do total de domicílios no Brasil. A chefia feminina era encontrada em 30% dos domicílios indigentes, 23% dos domicílios pobres e em 19% dos domicílios não-pobres brasileiros. Estes diferenciais seriam maiores, não fosse o fato de muitas mulheres chefes de família estarem em domicílios plurifamiliares (Lopes, 1992). A presença de 19% de domicílios urbanos não-pobres chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos aponta para um rearranjo mais geral no padrão familiar da sociedade brasileira, no qual há uma associação negativa com a vulnerabilidade econômica.

Nas duas grandes regiões[109] a maioria dos domicílios urbanos pobres estava constituída por famílias de casais jovens e de meia-idade com seus filhos. As diferenças regionais foram encontradas nos arranjos alternativos à família nuclear: na Grande Região Centro-Norte predominavam os domicílios plurifamiliares e de famílias idosas em que ainda permanecem filhos adultos, enquanto entre os pobres urbanos do Sudeste e Sul, a proporção era sensivelmente maior de famílias de mulheres jovens sem cônjuge e com filhos menores (Lopes, 1992).

Em 1987, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cerca de 418.000 famílias eram chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos, correspondendo a 13,5% do total de famílias,[110] agrupando ao redor de 1 milhão e 200 mil pessoas (11,5% da população total) e apresentando um tamanho médio de 2,9 pessoas. A estrutura familiar, do mesmo tipo, com a presença de outros – parentes ou não – agrupava 345 mil pessoas (3,2% da população total), com um tamanho médio de 4,2 membros. Em 1987, cerca de 1,5 milhão de pessoas pertencia a uma das 500 mil famílias matrifocais e mais da metade dessas unidades (56,4%) era pobre (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990).

A família matrifocal tem um espaço moralmente negativo nas tipologias de população de rua e, geralmente, nos levantamentos institucionais, não é considerada como unidade familiar. No entanto, esse grupo dos mais vulneráveis à pobreza pode se deparar com a situação de desabrigo e passar a morar nas ruas organizado da mesma forma, como família monoparental. Nos estudos sobre família e pobreza a estrutura matrifocal tem estatuto de unidade familiar, mas nos estudos sobre população de rua, os grupos de mulheres com crianças adquirem um atributo de 'unidade de rendimento e de exploração infantil', em que o caráter familiar é questionado.

A família matrifocal, ainda que não receba essa denominação, aparece na caracterização dos agrupamentos formados pela população de rua. Em Porto Alegre, Cláudia Magni observa: em grupos familiares, é mais constante a presença do núcleo mãe/filhos, com a ausência do pai; os adultos se associam por conveniência ou afeição, algumas vezes formando um casal que pode vir a gerar filhos. Podem-se considerar grupos mistos aqueles que, eventualmente, reúnem estes indivíduos: famílias, casais, crianças e indivíduos adultos (Magni, 1995). Em São Paulo a pesquisa não caracterizou o agrupamento de mulheres e crianças em pontos de pernoite. Em 23% dos pontos pesquisados estavam homens, mulheres e crianças. Nesses grupos mistos existiam familiares consangüíneos

---

[109] Foi utilizado o recurso de agrupar as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste como a Grande Região Centro-Norte, e as regiões Sul e Sudeste como Grande Região Sul (Lopes, 1992).

[110] Proporção das famílias monoparentais próxima à referida para a França, em 1985 – 12,5% das famílias e cerca de 1 milhão de pessoas (Castel, 1991).

ou não, casais que se formavam, grupos que compartilhavam o espaço de forma permanente etc. (Sebes, 1992). Na tipologia da população de rua apresentada na pesquisa da SDSAC/DF (1995), um dos grupos estava constituído por "mulheres com domicílio no entorno que utilizam as crianças para sobreviver de doações e esmola". Nas ruas da cidade do Rio de Janeiro estão presentes grupos de mulheres e crianças que costumam receber um tratamento institucional de 'unidade de exploração infantil'.[111]

As unidades familiares matricentradas em geral, abrigadas ou desabrigadas, são caracterizadas por sua vinculação estreita com a mendicância e a assistência social. No seu modo de saber-viver na pobreza e com o princípio de múltiplas relações, pode estabelecer uma 'rede' assistencial que desempenha importante papel na subsistência. Recorrer a doações, ajudas e esmolas nas ruas pode constituir-se numa estratégia de sobrevivência mesmo sem estar morando nelas. A suspeita que paira sobre esses grupos matrilineares tanto de 'aluguel' de crianças vizinhas quanto de exploração das crianças, suas ou não, retiram-lhe a legitimidade familiar da estratégia de sobrevivência (mendicância) e chegam a ser considerados como pertencentes à 'máfia' da mendicância (Stoffels, 1977).

A família de Solange, extensa e confusa em seus parentescos, pode ser considerada como um grupo matrilinear na rua. Mas as senhoras e seus filhos da rua São João Batista, em Botafogo, e Vanda e seus três filhos, na praia de Copacabana, foram verdadeiros núcleos familiares matrifocais com os quais entrei em contato.[112] As senhoras e seus filhos apareciam quase sempre numa quarta-feira, nas esquinas das ruas São João Batista e Mena Barreto, em Botafogo, onde a calçada forma uma espécie de 'largo' e o grupo se instalava por alguns dias. Seus dias fixos de 'instalação' são conhecidos nas redondezas. As mulheres ficavam debaixo das poucas árvores existentes no local e as crianças pediam dinheiro nos dois sinais. O dono da banca de jornal da esquina e sua filha contavam como elas se vestiam, e aos filhos, com roupas para 'exercer o ofício', e relatavam também cenas de maus tratos em crianças que não teriam atingido a 'féria'. Eles achavam que alguns eram realmente filhos e outros não, mas o que lhes chamava a atenção era que no dia de voltar para 'casa' eles iam sempre arrumados e limpos.

---

[111] "Mais de 140 famílias vivem hoje nas ruas do Rio – (...) exatamente 555 pessoas, entre adultos e crianças, que têm como endereço as esquinas e calçadas da cidade. A principal fonte de renda destas famílias, de uma maneira geral, são as crianças de até seis anos, cujos pais as obrigam a pedir esmola nos sinais de trânsito", declarações da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social por ocasião da divulgação do mapeamento da população de rua carioca. *Jornal do Brasil*, 9/ago./95.

[112] Foi interessante observar um certo padrão estético dessas "mães", "padrão" este caracterizado por Alba Zaluar nas famílias abrigadas em Cidade de Deus: "observei inúmeros casos de obesidade entre eles, especialmente nas mulheres de famílias matrifocais. Símbolo talvez de seu poder na família, a gordura não é vista negativamente" (...) "Ao lado de adultos gordos, viviam crianças muito magras, pequenas e baixas para a idade e com o corpo coberto de feridas infecciosas" (Zaluar, 1994a).

Vanda e seus três filhos pequenos – de dois, três e cinco anos – viviam na praia de Copacabana, sob os coqueiros, num grupo de 16 a 17 pessoas que reunia, na ocasião, um outro núcleo matrifocal – de Renata e seus cinco filhos –, além de vários homens e duas mulheres sem filhos. Vanda parecia sobreviver da mendicância e pequenas vendas de seus filhos, principalmente do mais velho. A família de Vanda chamava a atenção por um padrão estético – tendiam a ser gordos, exceto a caçula, e todos eles tinham os cabelos oxigenados. Encontrei-a na praça Serzedelo Corrêa, na distribuição de comida, e ela me pediu roupas para ela e os filhos. Em outro dia encontrei-a na esquina da Avenida Atlântica com a rua Santa Clara, e Vanda me disse que lá era 'o serviço do filho'. Vanda expressava a rivalidade entre suas crianças e as de Renata na competição pelos sinais para mendigar.[113]

O exame das relações entre vulnerabilidade econômica e estrutura familiar evidencia uma situação complexa, em que interfere um conjunto de fatos e fatores, que não se prestam a análises mecânicas produtoras de estereótipos do tipo: a pobreza provoca a dispersão, a desagregação dos membros da família, encontrando-se aí a justificativa, a causa a partir da qual decorreria uma série de comportamentos desviantes. Ao contrário, a vulnerabilidade econômica pode ser acompanhada de um fortalecimento dos laços familiares, como revela a pesquisa realizada junto a famílias operárias em Santo Amaro (SP), em 1982 e 1986, por Hirata & Humphrey (1992).

As histórias dos moradores de rua evidenciaram uma vulnerabilidade habitacional prévia à sua condição de ter as ruas por moradia, incluindo favelas, casas abandonadas (mocós), hospedarias, internatos de menores, albergues, casas de ex-patrões e alojamentos de empresas (Martins, A. L., 1993). A precariedade do acolhimento, a falta de higiene e o padrão alimentar em certos alojamentos da construção civil (Sousa, 1994) guardam semelhanças com as condições de vida nas ruas, indicando ser estreita a fronteira que separa a vulnerabilidade habitacional do peão de obra empregado e desempregado; em termos de precariedades do abrigo o 'cair na rua' não é um tombo de muito alto.

Calamidades públicas freqüentes na cidade do Rio de Janeiro, as enchentes e os deslizamentos produzem desabrigados em massa, alojados precária e temporariamente pela Prefeitura. Morar na rua temporariamente como meio de obter recursos para conseguir uma moradia mais permanente é uma estratégia utilizada por famílias desabrigadas.

Analisando a moradia em favelas de São Paulo, Bader Sawaia diz que o favelado é um segmento da classe trabalhadora que tem como característica comum o fato de morar em condições subumanas, exercendo a "arte de viver

[113] Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

como gente em condições negadoras da humanidade" (Sawaia, 1990). A precariedade das condições de vida 'abrigada' em invasões é retratada pela Comunidade de Vila Tieta no Jacaré, Rio de Janeiro, onde 27 famílias sobreviviam em condições desumanas, sem qualquer tipo de urbanização, em meio a ratos e baratas.[114] E, no entanto, essas precárias condições de abrigo podem ser as aspirações da pobreza desabrigada.

No Rio de Janeiro, levantamento realizado em 1992 pelo Instituto de Planejamento da Prefeitura do Rio de Janeiro (Iplan-Rio) com pessoas que moravam sob viadutos revelou que 80% haviam sido expulsos das favelas nos últimos cinco anos. Os representantes municipais localizaram nos anos de 1987-88 a emergência do fenômeno da moradia na rua, conseqüente à confluência de diferentes variáveis ao longo da década de 80: o crescimento desordenado das favelas, as crises econômicas de 1983 e 1988 e a especulação imobiliária teriam expulso das favelas famílias de trabalhadores que passaram a ocupar as ruas e espaços públicos.[115]

Em 1993, a crônica carência habitacional da população brasileira pobre foi levantada pela Campanha da Fraternidade da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a qual teve o título *Onde moras?*, objetivando divulgar a falta de dez milhões de habitações no País e um aumento anual de 500.000 famílias na população sem teto. Na ocasião, a situação de precariedade habitacional da cidade do Rio de Janeiro foi estimada pelo Iplan-Rio da seguinte forma: 10.000 pessoas morando nas ruas, 600 favelas com cerca de 1,2 milhão de pessoas, mil loteamentos irregulares e uma média de cinco invasões por mês.[116] Em maio de 1996, o mesmo Iplan-Rio divulgou que, enquanto a população total da cidade aumentara apenas 7% entre 1980 e 1991, o número de pessoas que viviam em favelas crescera 34%.[117]

No Rio de Janeiro, a crise econômica, a especulação imobiliária e a precariedade de condições de vida nas favelas foram acrescidas, nos últimos anos, por processos de violência protagonizados por traficantes de drogas e policiais, aumentando a vulnerabilidade habitacional e criando novas vulnerabilidades à violência das famílias trabalhadoras pobres. Em agosto de 1993, o presidente da Fundação Leão XIII declarou que as pessoas estavam saindo das favelas devido aos conflitos dos traficantes entre si e com a polícia.[118]

---

[114] *O Povo*, 12/jun./92.

[115] Zaluar, na mesma ocasião, exemplificou a especulação imobiliária que ocorrera nas favelas apontando que na Rocinha um barraco estava custando entre 10 mil e 20 mil dólares. *Jornal do Brasil*, 10/out./93.

[116] *Jornal do Brasil*, 28/fev./93.

[117] *O Globo*, 26/mai./96.

[118] *O Globo*, 22/out./93.

A vulnerabilidade habitacional atinge seu limite no surgimento de segundas e terceiras gerações vivendo na rua. A pesquisa realizada em Porto Alegre, durante o 2º semestre de 1994, com 222 moradores de rua maiores de 14 anos identificou cinco pessoas que ou estavam na rua desde pequenos (três) ou tinham nascido na rua (dois) (PUC/RS, 1995). No caso, não é a precariedade do abrigo, é "a ausência concreta de teto que se estende a toda família. Moram na rua, junto a outras famílias nas mesmas condições. Algumas dessas crianças jamais tiveram uma casa. Nasceram ali mesmo, nas calçadas" (Silva & Milito, 1995).

Numa simplificação da problemática, a população de rua é considerada como sem-teto, um assunto das secretarias de habitação. Numa tentativa de 'lapidar' o fenômeno configurado pela presença de pessoas morando nas ruas das cidades, as autoridades governamentais freqüentemente procuram estabelecer uma diferenciação interna ao grupo social, reiterando que parte deles possui moradia. Em 1991, a Fundação Leão XIII divulgou que 30,6% teriam casas para morar em zonas periféricas do Rio. Em abril de 1993, o presidente da FLXIII declarou que era cada vez maior o número de pessoas que só moravam nas ruas durante a semana, caindo em 80% o número de moradores nos sábados e domingos.

Nos depoimentos obtidos, os moradores de rua podiam dar um endereço de referência, o que não significava ter um lugar para morar e, muito menos, manter vínculos familiares. Luiz Augusto, quando preenche as fichas cadastrais para obtenção de trabalho, dá o endereço da irmã, mas quando pedem algum comprovante de residência ele desiste do emprego, pois seria necessário entrar em contato com os familiares. Roni pode até fornecer o endereço da irmã, que mora no bairro do Méier, no Rio, mas nunca vai lá, pois considera que não teria nada para dar.[119]

A pesquisa em Porto Alegre mostrou que muitas pessoas que permanecem na rua, duranteo dia, esmolando, cuidando ou lavando carros, têm moradia e retornam à noite para seus domicílios. Os que permanecem nas ruas podem até ter algum domicílio, mas preferem não voltar (PUC/RS, 1995).

E por que preferem não voltar? Para alguns a casa é igual ou pior do que a rua. Solange dizia ter um quarto em Queimados (Baixada Fluminense), mas, segundo ela, chovia dentro mais do que na rua; quando estava cozinhando a água escorria pelas suas costas, o que não acontecia debaixo da marquise de ônibus da rua Nelson Mandela, em Botafogo. Além disso, "lá não tem quintal", enquanto na rua "as crianças têm espaço para brincar". Para André, catador da rua Sorocaba, em Botafogo, não há diferença entre ter uma casa e estar na rua, pois a violência "é no Rio todo". O mesmo me afirmou Marcelo, que morava

119 Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97.

dentro de uma kombi estacionada na Fonte da Saudade. E Rodrigo, garoto de 13 anos, dizia que a rua era melhor do que em casa, pelo menos não apanhava.

A rua também foi contraposta, favoravelmente, à moradia 'na casa dos outros'. Miguel passara 'uns tempos' em Nova Iguaçu, na casa da mãe de seu namorado. Apesar de ter considerado o período de permanência "muito bom", voltara para a rua em novembro (de 1996), porque não queria atrapalhar: " não tem nada como o lugar da gente, sabe?, porque quando tu mora num lugar que não é o teu tu tira um pouco do espaço da pessoa."[120] Márcia me disse que não gostava de ficar em casa porque era "horrível", e contava um episódio em que foi assaltada e ameaçada de morte, além de ter que passar "por cima de um cadáver que estava lá, atirado no chão". O seu filho de dez anos está com parentes que moram em São Gonçalo (estado do Rio de Janeiro), mas, segundo ela, "lá é horrível também".[121]

A referência à existência de uma família na periferia ou no interior do estado não significa exatamente ter uma casa, ter para onde ir.

> Neca é mãe das duas crianças que estão com ela na rua. Poderia estar na casa de sua mãe, mas o problema é que não gosta de ficar na casa dos outros porque eles logo querem mandar nela, e isso ela não aceita. Para Neca, a busca de autonomia parece ser mais forte do que a expectativa de *estar* em uma casa – o que é diferente, no seu entender, de *ter* uma casa. (Magni, 1997)

A 'arquitetura da indigência', as variadas formas de precariedade habitacional pode ser desenhada através dos depoimentos de pessoas que trabalham com a população de rua. Uma dessas formas habitacionais é o mocó, que tem uma característica próxima do cortiço, é como se fosse um cortiço subdesenvolvido.[122] Esse tipo de 'casa' são moradias semidestruídas, velhas e sem nenhuma comodidade – o telhado está caindo, as portas não existem mais, não há água e tampouco luz.[123] São situações abrigadas limítrofes, em que as condições de vida se assemelham muito àquelas encontradas na rua, ao relento. E, assim como na rua, nenhuma dessas situações abrigadas pode ser denominada de lar. O espaço do lar envolve domesticidade, intimidade e privacidade.

Naturalmente, o fato de andar 'carregando a cama nas mãos', a itinerância, obsta uma relação estável com o 'lar'. No entanto, mesmo quando mais sedentários, com uma apropriação territorial mais estável, é difícil sentir a rua como espaço 'caseiro'. Ainda na década de 70, quando o fenômeno não atingira nem

---

[120] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[121] Diário de campo, Copacabana, sábado, 12/4/97.

[122] Depoimento de uma técnica da Surbes-Sé em Seminário sobre Política Habitacional realizado no Pólis em agosto de 1991. In: Simões Jr., 1992.

[123] Depoimento extraído de Organização de Auxílio Fraterno – OAF – "Somos um povo que quer viver". São Paulo: Paulinas, 1982. In: Simões Jr., 1992.

as proporções nem a caracterização contemporânea, Marie-Ghislaine Stoffels observou que para os mendigos a rua, ainda quando utilizada como moradia permanente, era sempre o 'mundo distante', estranho, com suas angústias e incertezas em contraposição ao 'mundo próximo', familiar e caseiro (Stoffels, 1977). A questão é que essa sensação de 'lar', em seus aspectos de domesticidade, intimidade e privacidade, pode estar tão ausente na rua quanto na casa referida como existente, no endereço fornecido, que permitiria a afirmação das autoridades de que (30 a 80%) "possuem moradia". "Por casa explana terreno baldio, ruínas desabadas, um terreiro onde se podem juntar alguns esqueletos familiares" (Silva & Milito, 1995:80).

Entre os pobres a vulnerabilidade à violência é maior. Comparando taxas de mortalidade por causas externas, ou por homicídios, entre comunidades e bairros diferenciados segundo a renda, é evidenciada uma correlação positiva entre comunidades pobres e causas violentas (Pinheiro, 1996). A violência emerge como meio usual (e banal) de resolução de conflitos (dos mais prosaicos até a violência organizada), para defender seu *status*, seu 'ethos' masculino (nesse sentido a violência é, em larga medida, uma *performance*) ou como a reação de pessoas normais submetidas a pressões opressivas. Como ressalta Paulo Sérgio Pinheiro, se não há uma relação mecanicista entre pobreza e criminalidade violenta, é imperativo considerar como a desigualdade opera dentro do problema do crescimento do crime na América Latina.

A pesquisa sobre homicídios dolosos praticados contra menores no estado do Rio entre 1991 e julho de 1993[124] mostra que a vulnerabilidade à violência é uma característica do ambiente doméstico e vizinhanças: a maioria dos adolescentes e crianças é morta em sua residência ou nas proximidades. O perigo a que o menino da rua está exposto parece ser compartilhado com os meninos de bairros pobres, periferias, favelas. Nos estudos que tratam a violência urbana como uma doença, uma epidemia, a situação de risco das vítimas foi caracterizada: idade entre 16 e 24 anos, eram mortos preferencialmente nos finais de semana, de noite, com uso de armas de fogo, estavam sob efeito da bebida, tinham envolvimento com drogas, viviam em bairros sem policiamento e eram desempregados (Dimenstein, 1996). Segundo os estudiosos,[125] a pobreza não produz necessariamente violência e um determinado nível de pobreza não corresponde a um determinado nível de agressão. No entanto, analisando o retrato da vítima é possível indagar: em que outras circunstâncias de vida estaria presente e associado esse conjunto de vulnerabilidades, senão na pobreza?

---

124 Milito & Silva. Homicídios dolosos praticados contra menores no Estado do Rio de Janeiro – 1991 a julho de 1993. Rio de Janeiro: Fase/Ibase/Idac/Iser, 1993 (apud Silva & Milito, 1995).

125 O jornalista refere-se a João Yunes e Rodrigo Guerreiro, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e a José Alexandre Sheikmann, diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Chicago.

Os adolescentes das famílias de trabalhadores pobres compartilham também um aumento de vulnerabilidade ao circuito marginal. O tráfico se apresenta como perspectiva de absorção imediata de meninos com dificuldades em arranjar trabalho ou freqüentar a escola, principalmente quando portadores do rótulo de infrator (Silva & Milito, 1995).

A vulnerabilidade à violência doméstica e de vizinhança, o perigo da casa, que relativiza o perigo das ruas para crianças e adolescentes pobres, inclui também o abuso sexual e os castigos físicos. A família cruel, em que o pai que foi muito espancado quando criança hoje em dia espanca o filho, é a situação na qual Silva e Milito vislumbram a "possibilidade de um enraizamento geracional da tortura doméstica, uma tradição brasileira" (Silva & Milito, 1995). Os pesquisadores chamam a atenção para estudos e depoimentos que revelam como as relações sociais das crianças e adolescentes pobres são mediadas pela violência, a um ponto tal que este instrumento de resolução de conflitos – da pancadaria ao tiro – passa a constituir o normal. A naturalização da violência envolve a sua aceitação passiva como as 'regras do jogo' vigentes.[126]

A violência como mediação principal nas interações sociais emerge também nas discriminações, criminalizações e construção de estereótipos que rotulam os jovens pobres, que compartilham o local de moradia com quadrilhas do tráfico de drogas, como "criminosos em potencial" (Zaluar, 1994a). Na criminalização dos membros de famílias trabalhadoras pobres este aumento da vulnerabilidade à violência nas condições de pobreza é imputado às comunidades, aos bairros, conjuntos habitacionais e favelas como características intrínsecas de seus moradores, um espaço onde 'brotam' violências e vulnerabilidades. Assim, a moradia, a cor, a origem, o jeito (a aparência), quaisquer elementos associados à pobreza, essas 'etiquetas negativas' são 'coladas' em certos grupos de pessoas suscitando reações sociais de indiferença e medo, e aumentando a vulnerabilidade desses indivíduos à violência como modalidade de interações sociais, à repressão, ao arbítrio da polícia e à condenação na justiça (Zaluar, 1994c).

Considerando a procedência de classe social dos moradores de rua, a dos trabalhadores pobres, a pobreza de sua condição de vida prévia à moradia na rua foi caracterizada como integrada por um conjunto de vulnerabilidades, situações portadoras potenciais de vetores de exclusão. Algumas ou todas as modalidades de vulnerabilidade – econômica, habitacional, afetiva, à violência e à discriminação – em várias combinações possíveis, se entrelaçam no seio das famílias de trabalhadores pobres, com diferentes graus de intensidade, promovendo diferenciadas histórias individuais e familiares. Porém, pode-se identificar nessas condições de vida a constituição do que Buarque denominou "arqui-

[126] Estudo de Vainsencher, Semira. *O projeto de vida do menor institucionalizado*. Recife: Unicef, 1989 (apud Silva & Milito, 1995).

pélago de grupos excluídos" (Buarque, 1993). A somatória, a concentração dos critérios sociais de discriminação, estigmatização e exclusão em certos grupos sociais resultam na configuração de uma 'sociabilidade excluída', ou seja, uma sociabilidade que não compartilha social e culturalmente das expectativas médias da sociedade brasileira (Bursztyn & Araújo, 1997). É uma sociabilidade construída, segundo Telles, pela lógica silenciosa das exclusões, que opera nas representações da sociedade brasileira sobre a pobreza, lógica permanentemente reposta no modo como as relações sociais se estruturam, definindo um tipo de sociabilidade que obsta a constituição de uma regra igualitária de reciprocidade que confira ao outro o estatuto de sujeito de interesses válidos e legítimos (Telles, 1992a).

A vulnerabilidade econômica incide diferenciadamente na família segundo os papéis que seus componentes desempenham e segundo a fase do ciclo familiar. Associada às demais vulnerabilidades, pode conduzir à deficiência e ao esgotamento da família como unidade de proteção e apoio. Sem anteparos sociais e públicos, as famílias podem reproduzir as vulnerabilidades num processo com conseqüências como a de pertencer às terceiras ou quartas gerações de pobres urbanos.

Frente a uma condição de vida pobre que associa e acumula vulnerabilidades, promotora de uma 'sociabilidade excluída', quais são os anteparos que obstam, parcial ou completamente, as trajetórias de desvinculação social? Em que âmbitos esses anteparos operam – familiar, laboral ou do Estado (públicos)? Qual o significado nas terceiras gerações de processos familiares sucessivos de vulnerabilidades? As respostas talvez possibilitem "repor os fenômenos em sua base fundamental, das causas que os geraram, dos destinos que a liberdade de escolha oferece" (Silva & Milito, 1995).

Dessa forma a vulnerabilidade econômica é considerada como o pano de fundo em que se desenrolam os acontecimentos de uma sociabilidade excluída. Entretanto, em vários depoimentos dos moradores de rua, esse pano de fundo da vulnerabilidade de rendimentos e consumo é minimizado, é considerado pouco importante na sua decisão de morar nas ruas, ou é até mesmo caracterizado como inexistente em sua trajetória de vida. Luiz Augusto me conta que pertence a uma família com um padrão médio de poder aquisitivo. Mesmo quando era pequeno, a família "não passava necessidade sobre alimentos" e, inclusive, tinha casa própria.[127] André, catador da rua Sorocaba, em Botafogo, cujo pai é sócio de uma oficina de consertos de carros, diz que a família em Salvador "está bem", no sentido de não passar privações.[128] Miguel diz que seu tio que mora em São Roque (SP) "não é rico, mas é classe média, normal" e sobre a família no Peru comenta: " é normal; lá em casa nunca faltou nada para

[127] Diário de campo, Copacabana, segunda-feira, 17/3/97; Botafogo, quintas-feiras, 20/3 e 3/4/97.

[128] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

comer, graças a Deus, minha mãe tem uma pequena oficina de conserto de instrumentos musicais, normal".[129] Cícero também fala de sua família, em João Pessoa, como "uma família totalmente normal, sabe? Cada pessoa trabalha, uns estuda". A casa era própria e as dificuldades eram de consumo extra-alimentar. Relata uma época de dificuldades, quando o pai morreu: " a gente passou dificuldade, tá entendendo?, dificuldade financeira, mas fome não, graças a Deus".[130]

Em todas as falas o critério utilizado para conferir significado à vulnerabilidade econômica é 'passar fome'. Se a família não passou fome (comentário sempre acompanhado de um 'graças a Deus!'), no imaginário dos entrevistados não era uma família carente, miserável, era 'normal'. Os limites dessa normalidade é que não se deixam perceber nas entrevistas e os meus parâmetros de conforto, bem-estar, acolhida e vulnerabilidade não servem de referência. O padrão de consumo pode ser extremamente baixo, mas, tendo a pessoa crescido numa família e vizinhança onde essas eram as condições de vida da maioria, é 'normal', configurando quase que um aprendizado de como (sobre)viver restringindo cada vez mais o consumo, um saber-viver com cada vez menos. Esse aprendizado lhes será muito útil nas ruas, onde é preciso sobreviver com rendimentos baixos e irregulares, assim como saber despojar-se de seus pertences e de suas referências de valores.

As reações individuais às vulnerabilidades familiares são diferentes segundo o papel que desempenham e os vínculos afetivos com a família. Nem todos os membros reagem distanciando-se ou rompendo seus vínculos familiares. Não são todos os irmãos que saem de casa e 'migram para o desconhecido' da rua. Rosilene Alvim, em artigo sobre as trajetórias de vida dos oito meninos assassinados em frente à Igreja da Candelária (Rio de Janeiro), a partir de notícias da grande imprensa, destaca que nas histórias das vítimas a maior parte dos irmãos não seguiu a mesma trajetória (Alvim, 1995). Há, portanto, no interior de uma rede de papéis (responsabilidades e deveres) familiares, reações particulares, da criança ou do adulto, que remetem às características da individualidade e da personalidade, da autonomia do sujeito frente às condições adversas que a família como um todo está submetida.

A preponderância masculina nos movimentos migratórios e na população de rua indica que reações de sair de casa são mais frequentes nos homens jovens, o que não impede que também seja uma alternativa para adolescentes mulheres. Sair de casa pode ser o resultado de conflitos intergeracionais de consumo (Zaluar, 1994a), de conflitos de valores, de recusa de aceitar passivamente as perspectivas que circundam suas vidas em família e no bairro (Alvim, 1995), de busca de autonomia e independência. O que guardam em comum

---

[129] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[130] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

todas elas é o movimento – sair de casa, aventurar-se, mexer-se em busca de soluções. São "temas de um discurso de mobilidade masculina" (Agier, 1990) anterior ao movimento de sair de casa e andar pelas ruas: dizer que "quem fica parado é poste", o uso das expressões "virar-se", "correr atrás", "ir à luta". A pobreza, enquanto sobreposição de situações de vulnerabilidade, está associada ao movimento como reação para sua superação.

> Quem é pobre precisa 'ganhar a vida', quem é rico pode ficar parado. A saga do trabalhador pobre é a de 'ter que se mexer', o que significa ter que sair de casa na busca do trabalho, do 'pão de cada dia', na 'luta' para encontrar o seu lugar no mundo. (Da Matta, 1990)

No discurso de mobilidade masculina associado à pobreza agregada e nucleada familiarmente, o deixar a casa paterna se dá sempre na perspectiva de uma busca de soluções para as vivências de vulnerabilidade. Constituem experiências de movimento que antecedem a escolha da rua como alternativa de solução – quando se 'cai na rua', como os próprios moradores de rua definem esse momento de sua trajetória, em que passam da pobreza abrigada para a desabrigada.

A análise da perambulação, do nomadismo, da presença contínua do acaso, do efêmero e do eterno presente como elementos que caracterizam a população de rua está desenvolvida no capítulo 5. No momento o importante é reter a idéia de que o movimento, o nomadismo, a mobilidade é parte de uma estratégia jovem, e preponderantemente masculina, de sobrevivência frente às vulnerabilidades associadas e cumulativas da pobreza, anterior ao movimento de ir morar nas ruas e de nelas ficar andando.

Há, ainda, que se recuperar a autonomia do sujeito quanto às características de identidade e personalidade que, em determinadas condições de vulnerabilidade, promovem a decisão de morar nas ruas e de nelas se estabelecer. Vista como fruto de vulnerabilidades familiares, a população de rua não pode ser analisada sem se considerarem as características do sujeito, as suas possibilidades e formas de agir; não pode ser desconsiderada a sua autonomia, como se por ter nascido em determinada família economicamente vulnerável lhe coubesse um inexorável destino. No ato de ir morar nas ruas, há um elemento de deliberação individual que não pode ser confiscado na análise do fenômeno.[131]

Dessa forma, a concepção de Becker sobre o 'desvio' como uma interação possibilita recuperar a heterogeneidade dos desviantes, colocando em segundo plano teorias que analisam o desvio a partir de uma causa subjacente ao ato desviante situada seja na personalidade, seja nas suas condições de vida (Becker, 1985).

---

[131] A autonomia do sujeito no ato criminoso é apontada por Zaluar, 1994b: "O tratamento da pessoa como objeto é subjacente às visões que associam a pobreza ao crime, seja por uma carência de moralidade básica que apela para a repressão, seja por ausência de justiça social que apela para as políticas sociais; ambas se sustentam na idéia do perigo aliado à pobreza".

Analisar o desvio partindo de uma causa básica – a vulnerabilidade econômica – que teria motivado o ato desviante, por exemplo, ir morar nas ruas ou cometer uma transgressão ou um crime, não responde à pergunta: por que tantos outros indivíduos – que vivenciam as mesmas motivações e que compartilham sensibilidades e reações frente às normas e condições instituídas – não percorrem uma trajetória desviante? A pobreza na rua é uma fração reduzida da prevalência de vulnerabilidade econômica, o que indica ser uma saída individual a certas condições que incidem sobre um conjunto bem maior de pessoas, da família e da vizinhança.

Ainda que os percursos que os levaram até as ruas sejam trajetórias de sucessivas perdas, as características de identidade não se perdem e conferem uma heterogeneidade de histórias de vida a essa suposta homogeneidade de condições vulneráveis de existência. Também, no resgate da autonomia do sujeito morador de rua, não devem ser menosprezados os depoimentos que argumentam no sentido de que "na rua está melhor", "tem mais liberdade", "é mais divertido", na rejeição dos valores que estruturam a vida social ao redor da família e do trabalho regular. Efetivamente, do seu ponto de vista e, por vezes, do ponto de vista da pesquisadora, diante de certas situações descritas, a vida na rua pode ser melhor, mas o entrevistado sabe o preço que paga por esse 'melhor', e não é barato.

Se o movimento é a reação do indivíduo pobre frente às vulnerabilidades, a unidade familiar como um todo também reage em processos que agregam seus componentes ou, ao contrário, promovem a sua expulsão do convívio familiar.

Na família que agrega, os laços de sangue e de afetividade preponderam sobre os conflitos, os vínculos conseguem equacionar carências com afetividade na distribuição de papéis de contribuição e consumo dos membros. Nessas unidades familiares, mesmo frente às adversidades se consegue, com o esforço maior e de cada vez mais membros, estabelecer uma ordem familiar, uma estrutura minimamente estável em que os "laços são regidos pela velha e boa ordem estabelecida pelas diferenças de sexo, idade e 'sangue'" (Da Matta, 1991) em que cada qual encontra o seu lugar.

Se a fuga da criança ou do adolescente é de alguma forma consentida pela mãe, ou, pelo menos, incorporada ao cotidiano da casa, há vários testemunhos nas quais as mães possuem pouco ou nenhum controle quanto à decisão dos filhos em 'ganhar a rua'. Há relatos de famílias estruturadas, trabalhadoras, virtuosas, cujos filhos fogem de casa para viver na rua. A fuga é motivada pelo 'tédio', por querer conhecer outros lugares, arriscar-se com os colegas em lugares mais distantes, por aventura, por brincadeira, ou por motivos banais, que eles mesmo declaram ser "bobos" (Silva & Milito, 1995).

Esse equacionamento das carências com afeto, ainda que em permanente tensão e instabilidade, é o que prepondera na grande maioria das famílias da classe trabalhadora pobre. Caso a reação das famílias pobres às vulnerabilidades fosse expulsar continuamente seus membros que, já nos limites entre pobreza e miséria, iriam morar nas ruas, encontraríamos uma magnitude muito mais elevada de moradores de rua. Caso as vulnerabilidades incidissem desagregando as famílias pobres, não teríamos para uma proporção de 40% de famílias pobres e 44% da população total (RMRJ, 1987) apenas 0,1% da população da cidade do Rio, cerca de sete mil pessoas, dormindo nas ruas, segundo estimativas da Prefeitura em dezembro de 1991.[132]

Uma imagem que freqüentemente povoa o horizonte simbólico da sociedade brasileira é esta: a família pobre, ou melhor, o seu 'desarranjo', a sua dispersão e desagregação, ou mesmo a sua inexistência, é responsável, 'culpada', pelos destinos 'marginais' de seus filhos, constituindo representações sociais estereotipadas que estabelecem o destino do crime para meninos e rapazes oriundos das classes populares.

Pesquisa do Ibope[133] divulgada em julho de 1995 evidencia traços da opinião pública (socialmente) formada a respeito dos meninos e meninas de rua, a partir da pergunta: 'por que existem tantas crianças e adolescentes vivendo nas ruas?'. Agrupei as respostas, que podiam ser múltiplas, segundo a instância que foi responsabilizada pelos entrevistados (em %):

Tabela 4 - Causas do fato de crianças e adolescentes viverem nas ruas (em %)

Vulnerabilidade Econômica	Miséria	57
	Luta pela sobrevivência	27
Governo	Faltam programas para a juventude	37
	Faltam vagas nas escolas	22
Família	Família desestruturada	37
	Violência doméstica	26
	Mães sozinhas criando filhos	23
	Pais obrigam a trabalhar e fogem	13
Comportamental	Querem viver no crime e nas drogas	14

[132] Dados da RMRJ, 1987 (Figueiredo et al., 1990) e estimativa da Prefeitura publicada na *Gazeta Mercantil*, 9/dez./91.

[133] *Jornal do Brasil* e *O Globo*, 8/jul./95.

Segundo essa pesquisa,[134] as razões que explicam a existência de crianças e adolescentes nas ruas estão vinculadas à vulnerabilidade econômica. A miséria como causa isolada principal, aliada à identificação de deficiências de ações de responsabilidade social e pública, poderiam sugerir a interpretação de uma opinião pública consciente da responsabilidade social[135] numa sociedade extremamente desigual, ou seja, a preponderância de uma explicação social para a desigualdade, superando uma visão natural ou individual em voga nos anos 50/60 (Nascimento, 1997).[136] No entanto, é a instância familiar, de ordem privada, a que proporciona maior número de motivos explicativos para a presença de crianças e adolescentes nas ruas, como se nestas famílias – além de serem pobres e não contarem com o respaldo da ação pública governamental – faltasse um 'gancho' que conseguisse ancorá-los em seu domínio. Uma parcela da opinião pública mantém uma explicação 'naturalizada' da desigualdade e o ônus maior recai sobre a família pobre que seria, naturalmente, conflituosa.

Habitantes de bairros pobres e precários, os filhos das classes populares recebem todos os estímulos para estabelecer vínculos tênues e instáveis com a escola e uma utilização crescente da rua como espaço de trabalho e lazer. Responsabilizar a estrutura familiar pelo desconserto desse múltiplo arranjo de determinações que conduzem as crianças para trabalhar e morar nas ruas da cidade é encontrar, senão um bode expiatório, uma estereotipia da família pobre, como desagregada e promotora de seres desviantes, marginais.

No processo simbólico de criminalização das vulnerabilidades que caracterizam a pobreza, a desorganização familiar emerge como explicação para as altas taxas de criminalidade. O 'protótipo de família desagregada' é aquele que não é uma família nuclear completa, casal e filhos. Na realidade cotidiana, no interior da diversidade empírica, esse protótipo é a família matrifocal, a família 'incompleta'. Zaluar não confirmou essa tese em Cidade de Deus, um dos focos de criminalidade jovem no Rio de Janeiro: 70% das famílias entrevistadas eram completas. A pesquisadora tampouco constatou a ausência de padrões culturais que sublinhassem as responsabilidades maternas e paternas, verificando a existência de papéis bem definidos. Porém, salientou a ausência freqüente da mãe e a prática usual de deixar os filhos pequenos com um irmão apenas um pouco mais velho enquanto os pais trabalham, com conseqüências no estabelecimento e reforço das redes de relações sociais e na transmissão de valores morais do grupo (Zaluar, 1994).

---

[134] *O Globo*, 8/jul./95. Ressalte-se a enorme influência que o instrumento de coleta pode ter sobre esse agrupamento de responsabilização.

[135] Através da fixação do salário mínimo, determinante do consumo das classes populares, para a classe dos trabalhadores pobres o governo é responsável pela carestia (baixos rendimentos e altos preços de víveres). Ver Zaluar (1994a).

[136] A pesquisa coordenada pelo autor observou contemporaneamente uma explicação social para a desigualdade entre a opinião pública de Recife e Brasília.

Uma socialização primária com vínculos mais tênues na dinâmica familiar tende a ser compartilhada, precocemente e com maior freqüência, com a socialização na rua, já que a escola não funciona como anteparo social nas classes populares. Mas tanto a ausência integral do pai na família matrifocal quanto a ausência parcial da mãe no dia-a-dia por ter que desempenhar o papel de chefe provedor revelam as vulnerabilidades de uma condição de pobreza e não as referências morais de conduta; revelam uma sociabilidade excluída e não um padrão amoral de existência.

A atribuição à família pobre da culpa pelos destinos 'marginais' de seus filhos é integrante da formação de estereótipos no conjunto das representações sociais brasileiras, uma representação social que de certa forma abstrai as múltiplas dimensões da pobreza e imprime a essa condição um forte conteúdo (e controle) moral. Daí estratégias de sobrevivência, arranjos familiares 'diferentes' – práticas sociais das famílias pobres – serem cunhados como 'desagregrados'; "a opinião pública acusa as classes populares pela sua própria desgraça, uma vez que identifica nas suas formas de vida, de trabalho e de moradia a sede de uma desordem moral geradora de todos os males sociais"[137] (Telles, 1990). "O apelo ao conceito de desorganização social para explicar sua família 'desagregada' nada mais seria do que manifestação da estranheza, dos que escrevem sobre a pobreza, diante de costumes diferentes do seu" (Zaluar, 1994a).

Os estereótipos são formados por cristalizações de imagens que estabelecem relações mecânicas – sem mediações e num processo de deduções lógicas – entre atributos individuais ou coletivos. Na constituição dos estereótipos opera uma ideologia que, como Arendt define,

> é bem literalmente o que seu nome indica: é a lógica de uma idéia; (...) é um movimento decorrente da própria idéia, uma 'lógica' que dispensa qualquer fator externo para colocá-la em prática; um processo de dedução lógica em que a idéia gera-se a si própria, transforma-se em premissa axiomática e o processo de argumentação subsequente está inteiramente a salvo de qualquer experiência ulterior. (Arendt, 1989)

Esse encadeamento lógico de premissas e pressupostos está na base da formação de estereótipos que, no caso da população de rua, operam partindo da pauperização. Segundo a Fundação Leão XIII, o morador de rua

> é submetido a um processo contínuo de inferiorização, de subalternidade, de baixa auto-estima, degradando a sua identidade política e social. Degrada-se também o nível de relações familiares, que diante do quadro de miséria e carência, transforma-se num fator de violência, submissão e de compulsão (!) à vida de rua. (FLXIII, 1991)

[137] Observe-se que essa mesma argumentação sobre o (frágil) caráter moral do trabalhador está presente desde o princípio da formação da classe operária (ver Paoli, 1992).

O morador de rua pode ser etiquetado também como o 'anti-cidadão', na medida em que "resiste às normas que a sociedade ora lhe nega, ora tenta lhe impor, de constituir um lar, ser um trabalhador produtivo, asseado e decente, manter-se sóbrio, pagar impostos, eleger seus representantes, dentre outras qualificações do cidadão" (Magni, 1994).

Partindo de atributos negativos pode emergir a criminalização, ainda que a pobreza desabrigada seja menos criminalizada que a pobreza abrigada em determinados espaços de moradia como favelas e conjuntos habitacionais. Em todos os casos a profecia se autocumpriu e é isso que sedimenta um estereótipo: cada caso que se 'encaixa' com sua história nas deduções 'lógicas' traça de antemão uma trajetória que associa pobreza e criminalidade. No meio policial isso pode ser levado às últimas conseqüências, como narra Zaluar: "para estes policiais, a associação entre pobreza e criminalidade não é uma hipótese passível de discussão; é uma verdade, profecia autocumprida que eles próprios se incumbem de tornar verdadeira pela sua ação". Como os pobres são, nessa 'lógica', sistematicamente os mais afeitos à criminalidade ou ao uso da violência, eles também são os criminosos potenciais ou os suspeitos número um (Zaluar, 1994c).[138]

A FAMÍLIA NA RUA x A FAMÍLIA À DISTÂNCIA

A família na rua

Encontrar famílias vivendo na rua significa que os laços afetivos do núcleo familiar não se desfizeram e a busca de alternativas se fez em conjunto. Esse grupo é tradicionalmente configurado por famílias de migrantes e contemporaneamente composto por famílias expulsas das moradias na periferia ou das favelas, devido à carência de recursos, ou aos conflitos relacionados com o narcotráfico que se sucederam ao longo dos últimos anos.

A família na rua, unida, é minoritária na população de rua do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mas não o é em Brasília. No Rio de Janeiro, em 1993, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), 8,3% das pessoas que moravam nas ruas na cidade do Rio de Janeiro viviam como casal e 6,6% viviam como casal com filhos.[139] Em São Paulo, apenas 5% viviam na rua com a família (Sebes, 1992). Em Porto Alegre, dos 222

[138] Ou submetidos à violência física – até assassinato! – como ocorreu em Diadema (SP) e em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

[139] *O Estado de S. Paulo*, 7/fev./93.

moradores de rua entrevistados, apenas 4,5% vivia com a família e 6,3% com companheiro(a) (PUC/RS, 1995).

Além dos grupos familiares formados antes da vinda para a rua, dos casais e das mulheres com filhos (família matrifocal na rua), existem outros agrupamentos: os grupos mistos que se constituem nas ruas. Podem ser analisados como tentativas de reconstituição dos laços familiares, mas guardam características próprias, como a instabilidade e a efemeridade, opostas às dos grupos familiares na rua que buscam estratégias de sobrevivência com tendências à coesão, sedentarização e fixação.

O trabalho de campo proporcionou poucos contatos com grupos familiares. Presenciei a constituição de uma família de rua entre um casal de adolescentes, Joyce e André, e um bebê, Douglas, com 14 dias de idade. Eles tinham se conhecido na fila de distribuição de comida em Madureira. A criança tinha um padrinho e a mãe contava com uma 'vizinha', todos morando e trabalhando nas ruas de Botafogo.[140] Por intermédio de Solange, conheci uma família 'extensa' – provavelmente ampliada através do aluguel de crianças – que agrupava entre quatro e nove pessoas, fora os que não eram da família e dormiam no local. Solange estabeleceu e expandiu, no mínimo durante um ano, uma 'instalação' na rua Nelson Mandela, em Botafogo, que no final já contava com sofá e colchão de casal, além de outros apetrechos como sacolas, isopores e caixotes. Em fins de fevereiro de 1997 o Juizado de Menores retirou as crianças e duas semanas depois um ônibus de recolhimento – não consegui saber de que instituição – acompanhado de um caminhão da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb) desfez a 'instalação'.[141]

Durante o tempo em que estive em contato com Chicão, André, Manuel e outros catadores da rua Sorocaba, em Botafogo, Chicão casou. Foi morar com ele, no seu carro de catador, muito bem equipado, que ficava estacionado na frente do depósito, uma mulher jovem, por volta dos trinta anos, negra, e uma menina, muito parecida com ela, com cerca de dez anos.[142] Presenciei a troca de afeto e carinho entre vários casais na rua, porém Miguel foi o único de quem obtive um depoimento sobre a experiência de viver na rua 'em casal', no caso, homossexual.[143]

Em oposição à maioria da população de rua, constituída por homens isolados, ou em duplas, que teriam como característica a perambulação, os grupos familiares na rua tendem a localizar-se em espaços públicos onde o 'lar' possa

[140] Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingos, 5/11, 12/11 e 26/11/95.

[141] Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, quarta-feira, 6/12/95 e Botafogo, domingo, 2/3/97; quarta-feira, 5/3/97; domingo, 9/3/97.

[142] Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 4/3/97; quartas-feiras, 5 e 12/3/97.

[143] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

ser minimamente reconstruído e no qual procuram fixar-se, sedentarizar-se, para prover o cotidiano de uma regularidade necessária ao seu funcionamento. As pesquisas documentam a reprodução dos afazeres domésticos pela família nos espaços públicos: cozinhar, lavar, estender a roupa, crianças brincando conferem um ar doméstico à rua. Mas não encontrei referências às transformações das funções regulamentadoras da família conseqüentes à moradia nas ruas que, como aponta a pesquisa da SDSAC/DF (1995), devem ocorrer, seja no sentido de maior frouxidão dos laços afetivos e de referência moral, seja no sentido oposto.

A modalidade de territorialização das famílias nas ruas difere não apenas dos indivíduos isolados ou em duplas, como também dos grupos mistos. No Rio de Janeiro, nos primeiros anos da década de 90, a SMDS, através de seus levantamentos, divulgou a existência de dois perfis da população de rua: os que viviam sob viadutos – famílias que constituíam comunidades – e os que viviam nas ruas e praças, que raramente constituíam comunidades.

A família, para manter-se como estrutura afetiva e econômica, tem necessidade de fixação territorial (Vieira, 1995), daí a procura de espaços sob viadutos, onde estão organizados em unidades familiares (Martins, A. L., 1993). Esse é o melhor espaço público para 'juntar seu povo', reunindo familiares dispersos em outros estados ou provendo um teto para uma família local desabrigada. Em 1991, pesquisa da SMDS entrevistou 3.358 pessoas nas ruas: a maior concentração de pessoas foi sob o viaduto do Santo Cristo, onde viviam cerca de 80 famílias.[144] Também em São Paulo a ocupação dos viadutos apareceu "como forma mais expressiva deste novo quadro de moradia na cidade".[145]

Nas comunidades sob viadutos, Martins observou a presença de unidades familiares em sua maioria constituídas de homens, mulheres e filhos ou mulheres e filhos, e também a presença de parentes: irmãos, sobrinhos, netos e amigos que dividiam a mesma casa. Essas 'famílias extensas'[146] constituíam sob os viadutos uma rede de parentesco e vizinhança, com solidariedades e conflitos similares a qualquer comunidade pobre precariamente abrigada. As formas de cooperação e solidariedade observadas sob viadutos no Rio de Janeiro são semelhantes às descritas por Agier na 'avenida' em Salvador, ou por Zaluar, na Cidade de Deus; são espaços em que a organização de vida em família aparece como grupo social significativo. Os conflitos "não chegavam a impedir que se constituíssem localmente um sentimento de grupo" (Martins, A. L., 1993). A grande diferença está na propriedade do espaço – público – dos moradores sob viadutos.

144 *O Dia*, 19/out./91.

145 *O Globo*, 20/abr./95.

146 Martins sinaliza a diferença entre as unidades familiares sob viadutos e a família patriarcal extensa. As primeiras "são o que restou da violenta dispersão de antigas famílias nucleares de origem" (Mello, 1988, apud Martins, A. L., 1993.)

As histórias habitacionais pregressas dos entrevistados por Martins se faziam acompanhar de apreciações sobre a nova moradia. Os viadutos se apresentavam para uns como a escolha possível para manter a vida organizada em moldes familiares, ao invés de viver na rua ao relento, em albergues ou em bairros distantes que inviabilizariam a sobrevivência. Para outros era sinal de que a vida tinha piorado, que a pobreza estava mais aguda (Martins, A. L., 1993).

Pesquisa realizada pela SDSAC/DF, em 1995, em Brasília, um espaço urbano de muitas especificidades, evidenciou quatro grupos principais na população de rua. Cada grupo tinha uma localização e uma forma de demarcar seu território. Os grupos fixos detectados pela pesquisa na Asa Norte eram grupos que variavam de duas ou mais famílias, que se auto denominavam 'parentes'. Algumas famílias estavam em Brasília há mais ou menos três anos, muitas das quais circulando em movimentos contínuos de migração para seu local de origem. Essa mesma caracterização foi encontrada em outra investigação realizada em 1996, com 150 famílias migrantes que chegaram na cidade após 1º de janeiro de 1995 e moravam nas ruas e espaços públicos de Brasília. Essa última pesquisa foi além por traçar a inserção social da estrutura familiar migrante em Brasília através da 'economia política do lixo'. Os catadores-carroceiros não são organizados em associações, mas, em seus locais de moradia, vigora uma estrutura bem formal de organização; são comunidades relativamente fechadas, em geral circunscritas a relações de parentesco ou, pelo menos, de afinidade (conterrâneos). Cada grupo, que pode variar de quatro ou cinco até vinte famílias, tem uma liderança – o mais velho ou o mais antigo em Brasília, com a superioridade hierárquica dos pioneiros (Bursztyn & Araújo, 1997).

A estreita relação entre a população de rua e as atividades de coleta do lixo é evidenciada em todas as cidades. A preponderância da estrutura familiar ou comunitária na economia política do lixo caracterizada em Brasília parece ser conseqüente à predominância que o grupo familiar tem no interior do conjunto da população de rua do DF,[147] diferenciando-se do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Porém, como em qualquer lugar, a tendência da unidade familiar desabrigada é procurar um lugar onde assentar-se, e a partir desse assentamento sejam possíveis variadas estratégias de sobrevivência no espaço urbano.

A família na rua é alvo de uma maior repressão institucional, já que não é aceita nem social nem juridicamente. A ausência de um domicílio que abrigue a família gera o recolhimento das crianças pelo Juizado de Menores, além de ser motivo de perda do pátrio poder (Magni, 1994). Geralmente as soluções

[147] Quase a metade (44%) dos chefes ou cônjuges entrevistados em Brasília, em 1996, vivia em concubinato, sendo apenas 23% casados oficialmente; 26% não tinham dependentes (filhos ou parentes que sob a forma de dependente participam da renda familiar), 29% tinham de um a dois dependentes, e 20% tinham de três a quatro dependentes (Bursztyn & Araújo, 1997).

institucionais provocam a dispersão familiar, enviando crianças e pais para locais separados, imprimindo uma vulnerabilidade das relações familiares que até então, mesmo na rua, estavam preservadas. "Homem de 29 anos, mulher de 36 anos, menina de sete anos e menino de seis anos: preferem as ruas à opção da Prefeitura que é mandar o casal para abrigo da LBA em Itaipu e as crianças serem entregues ao Juizado de Menores".[148]

Em suma, as famílias que passam a morar nas ruas e espaços públicos das cidades tendem a fixar-se e sedentarizar-se em um local que permita a reorganização em moldes familiares e vicinais (comunitários), como os viadutos. Quando não conseguem esse tipo de abrigo e se instalam nas calçadas, são mais vulneráveis à repressão institucional, cujas soluções tendem a dispersar o grupo familiar. Por outro lado, a coesão familiar confere legitimidade aos pedidos de auxílio junto às entidades de assistência privada.

A família à distância: contatos familiares e tempo de moradia nas ruas

Como já foi assinalado, a maioria dos moradores de rua é composta por homens sós, sem convivência permanente com o grupo familiar. A família nuclear ou de origem está à distância, ainda que em graus variados de afastamento (modalidades e regularidade dos contatos familiares). Também ficam à distância os papéis que deveriam ser desempenhados nessas unidades familiares. Essa distância pode ser também – mas não somente – geográfica.

A pesquisa da Sebes/SP aponta que a freqüência dos contatos independe da presença de parentes na cidade, mas que é proporcional ao tempo de permanência na rua. A maioria dos moradores de rua tem família; os órfãos e abandonados constituem apenas 5% do grupo entrevistado. Os 95% restantes mantêm contato com os familiares raramente (20-30%), ocasionalmente (35-40%) ou freqüentemente (25%-30%). Não pode ser menosprezado o fato de que cerca de 70% da população pesquisada nos abrigos, casas de convivência e albergues eram originários de outros estados (Sebes, 1992). Isso não significa não ter parentes em São Paulo, mas pode indicar o afastamento da família nuclear ou de origem, e vínculos familiares consangüíneos mais tênues.

A pesquisa de Porto Alegre também aborda a freqüência e a qualidade dos contatos familiares: 37,8% têm contato familiar; 47,8% não têm e 14,4% não responderam. Entre os que têm contato, 24,8% visitam freqüentemente a família, 10,7% visitam eventualmente para ver os filhos, 38% visitam raramente, 13,2% escrevem ou telefonam raramente. "Chama a atenção a eventualidade, a casualidade e a raridade com que estes contatos são efetivados"(PUC/RS,1995). Entre os 47,8%

[148] *O Fluminense*, 11/mai./93.

que não mantêm contato com a família, a grande maioria (56,6%) alega como motivo "problemas de relacionamento familiar", 11,3% declaram não ter familiares, 11,3% justificam dizendo que a família mora distante e 10,4% dizem que não visitam os familiares porque têm vergonha da situação (PUC/RS, 1995).

O tempo de moradia nas ruas permite avaliar indiretamente a desvinculação sociofamiliar, além de possibilitar situar conjunturas no processo de desenvolvimento histórico-social do país, já que essas conjunturas promovem aumento ou diminuição da população de rua. Informações coletadas pela Sebes/SP, divulgadas em junho de 1992, indicavam que 44% dos moradores de rua viviam nessas condições há menos de seis meses. Em setembro de 1995, o Datafolha indicou que 38% dos moradores de rua estavam nessa condição há menos de um ano, denominando-os "mendigos do Real", em referência ao plano de estabilização econômica implementado a partir de julho de 94. Mas a mesma pesquisa revelou que o segundo maior subgrupo (26%) do conjunto era o dos que estavam nas ruas há mais de seis anos, ou seja, no mínimo a partir de 1989 tinham passado a residir nas vias públicas. Tanto em São Paulo quanto em Porto Alegre, em 1995, cerca de 35% da população de rua eram habitantes 'crônicos'.

Em setembro de 94, levantamento da prefeitura de São Paulo havia detectado a existência de 4.549 pessoas morando nas ruas, das quais 46% eram naturais da região Sudeste, e 29% do próprio estado de São Paulo. A distância geográfica deve constituir elemento preponderante do afastamento do convívio familiar para os demais (12% de Minas Gerais, 40% oriundos da região Nordeste, 12% da região Sul e 2% da região Centro-Oeste). Ainda mais considerando-se que 31% eram casados e 53% tinham um ou mais filhos (Datafolha, 1995).[149]

O tempo de moradia nas ruas foi agrupado em recentíssimo (menos de um mês), recente (menos de seis meses), intermediário (entre seis meses e um ano), prolongado (entre um e quatro ou cinco anos) e crônico (mais de quatro ou cinco anos). São períodos de tempo que demarcam fases da vida na rua, que podem ser bem caracterizadas por momentos nos quais se apresenta o dilema de tentar sair da rua ou nela permanecer, ainda que, progressivamente, talvez, com menor intensidade. O quadro a seguir apresenta a distribuição percentual do tempo de moradia na rua nas cidades.[150]

---

[149] A pesquisa Datafolha foi publicada na *Folha de S. Paulo*, 3/set./95.

[150] Como assinalado na metodologia o quadro apenas apresenta informações das cidades, sem o propósito comparativo. Sobre o Rio de Janeiro dispomos apenas da informação de novembro de 1994, em matéria obtida junto à Fundação Leão XIII, que apontava para "o contingente de quase 9 mil moradores de rua (....) que vive nas ruas há menos de 2 anos".

Tabela 5 - População de rua segundo tempo de moradia nas ruas, em São Paulo e Porto Alegre (em %)

Tempo de moradia na rua	São Paulo	Porto Alegre	Ano chegada
Recentíssimo – > 1 semana < 1 mês	2	6,3	1995
Recente – > 1 mês < 6 meses	21	14,0	1995
Intermediário – > 6 meses < 1 ano	15	7,2	1994
Prolongado – > 1 ano < 5 anos	30	24,3	1991-93
Crônico – > 5 anos	33	37,8	1990 e antes

Fonte: Datafolha, 1995; PUC/RS, 1995

Nas fichas de moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus, apesar de um elevado percentual (40%) sem informação, encontrou-se uma distribuição semelhante às demais pesquisas, isto é, concentração nos grupos recente e prolongado ou crônico.

Tabela 6 - População de rua segundo tempo de moradia nas ruas, Comunidade Evangélica de Jesus, Rio de Janeiro, 1995

Tempo de rua	Nº	%	Ano chegada
Recentíssimo – > 1 semana < 1 mês	7	2,9	1995
Recente – > 1 mês < 6 meses	47	19,3	1995
Intermediário – > 6 meses < 1 ano	24	9,8	1994
Prolongado – > 1 ano < 5 anos	39	16,0	1991-93
Crônico – > 5 anos	25	10,2	1990
Sem informação	97	39,7	
Não mora na rua	5	2,0	
TOTAL	244	100,0	

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

Além do distanciamento físico propiciado pelas migrações, a desvinculação no eixo sociofamiliar apresenta-se como um processo de afastamento gradativo, em que a freqüência dos contatos diminui e a condição de estar morando na rua tenta ser oculta, é um 'segredo'.

O afastamento gradativo pode ser bem evidenciado na trajetória de Rodrigo, garoto de 13 anos que participava da 'instalação' de Solange, em

Botafogo. Está na rua desde fevereiro de 1997, mas não foi a primeira vez que saiu de casa: "a bem dizer eu estou na rua há uns cinco anos" (1992). Já fugiu de casa várias vezes, segundo ele, "todos os anos". Os tempos de permanência na rua eram menores e a cada fuga estão aumentando. Na primeira vez não sabia de nada, foi para um lugar onde ficou "parado, olhando". Depois, disse ter aprendido "de tudo". Rodrigo mencionava manter contatos com a mãe através de uma funcionária de uma instituição assistencial privada.[151]

Luiz Augusto também conta uma trajetória de idas e vindas da rua, relatando que das primeiras vezes foi morar ou nos alojamentos das obras em que trabalhava, ou na praia do Recreio dos Bandeirantes. Depois voltou para a casa da irmã em Belford Roxo (Baixada Fluminense), mas tornou a sair e ficava nas redondezas, dormindo em bancos de praças. Desde fevereiro deste ano está morando nas ruas e desta vez decidiu "vir cá pra baixo", ou seja, a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Os irmãos não sabem que ele está morando na rua, nem podem saber. Luiz Augusto lhes disse que está morando com uns amigos. Esconde a condição de morador de rua também do dono do depósito de bebidas para quem trabalha nos fins-de-semana, pois ele conhece sua irmã.[152]

A baixa freqüência e a pequena intimidade dos contatos, principalmente nos casos de migração, permite que a maioria das famílias dos moradores de rua ignore essa sua condição. Becker analisa as estratégias – clandestinidade, segredo e dissimulação – utilizadas na esfera dos contatos sociais por fumantes de maconha para ocultar sua condição dos não-fumantes, cuja opinião lhes é importante e que se exerce sobre eles, fumantes, como mecanismo de controle social (Becker, 1985). São freqüentes os depoimentos que revelam que mesmo a pobreza abrigada procura afastar-se da "temida platéia de sua comunidade de origem" para exercer a mendicância ou pequenas vendas (Stoffels, 1977; Silva & Milito, 1995).

O sucesso das estratégias de ocultamento e segredo da condição de morador de rua em relação aos familiares depende de os contatos serem poucos e distantes. Com os transeuntes em geral esse sucesso depende de se conseguir dissimular na aparência sua condição de sem-teto. Embora os moradores de rua tomem algumas precauções para evitar encontrar conhecidos, as tentativas de dissimulação têm poucos resultados e, com o passar do tempo, o ocultamento torna-se mais complicado e a clandestinidade impossível. O ocultamento da situação tem também o sentido de preservar uma imagem de si próprio junto à família, que permanece como referência afetiva básica (Sebes, 1992).

Miguel, peruano com parentes no interior do estado de São Paulo, é bastante bem-sucedido na dissimulação de sua condição de morador de rua, por

[151] Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

[152] Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 20/3/97.

ser vaidoso e cuidar muito de sua aparência. De todos os seus amigos, apenas seu namorado Guto e uma amiga sabem que ele mora na rua, os demais conhecidos que não vivem nas ruas não sabem. Quando encontra, na situação de pedinte, com um antigo vizinho, diz: "que vergonha". Miguel diz que ninguém (da família) sabe: "é ruim deles saber". Telefona para a mãe uma vez por mês, diz que está tudo bem: "está ótimo, eu não vou falar assim: 'tô morando embaixo de uma marquise'". Ela não tem nenhum endereço dele: "eu inventei uma história que o serviço que eu estou trabalhando quase nunca fico em casa, entendeu? Então é melhor que eu sempre ligo pra ela".[153]

Roni, cearense que conheci como primeiro companheiro de andanças de Luiz Augusto, contou que se deparou com a situação de pedir pão numa padaria cujo gerente tinha sido seu patrão. Roni conseguiu evitar o encontro: "ainda bem, senão queimava o filme". Chicão, líder dos catadores da rua Sorocaba, em Botafogo, que tem mãe viva em Minas Gerais, me diz que falar com ela "é difícil".[154] Segundo Cícero, seus familiares em João Pessoa (PB) não têm idéia de que esteja morando na rua, mas também, desde que saiu de casa, nunca mais falou com eles.[155] Marcelo, que é carioca, disse aos familiares – mãe e irmãos – que estava morando numa hospedaria. Eles não sabem que ele está morando dentro de uma kombi no Humaitá. Marcelo acha que o pai (taxista) desconfia por sua aparência.[156]

A única exceção dentre os depoimentos que obtive foi André, catador da rua Sorocaba: ele me disse que falou com sua mãe (em Salvador, BA) pelo telefone e lhe contou que está trabalhando catando papel e morando na rua. Ela lhe disse para ir "embora para casa" mas ele diz que não vai.[157]

Mesmo à distância, a família mantém seu poder de referência afetiva. Essas referências se apresentam sob variadas formas de representações que os moradores de rua fazem sobre suas famílias: como empecilho à vida 'em liberdade', como inadequada ao seu modo de vida, como motivo de ressentimento, mágoas e vergonhas, como lembranças carinhosas, com ambigüidades, como poço de cobranças, como impossibilitada de dar-lhe suporte material, como âmbito de convívio impossível, como lugar onde era bom de se estar. Os catadores-carroceiros, que 'moram andando', referem-se à família como inadequada ao seu modo de vida, andarilho e sem compromisso, e, efetivamente, não constituíam relações em moldes familiares, percebendo essa possibilidade objetiva como um futuro remoto (Martins, A. L., 1993). Crianças e adultos em situação de rua

[153] Diário de campo, Cícero & Miguel, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[154] Diário de campo, Botafogo, domingo, 9/3/97.

[155] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

[156] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

[157] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 12/3/97.

referem-se à família como empecilho à vida 'em liberdade'. Além disso, consideram que a família não tem nada para lhes oferecer, já que também é muito carente, além de fazerem excessivas cobranças. Enfim, são apresentadas como a família com a qual não se acostumam mais a viver.

Todas essas são manifestações de relações simbólicas com a família, relações imaginadas, porque não se concretizam,[158] positiva ou negativamente, e que revelam esse poder de referência que a família mantém, mesmo à distância.

Algumas referências parecem, com o tempo e a distância, ter 'aparado' os conflitos na memória, quando então a família aparece idealizada e o morador de rua culpa a si próprio. No caso, a idealização envolve, além de um passado com imagens de uma família carinhosa e amorosa, agregadora, também um futuro no qual será possível voltar ao seio desta ou de uma nova família. Na idealização do passado há um descolamento de uma realidade de vulnerabilidades que estiveram na origem do seu afastamento familiar; na idealização do futuro há um descolamento da concretização (e de sua própria participação) da série de eventos que viabilizarão o (re)encontro, tornando-o um 'futuro condicional'. Tanto num caso como no outro são histórias de vida inventadas ou prospectivas nas quais os moradores de rua podem se apoiar para viver, uma referência de vida, mesmo que seja apenas na imaginação. Orientada ao redor da figura feminina, mesmo sob uma representação negativa, a família se mantém "simbolicamente em algo como um ponto fixo em torno do qual homens e mulheres podem contar uma história e montar uma biografia, atribuir sentido às suas existências e montar projetos de futuro" (Telles, 1990).

Nas relações imaginárias familiares, mesmo quando os laços estão rompidos como relação cotidiana efetiva, existe uma figura feminina que é evocada quando se fala no tema. Wanda, da Comunidade Evangélica de Jesus, me dizia a respeito dos moradores de rua atendidos pela entidade: "na vida desses homens da rua sempre tem uma mulher – a mãe que os abandonou, ou que casou de novo e preferiu o companheiro ao filho, ou a companheira que desfez os laços familiares, sempre tem uma mulher".[159]

Ao longo do processo de afastamento de uma situação familiar conflituosa, a família segue sendo utilizada como recurso para suprir, ainda que ocasionalmente, certas necessidades como banho, roupas limpas, comida e até dormida. Nesse caso, a família recebe uma referência afetiva negativa, porém se mantém como recurso de sobrevivência, numa relação instrumental com tendência à

[158] Foi curioso observar e depois ratificar na leitura de *Vozes do meio-fio* (Silva & Milito, 1995) o gesto repetido de usar os telefones públicos – mexer, discar, desligar – mas sem ficha, cartão telefônico, ou mesmo um número. É um 'cacoete comunicacional', pois é um gesto repetitivo que não produz um resultado – falar com alguém – e me parece fazer parte das relações imaginadas.

[159] Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 12/11/95.

ruptura do vínculo. Era o caso de Renato e seu companheiro de andanças, que encontrei em Copacabana. Os dois rapazes, em torno dos vinte anos, recorriam de maneira 'utilitária' às suas famílias – o amigo de Renato contava: "eu não falo com meu pai mas durmo no carro dele".[160]

Os sentimentos de afetividade que orientam essas referências familiares são positivos, ambíguos e negativos. Ressentimentos, mágoas, desavenças são referências freqüentes. Por vezes, o depoimento não é de que a família não tenha nada a oferecer e sim de que, mesmo tendo, a família não vai querer dar (afeto, apoio material, lugar). Mas o sentimento mais freqüente em relação à família que se situa à distância parece ser o de vergonha associado ao 'futuro condicional', isto é, a possibilidade de restabelecer o convívio familiar anterior ou constituir nova família, desde que consiga preencher uma série de requisitos como 'acertar a vida primeiro', 'não voltar fracassado' ou não aparecer 'de mãos vazias'.

O futuro condicional também pode emergir como 'idealizações de futuro', no qual a família (re)constituída é um eixo central ainda que associado a trabalho e moradia. Na pesquisa de Stoffels, na década de 70, os mendigos de São Paulo referiam-se à expectativa de interromper a atividade de mendicância desde que fosse possível: retornar à área rural, conseguir um trabalho cujos rendimentos fossem similares aos da mendicância, manter a atividade como complementar a um trabalho regular ou manter a atividade a fim de que os filhos nunca adotassem a prática do pedido. Mesmo aqueles pedintes que não tinham filhos, erigiam "o filho em figura imaginária, suscetível de ser suporte de um projeto de trabalho ou estudo" (Stoffels, 1977) num futuro distante e condicional.

Solange afirmava várias vezes que, caso conseguisse recuperar suas crianças que estavam no Juizado de Menores, não voltaria a 'descer' para Botafogo, que o companheiro é quem viria trabalhar e ela ficaria em casa, cuidando das crianças.[161] Quando perguntei a Marcelo sobre seu futuro, ele me respondeu: "futuro é voltar para casa". Para isso, precisava "resolver o assunto da bebida" mas, segundo ele, já estava parando. Eram mais planos que situações concretas, pois me contara da noitada do dia anterior bebendo com os amigos até de madrugada – ao meio-dia ainda tinha cheiro de bebida.[162]

Miguel dizia que nunca mais voltaria para casa de seu tio, no interior de São Paulo: "daqui, só se eu voltar pra minha terra". Mencionava a vontade de voltar como um futuro longínquo:

---

[160] Diário de campo, Copacabana, sábado, 22/2/97.

[161] Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

[162] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

eu não posso voltar pra casa do jeito que eu tô, por isso eu queria arrumar um quarto pra mim, estabilizar-me de novo, ir juntando meu dinheiro, levar minha vida normal como eu tinha antigamente, depois, comprar minhas coisas como eu tinha e aí eu agarrar e voltar pra minha casa; vou chegar na minha casa de bermuda e uma mochila nas costas?[163]

Cícero retirava do horizonte próximo qualquer possibilidade de voltar para sua família, em João Pessoa:

às vezes eu penso em voltar, sabe? mas voltar da forma que eu tô não posso não... eu tenho a maior vergonha de voltar pra minha casa da forma que eu tô, destruído, tinha que tar bem melhor, sabe? Ó só, vou falar uma coisa..., sem dente, sem roupa, sem nada, sei lá, destruído totalmente, não volto não.[164]

Morar nas ruas permite abandonar papéis que não se conseguia ou não se tinha mais vontade de cumprir, como, principalmente, a do chefe provedor. Porém, essa 'renúncia' ou 'deserção' implica o abandono do papel de pai. Em São Paulo, 53% dos moradores de rua tinham filhos (Datafolha, 1995) e supõe-se que viviam afastados deles. Dentre os meus entrevistados com filhos, as referências eram de que alguém (a mãe, a avó) estaria cuidando das crianças, como era o caso de André, catador da rua Sorocaba, e de Luiz Augusto. Ou senão como Araão, que via suas crianças apenas em sonho: ele contou que sonhara com a cunhada lhe dizendo que as crianças estavam bem, que Deus estava cuidando delas.[165]

A fragilização dos laços familiares de origem, o abandono de papéis que supostamente entrelaçam responsabilidades e afetos propiciariam a reprodução de uma modalidade 'frouxa' de relacionamentos afetivos e familiares, tendo o efêmero, o casual, o inconstante como características das novas relações estabelecidas. Vários depoimentos indicam uma análise nesse sentido.

Ficar muito tempo sem ver filhos pequenos que estão em constante transformação, estar ausente do desenvolvimento da sua personalidade são ocorrências 'naturais'. Luiz Augusto, por exemplo, só voltaria a ver suas filhas quando tivesse um dinheiro 'bom' para levar. Outros acabam por distanciar-se tanto que nunca mais têm notícias. Gilberto, 39 anos, natural da zona rural do Espírito Santo, saiu de casa aos 15 anos e nunca mais – há 24 anos – viu seus pais. No Rio, durante seis anos, constituiu família nuclear com mulher e filho, morando embaixo de um viaduto em Pilares. Separado há cinco anos da mulher, depois da separação não soube mais do destino da mulher e do filho (Rangel, 1996). Dona

---

[163] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[164] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97 e Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

[165] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 16/4/97.

Maria, entrevistada por Martins, dizia que, dos quatro filhos, só tinha notícia de dois, que visitava periodicamente. Os outros tinham se "perdido pelo mundo" e não sabia deles. Contou que uma vez viu a menina na Cinelândia acompanhada de outras crianças de rua (Martins, A. L., 1993). São todos exemplos de referências familiares frágeis e até mesmo ausentes, que colaboram no estabelecimento de um tecido relacional, seja familiar seja em agrupamentos, caracterizado principalmente pela efemeridade e pela baixa densidade do vínculo.

TRAJETÓRIAS DE DESVINCULAÇÃO NO EIXO SOCIOFAMILIAR

Castel (1991) elabora um eixo de análise da desvinculação social em que examina a densidade da inscrição relacional dentro das redes familiares e de sociabilidade, num leque de posições entre a inscrição sólida e o isolamento social total.

Em sua análise, esse autor percorre um período histórico em que o trabalhador, na França, saiu do "reino da tutelagem" e entrou no regime do contrato, sendo sua parte mais frágil. A tutelagem limitava e até oprimia mas conferia em troca um lugar de pertencimento, uma comunidade, uma "solidariedade próxima" que protegia. O regime do contrato libertou o trabalhador, mas o deixou também à sua própria sorte. Como anteparo à fragilização da condição operária, em que há transformações menos protetoras das redes de integração primária, foram construídas, na luta política, solidariedades secundárias, coletivas e públicas, no caso a constituição de um estado de bem estar social.

A desvinculação na dimensão sociofamiliar, tal como entende Castel, é uma ruptura em relação à estas redes de integração primária no sistema de interdependência fundado sobre o pertencimento comunitário.

> Há o risco de desvinculação quando o conjunto de relações de proximidade que envolve o indivíduo sobre a base de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, encontra-se em dificuldades para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção. (Castel, 1995)

O processo de desvinculação sociofamiliar atravessa momentos que variam entre a inserção sólida e o isolamento total, apresentando fragilidades, labilidades e vulnerabilidades dos laços familiares, das redes de integração primária. Castel oferece as bases para analisar as transformações das estruturas familiares que aumentam a sua vulnerabilidade a trajetórias de desvinculação, enquanto Paugam contribui na análise do significado dessas rupturas no plano individual. Na fase de 'fragilidade' ainda pode existir algum suporte familiar; na

fase de 'dependência' os laços sociais estão se debilitando e a família não proporciona suportes; e na fase de ruptura há uma desvinculação de laços sociais e/ou sua completa exaustão. A ausência de relações com a família e com solidariedades primárias conduz a uma forte deterioração pessoal (e o uso abusivo de álcool e drogas) (Paugaum, 1994).

No contexto social francês, em que ações estatais e públicas são empreendidas como amparo para as vulnerabilidades e vicissitudes e funcionam amplamente como proteções sociais secundárias, Castel identifica uma fragilização geral do tecido relacional da família moderna e uma fragilidade especial das famílias economicamente desfavorecidas e com horizontes limitados de recursos relacionais. Por um lado, as transformações relativas ao poder tutelar levaram ao estabelecimento de uma parceria familiar fundada sobre uma relação de igualdade entre os papéis familiares, a 'democratização' da família, além dos índices que indicam a retração das redes familiares e o empobrecimento dos suportes relacionais. Por outro lado, é empiricamente verificado que a dissociação familiar "acelera o processo de precarização daqueles que estavam já vulneráveis antes da ruptura" (Claude Martin, apud Castel, 1995). Uma família restrita, sobretudo nos meios populares, significa pequena abertura para as relações sociais e profissionais, exceto aquelas do pai e, eventualmente, da mãe. Para as famílias monoparentais, o horizonte é ainda mais limitado (Castel, 1991).

Na França, assim como no Brasil, a estrutura familiar matrifocal é a mais vulnerável à pobreza. No entanto, entre esses dois países há distinções numéricas e qualitativas na condição de pobreza, na amplitude e acesso às redes secundárias de solidariedade e proteção, além dos diferentes significados simbólicos do grupo familiar no conjunto das relações sociais.

Castel identifica uma "espécie de espiral entre diferentes tipos de exposição da família aos riscos", no processo que chamei de incidência de vulnerabilidades associadas e cumulativas da pobreza. As transformações da estrutura familiar que aconteceram no sentido de seu estreitamento de recursos relacionais e na liberação em relação às tutelas tradicionais produziram efeitos diferenciados segundo os tipos de família, e os membros das famílias economicamente mais precárias e socialmente mais desprovidas puderam ter "a experiência negativa da liberdade": "descobre-se então que a liberdade sem proteção pode conduzir à pior das servidões, aquela da necessidade" (Castel, 1995). Ainda que esteja por ser demonstrado como se articulam os planos do capital relacional e da precariedade econômica, cujas relações complexas estabelecem várias situações intermediárias,

> a hipótese parece amplamente verificada nas situações extremas que associam expulsão total da ordem do trabalho e isolamento social: os sem domicílio fixo, por exemplo, como homólogo moderno do vagabundo das sociedades pré-industriais. (Castel, 1995)

No entanto, se a situação de desemprego pode conduzir à ruptura dos laços familiares, também pode levar a uma mobilização dos recursos familiares. E, de fato, os dados permitem uma outra leitura, a que sublinha os fatores de permanência da estrutura familiar, pois a maioria das famílias, vulneráveis ou não, está estruturada de forma nuclear e restrita.

A labilidade da unidade familiar conseqüente a todas essas transformações se assenta, no caso da França, num contexto de vulnerabilidade de massa pós-proteções sociais, associado a elevados índices de desemprego. A 'proteção próxima', em que a família e o território eram as referências de proteção, já tinha sido integralmente substituída pela proteção social secundária das ações públicas institucionalizadas. A problemática contemporânea é a retração drástica da proteção social frente a uma precarização do trabalho. No caso da sociedade brasileira, o desenvolvimento econômico expandiu e aprofundou as vulnerabilidades associadas à pobreza, mantendo-se a unidade familiar como principal suporte das relações sociais da classe trabalhadora pobre, que nunca chegou a ser substituído ou significativamente complementado por ações públicas. Nesse território da desigualdade assentam-se movimentos mais contemporâneos, similares aos franceses, de fragilização da estrutura familiar moderna, com retração das redes familiares e empobrecimento dos suportes relacionais, de configuração de famílias monoparentais e restritas, de precarização da inserção no mundo do trabalho e de diminuição das atividades públicas.

Na desvinculação sociofamiliar de origem perde-se o lugar de pertencimento. Essa situação de crise afetiva e material pode ter diferentes significados nas trajetórias individuais na medida em que a rede primária venha a ser substituída por uma nova família (nuclear) e/ou por meio de inserções nas relações de vizinhança e no mundo do trabalho. As proteções secundárias, públicas e coletivas interferem também nas conseqüências dos processos de desvinculação e ruptura familiar.

Ao se analisarem as trajetórias dos moradores de rua é possível caracterizar percursos em que vão perdendo sua inscrição relacional primária e, em geral, criando dependências institucionais. O processo de desvinculação sociofamiliar apresentou uma tendência à ruptura e esteve associado a uma deterioração pessoal com o uso abusivo de álcool. As famílias de origem dos moradores de rua apresentavam vulnerabilidades múltiplas e cumulativas da condição de pobreza. Nas trajetórias verificou-se tanto a associação da pobreza ao movimento quanto a socialização primária compartilhada com a rua, estabelecendo um limiar de maior fragilidade de desvinculação com o eixo sociofamiliar.

Após o afastamento/rompimento com a família de origem, para o habitante das ruas é difícil estabelecer nova família com a mesma intensidade e permanência, e assim como a classe trabalhadora pobre em geral não pode

recorrer às inexistentes ou frágeis proteções secundárias, públicas e coletivas. As redes sociais que estabelece com companheiros de rua e entidades assistenciais, que lhes conferem novas unidades de pertencimento e lhes atribuem identidades socialmente estigmatizadas, são relações caracterizadas pela ambivalência, propiciando socializações efêmeras e instáveis. Seu tecido relacional estaria composto por "sociabilidades flutuantes" – fenômeno abordado por Castel –, pois,

> na ausência de uma socialização primária consistente, também não encontram outras referências que promovam o estabelecimento de vínculos, tornando-se indivíduos sem lugar e sem referências, que vagueiam por entre feixes de relações efêmeras (Castel, 1991).

AGRUPAMENTOS: fragmentações e recomposições

Viver nas ruas, segundo o conjunto de estudiosos sobre o assunto, constitui um modo de vida composto por um cotidiano e estratégias de sobrevivência, em que a rua é o "grande arsenal de recursos" (Vieira, 1995). Nesse modo de vida há formas específicas de utilização da cidade e de apropriação dos recursos urbanos para garantir a sua sobrevivência. Inicia-se, na rua, um novo processo de socialização. Na rua a formação de grupos é uma estratégia de segurança e de sobrevivência.

Tabela 7 - População de rua segundo constituição ou não de grupos e tipos de grupos. Porto Alegre e Rio de Janeiro

Agrupamentos	Porto Alegre	Rio de Janeiro	
	1995	1986	1991
Sozinho	28,0	43,2	51,5
Em grupo	55,4	44,1	29,3
Casal	6,3	7,3	8,3
Com família	4,5	-	-
Casal com filhos	-	2,7	6,6
Em grupos com filhos	-	2,7	3,0
Com amigo (dupla)	5,8	-	-

Fonte: PUC/RS, 1995; FLXIII, 1991

Na cidade de São Paulo a contabilização da população de rua foi feita segundo pontos de localização de grupos de pernoite. Em 329 pontos de pernoite com 3.392 pessoas foi observada a seguinte composição dos grupos:

Tabela 8 - Composição dos grupos nos pontos de localização, São Paulo

Pontos exclusivos	% de pontos	Grupos mistos	% de pontos
Masculinos	51,1	Homens e mulheres	15,8
Femininos	2,4	Homens e crianças	4,3
Crianças	0,6	Homens, mulheres e crianças	22,8

Fonte: Sebes, 1992

Qual o significado dos agrupamentos? Constituem as referências 'familiares' e sociais possíveis nos limites de sua nova socialização na rua?

O modo de vida na rua, na medida em que inverte os princípios de organização social entre os espaços públicos e privados, confere enormes restrições que impedem ou dificultam reconstruir relações sociais baseadas no modelo familiar (Neves, 1983). Reconstituir a família na rua não é de todo impossível, porém as observações e informações não indicam ser este o movimento. É o agrupamento a unidade de referência, de pertencimento que confere ao indivíduo morador de rua um suporte similar ao da família, em suas funções de sobrevivência e reprodução, podendo assim ser considerado como substituto da família. O agrupamento seria tão fundamental na estratégia de sobrevivência, entendida enquanto proteção e segurança, que não teria importância com quem se agrupar e sim o ato de agrupar-se (Sebes, 1992).

Stoffels considera o grupo como "elemento-tampão" entre a rua, lugar público e *habitat* total que concretiza a decadência, e a condição pessoal e social do mendigo. Funcionaria o agrupamento como uma espécie de "colchão amortecedor" oferecido pela convivência entre iguais, um 'não sou só eu...' que possibilitaria ao morador de rua recuperar, até certo ponto, a identidade pessoal e social. No entanto, tendo observado a importância do grupo para a subsistência e o ambiente que fornece para a vida afetiva e para o relacionamento interpessoal dos mendigos, a autora observa que o grupo é "necessário, porém paliativo à família" (Stoffels, 1977).

Os grupos que se constituem nas ruas, considerando-se a preponderância masculina da composição da população de rua, podem ser exclusivos ou mistos. Dentre os mistos (homens e mulheres) nova diferenciação estabelece-se

pela presença ou não de crianças. Já abordamos os grupos familiares assim como a família matrifocal na rua, ainda que esta última tenda a pertencer aos grupos mistos com crianças.

A relativamente menor vulnerabilidade das mulheres – maior proteção familiar, culturalmente mais legitimada a recorrer ao amparo familiar e a possibilidade de emprego doméstico – explicaria sua participação minoritária na população de rua. A presença das mulheres na rua pode estar associada à mendicância, mas, nesse caso não participam dos grupos de moradores de rua como unidade de pertencimento. Seu tempo de permanência na rua é compatibilizado, de alguma forma, com suas atividades domésticas que permanecem como principais referências (Stoffels, 1977).

No interior dos grupos mistos as poucas mulheres, geralmente apenas uma, são compartilhadas. Na rua os papéis femininos parecem ser reduzidos pelo próprio espaço onde são exercidos, e menosprezados pela cultura preponderantemente masculina. A mulher é extremamente discriminada – os homens negam o seu relacionamento com mulheres de rua e as tratam como objeto: são trocadas por cobertores, aguardente e cigarro (Simões Jr., 1992; PUC/RS, 1995). As mulheres que vivem na rua geralmente apresentam problemas mentais e alcoolismo; são muito disputadas pelos homens e procuram ter um companheiro, mesmo que não permanente, que as proteja do assédio dos demais (Sebes, 1992).

O álcool e a mulher são elementos (ambos considerados, da mesma forma, como 'coisas') que nos grupos são compartilhados, criam laços, ajudam a formar os grupos: "A pinga serve para encarar a rua. De cara limpa não dá, você fica com vergonha, medo. A pinga é comunitária, ela cria o grupo. E assim como se divide a pinga, se divide a mulher. Ela tem que ser de quatro, cinco homens".[166]

Foi possível observar a presença de vários e variados grupos de moradores de rua ao longo do desenvolvimento da pesquisa, corroborando-se a informação de que na composição dos grupos mistos, a presença de mulheres e crianças sempre foi minoritária. Em alguns grupos foi possível observar a divisão de tarefas por gênero: mulheres e/ou homossexuais desempenham as funções domésticas, homens são provedores (Sebes, 1992). Isso desde que o grupo tenha conseguido uma mínimo de sedentarização e fixação territorial. A permanência num determinado território por um período de tempo confere ao grupo certa estabilidade, ainda que de local e não de sua composição.

A presença de crianças e adolescentes nas ruas chama mais a atenção da mídia que a população de rua adulta. Esta experiência de vida – ser criança e

---

[166] Depoimento extraído de "Sofredores de Rua: anônimos mas unidos", *Jornal da Tarde*, 20/04/91. In: Simões Jr., 1992.

viver na rua – também guarda uma diferenciação segundo seu grau de isolamento ou agregação, na formação de grupos apenas de sua idade ou constituídos também por adultos, e segundo a existência de algum vínculo familiar com elementos do grupo, seja entre irmãos seja até a permanência de toda a família na rua. Silva e Milito apontam que agrupar-se é fundamental para a sobrevivência do menino: "aquele menino de rua não está só. E quando, excepcionalmente, está, tem os dias contados (...) como peças soltas da engrenagem tornam-se vulneráveis. É o que aponta a leitura dos inquéritos sobre homicídios dolosos de menores" (Silva & Milito, 1995). Os pesquisadores revelam algumas redes de relações estabelecidas nas ruas e a observação freqüente da presença de familiares perto do menino. A criança parece estar só porque evita-se a contigüidade, a família ou os adultos ficam nos 'bastidores' de forma a aumentar a eficácia do pedido das crianças.

Os 'pais de rua' podem ser adultos ou pessoas apenas mais velhas,[167] com relações consangüíneas ou não, que protegem, supervisionam, orientam e controlam os menores, num determinado espaço urbano. Mesmo quando não se trata das chamadas 'mães de rua' que alugam crianças da periferia para obter rendimentos no Centro e Zona Sul da cidade, são várias as funções desempenhadas pelas crianças nos grupos mistos: sobre elas recai uma grande responsabilidade na obtenção de rendimentos e na sobrevivência cotidiana. São as encarregadas de pedir dinheiro, alimentos, cuidar das crianças menores, fazer pequenas compras, vender coisas diversas nos sinais de trânsito etc.

Nas crianças e adolescentes que moram nas ruas o previsível é o agrupamento, ou seja, a constituição de uma relação mais ou menos orgânica com uma rede de atuação, o que implica certas obrigações, sobretudo, de territorialidade. Algumas vezes, grupos adolescentes formam redes de apoio mútuo e de pares que, sob comando de uma liderança, se apossam de um espaço, como aconteceu, por exemplo, com a Candelária. São adolescentes com referências familiares mas que se organizam fora do controle familiar e fora do controle adulto das ruas, configurando um 'controle adolescente' do grupo que disputa as ruas com outros grupos (Silva & Milito, 1995). O agrupamento exclusivo de crianças e adolescentes é minoritário em relação ao conjunto dos grupos de habitantes das ruas. As crianças e adolescentes que vivem em grupos mistos diferenciam-se daqueles que integram um grupo de 'controle adolescente', porque nestes últimos observa-se uma relação mais conflituosa e agressiva com os transeuntes em geral e com os grupos de população de rua adulta, principalmente com seus integrantes mais depauperados como idosos e alcoólatras.

[167] Reportagem do *Jornal do Brasil*, de fevereiro de 1995, noticiava a presença de um grupo de crianças e adolescentes, no centro da cidade, composto por cinco meninos e oito meninas, uma delas de 16 anos, grávida, sendo que dois deles eram considerados pai e mãe dos meninos de rua, embora fossem da mesma geração.

A relação de conflito intergeracional nas ruas é configurada, na visão da população adulta, pelos maus tratos que a 'garotada', os 'menor-cheira-cola' infligem aos que estão mais vulneráveis. Renato e seu companheiro, em torno dos vinte anos, revelavam as vantagens de serem jovens: quando passava o ônibus de recolhimento, só 'as coroas' e 'os velhos' eram recolhidos ou 'jogados no valão', indicando sentirem-se seguros pela esperteza e agilidade que a idade lhes conferia.[168] Visto pelo ângulo da criança e do adolescente, é observado um "sentimento de rancor da população adulta em relação aos privilégios do menino, sobretudo os mais imediatos, aqueles que saciam a fome, por exemplo" (Silva & Milito, 1995). Ainda que os conflitos entre gerações na rua possam ser freqüentes, obtive também relatos que indicavam relacionamentos de solidariedade ou de ajuda mútua.

Os agrupamentos não constituem unidades familiares. Aos conflitos naturais não são antepostos laços de sangue e lealdade. Entretanto, os relacionamentos estabelecidos têm como referência a unidade familiar. Nas observações de Silva e Milito, na rua "há uma recomposição da família, ou pelo menos da idéia de família, mediante articulação dos estilhaços" (Silva & Milito, 1995). Parte dessa *bricolage* é a familiarização das relações, entre si e com transeuntes, que pode ser observada nos 'parentescos' criados e, particularmente, na linguagem adotada. Um companheiro eventual pode tornar-se marido, um conhecido há poucos dias é apresentado como irmão e Joyce, quando seu bebê tinha menos de um mês, já havia determinado qual integrante do grupo seria considerado como padrinho.

Tia e tio são os parentescos mais utilizados e também os mais ambíguos, criando uma falsa impressão de intimidade. Rodrigo, de 13 anos, que estava com Solange na 'instalação' da rua Nelson Mandela, em Botafogo, chamava a todos de tio: a própria Solange, os que pareciam ser seus tios de verdade, uma funcionária de uma fundação assistencial privada na praia de Botafogo. 'Tia' podia ser também a professora da escola, e dessa forma eram também chamadas as pessoas que passavam na rua a quem Rodrigo pedia algo ou com quem combinava de tomar conta do carro. Quando Rodrigo diz que vai com a 'tia' – referindo-se a Solange – visitar as crianças que foram recolhidas pelo Juizado de Menores, menciona que um dos meninos o chama de tio, e que vai levar biscoito e R$ 1 para o garoto.[169] Márcia me chama de 'tia' e depois diz que é maneira de falar, porque sabe que não somos parentes. Apresenta-se como irmã de Vanda, o que não era, como pensei inicialmente, uma forma de qualificar uma relação especial estabelecida na rua, mas apenas uma maneira de falar. Quando voltamos a nos encontrar, Márcia já não era 'irmã' de Vanda.[170] A falsa

---

[168] Diário de campo, Copacabana, sábado, 22/2/97.

[169] Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

[170] Diário de campo, Copacabana, sábados, 12 e 19/4/97.

familiaridade do termo *tia* pode ser evidenciada na sua utilização mesmo em momentos dos mais agressivos e violentos, como por exemplo, quando crianças assaltam motoristas: "aí, tia, passa todo o dinheiro, só quero o dinheiro".

Na rua não é preciso um sobrenome, pai ou mãe, como aponta Alvim. Os muito pequenos são adotados e passam a ter pais e mães de rua. São adotados novos nomes que operam uma demarcação entre o mundo da rua e o mundo da casa. Nomes de batismo na rua fazem parte de uma outra lógica, de um outro sistema de classificação, no qual as qualidades físicas, naturais, muitas vezes repugnantes, como Nojento, Gambazinho, são priorizadas (Alvim, 1995). Mesmo quando não contém referências pejorativas, o nome de rua é adotado preservando a identidade prévia e demarcando uma nova identidade. Cícero tinha isso bem claro: seu nome de rua era Wellington. Cícero estava procurando alguma coisa "pra melhorar", ao passo que Wellington era mais irresponsável ainda que também tivesse limites. "Eu tô aqui né? (conversando com você, sou um), aí, quando eu encontrar uma ruma de maloqueiro, aí já vai ser outra pessoa diferente".[171] É comum inventarem nomes e por vezes esquecerem com que nome tinham se apresentado nas entidades de ajuda. Alguns faziam questão de me mostrar os documentos para comprovar a veracidade dos seus nomes, mas outros não se reconheciam nos nomes que eles próprios tinham acabado de me dizer.

A característica básica dos agrupamentos que se constituem nas ruas é sua composição fluida e flutuante. A efemeridade e a instabilidade são elementos preponderantes tanto de sua constituição quanto de sua localização no espaço urbano. Magni, em Porto Alegre, observa que a inconstância dos agrupamentos está diretamente relacionada com a intensa mobilidade na vida destes sujeitos (Magni, 1997). Para Martins, a instabilidade dos agrupamentos está relacionada ao tipo de espaço urbano ocupado: enquanto sob viadutos a tendência é a presença de unidades familiares fixas, nas 'instalações' em calçadas a população é flutuante, agregando-se temporariamente. Para a autora as condições de extrema precariedade das 'instalações' em calçadas, a fragilidade de seu aspecto físico e material também traduz relações sociais frágeis e fluidas (Martins, A. L., 1993).

Entre os fatores que interferem na constituição e estabilidade do grupo encontram-se intrinsecamente associados o tecido relacional interno e o espaço urbano ocupado, sua territorialidade. Os grupos estabelecem um cotidiano em que são compartilhadas estratégias de sobrevivência fisiológica e rendimentos (o produto da esmola, alimentos, informações sobre locais propícios ao pedido, repouso, obtenção de documentos e assistência em geral), por sua vez, condicionadas ao tipo de espaço urbano ocupado. Como 'elemento-tampão', os agrupamentos também interferem na sobrevivência afetiva dos moradores de rua. O grupo possibilita

---

[171] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

> ao mendigo, apesar dos constantes conflitos, um relacionamento com um 'outro' relativamente estável, no qual os próprios componentes conflituais têm alto teor afetivo. Esse 'outro', embora recusado na sua semelhança, é ao mesmo tempo um ser próximo, que não censura a condição do indivíduo e com o qual ele pode estabelecer uma relação de troca (informações, experiências, opiniões, palavras vitais mínimas). (Stoffels, 1977)

É o que estou chamando de 'unidade de pertencimento', que, no caso dos moradores de rua, é socialmente pequena e exclusiva. Não importa quem esteja no grupo, conhecidos, amigos ou desconhecidos; é a igualdade de estatuto – são todos moradores de rua –, com suas trocas materiais, simbólicas e afetivas, que possibilita que qualquer grupo na rua possa vir a ser considerado como seu. Embora essa identificação não signifique uma aceitação incondicional do grupo em relação ao novo integrante que deverá adaptar-se, o que se quer ressaltar é que o indivíduo pode flutuar entre os grupos, participando concreta e diferencialmente em vários deles, sem perder a referência do grupo como uma unidade de pertencimento. E, ainda mais, tendo o efêmero, o volátil, como característica intrínseca dessa unidade de pertencimento.

Na análise do tecido relacional dos grupos de moradores de rua pode-se estabelecer uma diferenciação entre relações nas quais predominavam referências de identidade e solidariedade (afeto, carinho, cuidado, amizade) e aquelas em que preponderavam referências de hostilidade e violência (roubos, agressões, homicídios). Essas relações, lidas separadamente, concretizam-se simultaneamente, estabelecendo que a ambigüidade (a mentira, a dissimulação, a desconfiança) configure a base de qualquer tecido relacional, reforçando a efemeridade e a instabilidade que lhes são características.

O agrupamento, funcionando como viabilizador da sobrevivência afetiva e fisiológica em condições extremamente precárias, tem seu tecido relacional fortemente marcado pela ambigüidade: reconhecimento (identidade) e rejeição; solidariedade e conflitos; cooperação e disputa se apresentam em suas intensidades máximas. O outro morador de rua é seu melhor amigo, que lhe faz companhia, lhe dá informações e com quem divide os ganhos; mas é, também, seu pior inimigo, pois é quem lhe rouba os pertences quando está dormindo, pode agredi-lo por conflitos tolos e provocar seu isolamento.

Nas 'instalações' em calçadas o envolvimento afetivo apresenta um forte conteúdo pragmático, visando a colaborações nas atividades cotidianas. No entanto, o conflito latente é uma ameaça permanente às relações de cooperação. O uso freqüente de bebidas, a não-colaboração nas tarefas, ciúmes por parceiras e parceiros são motivos de muitas brigas e rompimentos. Num gesto extremo a pessoa considerada transgressora – os 'alcoólatras', 'vagabundos' e 'ladrões' – é expulsa pelos demais (Martins, A. L., 1993).

Esse forte coeficiente de ambigüidade que permeia o tecido relacional dos moradores de rua, seria conferido pela "agregação por semelhança", ou seja, o reconhecimento de uma mesma condição precária os levaria a agrupar-se por necessidade, mas não possibilitaria a criação de vínculos mais estáveis. Assim, é uma coesão limitada e efêmera, relacionada com necessidades básicas para a sobrevivência.

Entretanto, possuem conjuntos de regras e sanções para a repartição dos bens (pinga, cigarro, comida), para a admissão de estranhos e para a regulação das relações que podem ser aplicadas pelos mais estáveis ou por lideranças e chefias (Sebes, 1992). Os estudos indicam o estabelecimento de uma estrutura de autoridade e hierarquia, utilizando-se para tanto desde a força física até o carisma (dom da oratória), passando pelos contatos na sociedade e pelos recursos materiais de que os indivíduos podem lançar mão (Sebes, 1992; SDSAC/DF, 1995). Um exemplo disso é Dedilei, que sabia ler e 'levava a palavra de Jesus' para o grupo de moradores de rua a que pertencia, naquele momento composto por dezesseis pessoas. Isso o situava hierarquicamente num patamar de superioridade em relação aos demais.[172] Entre o grupo dos catadores da rua Sorocaba, em Botafogo, a liderança de Chicão era inconteste – pela idade e por ser veterano na rua e no ofício, era a principal referência moral e de comportamento do grupo.[173] Entre Márcia e Vanda também foi possível observar uma relação de dominação/subordinação: Márcia falava com Vanda gritando e de forma autoritária. Vanda obedecia às ordens de Márcia e calava-se. Márcia tinha um tom impositivo com Vanda, mas quando falava conosco de suas coisas, o tom era mais de lamúria e queixumes.[174]

O agrupamento envolve uma estrutura de autoridade e hierarquia que desenvolve, sobre uma base territorial, uma experiência de vida controlada por regras, sanções e proteções. Os valores e regras morais e de comportamento podem ser tão severos e rigorosos que o seu desacato pode ser punido inclusive com a morte (Lima, 1994). A severidade das sanções foi observada também nas normas de conduta estabelecidas em grupos de crianças e adolescentes (Silva & Milito, 1995). Severidade que deve considerar a banalização e naturalização da violência como mediadora das relações sociais e os limiares de sobrevivência a que estão submetidos. Além das normas e códigos de comportamento os agrupamentos caracterizam-se também pela linguagem, ora criando novas palavras, ora atribuindo novos significados, num vocabulário que lhes é próprio e que deve ser interpretada pelo pesquisador, o 'meninês' ou o 'ruês'.

---

[172] Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, quinta-feira, 16/11/95.

[173] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

[174] Diário de campo, Copacabana, sábado, 12/4/97.

No interior desse tecido relacional ambíguo e polifacético emergem as diversas manifestações. Foi comum presenciar cenas de afeto, carinho e zelo entre integrantes dos grupos. Relações amorosas de cuidados são geralmente observadas da parte das mulheres em relação aos homens. Com ou sem expectativa de retribuição, a mulher, dessa forma, encontra um referencial, um papel, um lugar propriamente seu que é o de cuidar do companheiro. Gestos de solidariedade no interior dos grupos são também observados na repartição da ajuda recebida entre os companheiros. Compartilhar comida, bebida e roupas podem ser analisados como gestos de solidariedade, ainda que tenham de ser levados em consideração tanto a grande oferta existente de doações de alimentos, quanto no caso das roupas, o fato desta ser considerada como descartável. Assim, há uma redistribuição da doação recebida entre eles, que passam adiante o que não gostam ou não lhes serve, desse modo diminuindo o volume e o peso do que estão carregando consigo.

A rede de informações existente entre os moradores de rua é extensa e ágil. Luiz Augusto, que estava dormindo em Botafogo, soube, através de companheiros de rua, da 'Catedral', para onde se mudou e onde sente-se melhor em termos de segurança e alimentação.[175] Miguel, depois que foi roubado, dirigiu-se para o Aterro do Flamengo, onde conheceu "uns caras bem legal" que lhe ensinaram os locais onde distribuíam comida. Foi também através de um 'conhecido de rua' que aprendeu a 'garimpar' o lixo.[176] Cícero também, quando 'caiu na rua', aprendeu com os outros 'maloqueiros' a conseguir dinheiro e sobre os locais de distribuição de comida: "eu fui conhecendo várias pessoas, tá entendendo? Aí eu fui descobrindo tudo".[177]

Na pesquisa realizada em Brasília, a amizade é caracterizada como um dos elos principais que envolve as relações na rua (SDSAC/DF, 1995). Deve-se considerar a contraface sempre presente de conflitos e hostilidade e também diferenciar amizade de companhia. Embora os moradores de rua apresentem seus conhecidos como amigos, pude constatar que o vínculo tendia a desaparecer em poucos dias. Nesse processo, as entidades de ajuda constituem intermediações de companhias, já que os contatos, encontros e amizades são feitos nesses locais. Em quase todas as ocasiões em que encontrei Luiz Augusto, ele estava acompanhado por outro morador de rua, mas teve vários companheiros de andança ao longo de um mês.

Cícero me declarou ser muito difícil fazer amizade na rua, porque não se pode confiar nas pessoas:

---

[175] Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 3/4/97.

[176] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 9/4/97.

[177] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

porque você nunca conhece ninguém na rua, a pessoa pode estar com você mas de repente pode lhe roubar, pode lhe matar, ainda mais a pessoa com dinheiro, com rádio, com qualquer coisa de valor, pode até lhe matar para roubar.[178]

Miguel também declarava ser muito difícil fazer amizade na rua: "olha, de duzentos tira quantos? Uns dez e olha lá, né?". Para caracterizar sua amizade com Cícero, a quem só chamava por seu nome de rua, Wellington, dizia que nele podia confiar, deixando a sua mochila para que tomasse conta: "eu posso ficar sossegado porque eu conheço ele, agora, vai deixar tua mochila com outro por aí que tu conheceu agora, deu meia-volta, tu não tem mais nada... é fogo, na rua é fogo, maluco."[179] Ambos conheciam-se há dois anos, mas andavam juntos há menos tempo. Uma semana depois do depoimento anterior, Miguel tinha rompido com Cícero, alegando que ele era "falso".[180]

Afirmei que a ambigüidade é a base do tecido relacional que agrupa e envolve os moradores de rua, reforçando as características de instabilidade e do efêmero da unidade de pertencimento. A ambigüidade é a característica do malandro que não se contrapõe à ordem que lhe é adversa e aprende a viver nos seus interstícios. A mentira, a simulação, a desconfiança permanentes são elementos de uma 'cultura da dissimulação', que lhe permite dar conta de um conteúdo pragmático de sobrevivência e de uma intensa carga emocional.

Silva e Milito a denominam "cultura da evasiva", que se constrói na interação com a "cultura da evitação". Chamam de (sub)cultura da evitação essa disposição genérica, não quantificada, ou mesmo quantificável, a mentalidade, o estilo de vida, o comportamento que se retrai e que quer evitar qualquer relacionamento com a diferença nas ruas do Rio de Janeiro, que quer evitar tudo que possa soar como ameaçador. É o terreno onde floresce o discurso da repressão violenta e a predisposição ao linchamento que circunda, além das elites, inúmeros segmentos de habitantes de favelas e subúrbios distantes, compostos de trabalhadores. Por outro lado, afirmam os autores, esses personagens marginalizados, subalternos, lúmpens, estão permanentemente a negacear, a se contradizer, a modular seu comportamento num sentido tático para auferir vantagens contingentes. É o que os pesquisadores chamam, por seu turno de "cultura da evasiva", uma interação sempre a permitir o desmentido, a produzir múltiplos significados. "Esse o nosso diálogo: entre o que evita e o que nunca é conclusivo, entre o paranóico e o fantasma. Ora, não há nada que alimenta mais uma paranóia do que um bom fantasma" (Silva & Milito, 1995).

---

[178] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[179] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[180] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

Mentir faz parte dos códigos, é aceito como mecanismo de proteção e o mentiroso sequer se importa em ser desmentido. A mentira se associa à verdade, a ambigüidade da companhia acompanha a amizade, a desconfiança é permanente: "na rua não se pode confiar em ninguém", é uma frase repetida. A insegurança é grande nas ruas. O sono não é reparador para os seus moradores. É necessário agregar-se, fazer vigília, procurar um lugar mais iluminado, para poder dormir. Encontrar um abrigo contra a chuva e o frio mas também seguro contra as violências institucionais (órgãos públicos de assistência social, polícia, fiscais municipais de habitação) e contra roubos e agressões entre os moradores de rua. Os relatos de roubos são extremamente freqüentes e acabam por configurar um cotidiano tão natural que um morador de rua conta ao outro que tinha intenção de roubá-lo. Diante disso os mais cautelosos deixavam seus documentos guardados nas instituições ou com conhecidos.

Nas ruas os conflitos entre moradores, pequenos ou grandes, são resolvidos através dos recursos disponíveis: ameaças verbais, agressões físicas ou mortes – com pedras, paralelepípedos, facas e fogo.[181] Nas ruas a violência se manifesta como mediadora das relações sociais e os instrumentos da violência são extremamente primitivos, a indicar um componente da barbárie. Cícero me diz que a violência na rua é

> *uma violência sem sentido, sabia?, eu acho que não tem sentido, por qualquer coisa eles matam outra pessoa, por cachaça, por qualquer besteira, um matou o outro somente por causa de um saco de latinha que o outro pegou... tem pessoas muito revoltadas, muito revoltadas.*[182]

Em 20 de abril de 1997 o assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, 44 anos, causou comoção nacional. Numa noite brasiliense, cinco adolescentes, alegando terem pensado que se tratava de um mendigo, atearam-lhe fogo enquanto dormia sob uma marquise de ônibus. O homicídio desencadeou um debate nacional sobre o assunto e ocupou as manchetes dos jornais por uma semana. Durante pouco menos de dois meses as mortes nas ruas foram acompanhadas pela imprensa. A partir de então voltaram a cair no mesmo esquecimento em que estavam antes da morte do índio pataxó. No entanto, um hospital de referência para tratamento de queimados em São Paulo registrava a morte de um mendigo por mês![183]

Violências físicas, homicídios e extermínios de moradores de rua (crianças, adolescentes e adultos) foram freqüentes ao longo do período da pesquisa, estabelecendo uma rotina social surda e crônica de se 'desfazer do incômodo',

---

[181] Durante o trabalho de campo presenciei a resolução de um conflito a facadas na praça Serzedelo Corrêa. Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97.

[182] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[183] *Jornal do Brasil*, 27/abr./97.

com momentos de ápice, como no massacre da Candelária, em julho de 1993. Apenas no assassinato do índio pataxó os agressores foram identificados como integrantes de classe média. Nos demais episódios ou a autoria era desconhecida ou era atribuída a outros moradores de rua, sobressaindo-se a acusação de meninos de rua. Os motivos variaram de disputa do 'ponto', tentativas de roubo, conflitos anteriores, "intenção de zoarem e para ganhar notoriedade"[184] e até motivo algum, maldade pura – "esse moleque é o cão".[185] Em algumas matérias as declarações indicaram possibilidades de acidentes com pessoas que estariam bêbadas ou drogadas adormecendo com um cigarro aceso ou perto do fogo em noites frias.

A partir de julho o assunto desapareceu dos jornais mas, evidentemente, não do cotidiano dos moradores de rua. Não importa quais sejam as armas do homicídio – a miséria, fome, frio, pedras, pedaços de pau, barras de ferro, fogo, facas ou tiros. A autoria é, em geral, desconhecida e os inquéritos policiais, quando são abertos, vão parar no fundo da gaveta. A violência final vem ainda após a morte: é enterrado como indigente, perdendo tudo, até o nome e a identidade. "O anonimato das mortes é uma forma de violência. É o que eu chamo de violência branca".[186]

No entanto, com toda essa ambigüidade e desconfiança permanente, é no grupo que o indivíduo consegue estabelecer, novamente, uma sociabilidade positiva e recuperar sua identidade. Entre iguais de condição, seus dons sobressaem, aparecem talentos, surge a admiração e o morador de rua pode voltar a ser não apenas humano, como um humano com qualidades. "Na rua ele vai encontrar grupos onde seus valores aparecem. E isso acaba sendo reconhecido pelo grupo. Começa a criar uma identidade, mas não uma identidade só de nome, mas uma identidade baseada nos talentos" (Muñoz, apud Simões Jr., 1992).

No processo de constituição de uma identidade positiva ocorre a necessária diferenciação, a distinção com os 'outros', que estariam em situação mais degradada, que são os que bebem ou se drogam, que são ladrões etc. Aparece no interior da população de rua um vocabulário altamente discriminatório que constrói uma tipologia negativa de sua própria unidade de pertencimento.

No conjunto da população de rua a diferenciação mais importante e reiteradamente assinalada – pelas instituições, entrevistados e pelos próprios moradores das ruas – é entre ser ou não ser mendigo. O não ser mendigo tem vários significados, mas a primeira demarcação é essa. Para a Secretária de Trabalho e Ação Social mendigos são "pessoas degradadas moral e economica-

[184] Declarações do delegado de Itaguaí, que considerou que "publicidade em demasia nesses casos atrapalha". *Jornal do Brasil*, 21/jun./97.

[185] Segundo testemunha do assassinato de Carioquinha. *Jornal do Brasil*, 21/jun./97.

[186] Entrevista com Cristina Sá, *Jornal do Brasil*, 23/abr./95.

mente que precisam ser recolhidas, pois não têm como se manter, diferentemente dos trabalhadores de rua".[187] Segundo a SMDS/RJ "o verdadeiro mendigo é aquele que está doente e não tem como sobreviver, vai sem problema para a Fazenda Modelo".[188] A Fundação Leão XIII aparece com critérios de definição por exclusão:

> quem estiver dormindo na rua e não for boêmio, peão de obra, desempregado, camelô, catador de papel, artesão, carregador, lavador ou guardador de carro, é identificado como 'mendigo profissional' e pode ser recolhido a um dos abrigos da fundação.[189]

O termo *mendigo* foi abolido do vocabulário das pessoas e entidades que prestam assistência aos que vivem nas ruas. As qualificações dos 'impertinentes ocupantes dos espaços públicos' dos anos 80 foram construídas em contraposição aos atributos imputados aos (verdadeiros, tradicionais) mendigos. Mas evitar essa nomeação não pode obscurecer que a prática de sobrevivência – a "nova face da mendicância (sobrevivência mediante a ajuda publicizada)" – é composta da realização de pequenos trabalhos entremeadas com o pedido (Neves, 1995a).

O termo politicamente correto em uso é *morador de rua*, e entidades ligadas à Igreja preferem *sofredor de rua*.[190] Ainda no vocabulário da exclusão há uma distinção entre *morador de rua* e *sem-teto*, já que este último termo, tradução literal do *homeless*, aplicar-se-ia a situações mais abrangentes e melhor posicionadas na escala da degradação da vida humana, como desabrigados de enchentes ou outras calamidades públicas.

Os próprios moradores de rua procuram distinguir-se 'deles', dos mendigos. "O que me dá mais medo é ficar como eles".[191] Mendigo seria aquele que sobrevive pedindo esmola, o que não toma banho, não escova os dentes; é o ponto final da degradação humana. Os moradores de rua se chamam de 'maloqueiros': " a gente não é mendigo. Somos trabalhadores, só não temos teto para morar".[192] Mas essa diferenciação – tão importante para as instituições, observadores e vivenciadores da situação de rua – não é necessariamente visível, o que estabelece uma homogeneidade entre os habitantes das ruas.

---

[187] Solange Amaral; *Jornal do Brasil*, 2/dez./90.

[188] Laura Carneiro; *O Dia*, 29/mai./93..

[189] Major PM Heleno Barbosa; *Jornal do Brasil*, 27/mai./92.

[190] *Folha de S. Paulo*, 4/jun./92.

[191] *Estado de S. Paulo*, 29-30/mar./92, série de reportagens, Marco Emilio Gomes.

[192] Homem de 29 anos, mora há seis meses com a mulher num barraco de tábua embaixo do viaduto São Sebastião no Santo Cristo. *Jornal do Brasil*, 2/dez./90.

Chicão fala de si e do grupo de catadores ora como "maloqueiros", ora como "mindingos", ora como "esmoléu" ora como "andarilho".[193] Mas alguns devem ser mais "mindingos", pois Chicão diz que Manuel é "mindingo", pois nem a barba quer tirar, não toma banho e anda muito sujo, enquanto Chicão e André andam limpos e arrumados. Em outro dia Chicão diz que eles, catadores, não são 'esmoleiros', eles trabalham. Esmoleiros são as mulheres e as crianças que ficam pedindo nos sinais da rua São João Batista.

Nos depoimentos fica manifesto o movimento de distinguir-se e afastar-se da imagem que a sociedade tem do homem da rua: sujo, fedido, bêbado e mendigo. Não negam que esse tipo de pessoa existe – e muito – nas ruas, mas não é ele, é o outro que anda em grupo, se mistura, bebe, tem vícios, o outro a reunir todos os 'males'. Nas falas aparecem diferenciações que são feitas tendo por base oposições negativas e preconceituosas: o 'negão', que mete medo à meia-noite; o 'maluco', que 'não está bom das idéias', que só de olhar dá pra ver que ele é 'doido'; os homossexuais ('boiolas'), os 'mendigos pés-de-cachorro', que estão muito degradados física e mentalmente e vivem só de pedir; 'esse pessoal' (que está na mesma praça tomando igualmente a sopa) 'que se mistura e tem vícios – bebe, fuma'. André, catador da rua Sorocaba, faz a distinção entre os moradores de rua que trabalham e os que brigam e matam, os "ladrões que não querem trabalhar, vêem alguma coisa que o outro tem e querem pegar, mas isso é no Rio todo".[194]

Nos depoimentos surgiram diferenciações relativas àqueles considerados como necessitados pelos moradores de rua, os que estariam numa situação de vida pior que a sua e mereciam ser ajudados. Dalton, catador, quando quer dar exemplos sobre necessitados menciona "a velhinha que na favela vive das migalhas dos outros".[195] Chicão diz que os necessitados são os prisioneiros em delegacias e presídios. E Miguel faz referência aos meninos de rua.[196] Nenhum deles faz referência a si próprios, adultos de rua, como necessitados.

Luiz Augusto me disse que nas ruas existiam dois grupos – o dos "sem chance" que "pelo comportamento, pelo estado, a família nem quer saber", e o outro grupo, que seria o dele, o dos "com chance".[197]

Miguel tinha uma visão extremamente depreciativa sobre os seus 'companheiros de vida': não querem trabalhar e por isso se encontram no estado que estão. Além disso, são extremamente passivos e vivem de 'achacar' (uma forma de pedir ou até extorquir dinheiro). "Esse tipo de pessoa toma o café, pronto, é

---

[193] Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 4/3/97.

[194] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

[195] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 5/3/97.

[196] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 9/4/97.

[197] Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 3/4/97.

que nem um bicho, encheu a barriga, tá ótimo, são uns acomodados da vida".[198] Miguel diz que o que mais há na rua é "ladrão, viciado, michê".[199] Segundo ele, dentre os que vivem na rua há gente que inventa doença, os cafetões, os que "botam a mulher e as crianças pra pedir e são os que mais ganham; tem muita gente que mora no morro e desce pra rua pra arrumar dinheiro, depois vai embora, tem gente que rouba".[200] Cícero elabora uma tipologia topográfica da população de rua:

> *as pessoas que mora no centro da cidade são mais marginalizados (roubam, cometem crimes), os que moram aqui em Botafogo são mais acomodados (porque em Botafogo há muita distribuição de comida). Já a gente que estiver assim pra Ipanema, Zona Sul, é outro tipo, cata papelão, cata jornal, cata latinha, vende coisas usadas na rua, porque lá já é lugar que não dá comida, tá entendendo?*[201]

Miguel e Cícero fazem uma estatística: das pessoas que vivem nas ruas, 80% são homens, dos quais 60% são homossexuais. Miguel diz que não são exclusivamente homossexuais, são bissexuais. Eles apontam a carência afetiva que sentem na rua e uma convivência quase que exclusivamente masculina como motivos para a opção sexual na rua e, também, o dinheiro, já que se "pára um carro para fazer um programa, oferece dinheiro, ninguém vai recusar, né?".[202]

Isolamento e solidão

O isolamento e a solidão não emergem como uma contraposição aos agrupamentos. Estão presentes mesmo no interior dos grupos, na medida em que o vínculo estabelecido não promove uma inserção social e sim, apenas, um elo pragmático com uma unidade de pertencimento efêmera e fugaz. Além disso o isolamento físico, o 'bloco do eu sozinho', prevalece entre os moradores de rua como recurso para amenizar conflitos e como estratégia para diminuir a visibilidade e, portanto, a repressão.

O distanciamento da unidade familiar e o rompimento de laços e referenciais que o vinculavam à sua comunidade conduzem a uma experiência de isolamento que não pode ser negligenciada na discussão da identidade do morador de rua. Observado com particular freqüência no caso de deficientes físicos e/ou mentais, o isolamento é uma característica geral da

[198] Diário de campo, Copacabana, quarta-feira, 9/4/97.
[199] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 2/4/97.
[200] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.
[201] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.
[202] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 16/4/97.

população que habita nas rua, conferindo-lhes o significado existencial de não ter um lugar no mundo.

Arendt distingue isolamento de solidão.[203] No isolamento a característica é a impotência, a incapacidade de agir. É uma categoria da esfera política: não posso agir porque não há ninguém para agir comigo. A força, no entender da autora, surge quando os homens trabalham em conjunto: os homens isolados são impotentes por definição.[204] O isolamento e a impotência surgem, por exemplo, nas tiranias em que ocorre a destruição da esfera pública e a esfera privada permanece intacta. Nesse caso, há isolamento sem que sejam interrompidos todos os contatos entre os homens.

O isolamento torna-se insuportável quando o homem isolado não é 'de interesse de ninguém'. É aí que o isolamento se torna solidão. A solidão ocorre na esfera dos contatos sociais, refere-se à vida humana como um todo: uma pessoa pode sentir-se completamente abandonada por toda companhia humana (nesse caso estará solitária, e não apenas isolada). A solidão, inclusive, manifesta-se mais nitidamente quando se está na companhia de outras pessoas. É a experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter (Arendt, 1989).

A condição de isolamento pode significar tanto não ter qualquer lugar que possa ser chamado de seu quanto ter um lugar que é apenas só seu. Não ter um lugar no mundo caracteriza a solidão da condição de exclusão social. A constituição de grupos não interrompe uma trajetória de isolamento e solidão, a menos que se consiga uma organização, uma vinculação a uma unidade de pertencimento e o estabelecimento de referências identitárias Mesmo que estas referências sejam as identidades efêmeras e transversais (policulturais) que integram os indivíduos nas "tribos", mosaicos e constelações da pós-modernidade. A justaposição de indivíduos isolados, a constituição de agrupamentos, não constitui um anteparo ao processo de exclusão social, na medida em que a sobrevivência de cada um não chega a constituir-se em interesse do outro.

Essa experiência de isolamento e solidão é apontada por alguns autores como explicação para o alcoolismo, tão generalizado na população de rua a ponto de constituir-se em elemento intrínseco de seu perfil. O álcool constitui-

---

[203] Isolamento e solidão integram o mesmo processo de constituição de um "solo pré-totalitário" no interior da sociedade de massa. O termo *massa* só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente, devido ao seu número ou à sua indiferença, ou à mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato dos trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto (Arendt, 1989).

[204] Arendt faz a distinção entre poder e força. Poder é a capacidade humana de agir em comum acordo enquanto força é a energia liberada por movimentos físicos ou sociais (Arendt, Hannah. Da violência. In: *Crises da república*. São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 91-169).

ria o mediador privilegiado na relação com o mundo da rua; a inseparável garrafa de pinga possibilitaria ao morador de rua enfrentar sua dupla solidão: em relação ao seu passado e em relação ao seu grupo social. Pareceria ter a capacidade de tornar integrado dentro de si o que se apresenta tão fragmentado (Sebes, 1992). A bebida é indispensável para todas as horas – mais que a comida; é o aliado que o homem da rua possui para enfrentar a violência, o frio, o cansaço pelas poucas horas dormidas, a debilidade advinda com a doença e, principalmente, a solidão (Simões Jr., 1992).

A análise da prevalência de alcoolismo na população de rua deve levar em consideração elementos anteriores e posteriores a sua moradia na rua. O alcoolismo constitui motivo de conflitos e rejeição no grupo familiar, de dificuldades na obtenção e manutenção de empregos, e um forte obstáculo para a economia de dinheiro.[205] Na rua é um instrumento de sociabilidade, elemento de criação pontual de grupos, objeto de solidariedade mas também de disputa e conflitos. É, em qualquer circunstância, um grande anestésico frente a situações adversas e problemáticas. Na rua é uma forma de enfrentar o medo, o frio, a vergonha e o desespero. É uma forma deliberada de não pensar e de diminuir a intensidade do sentir.

O álcool possibilita desligar-se do mundo real e mergulhar em outro plano da realidade, tornando suportável o cotidiano. Atenua (provisoriamente) as condições de vida, mas é responsável pelo alheamento (Sebes, 1992). Considerando-se que a desvinculação no eixo sociofamiliar é um processo de fragilização que pode converter-se em isolamento e vazio social, o álcool é uma forma possível de preencher esse vazio ou, melhor, uma maneira de sequer senti-lo.

O isolamento social não é rompido pela atuação das instituições assistenciais. As entidades estabelecem mediações e criam dependências, porém o vínculo, quando estabelecido, assenta-se na tutela do necessitado, na homogeneização da carência, na desindividualização ou despersonalização do assistido. Essas instituições não estimulam o desenvolvimento de identidades autônomas, não criam unidades de pertencimento que se contraponham ao isolamento social previamente instaurado na existência individual e podem, por vezes, acentuá-lo.

O isolamento, qualquer que seja a idade ou motivo, representa sempre um empobrecimento dos suportes relacionais. É a experiência de uma 'liberdade negativa' constituída pela ausência de toda participação numa sociabilidade reconhecida (Castel, 1995). Mas, como ocorre com qualquer desviante, o mora-

[205] Não se pode negligenciar a grande incidência de alcoolismo entre trabalhadores pobres abrigados. Por ser o álcool uma droga socialmente aceita e extremamente barata (a garrafa de cachaça custa cerca de um real) o alcoolismo é uma das mais freqüentes enfermidades compulsivas. Entre os operários da construção civil, como observa Sousa, o 'trago' está institucionalizado como um 'combustível', como estimulante, para 'animar o serviço'. A pinga faz parte da cultura da obra, o problema é a transformação do hábito cotidiano em vício (Sousa, 1994).

dor de rua é caracterizado por sua 'etiqueta' e o estereótipo prevalece na análise de suas ações. A fantasia estereotipada de sua pessoa acaba por excluí-la do convívio social (como na situação do criminoso); caso esse processo seja bem concluído, cria-se uma organização e uma cultura que dão suporte e, por sua vez barram as saídas dessa nova identidade (Zaluar, 1994c).

No Brasil o isolamento adquire um significado especial, mesmo quando não se trata de moradores de rua. Numa sociabilidade fortemente marcada pelo domínio da casa, em que prevalecem as relações pessoais, os laços de amizade, lealdade e compadrio, o isolamento e a individualização somente devem ocorrer quando não existe nenhuma possibilidade de definir alguém socialmente por meio de sua relação com alguma coisa, seja pessoa, instituição ou até mesmo localidade, objeto ou profissão. "Entre nós a família é o recurso essencial para definir a própria pessoa, o próprio ser humano" (Da Matta, 1990, 1991).

Assim, no caso dos moradores de rua, os processos de vulnerabilização dos vínculos familiares, o afastamento dos contatos, o isolamento social e a solidão acabam por expulsar o indivíduo da própria idéia da humanidade. Nesse caso "vivem e morrem sem deixar vestígio algum" e "passam a pertencer à raça humana da mesma forma como animais pertencem a uma dada espécie de animais" (Arendt, 1989).

4

TRABALHO E RENDIMENTOS: supérfluos e desnecessários, os inúteis ao mundo

O fenômeno da exclusão social tem sido reiteradamente caracterizado através da existência de indivíduos desnecessários e supérfluos ao sistema produtivo. Dessa forma, exclusão social designaria o desemprego estrutural associado a modalidades conjunturais de desvinculação; desemprego temporário que se transforma em permanente; e, ainda, dificuldades crescentes de inserção dos jovens no mercado de trabalho. As transformações contemporâneas tanto na esfera produtiva quanto nos mecanismos de acumulação capitalista seriam assim os determinantes – em última instância – do fenômeno da exclusão social e permitiriam, inclusive, diferenciar entre os moradores de rua um perfil contemporâneo (desempregados) e um perfil tradicional (mendigos, alcoólatras e doentes mentais).

O distanciamento das relações familiares primárias e a não constituição de uma família nuclear seriam nesse caso promovidos pela busca e não-obtenção (ou obtenção precária e instável) de ocupação remunerada viabilizadora de uma existência independente e autônoma. As análises concentram-se nas dificuldades encontradas para estabelecer e manter vínculos ocupacionais, assim como no crescimento de modalidades de inserção precárias, vulneráveis e permanentemente ameaçadas de ruptura. No âmbito do trabalho o limite da exclusão estaria representado tanto pelo desempregado crônico quanto pelo jovem que não conseguiu sequer um vínculo precário.

A caracterização de uma 'nova pobreza' originada da desvinculação ocupacional de camadas sociais anteriormente inseridas e estáveis emergiu num contexto de quase pleno emprego vigente nos países capitalistas centrais até meados dos anos 70.[206] A partir de então, as transformações no processo de produção e acumulação capitalista, que originaram taxas crescentes de desemprego, motivaram muitos autores a decretar senão o fim, pelo menos uma crise

[206] "Sem mistificar o ponto de equilíbrio que atingiu a sociedade salarial, há cerca de vinte anos começaram a ser constatadas as transformações do papel de 'grande integrador' desempenhado pelo trabalho. A verdadeira 'decolagem' do desemprego data de 1976, ano em que o número de desempregados na França atingiu a casa do milhão" (Castel, 1995).

estrutural da sociedade do trabalho, isto é, da sociedade cujo princípio de organização social está constituído pelos vínculos com a esfera ocupacional.

Tal caracterização adquire nuances quando se analisa a incidência de fenômenos mundiais em contextos como o brasileiro, no qual a absorção de força de trabalho e o assalariamento foram bastante diversos. A crise da sociedade de trabalho instaura-se num cenário no qual o mercado informal desempenha um importante papel como mecanismo de inserção e a classe trabalhadora foi mantida à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico.

O impacto negativo do choque externo do final dos anos 70, o segundo 'choque do petróleo', manifestou-se no Brasil sob os condicionantes do processo de liberalização política e redemocratização do regime, rompendo tanto com um padrão de financiamento do crescimento quanto com a coalizão sócio-econômica e política que sustentara toda a estratégia de industrialização do país desde os anos 30. A estagnação econômica, a inflação crônica e a ingovernabilidade foram manifestações da crise estrutural do modelo de crescimento do Estado desenvolvimentista associada à falta de condução do bloco hegemônico no processo de transição política. Numa década marcada por "permanentes descontinuidades conjunturais e perversas sinergias", a cidadania expandiu-se junto com o aumento da "dívida social" (Fiori & Kornis, 1994).

Até os anos 80, segundo esses autores, o dinamismo econômico-social do país tivera as seguintes características: crescimento econômico, expansão do emprego urbano, aumento da proteção social, elevação dos salários reais médios e, sobretudo, uma intensa mobilidade social, coexistindo com uma acentuada desigualdade distributiva e um processo inflacionário que corroía o poder aquisitivo dos salários.

A crise econômica – sem precedentes tanto em intensidade quanto em duração – apresentou-se nas taxas de crescimento negativo do PIB.[207] A taxa média de crescimento do PIB, entre 1988 e 1992, foi de 1,26% a.a., enquanto na década de 70 tinha sido de 8,7% a.a.. A queda do PIB, associada à aceleração inflacionária, promoveu a redução significativa da renda *per capita*, assim como dos rendimentos dos salários. Em 1981 o salário médio real correspondia a 64,1 da base 100 de 1952; entre 1987 e 1988 atingiu um nível mínimo (37,2) e, em 1992 representava 42,7 (Fiori & Kornis, 1994).

A redução do nível de emprego ao longo dos anos 80, que se estendeu aos anos 90, com reversão do processo de formalização do mercado de trabalho,

---

[207] Em 1981 (-4,5%), 1983 (-3,5%), 1988 (-0,1%), 1990 (-4,4%) e 1992 (-1,4%). Os dados são do IBGE apresentados em Fiori & Kornis (1994) e Tavares & Monteiro (1994).

pode ser verificada nos dados relativos ao emprego industrial: considerando 1981 como base 100 ocorreu uma inflexão acentuada entre 1983 e 1985, seguida de pequeno crescimento, com o qual não se conseguiu recuperar o patamar do início da década; os anos 90 apresentaram uma tendência decrescente e, em 1992 o nível de emprego correspondia a 85% do verificado em 1981 (Fiori & Kornis, 1994).

Em linhas gerais, a evolução do mercado de trabalho entre 1981 e 1992 nas regiões metropolitanas foi bastante similar: independentemente dos diversos níveis regionais de desenvolvimento, os mercados de trabalho responderam aos ciclos econômicos de curto prazo (Sabóia, 1994). A tabela a seguir esquematiza a análise do autor, que subdivide o período em triênios econômicos:

Tabela 9 - Configuração do mercado de trabalho segundo triênios econômicos. Brasil, 1981-1992

Triênio	Característica	Com carteira	Sem carteira	Por conta própria
1981 – 1983	Recessão	Redução	Aumento	Aumento
1984 – 1986	Recuperação vigorosa	Aumento	Redução	Redução
1987 – 1989	Pequeno crescimento	Modificações pouco acentuadas		
1990 – 1992	franco declínio	redução	aumento	aumento

Fonte: Sabóia, 1994

Nos anos recessivos ocorreu diminuição da força de trabalho assalariada com carteira de trabalho e aumento tanto do assalariamento sem carteira de trabalho quanto da ocupação por conta própria. Nos períodos de crescimento o movimento foi inverso, aumentando a participação dos assalariados com carteira de trabalho (Sabóia, 1994). Entretanto, a recuperação do nível de emprego tende a ser mais lenta, pois ocorre após movimentos de reestruturação produtiva e *downsizing* das empresas em resposta aos ciclos recessivos.

O padrão metropolitano do mercado de trabalho no período em análise esteve assim configurado: 50% da força de trabalho assalariada com carteira assinada, 25% de trabalhadores por conta própria e 20% de assalariados sem carteira assinada, forma típica de entrada dos jovens no mercado de trabalho (Sabóia, 1994). Essa modalidade de ingresso através do assalariamento informal caracteriza como ponto de partida um vínculo laboral extremamente vulnerável.

As principais tendências observadas no mercado de trabalho metropolitano entre 1981 e 1992 foram, por um lado, relacionadas com os ciclos econômicos, o desassalariamento e a precarização das relações de trabalho e, por outro lado, sem relação direta com os ciclos conjunturais, a tendência à terceirização, entendida como transferência do emprego das grandes empresas para as pequenas ou para o trabalho autônomo (Sabóia, 1994). O mercado de trabalho metropolitano entre 1981 e 1990 caracterizou-se por taxas de desemprego aberto relativamente baixas, indicando absorção da força de trabalho, em conjunto com a deterioração da qualidade do vínculo laboral com crescente informalização e salários declinantes (Rocha, 1995).

O assalariamento sem carteira de trabalho configura vulnerabilidades tanto em termos de ausência de proteção social quanto dos referenciais de rendimentos. Ainda que ao longo dos anos 80 tenha ocorrido uma diminuição das diferenças entre as três categorias de ocupação, com melhoria dos rendimentos dos grupos sem carteira e por conta própria em relação aos empregados com carteira assinada, os rendimentos dos trabalhadores sem carteira assinada foram, entre 1982 e 1992, em média 41% (na Região Metropolitana do Rio de Janeiro) e 48% (na Região Metropolitana de São Paulo) dos rendimentos dos trabalhadores com carteira assinada (Sabóia, 1994).

A baixa taxa de participação nos mercados é característica dos pobres devido à inadequação da capacitação geralmente associada à segregação residencial e às restrições culturais e de organização do grupo familiar. O não-agravamento da pobreza em termos de renda foi possível através do crescimento da taxa de participação e da queda da taxa de fecundidade. Entretanto, mais pessoas trabalharam em condições crescente de informalidade, baixa produtividade e rendimentos declinantes (Rocha, 1995). A entrada de trabalhadores secundários encontrou dificuldades tanto pela forma mais adversa de inserção dos pobres no mercado de trabalho (comparando pobres e não-pobres) quanto por uma deterioração geral das condições no mercado que afetaram os dois segmentos (Rocha, 1995). Assim, verificou-se a associação perversa de uma tendência tecnologicamente irreversível de eliminação de postos de trabalho que absorvem mão-de-obra não-qualificada com dificuldades crescentes das famílias trabalhadoras pobres em obter (e proporcionar aos mais jovens) a qualificação necessária para a absorção no mercado de trabalho.

Entre 1981 e 1990, no segmento dos pobres metropolitanos ocorreu um discreto aumento da taxa de atividade (de 42 para 45%), um crescimento da ocupação no setor terciário tradicional[208] (de 42 para 53%) e também

[208] Ocupação no terciário tradicional: porcentagem de ocupados no comércio sobre o total de ocupados.

do emprego informal (de 25 para 36%) e uma diminuição discreta da taxa de desemprego aberto, que passou de 16% para 13%. Durante o período a taxa de trabalho precoce[209] dos pobres metropolitanos se manteve em 8% (Rocha, 1995).

Relacionando modalidades de inserção ocupacional e a probabilidade de pobreza, Sônia Rocha identifica um ciclo vicioso deflagrado pelo baixo nível educacional que limita o acesso a postos de trabalho de baixa qualificação, baixa produtividade e baixa remuneração. Ressaltando que mesmo o trabalhador formalmente inserido pode estar condenado à pobreza em função do baixo valor do salário mínimo, a pesquisadora constatou que a característica do chefe de família mais fortemente associada à pobreza foi o nível educacional, seguida pelo emprego sem carteira assinada e pelo desemprego do chefe. No estudo realizado sobre o perfil dos domicílios urbanos no Brasil em 1989, no subgrupo dos domicílios pobres indigentes, dois terços dos chefes de família eram analfabetos ou tinham até três anos de escolaridade; havia maior proporção de inativos ou desempregados; entre os ocupados o trabalho era instável (alta proporção de chefes que procurou trabalho no último ano) e sem proteção social – 53% dos chefes pobres indigentes não tinham carteira assinada e mais de 80% dos que trabalhavam por conta própria não contribuíam para a previdência social. A grande maioria das ocupações dos membros dos domicílios pobres era de baixa remuneração, sendo que nesses domicílios a renda provinha basicamente dos rendimentos do trabalho (Lopes, 1992).

A instabilidade econômica e as conjunturas recessivas na década de 80 e início dos anos 90 tiveram efeitos devastadores na economia regional do Rio de Janeiro, caracterizada pela predominância do setor terciário. Entre 1980 e 1989 o PIB do Estado do Rio de Janeiro permaneceu estacionário, tendo como conseqüência uma redução de 15% na renda *per capita* (Valladares & Batista, 1993). E, ao contrário das demais regiões metropolitanas, onde a proporção de pobres permaneceu estável durante a década de 80, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ocorreu um agravamento inequívoco da pobreza (Rocha, 1995).

A taxa de atividade da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1981 e 1992 foi, em média, de 73,1%, apresentando 53,8% de assalariados com carteira assinada, 19,3% sem carteira assinada e 22,7% de trabalhadores por conta própria. Em 1992, a taxa de desemprego aberto era de 3,9% (Rocha, 1995). Esta configuração apresenta discretas diferenças em relação ao padrão observado no conjunto das regiões metropolitanas, porém outras infor-

[209] Trabalho precoce: porcentagem de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando em relação ao total de crianças nessa faixa etária.

mações caracterizam vulnerabilidades específicas do contexto fluminense de absorção da força de trabalho.

Considerando os dados relativos às pessoas ocupadas segundo ramos de atividade, entre 1981 e 1990, apenas três ramos apresentaram crescimento relativo positivo: comércio, atividades sociais e prestação de serviços. Setores-chaves da economia regional tiveram crescimento negativo: construção civil (-29,9%), administração pública, transportes e comunicação, e indústrias de transformação. A tradição terciária do Rio de Janeiro foi reforçada durante a década de 80 em áreas típicas do setor informal, como feira e comércio ambulante (crescimento de 28%) ao passo que a terceirização em atividades mais modernas teve um crescimento limitado (4%) (Valladares & Batista, 1993).

Os rendimentos dos ocupados com carteira assinada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1982 e 1992 corresponderam a 80% dos rendimentos percebidos pelos trabalhadores na mesma posição na Região Metropolitana de São Paulo (Sabóia, 1994). A remuneração média na RMRJ em 1987 era de 4,3 salários mínimos (cerca de U$ 150); 64,2% dos ocupados pertenciam ao grupo de baixa renda, isto é, trabalhadores cuja renda familiar média *per capita* era igual ou inferior a 3 salários mínimos (SM) e 24,1% das pessoas ocupadas constituíam o contingente de trabalhadores de rendas miseráveis – até 1 salário mínimo (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990).

Analisando a distribuição da remuneração por categorias de ocupação, os autores dessa pesquisa caracterizaram quatro grandes grupos em ordem decrescente de pobreza e definiram como "ocupações pauperizadas" ou típicas de baixa renda aquelas nas quais 75% dos trabalhadores tinham uma remuneração inferior ou igual a 3 SM. Em 1987, na RMRJ, as ocupações pauperizadas abrangiam aproximadamente 2,1 milhões de pessoas, representando 45,9% das pessoas ocupadas. Ainda, identificaram grupos de ocupações nas quais a proporção de rendas miseráveis (até 1 SM) apresentou-se elevada: 2/3 destes trabalhavam no setor tradicional de serviços do tipo pessoal, doméstico, e os demais encontravam-se majoritariamente no comércio (16%) e no setor da construção civil (12%).

A distribuição da população ocupada segundo as posições[210] indicou que na RMRJ, em 1987, o valor da informalidade era bastante inferior ao conjunto

---

[210] Posições na ocupação – assalariados com carteira de trabalho (regulares, oficializados); assalariados sem carteira de trabalho (irregulares, não oficializados ou não declarados); trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social (autônomos protegidos ou oficializados); trabalhadores por conta própria que não contribuem (autônomos não protegidos ou não oficializados). Trabalho informal ou informalidade foi considerado como o conjunto dos assalariados sem carteira de trabalho e dos trabalhadores por conta própria não contribuintes.

de trabalhadores em ocupações pauperizadas, mostrando que são conjuntos distintos de vulnerabilidades, embora com uma relação negativa: na informalidade foram encontradas as situações mais desfavoráveis de renda (até 1 SM) tanto dos assalariados sem carteira de trabalho quanto dos autônomos não contribuintes (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990).

O DESEMPREGO COMO MOTIVO PARA A MORADIA NAS RUAS

Não é possível obter uma taxa de desemprego junto à população de rua nem tampouco estabelecer uma correlação direta e mecânica entre desemprego, ou extrema vulnerabilidade do vínculo laboral, e a moradia nas ruas. No entanto, os depoimentos dos próprios moradores de rua e algumas pesquisas indicam que o desemprego é um dos principais motivos que conduzem as pessoas a viverem nas ruas. Relacionar processos de vulnerabilidade e desvinculação na dimensão do trabalho e rendimentos com a condição de morador de rua é buscar estabelecer até que ponto são originários da esfera ocupacional os estímulos que podem levar o indivíduo a atingir o 'ponto zero', definido como esgotamento dos recursos sócio-econômicos suscetíveis de manter sua sobrevivência (Stoffels, 1977).

Quando se pergunta aos moradores de rua: 'você trabalha?', a resposta é geralmente positiva, pois a taxa de ocupação da população de rua é elevada. Entretanto, a resposta negativa ou a afirmação de ser um desempregado refere-se ao ofício que já exerceu e sobre o qual construiu sua identidade ocupacional, mesmo que no momento exerça outras atividades, como de catador ou guardador de carros, que então não são consideradas como trabalho.

Nos fragmentos das trajetórias de vida que são fornecidos através dos jornais as situações mais freqüentemente citadas que relacionam o processo de desvinculação laboral com a moradia nas ruas foram: desemprego e procura de emprego; migrações à procura de trabalho e ex-morador de habitação precária, em favela, sem condições de pagar o aluguel ou por desemprego ou por baixo salário ou pelo aumento do número de familiares (filhos, parentes) ou por separação.

A pesquisa realizada em Porto Alegre durante o segundo semestre de 1994 com 222 moradores de rua possibilitou construir a tabela a seguir, com a distribuição percentual das informações sobre o período de tempo transcorrido desde o último vínculo de trabalho e o tempo de moradia nas ruas.

Tabela 10 - Distribuição percentual dos moradores de rua segundo o tempo do último trabalho e segundo o tempo de moradia nas ruas. Porto Alegre, 1994

Período de tempo	Último trabalho (%)	Moradia nas ruas (%)
Nunca trabalhou/sempre morou	3,2	2,2
Recentíssimo – > 1 semana < 1 mês	5,0	6,3
Recente – > 1 mês < 6 meses	10,8	14,0
Intermediário – > 6 meses < 1 ano	7,2	7,2
Prolongado – > 1 ano < 5 anos	22,1	24,3
Crônico – > 5 anos	14,6	37,8
Sem informação	33,7	21,2
Com vínculo ocupacional no momento	3,6	-

Fonte: PUC/RS, 1995

É possível observar a concentração em dois pólos (recente e prolongado) com uma distribuição tendente à cronicidade tanto da situação de desvinculação do trabalho quanto da moradia nas ruas. Há uma distribuição similar no subgrupo dos recentes, isto é, proporções próximas dos que chegaram na rua há pouco tempo e daqueles cujo último trabalho (formal ou informal) foi recente. Já no subgrupo dos crônicos não ocorre o mesmo: cerca da metade destes refere um vínculo laboral mais recente do que o período de tempo em que vive nas ruas.

Em São Paulo, no segundo semestre de 1991, o levantamento realizado entre 532 freqüentadores dos serviços de assistência social (casas de convivência e albergues) revelou que 80% já tiveram trabalho regular, sendo que 23% com registro em carteira nos últimos dois anos (Vieira, 1995). O grupo pesquisado apresentou a seguinte distribuição segundo o período de tempo transcorrido desde o último trabalho com carteira assinada:

Tabela 11 - Distribuição percentual dos moradores de rua segundo o tempo do último trabalho e segundo o tipo de serviço assistencial. São Paulo, 1991

Período de tempo[211]	Casas de convivência (%)	Albergues (%)
Nunca trabalhou	13,1	11,6
Recentíssimo + Recente – > 1 semana < 6 meses	15,4	34,0
Intermediário – > 6 meses < 1 ano	12,0	12,6
Prolongado – > 1 ano < 5 anos	27,5	14,6
Crônico – > 5 anos	30,3	26,2
Sem informação	1,7	1,0

Fonte: Sebes/SP, 1992

Afora a reduzida proporção daqueles que não informaram, as diferenças entre as clientelas das duas modalidades de serviço social são mais acentuadas no subgrupo dos que estão desempregados há pouco tempo. A maior parte das duas clientelas é composta por indivíduos que estão há um tempo prolongado ou cronicamente desvinculados do trabalho formal. Nos serviços de plantão, 78% declararam estar sem emprego no momento da pesquisa, tendo trabalhado anteriormente nos setores de construção civil, serviços, transporte, comércio e indústria (Sebes, 1992). Em setembro de 1995, pesquisa do Datafolha com moradores de rua na cidade de São Paulo indicou: "38% atribuem a ausência de endereço à perda do emprego e 21% declararam não ter dinheiro para pagar o aluguel".[212]

No Distrito Federal, 65% dos chefes ou cônjuges moradores de rua que lá chegaram após 1º de janeiro de 1995 responderam que o motivo da ida para Brasília foi a procura de emprego ou estarem "passando necessidades" no local anterior de moradia. O principal motivo tanto para a migração quanto para o desejo de permanecer na capital do país foi relacionado com a possibilidade de obtenção de renda (e, conseqüentemente, não passar necessidades); porém, apenas 14% dos entrevistados condicionaram sua permanência em Brasília à obtenção de emprego. Mais de 75% das famílias entrevistadas tinham uma renda anterior de até 2 SM (50% até 1 SM, 21% de 1 a 2 SM e 7% declaravam não

[211] Devido aos períodos de tempo apresentados pela pesquisa de São Paulo foi necessário agrupar 'recente' e 'recentíssimo', assim como congregar em 'prolongado' referências de tempo entre 1 a 2 anos e entre 2 a 5 anos incorporando parte de outros segmentos (intermediário e crônico) considerados nas informações sobre Porto Alegre.

[212] *Folha de S. Paulo*, 3/set./95.

ter rendimentos) e as profissões ou atividades exercidas em suas últimas procedências foram em 27% dos casos no setor da agricultura (sem considerar que nas entrevistas abertas muitos dos que declararam ter alguma outra profissão na sua última procedência haviam sido agricultores originalmente), 13% em serviços domésticos, 10% na construção civil, 10% declaravam terem sido autônomos e 7% não tinham profissão (Bursztyn & Araújó, 1997).

No Rio de Janeiro, levantamentos realizados pela Fundação Leão XIII – em 1986 com 600 moradores de rua e em 1991 com 1016 – apontaram percentuais similares nos dois momentos (62%) dos que declaravam a existência anterior de vínculo empregatício formal (FLXIII, 1991). O documento institucional não informa o prazo de tempo transcorrido desde o último vínculo de trabalho. Entretanto, material divulgado na imprensa, pela mesma instituição, em 1991, indicava que 61,3% da população de rua já tivera carteira assinada e destes, 29,3% há menos de 4 anos.

Entre o grupo de moradores de rua que entrevistei poucos afirmavam estar morando na rua devido ao desemprego ou outras situações de extrema vulnerabilidade laboral, mesmo quando seus depoimentos indicavam a importância da desvinculação ocupacional nas trajetórias de vida em direção às ruas. Dentre os que especificamente associavam rua com a ruptura dos vínculos laborais estavam o cozinheiro Wilson, o jardineiro Manuel, o 'lancheiro' Roni e o eletricista de construção civil Luiz Augusto.

Das 244 fichas de moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus (1993/1994) foi possível extrair diversas situações de desvinculação do mundo do trabalho e de chegada no 'ponto zero' devido às vulnerabilidades ocupacionais. A contabilização realizada foi do número de menções, isto é, vezes em que a situação foi assinalada nas fichas.

O desemprego foi assinalado em 37 das 244 fichas (na reduzida proporção de 15%) e o tempo de desemprego não foi uma informação valorizada pela equipe da Comunidade Evangélica. Onze vezes foi assinalada a vinda para a cidade do Rio de Janeiro em busca de trabalho (4,5%); uma vez foi mencionada dificuldade em conseguir emprego e três vezes a dificuldade em pagar aluguel. Outras duas situações mencionadas estavam relacionadas com a esfera ocupacional: o roubo de instrumentos de trabalho, que em alguns casos de operários da construção civil dificulta ou inviabiliza a obtenção de emprego, e o envolvimento com fraudes e corrupção. Não estamos contabilizando as freqüentes menções à perda ou ao roubo de documentos, que também interferem na obtenção e manutenção do vínculo laboral. Um mesmo indivíduo pode ter feito uma,

duas ou mais referências à esfera do trabalho e rendimentos (por exemplo, desemprego e dificuldade de pagar aluguel). Assim, o grupo de moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus fez, ao todo, 54 menções a processos de desvinculação ocupacional em contraposição às 98 menções assinaladas nas fichas referentes a processos de desvinculação no âmbito sociofamiliar.[213]

OFÍCIOS ANTERIORES

A vulnerabilidade dos vínculos ocupacionais prévios à moradia nas ruas foi analisada através das atividades assinaladas nas fichas da Comunidade Evangélica de Jesus no item 'preparo profissional'. Levando-se em conta o interesse por parte da equipe assistencial em colaborar na reinserção ocupacional dos moradores de rua entrevistados, esse item pretende identificar ofícios e atividades laborais nos quais o indivíduo tinha qualificações e/ou acumulara experiência. Foram encontradas 539 menções a 129 atividades ocupacionais, correspondendo, em média, a 2,4 menções de preparo profissional por morador de rua.[214]

A tabela 12 mostra a distribuição das menções de desempenho profissional encontradas em cada ficha. Mais de 50% dos moradores de rua cadastrados mencionaram apenas uma ou duas atividades, ao passo que, no outro extremo, cerca de 20% referiram experiências profissionais em quatro até sete atividades, sugerindo baixa ou nenhuma qualificação específica e identidades ocupacionais frágeis.

As atividades mencionadas foram reunidas por ramo de ocupação e grupos de atividades seguindo a estrutura apresentada em Brant (1994). A tabela 13 apresenta a distribuição das atividades mencionadas:

[213] Conflitos ou desavenças familiares foram assinalados 66 vezes, sendo especificamente registradas a violência doméstica (9 vezes) e dificuldades com pais ou cônjuges alcoólatras ou drogados (8 vezes). Outras situações que podem ser relacionadas com vulnerabilidades na dimensão sócio-familiar como histórias institucionais na infância foram assinaladas 15 vezes.

[214] Dentre as 244 fichas, nove não continham nenhuma informação registrada nesse item, em seis delas estava assinalado "nenhum preparo profissional" e em uma delas estava escrito "faculdade da vida". Portanto, as atividades mencionadas referem-se a um total de 228 fichas.

Tabela 12 - Número de atividades profissionais mencionadas por morador de rua. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Número de menções	Número de fichas	%
1 menção	68	27,9
2 menções	74	30,3
3 menções	43	17,6
4 menções	23	9,4
5 menções	10	4,1
6 menções	7	2,9
7 menções	3	1,2
Subtotal	228	93,4
Nenhuma	7	2,9
Sem informação	9	3,7
TOTAL	244	100,0

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

Tabela 13 - Atividades profissionais mencionadas por ramo de ocupação. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Atividades por ramo ocupacional	Menções (nº)
Ocupações na agropecuária	6
Ocupações na indústria extrativa	-
Ocupações na indústria de transformação	45
Ocupações na construção civil	124
Ocupação em comércio e serviços	277
Ocupação em transportes e comunicações	28
Ocupações administrativas	29
Ocupações artesanais, artísticas e desportivas	14
Empregadores e proprietários	-
Outras ocupações não incluídas nas anteriores	-
Ocupações mal definidas	16
TOTAL	539

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

Nove grupos de ocupações em comércio e serviços e na construção civil englobaram 285 menções, 53% das referências sobre preparo profissional. A tabela a seguir apresenta, em ordem decrescente, as ocupações mencionadas nas fichas por grupo e por setor de atividade:

Tabela 14 - Atividades profissionais mencionadas por setor e grupo de atividade. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Setor	Ocupações por grupo de atividade	Menções (nº)	Menções (%)
Serviços	Vigilantes, zeladores, policiais e membros das forças armadas	43	7,97
Serviços	Trabalhadores nos serviços de faxina, jardinagem e empregados domésticos	37	6,86
Constr. civil	Ajudantes e serventes de pedreiros	36	6,67
Constr. civil	Trabalhadores em acabamento	36	6,67
Serviços	Trabalhadores em hotéis e restaurantes	35	6,49
Serviços	Reparação e manutenção de veículos	27	5,00
Serviços	Trabalhadores em assistência técnica e manutenção de máquinas e instalações	26	4,82
Constr. civil	Pedreiros	25	4,63
Comércio	Ambulantes	20	3,71
TOTAL		285	52,82

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

Dentre os nove grupos ocupacionais mais mencionados identificamos as inserções predominantes, isto é, aquelas que concentravam metade ou mais das menções do respectivo grupo, caracterizando atividades-tipo (representativas) de cada grupo. Essas atividades-tipo foram analisadas a partir das tipologias elaboradas por Figueiredo, Schiray & Lustosa (1990).

A maior parte das atividades mencionadas nas fichas dos moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus circunscreveram-se nas denominadas

'ocupações pauperizadas'. Essas ocupações diferenciam-se segundo o grau de pobreza em baixo (menos de 1/3 de pobres), alto (entre 1/3 e 2/3) e extremo (acima de 2/3). A distribuição da baixa renda nas ocupações pauperizadas distingue setores ocupacionais constituídos por uma quase totalidade de ocupações pauperizadas (90 a 100% dos efetivos recebem até 3 SM), setores constituídos por uma maioria (50 a 75%) de ocupações pauperizadas e setores em que as ocupações pauperizadas são minoritárias. As atividades também foram agrupadas em função da intensidade das posições na ocupação, especificando no interior do conjunto modalidades de inserção predominantemente vulneráveis, isto é, aquelas com alta intensidade de assalariados não oficiais e autônomos não protegidos (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990).

Tabela 15 - Atividades profissionais mencionadas segundo grau de pobreza, proporção de baixa renda e renda miserável, e intensidade das posições. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Atividades Mencionadas	Ocupações Pauperizadas	Grau de Pobreza	% < 1 SM/ % < 3 SM[215]	Intensidade Posições
36 ajudantes e serventes de pedreiro	Serventes de pedreiros	Extremo	51/100	Assalariado não oficial
31 pintores	Pintores e caiadores	–	12/78	Trabalhadores com posição variável
25 pedreiros	Pedreiros	Alto	9/71	Trabalhadores com posição variável
20 vigilantes, agentes de segurança, vigias	Vigias	Baixo/alto	23/78	Assalariado oficial
	Guardas, vigias particulares	Baixo/alto	5/93	Assalariado oficial
14 vendedores sem especificação	Vendedores ambulantes	Alto	39/75	Autônomo não protegido

[215] O primeiro valor corresponde ao percentual de trabalhadores na ocupação que recebem rendas miseráveis (<1 SM) e o segundo valor à proporção dos trabalhadores que recebem baixas rendas (<3 SM).

Tabela 15 - Atividades profissionais mencionadas segundo grau de pobreza, proporção de baixa renda e renda miserável, e intensidade das posições. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

14 faxineiros (trabalhadores em firmas de limpeza)	Serventes	Extremo	53/97	Assalariado oficial
12 cozinheiros e 9 ajudantes de cozinha	Camareiras, cozinheiras	Alto	37/95	Assalariado oficial
9 empregados domésticos	Empregadas domésticas	Extremo	61/98	Assalariado com posição variável
7 eletricistas e 7 mecânicos hidráulicos	Montadores elétricos	Alto	10/90	–
	Reparadores TV e rádio	Baixo	18/65	Autônomo não protegido
7 mecânicos, 4 trabalhadores em lanternagem, 4 pintores de automóveis	Borracheiros/ lapidadores	Extremo	25/85	–

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995; Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990

Todas as atividades-tipo apresentaram indicadores de alta vulnerabilidade ocupacional, seja pelo grau de pobreza seja pela proporção de baixas rendas e rendas miseráveis nas ocupações. A atividade-tipo mais mencionada – ajudantes e serventes de pedreiro – congrega como ocupação os três indicadores de vulnerabilidade ocupacional: grau de pobreza extremo, 100% de baixa renda, ou seja, a totalidade dos ocupados recebe menos de 3 SM e metade deles ganha menos de 1 SM, apresentando como modalidade de inserção mais freqüente o assalariamento informal. Da mesma forma, os trabalhadores em firmas de limpeza apresentam grau de pobreza extremo e altas proporções de baixa renda e renda miserável, embora seja uma inserção predominantemente de tipo assalariamento oficial (formal).

No senso comum predomina a idéia de uma trajetória de desvinculação do mercado de trabalho, que vai do emprego formal para a atividade informal, e daí para as ruas. As atividades mencionadas pelos moradores de rua não revela-

ram essa trajetória; apresentaram uma heterogeneidade de posições de inserção no mercado de trabalho. As suas trajetórias de desvinculação laboral originaram-se tanto do mercado formal quanto do informal, tanto do trabalho assalariado quanto do trabalho autônomo, embora este último só estivesse presente na forma de não protegido (vendedores ambulantes, catadores de lixo).

Em certos casos, ocorrera uma expulsão direta do assalariamento formal para a ruptura dos vínculos e a moradia nas ruas, em posições que associam alto ou extremo grau de pobreza e altas proporções de baixas rendas e rendas miseráveis. Também, a inserção assalariada oficial pode ter sido realizada de forma irregular e durante curtos períodos de tempo. Em outros casos, o desemprego decorreu do assalariamento informal ou de uma atividade autônoma não protegida em que também são verificados elevados índices de vulnerabilidade ocupacional.

Numa análise mais qualitativa das trajetórias ocupacionais anteriores dos moradores de rua a partir dos depoimentos e entrevistas (cuja distribuição por atividade-tipo e grupos de ocupações pauperizadas é similar à verificada nas fichas da Comunidade Evangélica de Jesus), algumas características sobressaíram: a segmentação na duração dos vínculos – empregos irregulares, descontínuos, temporários; atividades de baixa qualificação com alto potencial de substituição e nível de rendimentos limítrofes com o consumo de sobrevivência.

Pode-se então afirmar que antes de morar nas ruas esses indivíduos mantinham com o mercado de trabalho relações que já eram extremamente precárias e instáveis. Os processos de desvinculação do mundo do trabalho evidenciados nas trajetórias dos moradores de rua ocorrem – de forma mais ou menos abrupta, partindo de posições variáveis segundo a formalização ou não – sobre uma estrutura geral de inserção no mundo do trabalho extremamente vulnerável.

VULNERABILIDADES OCUPACIONAIS E DE RENDIMENTOS

Os vínculos com o mundo do trabalho anteriormente estabelecidos pelos moradores das ruas podem ser classificados diferenciando entre a realização de uma atividade ou função, o exercício de um ofício ou profissão e a ocupação de um emprego ou posto de trabalho. Nas atividades ou funções os vínculos seriam de curta duração no tempo, de baixa exigência de qualificação e experiência, e com relações não assalariadas entre prestador e consumidor. O exercício de um ofício ou profissão supõe a exigência de conhecimentos e habilidades, enquanto a ocupação de um emprego envolve uma relação de assalariamento, contratualizada ou não.

Essa diferenciação caracteriza os principais eixos de análise das trajetórias ocupacionais anteriores à moradia nas ruas: duração do vínculo; escolaridade, qualificação e experiência; condições e relações de trabalho; níveis de rendi-

mento e proteção social. Fragilidades, precariedades em vários destes eixos podem agregar-se numa rede configurando ocupações altamente vulneráveis de desvinculação.

A análise de trajetórias de vulnerabilidade e desvinculação na dimensão ocupacional está permanentemente orientada em duas direções: as condições de vida do trabalhador, incluindo possibilidades de poupança e perspectivas de futuro e, em paralelo, porém com características próprias, a constituição do trabalho como 'sistema identitário', referencial de comportamentos e valores do trabalhador. Dessa forma a análise visa à caracterização da posição que ocupa o trabalhador tanto na estratificação socioeconômica quanto na estratificação simbólica (valorização social da função).

Rotatividade

O nomadismo ocupacional é apontado como um elemento gerador de uma experiência de insegurança e instabilidade nas classes trabalhadoras urbanas (Telles, 1992b). Apresenta-se sob uma elevada taxa de rotatividade (tempo de permanência no emprego anterior inferior a um ano) e configura situações de trabalho irregular, descontínuo, parcial, intermitente, ocasional, eventual, sazonal, temporário ou de duração determinada. Assim como o desemprego, as taxas de rotatividade variam em proporção inversa da qualificação ocupacional: 78,1% dos trabalhadores não-qualificados e 77% dos semiqualificados ficaram menos de um ano em seus empregos anteriores (Telles, 1992b). A prática sistemática de rotatividade por parte das empresas é possível diante de uma oferta abundante de força de trabalho barata e facilmente substituível, configurando ocupações com alto potencial de substituição.

As trajetórias ocupacionais são configuradas por um movimento no qual a ausência ou precariedade de qualificação implicam a intermitência do vínculo, numa não-fixação no mundo do trabalho. O processo é de deslocamentos por atividades e por lugares em busca de atividades – migrações e 'virações' –, de diversidade de atividades em oposição a uma especialização num ofício, e de inserções segmentadas em detrimento da criação de vínculos mais permanentes e estáveis. Dessa maneira, os trabalhadores "vão somando experiências fragmentadas que não lhes asseguram uma identidade social" (D'Incao, 1995).

O setor da construção civil (modalidade freqüente de inserção anterior dos moradores de rua) apresenta uma alta taxa de rotatividade alimentada tanto por interesses das empresas quanto por interesses dos trabalhadores. De um lado, a empresa pode criar situações desagradáveis e cansativas para o trabalhador para

forçá-lo a pedir demissão; de outro, o trabalhador interessado em recompor o orçamento pessoal também é capaz de criar situações indesejáveis para a empresa (Sousa, 1994).

Luiz Augusto tem 31 anos. Ingressou no mercado de trabalho com 14 anos, ainda 'de menor', trabalhando como frentista num posto de gasolina. Saiu de lá porque mudou o dono. Aos 16 anos foi com o irmão para São Paulo, onde fez entregas para um supermercado durante sete meses. Quando voltou para o Rio de Janeiro foi trabalhar numa casa de saúde em Jacarepaguá, inicialmente na construção e depois na manutenção, com carteira assinada, durante quatro anos e oito meses. Saiu de lá porque o diretor mandou-o varrer o pátio e Luiz Augusto não quis porque, segundo ele, não era serviço seu. Diz ser oficial de eletricista e ter trabalhado como tal em várias empresas de construção civil: na Barra da Tijuca, esteve empregado numa empresa com carteira assinada e alojamento, durante oito meses, e em outra, também com carteira assinada e alojamento, durante quatro meses. Saiu das firmas por problemas de bebida. Trabalhou como servente de obra no Recreio dos Bandeirantes, sem carteira assinada mas com alojamento, e em outra obra, no mesmo bairro, sem carteira assinada e sem alojamento. Dormia na praia. Empregado desta última empreiteira, foi transferido para Realengo, onde voltou a ter alojamento. Diz que saiu por causa da bebida e conta o conflito com o encarregado, que lhe dissera para interromper o seu serviço e fazer outra tarefa. Luiz Augusto recusou-se e no dia seguinte "o cartão não estava no quadro". Trabalhou também como eletricista, com carteira assinada, durante três meses. Saiu "pelo mesmo motivo" (bebida). Na última firma em que trabalhou (até dezembro de 96) como "meio-oficial de eletricista", ficou durante três meses, sendo que dois meses de experiência, sem carteira assinada. Na rescisão de contrato consta um mês como período trabalhado. Luiz Augusto diz que não assinaram antes porque ficaram "enrolando". Também teve conflitos nessa obra; queriam que ele fizesse hora-extra sem dar jantar: "deu nove horas e eu perguntei – cadê a janta? Sem janta não trabalho, não vou trabalhar com fome". O encarregado retrucara: "amanhã não precisa vir, vai direto para o escritório". Luiz Augusto me mostrou os documentos dessa rescisão de contrato, que continham incorreções no preenchimento. A Caixa Econômica Federal recusou-se a dar entrada no processo para recebimento do FGTS, e Luiz Augusto teria que voltar à firma e depois voltar várias vezes à CEF, para saber quando – e se – receberia algo em torno de 360 reais.[216]

Marcelo teve uma inserção ocupacional estável: depois do serviço militar trabalhou durante sete anos numa firma, primeiro como *office-boy*, depois como

---

[216] Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97; Botafogo, quinta-feira, 20/3/97; Botafogo, quinta-feira, 3/4/97 – entrevista.

camareiro, com carteira assinada. Saiu porque teve uma briga com um dos diretores, que o responsabilizou por um dano num figurino. Depois trabalhou três anos, também com carteira assinada, numa loja de sapatos, fazendo entregas. Diz que saiu de lá porque "cansou", quis sair e pediu as contas. Depois disso não trabalhou mais com carteira assinada.[217] Marcelo não faz uma associação direta entre desvinculação do mundo do trabalho e moradia nas ruas, mas os tempos coincidem (doze anos). Márcia e Vanda relatavam que trabalhavam desde pequenas vendendo amendoim, balas e doces. Dizem também terem trabalhado como domésticas, mas não fornecem muitos detalhes de suas trajetórias ocupacionais.[218]

André, catador da rua Sorocaba, se diz eletricista. Começou a trabalhar aos oito anos. Estudava de manhã e vendia coisas à tarde. Também trabalhou na oficina de carros com o pai. Depois foi trabalhar numa fazenda, no interior da Bahia, onde o seu avô era peão. Voltou para Salvador, teve desentendimentos com o pai e "pegou a estrada". No Rio de Janeiro, trabalhou numa empresa de construção civil, durante oito anos, com carteira assinada. Entrou como ajudante, passou para auxiliar de eletricista, depois foi semi-oficial e chegou a oficial de eletricista. Saiu de lá em 1994, devido, segundo ele, a uma redução de pessoal. Foi trabalhar em uma firma de limpeza com carteira assinada, no centro do Rio. Ganhava salário mínimo e não recebia vale-transporte. Às vezes não tinha dinheiro para pagar a condução. Foi dispensado também por "redução de pessoal". André diz que se quisesse poderia deixar de ser catador e voltar a trabalhar na construção civil, mas "cansou de trabalhar em obra. É como comida, se comer todo dia a mesma coisa enjoa. Ele enjoou de obra".[219]

Cícero não tem profissão definida. Já fez de tudo um pouco. Quando morava com sua família (mãe, irmãos e, posteriormente, padrasto) em João Pessoa, trabalhou numa fábrica têxtil, além de outros lugares: "trabalhei em jornal, trabalhei... em várias coisas, quando eu tava desempregado trabalhava na feira ou de camelô, eu sempre inventava alguma coisa, sabe?". Quando começou a viajar pelo país, Cícero procurou cidades litorâneas do Nordeste, onde trabalhava como ajudante em barracas ou quiosques de praia, vendendo alimentos e bebidas. No Rio de Janeiro reuniu-se a seus primos e trabalhou como marceneiro, fabricando móveis na garagem da casa onde moravam. Seu último trabalho foi como vendedor em loja no centro da cidade, há cerca de três anos atrás (1994). Tinha carteira assinada e calcula ter trabalhado cerca de oito meses. "Mas, depois o dono vendeu a loja e a outra pessoa que comprou botou tudo funcionário novo. Depois não trabalhei mais não".[220]

---

217 Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

218 Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

219 Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/; terça-feira, 4/3 e quarta-feira, 12/3/97.

220 Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97; Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

Miguel também diz que fez de tudo um pouco. Começou a trabalhar como auxiliar de escritório numa agência de turismo em Lima, Peru. Como o salário era baixo foi trabalhar na oficina de consertos de instrumentos musicais da mãe. Veio para o Brasil encontrar um tio, proprietário de uma fábrica de artigos de couro em Piracicaba, interior do estado de São Paulo. Trabalhou com ele durante meses, recebendo uma remuneração irregular. Desentendeu-se com a tia, aplicou um golpe no tio e foi para a cidade de São Paulo. Trabalhou num restaurante clandestinamente por ser estrangeiro, exercendo atividades de garçom e de serviços gerais. Depois que veio para o Rio, há cerca de dois anos, Miguel menciona ter feito 'bicos' como garçom, ganhando 40 reais por serviço.[221]

Alguns moradores de rua relataram trajetórias de desvinculações ocupacionais partindo de patamares de inserção assalariada formal qualificada, como Genivaldo, que fora gerente de pessoal de um colégio particular e também auditor para uma empresa de construção, tendo viajado muito pelo país. Em seu processo de degradação e ruptura dos vínculos ocupacionais, Genivaldo apontava a interferência do alcoolismo.[222] Walter, nascido no interior de São Paulo, onde era proprietário de terrenos, foi dono de um bar num subúrbio carioca e se tornou manobreiro em estacionamento no Humaitá, onde também funcionava como 'avião' de drogas. Walter atribuía a sua trajetória laboral descendente ao seu vício em drogas, particularmente cocaína.[223]

Escolaridade, qualificação e experiência

As informações relativas à escolaridade e níveis de instrução encontradas nas diversas pesquisas das populações de rua são apresentados na tabela 16.[224]

Brasília e Rio de Janeiro apresentaram percentuais de analfabetismo bem mais elevados do que os verificados nas cidades de Porto Alegre e São Paulo. O predomínio da origem rural dos entrevistados pode explicar essa taxa apenas no Distrito Federal. No Rio de Janeiro observa-se, entre 1986 e 1991, uma diminuição da taxa de analfabetismo, com uma concentração de moradores de

---

221 Diário de campo, Copacabana, quarta-feira, 9/4/97; Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

222 Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, quinta-feira, 23/11/95.

223 Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 26/11/95.

224 Como assinalado na abordagem metodológica os quadros apenas esquematizam as informações disponíveis sobre moradores de rua em diversas cidades, sem nenhum intuito comparativo.

Tabela 16 - Grau de escolaridade de moradores de rua

Grau de escolaridade	Porto Alegre	São Paulo[225]	Distrito Federal	Rio de Janeiro	
				1986	1991
Analfabetos	13,5	13,0[226]	33,0	30,3	20,7
Alfabetizados				21,8	21,8
Semi-analfabetos	1,8				
1º grau incompleto	62,2	65,0	55,0	34,0	47,8
1º grau completo		15,0	7,0	9,8	3,1
2º grau incompleto			1,0	2,8	3,1
2º grau completo		6,0	3,0	1,3	1,4
Sem informação					1,8

Fonte: PUC/RS, 1995; Sebes/SP, 1992; Bursztyn & Araújo, 1997; FLXIII, 1991

rua que não completaram o primeiro grau.[227] Nas quatro cidades, entre 50 e 65% da população estudada tinham esse (reduzido) grau de escolaridade, mesmo na cidade de São Paulo, onde a população de rua apresentou os melhores indicadores. Assim, a maioria da população de rua é constituída por analfabetos funcionais, isto é, indivíduos que passaram pela escola mas não utilizam os conhecimentos no dia-a-dia.[228]

Foram encontrados nas quatro localidades, ainda que em baixa proporção, moradores de rua com níveis de escolaridade relativamente elevados – 2º grau completo e cursos técnicos, o que permite observar que processos de desvinculação e ruptura também acometem indivíduos melhor situados na escala sócio-educacional. Entretanto, essa não é a condição típica dos moradores de rua.

As pesquisas sobre a construção civil (Sousa, 1994) e sobre os catadores do aterro sanitário de Jardim Gramacho (Souza, 1995) permitem caracterizar inserções que tangenciam as trajetórias ocupacionais dos moradores de rua. Nessas ocupações também foram observados baixos níveis de escolaridade. Entre os trabalhadores do 'lixão', a taxa de analfabetismo foi da ordem de 33,5%

[225] Distribuição média dos níveis de escolaridade da população de rua atendida em três modalidades de serviços: abrigos, casas de convivência e albergues.

[226] Agrega analfabetos e semi-analfabetos – apenas assinam o nome.

[227] Levantamentos da SMDS/RJ e da FLXIII, em 1991, apresentaram a mesma taxa de analfabetismo (20%) e discreta diferença entre os que tinham 1º grau incompleto: 43% (SMDS) e 47,8% (FLXIII).

[228] Pesquisa da ONG Ação Educativa indicou que a autonomia do cidadão a respeito da escrita e da leitura é obtida a partir da 5ª série. Haddad, Sérgio. *Jornal do Brasil*, 19/abr./98.

e um contingente de 32% não tinham concluído o 1º grau. Por ser um serviço que não exige nenhum tipo de qualificação técnica, o lixão é uma opção para aqueles que já estão nas franjas do sistema (Souza, 1995). Os operários da construção civil também apresentaram baixo nível de escolaridade – 59,68% possuíam o 1º grau incompleto, 19,46% não tinham nenhuma instrução e apenas 12,21% tinham o 1º grau completo (Sousa, 1994).

Nas fichas de moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus, a escolaridade era assinalada de duas maneiras: se o indivíduo era alfabetizado ou analfabeto, e o seu nível de escolaridade. Deveria existir a coincidência entre número de alfabetizados e o total segundo níveis de escolaridade, porém isso não aconteceu. Oito alfabetizados não declararam seus níveis de escolaridade.

Tabela 17 - Moradores de rua alfabetizados e analfabetos. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Alfabetização	Número	%
Analfabetos	43	17,6
Alfabetizados	188	77,0
Sem informação	13	5,3
TOTAL	244	100,0

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

A distribuição da população de rua da Comunidade Evangélica de Jesus segundo níveis de escolaridade revela a fragilidade dessa predominância de alfabetizados. Dos 80% para os quais essa informação está disponível, mais de 50% tinham entre nenhuma escolaridade e uma escolaridade máxima de 1º grau incompleto. Já foi assinalado que a característica mais fortemente associada à pobreza é o nível educacional (Rocha, 1995). Sabe-se também que é maior a proporção de chefes analfabetos ou com até três anos de escolaridade nos domicílios urbanos pobres indigentes (Lopes, 1992).

Tabela 18 - Moradores de rua segundo níveis de escolaridade. Comunidade Evangélica de Jesus, 1993-1995, e Rio de Janeiro, 1986 e 1991

Níveis de escolaridade	Número	%	Rio de Janeiro (%)	
			1986	1991
Nenhum	13	5,3		
1ª a 4ª série	58	23,7		
5ª a 7ª série	60	24,6		
1º grau incompleto	118	48,4	34,0	47,8
1º grau completo	27	11,1	9,8	3,1
2º grau incompleto	6	2,5	2,8	3,1
2º grau completo	27	11,1	1,3	1,4
Técnico	1	0,4		
Universitário	1	0,4		
Sem informação	51	20,9		1,8
TOTAL	244	100,0		

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995; FLXIII, 1991

As informações encontradas nas pesquisas de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro indicam que a maioria dos moradores de rua não tem ou tem baixa qualificação ocupacional.

É pequeno o grupo de moradores de rua que não tem nenhuma experiência anterior de trabalho (o que é verificado entre adolescentes e jovens adultos com uma história institucional pregressa). Porém, as trajetórias no mundo do trabalho são percorridas num espaço social entre as 'franjas marginais' (os catadores do aterro sanitário, algumas ocupações da construção civil e atividades em serviços domésticos e limpeza) e as desvinculações temporárias, prolongadas ou permanentes do mercado de trabalho.

As trajetórias ocupacionais dos catadores no aterro sanitário de Jardim Gramacho (RMRJ) guardam similaridades com as dos moradores de rua, eventualmente também catadores de lixo em bairros da Zona Sul da cidade: 65% dos catadores não possuíam qualquer profissão. As áreas profissionais mais citadas foram: construção civil (28,7%), serviços de reparação e manutenção de veículos (12,5%), pedreiro (11,1%), carpintaria (11,1%) e serviços domésticos (9,25%). Esses dados, segundo a autora do estudo, reforçam a hipótese de que o aterro é um local para onde são expelidos os indivíduos que estão nas franjas do sistema (Souza, 1995).

As experiências ocupacionais anteriores são caracterizadas por alternância de atividades, segmentação dos vínculos e precariedade de rendimentos. Rosângela Faria Rangel (1996) refere-se a "experiências profissionais ligadas à prática", caracterizando ofícios de baixa ou nenhuma qualificação profissional. O acúmulo de experiência e conhecimentos específicos de trabalho é dificultado pela rotatividade – entre vários locais de trabalho e, também, entre ofícios. Os conhecimentos adquiridos por experiências ligadas à prática, sem a formalização educacional, são desvalorizados, e o trabalhador que só tem acesso a essa forma de qualificação encontra grandes dificuldades em ultrapassar os escalões inferiores da estratificação ocupacional (D'Incao, 1995).

O trabalho precoce tem interferência direta sobre o processo educacional: na associação trabalho-estudo surge o cansaço, a dificuldade de concentração e de aprendizado, a repetência e o abandono da escola. As taxas de escolaridade e os níveis de instrução revelam suas conseqüências perversas nas condições desvantajosas de acesso e posicionamento no mercado de trabalho. Entretanto, essa é apenas uma das faces (mensurável, por certo) de acesso e participação no processo cultural que envolve informação e conhecimento.

Nos depoimentos e entrevistas foram mencionadas algumas das dificuldades encontradas para a permanência na escola. Rodrigo, de 13 anos, cursou até a 3ª série num Centro Integrado de Educação Pública (Ciep). Entrou no curso de alfabetização aos oito anos, repetiu a 1ª e a 2ª séries e diz que repetiria também a 3ª série quando largou a escola, em 1996. A irmã, que tem 16 anos, estuda no mesmo Ciep e está na 5ª série. Rodrigo revela o futuro condicionado pela escolaridade, os limites impostos em suas perspectivas: diz que gostaria de ser salva-vidas, mas "é difícil" porque exige o 2º grau. Já que o sonho não será possível, Rodrigo então vai ser guardador de carros.[229]

Luiz Augusto cursou até a 6ª série em escolas públicas. Depois de começar a trabalhar, continuou estudando de noite durante dois anos, mas "ficou puxado" e ele parou. Diz que gostava da escola e de estudar, mas o trabalho era mais importante, "pela necessidade". Depois fez um curso de eletrônica, mas teve que deixar por falta de dinheiro.[230] André, catador da rua Sorocaba, estava na 4ª série quando foi expulso da escola porque era "levado" e brigava muito. Desde os oito anos estudava de manhã e vendia coisas à tarde. Não gostava da escola: "nunca fui bom pra estudar". Depois que veio para o Rio de Janeiro e trabalhou na construção civil, obteve o diploma de eletricista pelo Senai, mas diz que aprendeu tudo na obra e depois foi só fazer o exame para obter o diploma.[231]

---

[229] Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

[230] Diário de campo, Copacabana, quarta-feira, 5/3/97; Botafogo, quinta-feira, 20/3/97.

[231] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97; quarta-feira, 12/3/97.

Solange também dizia que nunca tinha sido "boa pra estudo" e fazia um gesto como se apagasse da testa um quadro negro interior.[232]

Miguel e Cícero apresentavam o tédio como motivo de desistência. Miguel completou o 2º grau e fez vestibular para Direito – "não entrei para lá por um ponto". Fez vários cursos – de telex, computação, desenho arquitetônico, mas não os completava: "todas as minhas coisas eu canso, só faço a metade, me encheu o saco, eu tchum!, saio fora". Mesmo com essa bagagem educacional, as alternativas ocupacionais de Miguel não eram muito mais amplas do que aquelas de que os demais moradores de rua menos qualificados dispunham. Ser um imigrante clandestino certamente condicionava suas opções. Cícero estudou até o 1º ano do 2º grau, mas desistiu: "não tinha mais cabeça pra estudar não, eu não conseguia me concentrar, eu sempre estudei mas eu tinha muita dificuldade". Fez vários cursos técnicos no Senai, no Senac e em firmas em que trabalhou, mas não persistiu: "eu desistia daquilo dali, tá entendendo?, eu não fazia nada assim completo".[233] Marcelo estudou até a 7ª série e parou, segundo ele, por "problema de bronquite, não dava mais pra estudar".[234]

A baixa escolaridade encontrada entre os moradores de rua não significou uma desvalorização ou menosprezo em relação à instrução e ao conhecimento. Num contexto tão precário, o saber ler com facilidade, mais que uma qualificação, adquire o estatuto de um verdadeiro talento. Tampouco significou ausência do prazer de leitura e da avidez de informação, porém a moradia nas ruas interfere, limitando o acesso e condicionando as leituras. Araão, que estudara até a 5ª série, dizia ler os jornais todos os dias, o que o tornava sempre bem informado sobre os últimos acontecimentos e possibilitava que manifestasse suas opiniões a respeito.[235] Luiz Augusto contou que gosta de ler gibi e jornal: "nos dias de semana gosto de crime e futebol e no fim-de-semana leio os classificados".[236] Chicão, o mais velho dos catadores da rua Sorocaba, dizia gostar de livros de piadas e novelas policiais que são vendidas em bancas de jornal, mas que o meu livro sobre eles, que são "mindingos", "ninguém vai querer ler não".[237] Cícero dizia ler todos os dias: "mesmo que seja jornal atrasado eu tenho que ler... jornal, revista, livro, sempre ando com coisa pra mim ler. Quando começo a ler um livro não paro mais, tá entendendo? Eu fico sozinho na praia, eu leio o livro todinho".[238] Marcelo também dizia gostar muito de ler, lia tudo que lhe caía nas

[232] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 5/4/97.

[233] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97; Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

[234] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

[235] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 2/4/97.

[236] Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 20/3/97.

[237] Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 4/3/97.

[238] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

mãos, que não podia passar um dia sem ler senão ficava ansioso, como se fosse um vício, lia qualquer coisa, "até classificado".[239]

Condições de trabalho e rendimentos

Os moradores de rua entrevistados mencionaram com freqüência as precárias condições de trabalho anteriores, assim como relações conflituosas com patrões e/ou encarregados. Foram relatadas relações disciplinadoras, autoritárias, desrespeitosas e de exploração, com a extensão do horário de trabalho e a ampliação das tarefas a desenvolver. Essas características dos vínculos ocupacionais anteriores à moradia nas ruas, juntamente com os baixos rendimentos, configuravam situações ocupacionais desvalorizadas pelos trabalhadores. Eram consideradas como trabalho 'escravo', antepondo-se ao trabalho 'bom', isto é, aquele que reunisse condições de autonomia com rendimentos regulares. A comparação com a situação anterior possibilitava que os moradores de rua valorizassem as atividades que realizavam nas ruas no momento da entrevista, pois estas conferiam uma renda mínima – similar à anterior – porém com altas doses de liberdade e autonomia.

Nas inserções na construção civil e como catadores do aterro sanitário de Jardim Gramacho, independentemente do grau de formalização da relação trabalhista, alguns aspectos foram reiteradamente mencionados: o prolongamento da jornada de trabalho, a insuficiência e a má qualidade da alimentação, a falta de segurança e de condições de higiene e os baixos rendimentos.

Assim, as condições de trabalho, a precariedade de rendimentos e os baixos níveis de consumo assinalados nas trajetórias ocupacionais anteriores estão em patamares muito próximos aos observados tendo a rua como habitação. Há contigüidade entre situações de pobreza abrigada e inserida no mercado de trabalho, e a condição de morador de rua. Essas ocupações, já caracterizadas como 'pauperizadas', por vezes limitam os padrões de consumo a tal ponto que, em termos de alimentação, a pobreza desabrigada passa a ser avaliada positivamente. Muitos depoimentos assinalavam que já tinham passado fome, mas poucos na rua.

A precariedade dos rendimentos e os limites do consumo em patamares que colocam em risco a sobrevivência conduzem, mesmo na pobreza abrigada, à necessidade de complementar trabalho e pedido. No caso dos 'com teto', a solicitação é de doações de particulares ou instituições assistenciais de alimentos, vestuários e outros pequenos bens ou serviços. Essa complementaridade

---

[239] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

entre trabalho e pedido irá se reproduzir no cotidiano dos moradores de rua, que conjugam 'subatividades' de rua e mendicância: "ora o trabalho será complemento do pedido, ora o sentido será inverso, interferindo na organização do tempo e na construção da identidade dos atores" (Neves, 1995b).

Nas trajetórias ocupacionais um conjunto significativo de moradores de rua teve emprego fixo com carteira assinada. Isso indicaria que a população de rua seria parte do fluxo de expulsão do mercado formal. Entretanto, as pesquisas não apreendem a temporalidade dos vínculos nem a alternância entre as inserções nos mercados formal e informal. Os moradores de rua entrevistados mencionaram um ou mais episódios de assalariamento formal, porém essa condição não significara melhoria nas condições de trabalho e de proteção social, nem tampouco o estabelecimento de vínculos suficientemente sólidos sobre os quais estabelecer uma identidade e um modo de vida.

Foi possível observar tanto a falta de conhecimento de instrumentos de proteção social que poderiam ser utilizados, quanto a utilização de mecanismos de proteção trabalhista como verdadeiras estratégias de sobrevivência. Luiz Augusto, oficial de eletricista, e Manuel, jardineiro, relataram experiências em que os patrões "ficam enrolando" para assinar a carteira de trabalho. Os dois criticam as estratégias dos empregadores que estabelecem uma intensa rotatividade dos trabalhadores amparados no período de experiência legalmente autorizado: passados os três meses de experiência, o trabalhador é dispensado. Luiz Augusto nunca solicitou o seguro desemprego e desconhecia tanto os mecanismos para obtenção do benefício quanto o valor do mesmo. Já o 'lancheiro' Roni, colega inicial de andanças de Luiz Augusto, parecia fazer uso da proteção social como estratégia de sobrevivência: "botava os sujeitos no pau", ou seja, entrava com ações na Justiça do Trabalho. Ele já tinha duas audiências marcadas de ações trabalhistas anteriores e naquele dia andara de Botafogo até o centro da cidade para falar com seu advogado e colocar "no pau" seu último ex-patrão, o dono de uma lanchonete.[240]

Embora seja difícil avaliar o grau de informalidade nas atividades anteriores dos moradores de rua, é possível observar que o critério da proteção assegurada (teoricamente) pela existência da carteira de trabalho assinada não configurava um parâmetro na busca e na escolha de atividades ocupacionais. Não é o setor informal como um todo que pode se revelar vantajoso em seus atributos de independência patronal, ausência de horários rígidos e possibilidades de rendimentos mais elevados. As atividades que poderiam ser caracterizadas como trabalho autônomo, quando mencionadas como atividades anteriores dos moradores de rua, localizavam-se nos

---

[240] Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97.

estratos inferiores de rendimentos. As alternativas possíveis estavam relacionadas ao setor informal, constituído pelo assalariamento sem carteira assinada, caracterizado pela regulação patronal, cargas horárias definidas (e, por vezes, extensas) assim como rendimentos inferiores aos parâmetros legais. Nesses casos o trabalhador estava inserido no processo produtivo porém em situação marginal.

As vulnerabilidades na dimensão do trabalho e rendimentos são constituídas por rotatividade entre informalidade e formalização precária. Esse conjunto de inserções ocupacionais vulneráveis – em rendimentos que assegurem uma sobrevivência autônoma e em vínculos que confiram uma identidade de trabalhador – caracteriza as modalidades mais adversas de inserção dos pobres no mercado de trabalho, que condicionam em limites muito estreitos as perspectivas de futuro. Aqueles que desde o ingresso no mercado de trabalho apresentavam precariedades e fragilidades, como baixa escolaridade e ausência de qualificação ou afastamento da unidade familiar de suporte, vão vivendo as experiências que pavimentam um caminho de desvinculações parciais e constantes (desemprego recorrente).

IDENTIDADE: trabalhador

Mesmo em se tratando de uma sociedade em que não há pleno emprego – "somos plenos de trabalho informal ou economia submersa" (Sposati, 1995) – o cidadão e o trabalhador são duas categorias que se confundem no imaginário social. O trabalho é o critério para determinar a legitimidade e a dignidade da existência do cidadão. A identidade do trabalhador está constituída por um lado pela auto-representação, mediadora ou não da identidade de provedor, em que o indivíduo se reconhece como integrante do mundo do trabalho. Por outro lado, interfere também na identidade de trabalhador, a representação (reconhecimento, legitimidade e valorização) que a sociedade tem de suas atividades ocupacionais enquanto trabalho digno, produtivo e socialmente útil.

A auto-representação como trabalhador está balizada em oposição à representação dos outros que, no caso dos moradores de rua, são mendigos e ladrões. Na própria identificação como trabalhadores revelam a permanência de vínculos (ainda que simbólicos) com a esfera do trabalho. Assumem os valores mais gerais da sociedade que estabelecem o primado do trabalho como modo legítimo e única via para uma vida autônoma. Os moradores de rua reproduzem os valores dominantes também quando se diferenciam entre si estabelecendo hierarquias: entre desempregados segundo o ofício exercido

anteriormente, e segundo as atividades que conseguem exercer nas ruas; entre desempregados e mendigos e entre necessitados e 'parasitas'.[241]

Entretanto, identificar-se como trabalhador desempregado não significa ser oriundo de experiências inseridas na cultura do trabalho industrial. A disciplina do trabalho, a carga horária e as demais exigências do vínculo ocupacional formal e regular são contestadas como excessivas (humilhantes, degradantes) frente aos baixos rendimentos, à monotonia das atividades realizadas e ao tédio que prepondera na sua vinculação com o trabalho. Assim, não é toda e qualquer atividade laboral que é valorizada e que confere o estatuto e a identidade de trabalhador; dependendo do grau de exploração e da precariedade de rendimentos, mesmo para o morador de rua desempregado, trabalhar pode ser coisa de 'escravo' ou 'otário'.

Os catadores de lixo do aterro sanitário assumem uma posição ambígua em relação à identidade de 'xepeiros'. A ocultação da identidade muitas vezes é contrastada com tentativas de encarar a catação como um trabalho qualquer. Dentro do 'lixão', onde todos estão na mesma condição, a identidade do catador é assumida e reforçada por histórias que revelam atitudes de bravura. Fora do 'lixão', assumir tal trabalho pode significar vergonha e segregação (Souza, 1995). A negação ou a dissimulação da condição, nem sempre possível, revela que as representações sociais foram interiorizadas pelos trabalhadores. Na análise de Neves (1995b), é a partir da internalização da desqualificação que o trabalhador cria novas formas de sobrevivência.

A identidade de trabalhador que se depreende da realização de certas atividades qualificadas como indignas, humilhantes e degradantes pode ter como contrapartida que o seu exercício possibilita, ainda que precariamente, cumprir o papel de chefe provedor e com isso readquirir os atributos de dignidade, legitimidade, autoridade e respeito.

As trajetórias ocupacionais anteriores dos moradores de rua constituem, em sua maioria, modalidades de inserções marginalizadas em relação aos setores dinâmicos da economia, assim como em relação às posições ocupadas no mercado de trabalho – ausência de regularidade, formalização e proteção social. Essas modalidades de inserção marginais garantem a sobrevivência física em níveis de pobreza e de indigência mas, principalmente, garantem a "sobrevivên-

[241] O sistema classificatório dos comportamentos dos que vivem na rua inclui parasitas, criminosos e mendigos. 'Parasitas' seriam os que dispõem de recursos materiais para sobreviver (família com algum recurso financeiro, direito à previdência) mas se valem da caridade pública; 'criminosos' são aqueles com histórias explícitas ou supostas de infração que se valem da caridade e de pequenos furtos para sobreviver; 'mendigos' são os que por infortúnio estão desprovidos de família e trabalho ou estão impossibilitados de trabalhar por deficiência física ou mental ou ainda por serem alcoólatras ('biriteiros') (Neves, 1983).

cia social, pela criação e recriação da identidade social do trabalhador" (Neves, 1995b). Para conseguir cumprir o papel de chefe provedor (e fugir da desmoralização exorcizando a acusação de vagabundo) são aceitas ocupações sem sentido econômico mas plenas de significados sociais. São, nos dizeres da autora, modalidades aceitas de miséria que mascaram a exploração em alto nível justamente porque propiciam o afastamento de acusações morais e, assim, da desclassificação social.

As ocupações anteriores dos moradores de rua, com ou sem sentido econômico – porém sempre plenas de sentido social – são modalidades de inserção extremamente vulneráveis e, portanto, nos limiares da desvinculação. Esses trabalhadores estão nas franjas da 'figura civil do trabalhador' e permanentemente ameaçados de vir a constituir o 'pobre incivil'. Mesmo realizando atividades regulares e fazendo funcionar as engrenagens do sistema, passam a fazer parte da esfera do não-trabalho cujas regras não são regidas por direitos universais – "são destituídos das proteções legais e, sobretudo, são destituídos desse reconhecimento e legitimação que se processa na trama organizada da representação e negociação" (Telles, 1994b). A ausência de reconhecimento e legitimação do modo de vida, a discriminação e estigmatização do ofício podem ser observadas nas ocupações de coleta e separação do lixo, mesmo quando exercidas por pessoas que não moram nas ruas.

As modalidades de inserção no mundo do trabalho dos moradores de rua – suas vulnerabilidades e seus limiares de desvinculação – podem ser caracterizados como integrantes de um processo cumulativo de vulnerabilidades e exclusões, em que o exercício de uma atividade, além de limitado nos rendimentos, não confere suporte identitário de trabalhador.

PROCESSO DE DESVINCULAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Entre as situações de vínculos ocupacionais vulneráveis e a condição de morador de rua há uma série de mediações e barreiras protetoras, anteparos que interferem no processo impedindo uma análise mecânica e determinística de destino inexorável.

O principal vínculo de inserção nas sociedades modernas continua sendo o que se desenvolve a partir da esfera do trabalho, mesmo considerando as transformações que revelam a sua perda da centralidade e anunciam o fim da sociedade de trabalho. Assim sendo, os processos de vulnerabilização, fragilidade e desvinculação na dimensão econômico-ocupacional adquirem relevância

na configuração do fenômeno da exclusão social. Apesar dessa preponderância, a sociedade pode mobilizar anteparos às trajetórias de desvinculação laboral por meio de direitos e proteções que viabilizem inserções (e inclusões) nas demais dimensões da existência – social, política, cultural e humana.

Esses anteparos às trajetórias de desvinculação na esfera do trabalho tradicionalmente se constituíram tendo por base a unidade familiar e a comunidade territorial, e desenvolveram-se em regulamentações sociais que protegeram os trabalhadores contra os riscos dessa modalidade específica de inserção, sob a égide de um Estado de Bem Estar Social. No caso do Brasil, é importante voltar a frisar, a família manteve-se como o principal suporte para a participação no mercado de trabalho.

Na medida em que esses anteparos sociais e, principalmente familiares, são restritos, frágeis ou mesmo inexistentes, as modalidades de integração possíveis – seletivas, parciais, marginalizadas, 'patológicas'[242] – congregam indivíduos no interior de uma 'franja' sob a permanente tensão da desvinculação completa e expulsão.

Os vínculos com o mundo do trabalho que se estabelecem no sistema capitalista pressupõem o trabalhador livre. Livre das tutelas e constrangimentos de sistemas anteriores e livre, paradoxalmente, porque sem possibilidade de reprodução senão pelo trabalho. Porém, na sociedade capitalista, essa liberdade não pode ser a de negar o trabalho. Daí decorrem conteúdos morais que dão positividade ao trabalho e ao trabalhador, que valoriza o fato de trabalhar (Neves, 1995b).

A separação entre trabalhadores diretos e meios de produção, a acumulação primitiva, o assalariamento crescente, a urbanização e a geração de uma superpopulação relativa constituíram os elementos nodais da expansão do capitalismo, cujas perspectivas de inclusão crescente de novos grupos sociais e, mesmo, de populações inteiras, parecia ilimitada no período entre o pós-2ª Guerra Mundial e meados da década de 70 (Fontes, 1997).

A centralidade dos vínculos com o mundo do trabalho em relação aos demais vínculos sociais, assim como a modalidade típica de inserção representada pelo trabalho assalariado, constituíram as referências sociais básicas dos últimos quarenta anos. Esse modelo hegemônico incorpora o mercado de trabalho e os vários mercados de consumo associados, assim como os mecanismos – sociais e sistêmicos – para essa integração.

---

242 Como o racismo que "é uma forma patológica de integração democrática, uma conseqüência da necessidade de ver no colonizado ou no selvagem um igual. O racista, mediante a racialização do indivíduo, incorpora-o ao seu próprio mundo, reencontrando dessa maneira uma posição na sociedade" (Lapeyronnie, 1993 apud Peralva, 1994).

O trabalho desempenha um papel central na organização da existência individual por meio de dois mecanismos principais: a integração social, em que o trabalho pode ser normativamente sancionado como um dever moral (o trabalho como ponto central de uma vida honesta e moralmente boa), e a integração sistêmica, em que o trabalho é estabelecido como uma necessidade (o trabalho como condição de sobrevivência física) (Offe, 1989). Dito de outra maneira, o trabalho tem um significado social e um sentido econômico. O significado social é a criação e recriação da identidade social do trabalhador (Neves, 1995b). O sentido econômico ainda poderia ser desdobrado segundo sua participação ou não na produção e acumulação de riquezas (significado macroeconômico) e segundo os níveis de vida (em termos microeconômicos, da existência individual) viabilizados por determinadas modalidades de inserção.

O assalariamento, a mercantilização da força de trabalho, constituiu segundo Fontes, uma inclusão forçada no processo de mercantilização da vida social, ou seja, na generalização das relações mercantis de cunho capitalista. A autora enfatiza a distinção: estar fora do processo de assalariamento não significa ficar fora ou à margem do mercado capitalista. Para caracterizar algum grupo como permanecendo fora do mercado seria necessário que ele fosse capaz de garantir sua subsistência independentemente das formas mercantis, ou recorrendo a elas de maneira apenas acessória. Como o mercado não permite externalidades[243] ao mecanismo de inclusão forçada se incorpora uma exclusão interna – não há possibilidades de sobreviver fora do mercado mas no seu interior é mantido nas margens (Fontes, 1997).

O movimento de expansão capitalista implica a constituição de uma superpopulação relativa, excedente, de um 'exército industrial de reserva', que desempenha um papel importante na acumulação ao pressionar o rebaixamento do valor da reprodução da força de trabalho e aumentar a subordinação do trabalhador ao capital pela ameaça constante de ser substituído (Kowarick, 1985). O modo capitalista de produção e acumulação gera e comporta estruturalmente exclusões intrínsecas e necessárias que adquirem formas e expressões conjunturais de desemprego e subemprego.

Mesmo com o predomínio do assalariamento, no apogeu da sociedade salarial, num país central como a França, durante os 'trinta anos de ouro' (1945-1975), a fragmentação se apresentava num "*continuum* de posições, numa constelação caracterizada por mudanças contínuas e flutuações que apagam as fronteiras e as substituem por transições perfeitamente contínuas" (Castel, 1995). Nesse *continuum* o autor distingue entre grupos de posições dominantes e do-

[243] "O mercado é uma forma que não comporta exterioridades; mesmo sendo expulso do mercado, ainda é mantido em suas margens e suas margens estão sempre no seu interior" (Balibar, apud Fontes, 1997).

minadas e analisa a sociedade salarial através da coexistência de blocos[244] segundo suas inserções no assalariamento. Os quatro blocos que integram os grupos de posições dominadas são assim caracterizados:

- bloco 'tradicional' – profissionais independentes vencidos pela modernização;
- bloco 'popular' – trabalhadores e empregados inscritos no *continuum* de posições que, apesar das incontestáveis melhorias nos seus padrões de consumo, ainda ocupam um lugar subordinado na configuração salarial;
- bloco 'periférico ou residual' – força de trabalho marginalizada em ocupações instáveis, sazonais e intermitentes; estes trabalhadores são deixados ao sabor da conjuntura e sofrem prioritariamente os golpes das variações das demandas de mão-de-obra;
- bloco 'quarto-mundo' – populações que jamais entraram na dinâmica da sociedade industrial, consideradas como uma "herança do passado", uma franja limitada de marginais ou associais que não parecem colocar em questão as regras gerais das trocas sociais nem a dinâmica do progresso da sociedade (Castel, 1995).

A sociedade salarial, apesar de integrada por variados grupos e blocos de posições, inclusive por parcelas marginalizadas e excluídas do processo de assalariamento, pôde desenvolver uma estrutura relativamente homogênea por meio do predomínio do vínculo assalariado formal mas, sobretudo, da adoção, pela maioria dos membros desta sociedade, "do assalariamento como um princípio único que ao mesmo tempo os reúne e os separa, e assim funda sua identidade social" (Castel, 1995).

Assim, antes das transformações mais recentes, o mercado de trabalho francês já apresentava uma fragmentação complexa na qual, sob a hegemonia do assalariamento, coexistiam diversas formas de inserção, diversidade em parte oriunda da perda de centralidade do trabalho industrial deslocado pelo predomínio do setor de serviços.

No caso brasileiro, em que o mercado de trabalho inseriu parcelas significativas da população através de mecanismos informais, a marginalização dos trabalhadores adquiriu especial relevância, evidenciando formas de incorporação seletiva nas quais preponderou o trabalho como mecanismo de integração sistêmica (necessidade). Entretanto, o trabalho se manteve como parâmetro moral. O hiato entre o que conforma a identidade do trabalhador – uma inserção formalizada que confere uma posição social legitimada e com direitos – e as dificuldades encontradas no mercado laboral, impede que a esfera do trabalho forneça

[244] O autor argumenta que a categoria classe, no sentido pleno da palavra, não existe senão quando é constituída numa dinâmica social que a torna portadora de um projeto histórico que lhe é próprio (Castel, 1995).

uma medida comum, os parâmetros públicos para o estabelecimento de comensurabilidade possível, o que desorganiza a vida das pessoas, fazendo prevalecer outras lógicas (privadas) com implicações nas representações sociais do trabalho e dos trabalhadores – a maneira como se enxergam e como são vistos. (Telles, 1993)

Essa privatização da experiência social desloca da esfera do trabalho para o âmbito familiar o *locus* dominante de integração social (dever moral) e, em contraste com as sociedades centrais, a inserção ocupacional funciona como intermediária na constituição da identidade do provedor-trabalhador.

A partir de meados da década de 70 começaram a ser percebidas e apontadas transformações nos processos produtivos e de acumulação capitalistas que tornou ainda mais complexa a fragmentação do mercado de trabalho. O que foi denominado de crise e agonia da sociedade de trabalho significa que as metamorfoses em curso inviabilizam o fato de que o trabalho se mantenha como princípio central da organização social. Nesse sentido são apontadas as transformações tecnológicas que tornam a incorporação de mão-de-obra cada vez mais seletiva e que desvinculam a acumulação capitalista do processo de exploração da força-de-trabalho. A lógica da fase atual do capitalismo é a obtenção do lucro pelo não-trabalho, é "a mais-valia do não-trabalho" (Forrester, 1997). Todas as reestruturações gerenciais, a 'reengenharia produtiva', se pautam pela limitação ao máximo do número de empregos restritos aos altamente qualificados. Desta forma, o lucro não é apenas independente do trabalho mas entra em oposição a este.[245]

As manifestações mais evidentes dessas metamorfoses apontam para a desindustrialização, com o deslocamento de capital (e dos empregos) para o setor de serviços, a retração do mercado de trabalho, o desassalariamento e a desqualificação do emprego (e não só da força de trabalho) (Silva, 1997). As conseqüências se fazem sentir na diversificação das modalidades de inserção (aumento da fragmentação), no desemprego e, mais caracteristicamente, na crescente superfluidade de grandes contingentes populacionais.

Entretanto, esse processo de transformação do mercado de trabalho na sociedade francesa está associado a dois outros fatores de igual importância: por um lado, o abandono progressivo do compromisso do Estado com o pleno emprego e com o bem-estar social (discursivamente sustentado nas mudanças das regras da competição internacional e nas necessárias políticas de ajuste fiscal) e, por outro lado, em mudanças de valores, nas quais há uma descentralização do trabalho em relação a outras esferas de vida: "o trabalho não só foi desloca-

[245] A autora exemplifica com a alta das bolsas de valores provocada pela demissão em massa de funcionários da Xerox, e com a queda dos índices financeiros quando o Secretário do Trabalho norte-americano anunciou uma diminuição das taxas de desemprego — à custa de empregos precários e mal remunerados (Forrester, 1997).

do objetivamente de seu *status* de uma realidade de vida central e evidente por si própria (...) mas também (...) está perdendo seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores" (Offe,1989).

Nesse contexto de alta instabilidade, surgem as trajetórias de desvinculação do eixo do mundo do trabalho, situações de precariedade e instabilidade que alimentam uma dinâmica de desemprego recorrente e que freqüentemente conduzem ao desemprego de longa duração e ao afastamento integral do mercado de trabalho, acometendo faixas da população que já não podem ser consideradas como marginais ou residuais. Constituem portanto trajetórias sucessivas de fragilização (precariedade e instabilidade) e rupturas temporárias dos vínculos com o mundo do trabalho formal caracterizado pelo binômio remuneração/proteção (Castel, 1991).

Essas transformações que operam em escala mundial desenvolvem-se em contextos nacionais específicos. No Brasil, a precarização do trabalho, assim como o crescimento da ocupação informal, "fez parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil" (Oliveira, 1981). Do ponto de vista da acumulação os setores marginais e dinâmicos estão integrados ainda que seja às custas da existência de uma "mão-de-obra superexplorada que vai prestar serviços às classes médias e dominantes a custos baixíssimos" (Oliveira, 1997).

A marginalização dos grupos sociais foi resultante da fase monopolista de um capitalismo dependente, cuja característica principal foi a de ser desigual e combinado. Enxertos advindos da dinâmica econômica predominante nos países centrais não penetraram nas sociedades latino-americanas de forma coordenada e integral, originando mudanças abruptas no processo de acumulação sem que seus efeitos se generalizassem para o conjunto da economia. Em sua forma monopolística, com nível tecnológico relativamente elevado e uma baixa potencialidade de integrar força de trabalho nas relações de produção modernas, esse processo geraria uma superpopulação relativa (Kowarick, 1985).

A partir deste ponto – a conformação de uma superpopulação relativa – a abordagem marxista da marginalidade teve dois enfoques principais. Aníbal Quijano e José Nun advogavam que a 'massa marginal' ou o 'pólo marginal'[246] atingiria uma tal magnitude numérica que tornaria esse excedente populacional disfuncional à acumulação capitalista, cindindo as sociedades. Lúcio Kowarick e, particularmente, Francisco de Oliveira refutaram a idéia de disfuncionalidade e sua conseqüente dualidade social e, recuperando a categoria de 'exército in-

[246] Nun (1969) diferencia a "superpopulação relativa" (desempregados e subempregados) do "exército industrial de reserva" (trabalhadores com possibilidades de integrar a produção); sobra, portanto, uma fração que ele denomina "massa marginal", constituída por aqueles que não encontrarão jamais um lugar no mercado de trabalho. A existência de uma "massa marginal" seria característica da situação de dependência dos países do terceiro mundo (Fassin, 1996a).

dustrial de reserva', definiram marginalidade como um modo específico de inserção na acumulação capitalista. "Os contigentes configurados como grupos 'marginais' não constituem 'pesos mortos' no processo de acumulação (....) aparecem como um dos pontos de apoio para fazer girar a engrenagem da economia" (Kowarick, 1985; Oliveira, 1981).

Nesse percurso teórico, a marginalidade foi considerada como uma modalidade específica de inserção no modo de produção e acumulação capitalista nas sociedades dependentes ou em desenvolvimento. Inserção parcial e seletiva, porém parte do *continuum* de posições, conformando o bloco dominado que Castel chamou de 'periférico ou residual'.

No Brasil, o surto de desenvolvimento nacional do período pós-guerra gerou as imagens que associavam a pobreza com os resíduos de 'bolsões tradicionais', os que não tinham se inserido na modernidade, ou com aqueles que estavam 'em transição', e que pronto seriam absorvidos (Valladares, 1991). A estruturação dessa faixa marginalizada se desenvolveu num contexto de alto crescimento demográfico e intensa urbanização. Porém, na medida em que as altas taxas de crescimento das atividades industriais não conseguiram criar suficientes oportunidades no mercado formal de trabalho, as possibilidades de integração condicionavam as camadas populares a situações de subemprego. A marginalidade manifesta no subemprego caracterizou uma integração parcial na modernização e a conformação de um extenso exército industrial de reserva.

Ainda que marginalidade no processo de desenvolvimento capitalista e pobreza não sejam sinônimos nem equivalentes, o subemprego é caracterizado por seus baixos rendimentos e esta será a principal característica adotada para a configuração da pobreza – "população de baixa renda". O pobre é assim o subempregado, cuja existência se dá através de uma "economia de sobrevivência" que lhe confere uma renda insuficiente e que o caracteriza como carente (Valladares, 1991).

A informalidade tampouco podia ser caracterizada pela associação a um determinado grau de pobreza e sim por

> uma multiplicidade de 'patrões', geralmente consumidores de serviços pessoais, sem reconhecimento jurídico; por não constituir um emprego fixo mas uma tarefa específica, geralmente de curta duração; pelo desenvolvimento de uma rede de relações sociais a fim de criar 'laços de clientela' que garantam a continuidade do trabalho, o que implica uma alta dose de 'personificação' da atividade econômica e torna o mercado não-formal muito mais instável e flexível no que toca ao preço. (Kowarick, 1985)

Marginalidade e informalidade configuraram, até meados dos anos 80, as principais categorias para analisar a intensa fragmentação social evidenciada no mundo do trabalho. "O núcleo duro da marginalidade pode ser definido a par-

tir de dois traços característicos: a ausência de articulação ou de inserção formal no processo de produção industrial urbana e a insegurança crônica de emprego" (Lomnitz, apud Fassin, 1996). Entretanto, esse grupo de posições no mercado de trabalho não podia mais ser denominado de 'periférico ou residual' e tampouco atribuído à uma 'herança do passado'.

A partir da década de 80, com a crise econômica mundial e os processos nacionais de ajuste fiscal, a marginalidade não somente não pode ser caracterizada como transitória, como passa a ser a modalidade de incorporação de parcelas populacionais até então formal e regularmente inseridas. Esses grupos de trabalhadores, até então incorporados nas margens do *continuum* de posições sociais, têm um crescimento numérico e se desbordam na constituição de uma outra franja que se caracteriza pela ausência permanente de vínculos com a esfera do trabalho – mas que tampouco se confunde com o 'quarto-mundo' pois este bloco está configurado, segundo Castel (1995), por "populações que jamais entraram na dinâmica da sociedade industrial, grupos associais limitados que não colocam em questão as regras gerais da sociedade".

O fenômeno que surge ultrapassa as categorias de marginalidade e informalidade, pois caracteriza grupos que estavam inseridos formalmente ou que tinham maiores possibilidades de inserção protegida. Não podem ser definidos como associais, na medida em que o trabalho persiste como parâmetro moral e seu crescimento coloca em questão as modalidades de integração social. A marginalidade e a informalidade passam a constituir trajetórias possíveis (e prováveis) de desvinculação ocupacional, mas diferem da exclusão do mercado de trabalho, da condição de ser supérfluo e desnecessário ao processo de acumulação capitalista. Entretanto, retoma-se a idéia de Nun e Quijano da existência de uma 'massa marginal'.

No padrão de desenvolvimento tecnológico contemporâneo, que interfere na estrutura de empregos prescindindo de contingentes cada vez maiores de trabalhadores – e excluindo-os –, uma tendência é que o desemprego seja crescente e estrutural. Isso aponta para a inexistência, sequer como potencialidade, de postos de trabalho e para a impossibilidade de reabsorção pelo mercado dos progressivos contigentes de excluídos. Dessa forma os excluídos tampouco constituem um 'exército de reserva' que interfere barateando a força de trabalho. Simplesmente não há lugar na vida econômica para esses indivíduos e a sua própria existência é disfuncional às mudanças tecno-estruturais da produção. Considerar contingentes populacionais como supérfluos significa dizer que eles não têm qualquer papel no processo produtivo, menos ainda na acumulação capitalista, e, portanto, são pobres dependentes, elementos de despesas, inúteis e incômodos.

Desta forma, às modalidades 'tradicionais' de marginalização no interior do processo de produção de riquezas vêm se somar as transformações contemporâneas que se processam em escala global, configurando uma nova 'franja' na

fragmentação dos vínculos ocupacionais: a desvinculação integral e permanente do mercado de trabalho, a exclusão que neste âmbito de análise significa a produção (crescente) de trabalhadores desnecessários e supérfluos. A exclusão se apresenta assim como uma segmentação especificamente contemporânea no interior de um processo histórico de fragmentação social.

Supérfluos e desnecessários: os inúteis ao mundo

> *Foram necessários séculos de sacrifícios (....) para fixar o trabalhador à sua tarefa e depois mantê-lo através de um conjunto de vantagens 'sociais' que irão qualificar um estatuto constitutivo da identidade social. E, no momento em que essa 'civilização do trabalho' parecia se impor definitivamente sob a hegemonia do assalariamento, o edifício se fissura, trazendo de novo para a ordem do dia a velha obsessão popular de viver 'dia por dia'.* (Castel, 1995)

A partir de 1975, segundo Castel, reapareceu na França a "vulnerabilidade de massa" sob a forma de uma "nova questão social": os "trabalhadores sem trabalho", os excedentes, os supranumerários, os "inúteis ao mundo". Há um déficit de postos ocupáveis na estrutura social, que integra posições às quais são associadas uma utilidade social e um reconhecimento público. Os supranumerários são inúteis socialmente,

> se alojam no mundo sem verdadeiramente lhe pertencer, numa espécie de *no man's land* social; (...) não estão integrados e sem dúvida são 'inintegráveis', pelo menos no sentido em que fala Durkheim – a integração como pertencimento a uma sociedade formando um todo de elementos interdependentes. (Castel, 1995)

A 'nova questão social' difere da situação anterior de vulnerabilidade dos grupos subordinados da sociedade industrial, porque estes últimos eram explorados mas indispensáveis, enquanto neste momento são desnecessários e inimpregáveis, são 'normais inúteis'. Ocupam uma posição homóloga na estrutura social à do 'quarto-mundo' no apogeu da sociedade industrial; porém, ao invés de serem percebidos como "herança residual e periférica", suscitam inquietações sociais. E, como o trabalho é mais que uma ocupação, conferindo um lugar social e um sistema identitário, o não-trabalho é mais que o desemprego: "a inutilidade social os desqualifica no plano cívico e político" (Castel, 1995).

Os contornos da 'nova questão social', que Castel consegue traçar com nitidez na sociedade francesa, são menos precisos na sociedade brasileira: a configuração histórica da classe trabalhadora "fez surgir um grande contingente de trabalhadores pobres, quer fossem operários, quer fossem assalariados do terciário, biscateiros ou trabalhadores autônomos" (Zaluar, 1994a). As catego-

rias 'trabalhadores pobres' ou 'classes populares' englobam diferentes setores da população: o operariado ativo, o exército industrial de reserva, os miseráveis e o lumpemproletariado. Engloba também a pobreza abrigada e a pobreza desabrigada, seja o desabrigo ocasional, por calamidades públicas, seja este permanente, isto é, o trabalhador pobre morador de rua.

Os moradores de rua integram a classe trabalhadora como exército de reserva ou pertencem a camada social do lumpemproletariado? A população de rua é a manifestação de uma camada consolidada (permanente) de superpopulação relativa do pauperismo? A exclusão contemporânea expressa na desvinculação do mundo do trabalho é manifestação conjuntural de uma superpopulação relativa que percorre a trajetória do pauperismo e da indigência, ou está configurada pela constituição de uma nova camada, 'sem valor de reserva' mas tampouco integrante do lumpemproletariado?

> A população de rua, conceitualmente, faz parte do chamado lumpemproletariado e, no limite, do exército industrial de reserva. Se ela tem aspectos de identidade semelhante aos trabalhadores em geral, ela tem sua identidade própria, sua especificidade. (Wanderley, 1995)

O mendigo é associado à pauperização da classe trabalhadora e ao lumpemproletariado, o rebotalho da classe operária, o refugo expulso ou não absorvido pelo mercado de trabalho (Neves, 1983).

A população de rua apresenta uma história profissional segmentada que possibilita caracterizá-la como exército de reserva. Mas, também, como população excedente, supranumerários, massa marginal, inúteis ao mundo ou lumpens. As duas camadas sociais estão representadas entre os moradores de rua, mas pode estar expressando também a constituição de uma terceira camada, uma especificidade contemporânea de desvinculação.

Exército industrial de reserva, lúmpen, pauperismo

> *Quanto maior é a riqueza social(...) tanto maior é a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva(...) E quanto maior é esse exército de reserva, em comparação com o exército operário ativo (ou seja, com os operários que trabalham normalmente), tanto maior é a massa de superpopulação consolidada (permanente). (...) Finalmente, quanto mais extensos são na classe operária o setor da pobreza e o exército industrial de reserva, tanto maior é também o pauperismo oficial.* Tal é a lei absoluta, geral, da acumulação capitalista. (Marx, apud Marx & Engels, s/d)[247]

[247] Grifos do original.

A superpopulação relativa é a "população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente" (Marx, 1980). O exército industrial de reserva está constituído por segmentos da classe trabalhadora mantidos em disponibilidade, cuja magnitude varia com os ciclos de expansão e retração do capital. Os sintomas de sua existência se manifestam em desemprego ou formas parciais de emprego – incerteza e irregularidade da ocupação, interrupções do trabalho, freqüentemente repetidas e longas. Todos esses sintomas significam que o trabalhador está dissociado dos meios de subsistência. E, sendo a produção de trabalhadores supérfluos (mesmo à custa do trabalho excessivo de outros) "na proporção da energia e da extensão da acumulação capitalista" esta, como lei geral determina "uma acumulação da miséria correspondente à acumulação do capital" revelando o "caráter antagônico da produção capitalista" (Marx, 1980).

Marx aponta três formas de existência da superpopulação relativa sempre presentes: a superpopulação 'latente', caracterizada pelo trabalhador rural, um "manancial da superpopulação relativa"; 'flutuante', constituída pelos trabalhadores de ocupação instável, cuja magnitude pode permanecer estável alterando-se sua composição interna: a apropriação pelo capital de forças de trabalho suplementares como mulheres e crianças configura esse segmento constituído por homens adultos supérfluos; e 'estagnada', conformada por aqueles que exercem ocupações irregulares das quais o trabalho a domicílio é o exemplo mais citado. Os trabalhadores que se tornam supérfluos na grande indústria, na agricultura e nos ramos em decadência ingressam no segmento estagnado, caracterizado pela duração máxima de trabalho e um mínimo de salário. Este é o grupo que relativamente mais cresce nos momentos em que a superpopulação relativa aumenta.

Como essas três formas de existência significam que o trabalhador está despojado dos meios de subsistência, em maior ou menor grau e num tempo mais ou menos curto, com relativa independência do segmento específico da superpopulação relativa, constitui-se uma (quarta) forma de existência, "o mais profundo sedimento da superpopulação relativa (que) vegeta no inferno da indigência, do pauperismo" (Marx, 1980).

O pauperismo, segundo Marx, constitui "o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva" e está constituído por três categorias: aptos para o trabalho; órfãos e filhos de indigentes; e incapazes de trabalhar, como idosos, mutilados, enfermos e viúvas. O pauperismo oficial é composto pela "parte da classe trabalhadora que perdeu a condição de sua existência, a venda da força de trabalho, e vegeta na base da caridade pública" (Marx, 1980).

A camada social pauperizada ultrapassa os limites das formas de existência da superpopulação relativa. Por um lado, pode incluir os assalariados e, por outro lado, engloba também o lumpemproletariado ("vagabundos, criminosos, prostitutas, o rebotalho do proletariado").

Portanto, o traço essencial do pauperismo não é a posição do trabalhador no processo de produção, e sim o modo de existência – ele vegeta na indigência, na caridade – e o caráter de dependência daqueles que se tornam continuamente supérfluos, antepondo-se à autonomia obtida através do trabalho. A necessidade recoloca para os trabalhadores livres a relação de dependência existente na escravatura e na servidão: a "dependência absoluta causada pela privação dos meios de subsistência indispensáveis, é quase a dependência da escravidão" (Le Chapelier, apud Marx, 1980).[248]

Uma condição de existência pauperizada não permite tampouco distinguir entre diversos segmentos da classe trabalhadora e a sua própria escória. Na esfera da reprodução os limites são extremamente tênues, principalmente entre indigentes e lúmpen. O ponto de clivagem entre a classe trabalhadora e uma camada que já não integra mais essa classe é configurado pelo caráter moral do trabalhador, o 'valor e pureza de caráter', que mantém mesmo em condições miseráveis de existência.

Marx estabelece nitidamente a diferença entre exército industrial de reserva e lúmpen, embora não utilize os mesmos parâmetros na configuração de cada agente social. As formas de existência da superpopulação relativa, analisados em *O Capital*, são estabelecidas a partir da posição que os trabalhadores ocupam na produção de riquezas e do grau de exploração a que estão submetidos. Já as características do lumpemproletariado, encontradas nos escritos políticos de Marx,[249] têm por referência as posições políticas do grupo analisados sob parâmetros de ordem moral. Dessa forma, a aristocracia financeira dominante pode ser caracterizada como lumpemproletariado nos seus métodos de aquisição (especulação, jogo) e nos seus prazeres devassos. Na configuração do lúmpen os traços predominantes são de ordem comportamental e moral; na definição do pauperismo e da indigência predominam os parâmetros econômicos e uma condição dependente de existência, a 'escravidão da necessidade'.

---

[248] Marx cita a "escravidão da necessidade" para criticar as posições de Le Chapelier contrárias às coligações e associações de trabalhadores.

[249] A referência clássica de Marx ao lumpemproletariado é encontrada em *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (1852), ainda que apareça também em *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* (1850) e no prefácio de Engels a *A Guerra Camponesa na Alemanha* (1870). A situação de indigência da classe trabalhadora, particularmente do operariado industrial no sentido estrito do termo, é amplamente analisado em Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845).

O lumpemproletariado é o "produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade" (1848),

> é um centro de recrutamento de gatunos e delinqüentes de toda a espécie, que vivem dos despojos da sociedade, pessoas sem profissão fixa, vagabundos, gente sem eira nem beira, que diferem segundo o grau de cultura da nação a que pertencem, mas jamais renegam seu caráter de elementos desclassificados da população. (1850)

É "a escória integrada pelos elementos desclassificados de todas as camadas sociais e concentrada nas grandes cidades"; constitui um "refugo absolutamente venal e o mais incômodo" e é considerado como o "pior aliado da classe operária" (1870).

> O principal significado da expressão não está tanto na referência a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes por ela chamar a atenção para o fato de que, em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma massa 'desgovernada', particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários. (Bottomore, 1988)

Ainda que todas as referências ao lúmpen considerem-no como 'lixo humano' produzido pela sociedade burguesa em geral e integrado por elementos de todas as camadas sociais, o 'viveiro' do lúmpen, adotando-se os parâmetros econômicos, parece localizar-se no proletariado vulnerável, ou seja, na superpopulação relativa despojada dos meios de subsistência. "A palavra lúmpen significa trapos, farrapos. Seria a escória da pobreza, o rebotalho do proletariado" (Sawaia, 1990).

O lúmpen pode ser caracterizado como a última franja da classe trabalhadora, 'os supérfluos dos supérfluos', indivíduos que estão não somente à margem mas fora da dinâmica econômica, porque não têm valor de troca como força de trabalho. População desnecessária e supérflua do ponto de vista da valorização do capital, pois perdeu a condição de existência (como trabalhador), a venda da força de trabalho. A categoria de lúmpen teria, portanto, três principais características: integrar a camada pauperizada; adotar comportamentos criminosos e associais que entram em choque com as próprias leis da burguesia e configurar um 'lixo humano' impossível de ser erradicado, existindo em qualquer sociedade e em qualquer período histórico.

Arendt denomina esse 'lixo humano' de *ralé*,

> esses elementos tornados permanentemente ociosos eram supérfluos para a comunidade e durante todo o século XIX reconheceu-se que ameaçavam a sociedade de tal modo que a sua 'exportação' foi promovida juntamente com o capital supérfluo através do imperialismo. (Arendt, 1989)

A ralé é considerada um subproduto da sociedade burguesa e, portanto, inseparável desta, composta do refugo de todas as classes. Apresenta uma "mentalidade típica" que revela "um recuo gradual e contínuo em todas as questões de moral e um crescente gosto pela falta de escrúpulos e cinismo" (Arendt, 1989). Arendt utiliza para caracterizar a ralé elementos apontados por Marx na constituição tanto da superpopulação relativa quanto do lúmpen. Entretanto, a ênfase da autora, na análise da ralé como "avesso da sociedade burguesa" e "classes mortas" (ou seja, homens supérfluos que não integram a sociedade de classes), aproxima muito mais esse grupo do lúmpen.

Considerando os blocos sociais no interior dos grupos dominados, anteriormente apontados por Castel, podemos relacionar o bloco 'popular' como aquele constituído pela classe trabalhadora ativa, formalmente inserida e protegida; o bloco 'periférico ou residual' integrado pelo exército industrial de reserva e o bloco 'quarto-mundo', composto pelo lumpemproletariado. Entretanto, o crescimento dos grupos sociais 'periféricos ou residuais' e do 'quarto mundo', além da perda de nitidez entre eles, implicou a utilização cada vez mais freqüente da noção de 'quarto mundo' para indicar uma camada crescente de trabalhadores ainda mais marginalizados dos pólos dinâmicos do processo de produção e acumulação capitalista do que os integrantes do bloco 'periférico ou residual', mas que não poderiam ser definidos como 'ilhas arcaicas de associais'.

A noção de 'quarto-mundo' passou então a estar relacionada não ao lúmpen e sim ao subproletariado: o grupo que não conseguia se fixar de maneira estável dentro do mundo do trabalho industrial, caracterizado pela irregularidade de emprego e de rendimentos, desenvolvendo atividades intermitentes, que assumem a forma de trabalho informal, ocasional, variáveis em sua duração e natureza. Ora, essas são as características apontadas por Marx das formas estagnada e flutuante da superpopulação relativa. O que, então, era diferente da situação anterior? Afora seu crescimento numérico correspondente aos ciclos econômicos recessivos, a mudança de perfil dos integrantes. A 'nova pobreza' era uma camada que transbordava o bloco dos trabalhadores marginalizados e era gerada não apenas pelo bloco popular, mas também pelas camadas médias e dominantes que até então não compartilhavam um modo de existência vulnerável.

A categoria de exclusão na esfera ocupacional, assim como nas demais dimensões, refere-se tanto aos processos de fragilidade e ruptura dos vínculos laborais quanto à condição (estado) de estar de maneira permanente fora do mercado de trabalho. Os excluídos não constituem um 'exército de reserva' mas tampouco podem ser classificados como lúmpen.

A definição de superpopulação relativa ao movimentos de acumulação do capital foi construída quando este dinamismo estava conferido pelo pólo industrial. Entretanto, à medida que a dinâmica da acumulação se desloca para o

pólo financeiro e de serviços, forma-se um exército de reserva não mais industrial e sim do setor terciário e, neste, no seu segmento tradicional. A fragmentação da 'sociedade salarial' incorporaria, desta forma, um exército de reserva do setor de serviços tradicionais que não têm funcionalidade para a acumulação capitalista nem como fator disciplinador da mão-de-obra nem pressionando para baixo o valor da reprodução da força de trabalho. São subproletários 'inimpregáveis', ou que do ponto de vista da dinâmica do capital não precisam ser absorvidos. Conformam um grupo de indivíduos que são supérfluos e desnecessários como *homo faber* – atividade da condição humana que interfere e interage com a natureza fabricando "a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano, a objetividade do mundo feito pelo homem" (Arendt, 1991).

TRABALHO E LABOR

Analisando a condição humana, Arendt (1991) estabelece uma diferenciação valorativa entre as três atividades fundamentais da *vita activa*: o labor, o trabalho e a ação.

O labor é a atividade humana voltada para a manutenção da vida, é o processo biológico que responde às imperiosas necessidades vitais. A atividade do *animal laborans* é manter-se vivo, é fazer funcionar seu metabolismo, o que não estabelece grandes diferenças entre os seres humanos e os animais. O labor está vinculado à parte corporal da existência humana, às necessidades no seu sentido original, ou seja, à condição de sermos carentes pelo fato de termos um corpo. É constituído por todas as atividades a serviço da subsistência do indivíduo e da sobrevivência da espécie; não designa um produto final e é interminável, acompanhando automaticamente a própria vida. As atividades do labor são consumidas tão logo são realizadas; após breve permanência neste mundo retornam ao processo natural que as produziu, seja pela absorção no processo vital do animal humano, seja pela sua própria decomposição, vão e vem sem deixar vestígio algum de terem existido. Os produtos do labor não se tornam mais duráveis por serem abundantes e o esforço do labor jamais poupa o animal que labora de repeti-lo mais de uma vez, permanecendo, portanto, como eterna necessidade imposta pela natureza.

O eterno ciclo da vida biológica é realizado através do labor e do consumo. Labor tem a conotação de dor, de atribulação; designava o modo de vida do escravo e desde sempre o que deve ser ocultado na esfera privada.

O trabalho, atividade do *homo faber* (homem produtor) em sua interação com a natureza na produção de objetos, distingue-se das atividades da espécie animal e transcende as vidas dos indivíduos. O trabalho produz objetos de uso

que têm durabilidade e que podem ser acumulados; diferentemente dos bens de consumo, os produtos do trabalho não desaparecem com o uso, têm estabilidade e solidez, e garantem a permanência e a durabilidade sem as quais o mundo simplesmente não seria possível. No fim do processo de fabricação surge algo inteiramente novo, que permanece no mundo como unidade independente dos homens que o produziram e o utilizam; o processo não precisa ser repetido (pode ser multiplicado) ou é repetido por motivos alheios a si mesmo, diferindo da repetição compulsória inerente ao labor.

O grau de mundanidade das coisas produzidas depende de sua maior ou menor permanência neste mundo, da capacidade de transcender e alienar-se dos processos da própria vida. O processo de fabricar coisas é limitado e atinge um fim previsível, enquanto o processo vital que exige o labor é uma atividade interminável; para o labor nenhuma qualificação é necessária, enquanto a divisão do trabalho exige a especialização.

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, realizada tanto por Marx quanto por Adam Smith, contém a diferença entre trabalho e labor: o trabalho improdutivo, menosprezado por ambos, é mera subsistência, não deixando atrás de si nada em troca do que consome, é, portanto, labor. Porém Marx, segundo Arendt, estava equivocado ao considerar o trabalho produtivo como atividade central, pois se o trabalho é uma atividade própria dos humanos, não é na relação com esse mundo de coisas que está a potencialidade máxima da condição humana. É na esfera pública, através da capacidade da ação e da fala, através da política, no *bios politikos* (o modo de vida do cidadão), que o homem realiza plenamente sua condição: a ação é prerrogativa exclusiva dos seres humanos e depende constantemente da presença dos outros.

Nessa tipologia axiológica, Arendt situa também a distinção entre as esferas privada e pública: o labor e o trabalho pertencem à esfera privada, âmbito da necessidade, da família, da hierarquia e da desigualdade naturais; a política situa-se na esfera pública, dimensão à qual pertencem a liberdade, a cidadania, a democracia e a igualdade.

Os produtos do metabolismo do homem com a natureza não duram no mundo o tempo suficiente para se tornarem parte dele e a própria atividade, concentrada exclusivamente na vida e em sua manutenção, é tão indiferente ao mundo que é como se este não existisse. O labor é a única atividade que corresponde à experiência de completa ausência do mundo, pois nesta o indivíduo se volta para dentro de si mesmo, concentra-se apenas no fato de estar vivo.

"Nada é menos comum e menos comunicável – e, portanto, mais fortemente protegido contra a visibilidade e a audibilidade da esfera pública – que o que se passa dentro do nosso corpo, seus prazeres e dores, seu labor e consu-

mo" (Arendt, 1991). A concentração exclusiva na vida corporal expele o indivíduo radicalmente para fora do mundo. O isolamento do *animal laborans* deriva do fato de ele estar prisioneiro da privatividade do próprio corpo, adstrito à satisfação de necessidades das quais ninguém pode compartilhar e que a ninguém pode comunicar inteiramente. A ocupação da esfera pública pelo *animal laborans* não significa que exista uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público.

Os indivíduos reduzidos à condição de *animal laborans* estão 'fora deste mundo' e são desnecessários como *homo faber* e como cidadãos. A sua preservação é preocupação unicamente individual: para a sociedade passa a ser um 'metabolismo supérfluo', com cuja existência ninguém se preocupa, quanto mais com sua produtividade ou com sua participação cidadã.

> A pobreza é mais do que privação, é um estado de constante carência e aguda miséria, cuja ignomínia consiste em sua força desumanizadora; a pobreza é abjeta, porque submete os homens ao império absoluto de seus corpos, isto é, ao império da necessidade. (Arendt, 1990)

A situação de escassez e penúria é acrescida da obscuridade, que significa passar despercebido. A pobreza força o homem livre a agir como escravo; o servo da necessidade tem sua liberdade sacrificada. Na antiguidade, ser político significava atingir a mais alta potencialidade da existência humana; entretanto, não possuir um lugar próprio e privado (como no caso do escravo) significava deixar de ser humano (Arendt, 1991). Os indivíduos, relegados à condição de 'metabolismos supérfluos e desnecessários', são expulsos da idéia de humanidade. Não apenas não são iguais como cidadãos, como tampouco são iguais como seres de uma mesma espécie.

Os moradores de rua têm raras e limitadas oportunidades de exercer a ação na esfera pública. Suas condições de existência parecem circunscritas às atividades do trabalho (as exercidas nas ruas e as realizadas antes de morar nas vias públicas) e ao labor. Quanto mais passa o tempo, mais a existência dos moradores de rua parece limitar-se à atividade do labor, as potencialidades da condição humana restritas à reprodução da vida.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA RUA: trabalho [labor] & pedido

Entre moradores de rua há uma alta taxa de ocupação. Agrupando os que se declararam sem ocupação e os que foram caracterizados como pedintes, entre 20 e 30% da população não realiza qualquer atividade para ganhar dinheiro. Na população pesquisada na cidade de São Paulo, em 1991, a taxa de ocupação encontrada foi de 83% na clientela dos abrigos, 87% entre os entrevistados

nas Casas de Convivência e 72% da população dos albergues. A pesquisa realizada em Porto Alegre evidenciou uma taxa de ocupação bem menor: 48,5% dos 222 moradores de rua entrevistados não realizavam nenhuma atividade.

O leque de atividades é bastante semelhante nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília. A tabela a seguir mostra algumas informações encontradas sobre o Rio de Janeiro e São Paulo. Em Porto Alegre as atividades mais comuns também foram: guardador de carro (17,1%), catador de papel (4,5%) e outras atividades como serviços gerais (17,1%) (PUC/RS, 1995). Em São Paulo as atividades mais freqüentemente exercidas foram: carregador de caminhão, catador de papel, encartador de jornais e guardador de carros (Sebes, 1992).

Tabela 19 - Atividades ocupacionais realizadas por moradores de rua. Rio de Janeiro e São Paulo

Ocupação	Rio de Janeiro		São Paulo	
	1986	1991	1993	1995
Sem ocupação	–	3,7	17,3	–
Pedintes	28,0	15,5	6,2	25,0
Catadores de papel	28,0	33,3	11,0	21,0
Catadores de lata	–	–	-	9,0
Guardadores/lavadores	13,8	14,2	10,2	19,0
Vendedores ambulantes	11,3[250]	11,2	15,2	–
Artesãos	–	–	15,8	–
Construção civil	0,7	3,1	13,0	–
Carregadores	2,2	0,7	8,3	–
Marisqueiros	4,7	–	-	–
Outras ocupações	11,3	18,3[251]	3,0	–

Fonte: FLXIII, 1991; SMDS/RJ;[252] Datafolha, 1995

As atividades exercidas têm como característica geral o fato de que a oportunidade de seu exercício geralmente está associada à moradia nas ruas. Há ocupações típicas dos moradores de rua, dentre as quais se destaca a catação de lixo. Não são atividades que exijam qualquer qualificação, embora envolvam um processo de aprendizado (como relataram Miguel e Cícero, que aprenderam a

250 Inclui vendedores ambulantes e artesãos.
251 Inclui a alternativa 'nenhuma das anteriores'.
252 *O Estado de S. Paulo*, 7/fev./93.

'garimpar' o lixo), uma apropriação do 'território de trabalho' e relações específicas com transeuntes – investidos ou não de autoridade – para viabilizar o seu exercício.

As atividades realizadas nas ruas podem ser analisadas segundo diversos parâmetros:

- a necessidade ou não de instrumentos de trabalho (carrinho, ferramentas); a necessidade de investimento prévio (estoque de mercadorias para vendedores ambulantes);
- a vinculação ou não com apropriação mais permanente do território; o exercício do ofício segundo a localização no espaço urbano (topografia das atividades);
- a regularidade ou não do exercício das atividades com dias e horários mais propícios: atividades ocasionais, extras, intermitentes, como pequenos serviços (serviços de carreto, auxiliar de vendas de bebidas e alimentos na praia durante o verão) ou atividades regulares (carregador de caminhões em feiras);
- a realização por faixas etárias ou gênero específicos como meninos engraxates, a venda de balas e doces em sinais ou de flores por crianças e mulheres;
- a relação estabelecida com os poderes públicos (fiscalização e policiais);
- a realização isolada ou em grupo;
- a especialização em determinados ofícios, principalmente na catação de certos produtos no lixo (papel, latas) ou alternância de expedientes;
- os rendimentos auferidos entre formas monetarizadas e não-monetarizadas (alimentação em troca de serviços de carreto ou de limpeza);
- a relação estabelecida com a clientela entre a confiança e o medo;
- o *status* social da atividade (legitimidade, dignidade) e a repressão (ou não) que desencadeia.

Podem ser assinalados três grandes grupos de atividades realizadas com vistas à obtenção de rendimentos: catadores, atividades vinculadas à mercantilização do medo ou propriamente à criminalidade e à mendicância. Porém, as atividades da maior parte dos moradores de rua têm a intermitência como característica principal; são atividades que precisam ser buscadas diariamente: dependendo das circunstâncias, das solicitações ou das oportunidades, o morador de rua pode estar guardando carros hoje, carregando e descarregando caminhões de feira amanhã, encartando jornais ou catando latas. Exerce com freqüência a atividade de biscateiro, o 'faz-tudo', que respondia às peque-

nas e variadas solicitações de consertos domésticos e, atualmente, aparece como o que 'faz-qualquer-coisa', solicitada ou não. São as 'virações', qualquer atividade (ao seu alcance) que possa reverter em dinheiro, alimentos ou outros donativos. Como dificilmente conseguem auferir rendimentos necessários à sua sobrevivência (mesmo levando em conta o rebaixamento dos custos de reprodução em função de sua moradia nas ruas) devem associar atividades variadas com a obtenção de auxílios (monetários ou não) de particulares ou de instituições.

Os catadores de lixo representam a última franja do trabalho marginal: são trabalhadores desqualificados nas estratificações econômicas e simbólicas, porém interferem no processo de produção e acumulação de riquezas. Não constituem um grupo homogêneo de trabalhadores, mas o conjunto das atividades exercidas integra a "economia política do lixo" (Bursztyn & Araújo, 1997). Essas atividades englobam desde aqueles que catam sobras de comida em feiras para revender até o catador que possui seus instrumentos de trabalho, fontes regulares de obtenção e pontos de revenda. É uma atividade que envolve um aprendizado e um processo de trabalho composto pela coleta, seleção e separação, compactação, armazenamento, transporte e venda. Os catadores estabelecem relações com os responsáveis pelas 'fontes', como porteiros e vigias de prédios residenciais ou comerciais e funcionários de empresas, assim como mantêm relações comerciais com os proprietários de depósitos e brechós. Também utilizam a venda de pessoa a pessoa. Em função do papel que desempenham (desqualificado, porém necessário) no setor de reciclagem do lixo – que está em franca expansão econômica – não podem ser considerados como supérfluos e desnecessários.

Marcel Bursztyn[253] observa que "essa horda de miseráveis é útil para a indústria de reciclagem". Os catadores não são necessários, mas são extremamente úteis ao processo industrial. Com eles, todos os elementos da cadeia produtiva reduzem custos: os catadores coletam, selecionam, separam e compactam os materiais do lixo. Em Brasília, os carroças dos catadores são uma alternativa barata para os *containers*. E tudo isso sem gastos para as empresas com a manutenção dos equipamentos.

O mercado de lixo tem se tornado uma atividade cada vez mais organizada e rentável, haja vista o estímulo para a organização de cooperativas, impulsionadas por indústrias de reciclagem e projetos municipais – companhias de limpeza e/ou órgãos de assistência social e de meio ambiente. A formalização do ofício não significa necessariamente uma melhoria das condições de vida: ao contrário dos depósitos, que pagam a cada entrega, as cooperativas estabelecem modalidades de 'vales' e pagam apenas uma vez por semana, o que

[253] Observações feitas na defesa da tese, 16 de novembro de 1998.

dificulta a sobrevivência diária do catador. Tampouco dignifica o trabalho de catação, que permanece sendo repugnante, desqualificado, indigno e subalterno no interior de uma cadeia produtiva que integra do trabalho semiescravo (como é caracterizado o trabalho no aterro sanitário por Souza, 1995) à tecnologia de ponta. Mas, ainda assim, o lixo estabelece uma fronteira entre miseráveis: uma posição de trabalho marginalizada (catador, população de rua 'com lixo') e uma posição de exclusão (população de rua 'sem lixo').

Outro grupo de atividades típicas está relacionado à "mercantilização do medo", expressão de Neves (Sebes, 1992), como é o ofício de guardadores de carro. A atividade envolve uma apropriação do espaço público, uma delimitação de território de trabalho disputado não apenas com outros guardadores, mas também com o poder público municipal. Relaciona-se tanto com a insegurança geral da cidade e o medo de que o veículo seja furtado quanto com o medo inspirado pelo próprio guardador. É uma atividade que pode proporcionar rendas relativamente elevadas na escala de rendimentos[254] da população de rua, não exige instrumentos de trabalho nem qualificações específicas. Pode ser realizada de maneira intermitente – apenas para conseguir alguns 'trocados' que garantam a alimentação e a bebida – ou de maneira regular o que possibilita adquirir confiança da clientela.

O transporte de drogas, pequenos roubos ou a prestação de serviços para marginais são também atividades exercidas pelos moradores de rua. Essas atividades possibilitam, além de auferir rendimentos, o consumo de drogas. A análise da atividade deve considerar o perfil do consumidor que solicita os serviços e o relacionamento que o morador de rua estabelece com o ponto de obtenção de droga. Nada indica que isto constitua um estágio inicial numa 'carreira' de traficante, que parece ser incompatível com a moradia nas ruas.

A mendicância regular ou eventual é uma ocupação típica (e tradicional) dos moradores de rua, embora constitua uma categoria à parte, na medida em que define os desocupados. Como assinalado anteriormente, os mendigos distinguem-se dos pedintes, pois estes últimos dispõem de atributos sociais reconhecidos (casa, família e até mesmo trabalho), porém enfrentam dificuldades para sobreviver e recorrem à ajuda de terceiros. São considerados mendigos as

---

[254] Levando em consideração que os custos de reprodução da força de trabalho foram reduzidos ao mínimo possível, o que significa 'bons' rendimentos? Pesquisa da Datafolha de 1995 revela uma subdivisão da população de rua em três grupos de rendimentos: 35% ganhando até 5 reais por dia, 32% entre 6 e 15 reais por dia, e 27% ganhando entre 16 e 30 reais por dia (*Folha de S. Paulo*, 3/set./95). Nos depoimentos obtidos de catadores de lixo os rendimentos diários considerados 'bons' eram 20 reais por dia. Isso lhes permitiria 'viver bem' mas sequer cogitavam a possibilidade de uma poupança. Há que levar-se em consideração a apropriação municipal das atividades mais rentáveis – e com certa legitimidade social – dos moradores de rua como a coleta de lixo e a guarda de carros.

pessoas que perderam certos atributos sociais e por isso sobrevivem na rua, apresentando-se em geral sujas e maltrapilhas (Neves, 1995b). A mendicância só é legitimada (e, portanto, eficaz) quando aquele que a exerce traz consigo as 'marcas do infortúnio', como velhice, doença ou deficiência física. Os homens sadios e em idade produtiva legitimam a própria mendicância contrapondo-a às atividades criminosas: "é melhor pedir do que roubar".

No pedido tradicional da esmola, aquele que demanda o faz 'pelo amor de Deus' e agradece com a expressão 'que Deus lhe dê em dobro'. Observam-se formas mais 'contemporâneas', particularmente nas crianças, em que o pedido se torna quase uma ameaça ou uma exigência de 'distribuição privada' das riquezas do doador. Passa de uma "maneira lânguida de pedir com voz débil e olhar lacrimoso para uma imposição, um agarrar enérgico, quase um exigir" (Silva & Milito, 1995).

Em qualquer dessas atividades realizadas nas ruas, os rendimentos auferidos não alteram as condições presentes de vida – em que o custo de reprodução é extremamente baixo – nem possibilitam a reconstituição do fundo de consumo'.[255] A realização das atividades pode ser incompatível com a obtenção de doações por parte das instituições, de forma que o dinheiro recebido é consumido na alimentação e na bebida diárias. Vários depoimentos enfatizaram que, na rua, o que se ganha se gasta de imediato. Por vezes a tarefa é realizada apenas durante o tempo necessário para conseguir comprar uma refeição ou pagar a hospedagem em pensões baratas. Os catadores mencionavam como um dia bom quando conseguiam receber cerca de vinte reais, mas isso não lhes possibilitava senão sobreviver melhor naquele dia. Ainda devem ser levados em consideração tanto o dinheiro despendido em cigarros e bebidas alcoólicas, que são veículos de socialização na rua, quanto a inutilidade de guardar dinheiro, pois são grandes as possibilidades de roubos.

Na prostituição masculina os moradores de rua também obtêm rendimentos relativamente baixos: as condições de vida precárias e a própria aparência rebaixam o preço da relação sexual paga. E à medida que ampliam seu tempo de moradia na rua, acabam aceitando a relação sexual em troca de poder dormir e ter acesso a água para realizar a higiene corporal e lavar a roupa em um quarto de motel.

[255] O fundo de capital que assegura ao trabalhador as condições de ir em busca do trabalho ou do salário (Neves, 1995b). Como o salário é pago ao final de um dado período de trabalho, o trabalhador adianta ao empregador o valor de uso, e para tanto deve contar com o apoio de outros membros da família, de modo a poder fazer esse empréstimo (Neves, 1983).

IDENTIDADE: mendigo

Independentemente da atividade que exercem nas ruas e da posição que estas ocupam no processo de produção e acumulação de riquezas, os moradores de rua são identificados como mendigos, ou seja, seu modo de vida não é reconhecido nem legitimado.

As atividades que realizam, afora os catadores de lixo, não produzem valor mas exigem um desgaste físico. A condição humana parece circunscrita às atividades do labor. E, mesmo os catadores, cujos rendimentos diários são extremamente precários (quando existentes, na medida em que há dias em que não obtêm nenhum rendimento), não conseguem ultrapassar os patamares mínimos da sobrevivência, ficando prisioneiros das necessidades imperiosas do ciclo vital que se renovam todos os dias.

Distanciados dos vínculos familiares, as ocupações não constituem uma intermediação com a identidade de provedor. Cícero, várias vezes, mencionou o trabalho realizado e a condição de vida como 'marginalizado'. Catar lata e guardar carro são trabalhos 'marginalizados'. Se for pedir dinheiro vai ouvir desaforo, mandando trabalhar. Caso se aproxime para guardar um carro, "o cara já sai todo desconfiado".[256] Inspiram desconfiança e medo, por vezes piedade, jamais respeito e consideração.

Suas condições de vida e as atividades que exercem são atribuídas a problemas individuais e não relacionadas à estrutura ocupacional ou às vulnerabilidades associadas e cumulativas vivenciadas pelas classes trabalhadoras pobres. As próprias instituições assistenciais que integram a 'rede de sobrevivência' reforçam a identidade do mendigo, limitando-se a auxílios alimentares ou de vestuário, sem realizar investimentos na direção de possíveis reinserções ocupacionais. A experiência ocupacional acumulada não é valorizada e não é franqueado o acesso à complementação da escolaridade ou qualificação.

Realizando cotidianamente atividades que mal permitem a sobrevivência, permanecem interminavelmente prisioneiros dentro de um círculo de labor e consumo, no qual não há esforço individual que permita a sua transposição. Não são reconhecidos como trabalhadores, a mendicância não é legitimada, pois, em geral, são homens sadios e em idade produtiva, não são considerados como cidadãos e tampouco como humanos. Mesmo ocupando a cena pública, são relegados à experiência mais privativa, que é a de uma existência individual limitada à sobrevivência singular e diária. Integram o lixo humano, abandonados à própria sorte de conseguir sobreviver dia após dia, reproduzindo-se como *animal laborans*, que não deixa vestígio algum no mundo.

---

[256] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 2/4/97.

5

RUA E MOVIMENTO: vivendo em público na eternidade do transitório

Neste capítulo são analisados os elementos que configuram (e tornam homogênea) a população de rua: o espaço em que habitam e sobrevivem por meio de modalidades que lhes permitem 'satisfazer' suas necessidades vitais, e a principal conseqüência de habitar nesse espaço, ou seja, o movimento contínuo, incessante.

VIVENDO NAS RUAS

A rotina da sobrevivência nas ruas envolve a resolução das necessidades básicas, categoria que provoca uma série de questionamentos quanto às possibilidades de sua mensuração. No caso da população da rua, o que está sendo assim denominado é o mínimo necessário para manter-se com vida. Essas necessidades devem ser resolvidas de alguma forma, através de uma rotina diária, cujo produto é a possibilidade de sobreviver naquele dia.

A primeira necessidade básica a ser considerada é o teto, o abrigo, por ser a carência primordial que caracteriza a população de rua – aqueles que fazem das ruas a sua moradia. Possibilita também assinalar tipos de população de rua, distinguindo entre aqueles que ficam na rua (circunstancialmente), os que estão na rua (recentemente) e os que são da rua (permanentemente). Tanto os que ficam na rua quanto os que estão nas ruas alternam a via pública com alojamentos, pensões e albergues, e os considerados como sendo da rua moram permanentemente nelas ou em casas abandonadas, eventualmente alojando-se em albergues e pensões (Sebes, 1992).

A escolha do local e sua qualificação em melhor ou pior são feitos levando-se em conta a segurança da localidade, o acesso à rede de sobrevivência (e sua opinião sobre ela) e as relações estabelecidas com os transeuntes. Essa escolha, como as demais características da população de rua, é extremamente diversificada,

variando desde aqueles que transportam a 'cama', isto é, papelões para forrar um canto, até os que procuram recriar um ambiente doméstico, estabelecendo uma subdivisão em 'cômodos' do espaço coletivo.

Em geral, procuram diminuir a visibilidade da ocupação do espaço e, dessa maneira, aumentar sua proteção, tentando passar despercebidos: fazem arranjos com papelões, caixas de papel e caixotes de madeira, construindo espécies de biombos, atrás dos quais se situam, ou acomodam-se perto de lixo ou de entulhos de obras, misturando-se de tal forma com estes que à distância sua presença pode ser imperceptível. Embora essas formas de esconderijos sejam mais freqüentes, encontram-se também muitos que ficam esparramados na via pública, que dormem efetivamente ao léu, sem qualquer proteção (pode-se supor tratar-se de pessoas alcoolizadas), sem nada a separá-los da sujeira da calçada, obrigando os transeuntes a se desviarem para não pisar neles.

Alguns se instalam de maneira tão permanente que um verdadeiro dormitório ao ar livre é criado, como no Largo de São Francisco, no Centro, onde observei um conjunto de 'camas' arrumadas, uma do lado da outra, em cima das quais as mulheres conversavam enquanto as crianças brincavam nos degraus da igreja. Na praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana, observei um grupo que tinha dormido num pedaço da calçada. Escovavam os dentes perto da árvore, urinavam nas grades e 'construíam' paredes móveis (biombos) para trocarem de roupa.

Alguns moradores de rua relatavam dormirem, ocasionalmente ou de forma mais constante, em carros, vagões de trem ou bancos da Rodoviária. Também narravam que quando tinham rendimentos, se hospedavam em pensões baratas e precárias, onde era possível, além do abrigo, usar o banheiro e lavar as roupas. Manuel me falou de um custo de R$ 7 por noite, na ocasião inacessível para ele, que pedia dinheiro (R$ 1,10) para ir de ônibus até a Barra da Tijuca, onde tentaria conseguir algum trabalho. Um jovem em Botafogo mencionou o custo de R$ 16 para dormir num hotel com a mulher, que estava grávida, e pedia dinheiro, pois naquele dia só tinha conseguido doze reais.

Embora a cidade do Rio de Janeiro não apresente as baixas temperaturas observadas em São Paulo, o frio é um problema para os moradores de rua porque, além de não terem um teto, em geral as vestimentas não protegem o suficiente. Por ocasião do trabalho de campo, em abril (outono), Márcia, Miguel, Cícero e 'Russo' pediam roupas e agasalhos. Na construção de um abrigo que os proteja contra as intempéries são utilizados diversos apetrechos: excetuando-se aqueles que não têm nada, verificamos o uso mais comum de papelões para forrar a calçada, mas também de espuma, colchonetes e até colchões como o de Solange, que era grande, de casal, tipo ortopédico ou, no caso de Rodrigo, que tinha dormido sobre uma porta e amanhecera com o rosto cheio de tinta.

Cobrem-se com lençóis, colchas e cobertores – estes, em sua maioria, são típicos de doação: de cor cinza e ásperos, utilizados também como 'capas' durante o dia. Os travesseiros improvisados vão desde uma quina da calçada até sacolas e mochilas, o que é também uma forma de proteger os pertences contra roubos. Alguns poucos moradores de rua conseguem improvisar um local com relativo conforto para dormir, mas, em geral, o lugar é apenas um canto para 'encostar o corpo' e cochilar. No caso daqueles que se instalam nas ruas o acúmulo de pertences (sacolas, caixas e caixotes, colchões, apetrechos para cozinhar, criando as 'instalações') aumenta a visibilidade e, portanto, a repressão tanto dos órgãos públicos quanto dos moradores com teto na localidade.

Essa precariedade de abrigo nas ruas deve considerar a vulnerabilidade habitacional ou mesmo a ausência de moradia das classes trabalhadoras pobres. Luiz Augusto referiu ocasiões em que, mesmo empregado na construção civil com carteira assinada, não tinha alojamento e dormia na praia. Uma família composta por casal e três filhos que solicitou ajuda na Comunidade Evangélica de Jesus relatava morar num barraco improvisado debaixo de um viaduto. E Solange, que dizia ter um quarto em Queimados (Baixada Fluminense) mas que não tinha quintal e chovia dentro.

Além daqueles que vivem nas calçadas, muitos moradores de rua se apossam de casas abandonadas e deterioradas ('mocós') que o transeunte não percebe que estão habitadas. A 'arquitetura da indigência'[257] envolve criatividade na utilização do material disponível no lixo: André, catador da rua Sorocaba, dorme na marquise do depósito de ferro-velho e, quando chove, faz uma 'meia-água' construída com papelão e plástico para protegê-lo.[258] Ele me diz que poderia pagar alojamento, mas não compensa porque ele trabalha até duas horas da manhã, horário em que já não pode mais entrar, e se dormisse de dia não teria dinheiro para pagar o alojamento. Considerava, portanto, o alojamento um gasto desnecessário. A variedade de 'habitações' inclui, além dessas, buracos cavados ou já existentes sob viadutos e pontes, bancos de praças não cercadas, árvores, carrinhos de sucata, banquinhas de mercadorias e cabines de bancos 24 horas ou telefônicas.

A comida é a necessidade básica a que os moradores de rua têm mais acesso e cuja satisfação os faz comparar favoravelmente a situação de desabrigo frente às condições anteriores. "Fome não é problema" e "comida não falta" são comentários feitos com freqüência. Dedilei, morador de rua que já estivera

---

[257] "Miseráveis criam arquitetura da indigência exercendo a macabra criatividade a que a miséria obriga. Entre o conforto mínimo de um barraco de papelão e madeira e o mais absoluto desabrigo (...) esse povo inventou suas próprias alternativas". *O Estado de S. Paulo*, 30/mar./92, texto de Marcos Emílio Gomes.

[258] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

em um centro de recuperação vinculado à Comunidade Evangélica de Jesus, relatava que lá davam pouca comida e que esta, muitas vezes, era apenas mingau de aipim, o que, pelo seu jeito de falar, lhe era muito desagradável. Quando Wanda retrucou, perguntando se ele preferia comer a comida 'de porco' que ele comia na rua, Dedilei nem pestanejou e respondeu: "na rua eu como do bom e do melhor".[259]

Numa freqüência muito menor alguns moradores referiram passar fome na rua, como Manuel, que me disse estar com dor de cabeça e com muita fome, pois não comera nada durante o dia, enquanto procurava emprego. André me relatou já ter passado fome mas não na rua e nesta, trabalhando como catador, não precisava freqüentar as instituições que distribuem comida. Dalton também mencionou ter passado fome, mas dizia que não passava mais: comia nos bares pagando sua própria comida e de vez em quando ganhava comida em troca da retirada de papelão e entulho. Cícero passou fome quando 'caiu na rua' (Aterro do Flamengo) e não conhecia nada. Por outro lado, famílias abrigadas, embora precariamente, passavam fome, como a que compareceu na Comunidade Evangélica de Jesus pedindo comida, pois não tinham nada para comer em casa, 'só um pouco de sal'.

Apenas numa ocasião presenciei o fato de que a quantidade de alimentação distribuída foi menor do que a demanda; em geral, tanto a observação quanto as referências dos próprios moradores de rua foram de excesso de doações de comida. Solange me dizia que "sobra de jogar fora". André relatava que às vezes passava um motorista de táxi e, mesmo vendo que eles estavam fazendo comida, dava quentinhas para eles. Miguel dizia que no centro da cidade era só ficar debaixo de uma marquise que "recebe comida, recebe roupa (...) no Centro a pessoa é até acordada para tomar café".[260]

Os moradores de rua enfatizavam e valorizavam seu grau de autonomia quando podiam comprar a alimentação em lanchonetes ou pensões (quentinha, sanduíche) em contraposição à situação dos que dependiam das entidades religiosas e caritativas que distribuem alimentação. Além da utilização dessa 'rede de sobrevivência', alguns moradores de rua recolhiam a xepa das feiras ou pediam aos feirantes, embora esse mecanismo fosse evitado pelo risco de encontrar conhecidos. Presenciei a compra de alimentos em supermercados e o cozinhar nas ruas, ainda que esta atividade dependesse de hora e local convenientes, assim como da obtenção de água e disponibilidade de apetrechos. Os fogões eram improvisados sobre tijolos, restos de madeira, raramente carvão, aproveitando-se o que se encontrava no lixo ou fabricando utensílios. A garrafa plásti-

---

[259] Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, quinta-feira, 16/11/95.

[260] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 9/4/97.

ca de água mineral ou de refrigerante cortada tornava-se um recipiente para tomar sopa. As ruas limitam o que é possível cozinhar à denominada 'comida de latão' pois a panela é um galão de tinta onde os alimentos são cozidos todos misturados. Nas ruas também o parâmetro de referência sobre a pobreza é a comida: em relação às atividades exercidas comentavam que "mal dá" ou "só dá" para comprar comida.

A alimentação pode ser obtida através de entidades assistenciais que se 'especializam' em determinadas refeições e estabelecem horários fixos de distribuição: nos Pequeninos de Jesus é distribuído apenas o café da manhã (que, numa ocasião, foram 170), só para os homens, em dias da semana; no Dispensário de Pobres Imaculada Conceição (Irmã Zoé) é ofertada uma sopa no almoço (por volta das 11 horas da manhã); o grupo do "seu" Paulo distribui pão e sopa na hora do jantar nos dias de semana em Copacabana e o Batalhão da Polícia Militar da São Clemente (Botafogo) oferece, quando sobram, os restos das refeições também em dias de semana. Raramente há distribuição de comida pelas entidades assistenciais nos fins-de-semana. Ocasionalmente, algumas padarias e lanchonetes distribuem pães e salgados que sobraram do dia anterior. De qualquer maneira, há uma submissão aos horários e normas dos doadores, assim como à qualidade da comida, que é freqüentemente classificada como baixa: a sopa da Irmã Zoé não é considerada boa ("é lavagem", diz Chicão); já a sopa do "seu" Paulo é gostosa, consistente ("é abençoada", diz Manuel).

Na Fazenda Modelo, segundo os depoimentos, a qualidade da comida é muito ruim: o café "parece água suja, é cevada" e "dão num copo plástico, todo gorduroso, todo sujo, com pão duro". O valor nutricional das refeições é precário, ainda mais considerando-se o desgaste físico da movimentação contínua dos moradores de rua. Devem ser consideradas as dificuldades das entidades em cozinhar grandes quantidades de comida (daí, a tendência à sopa) assim como em obter os alimentos em quantidade e qualidade adequados: no caso do grupo de "seu" Paulo, a distribuição dependia da contribuição do supermercado próximo ou daquilo que conseguiam comprar a partir de doações dos fiéis da Igreja Católica da Renovação Carismática de Copacabana específicas para o desenvolvimento daquela atividade.

Recebendo como doação é difícil poder escolher o que se gosta de comer, tendo que se submeter ao que se é oferecido. E, nesses casos, há que se levar em conta a inadequação de certas doações, como foi o caso da lata de leite em pó comprada para Natália (uma criança de cerca um ano) que a mãe (Vanda) passou adiante dizendo que para fazer o leite precisaria conseguir água e uma maneira de esquentá-la.

Alguns moradores de rua referiram doações particulares a partir de relacionamentos interpessoais, isto é, locais que só davam comida para alguns pou-

cos conhecidos ou para determinadas faixas etárias. Rodrigo, de 13 anos, dizia ganhar comida de uma lanchonete, e Miguel e Cícero pegavam comida numa pensão e num colégio que só davam para alguns 'cadastrados'.

Feita a distribuição na via pública, os moradores de rua escolhem um lugar qualquer e comem 'feito bicho', agachados no chão. Miguel, que passara um tempo na casa de um amigo em Nova Iguaçu, contava que a temporada tinha sido boa porque já tinha até esquecido como era "essa coisa de sentar na mesa para comer, essas coisas de família" e dizia que um conhecido seu, mesmo com dinheiro, não conseguia mais sentar num restaurante para almoçar, dava a vasilha ao garçom e ia comer fora do local.[261]

Água e esgoto são carências de parcela significativa da população pobre da cidade do Rio de Janeiro, principalmente em áreas periféricas,[262] e são praticamente inexistentes como equipamentos públicos oferecidos à população em geral no seu transitar pelo espaço urbano. Essa é a necessidade básica da população de rua com menores possibilidades de provimento e gera a sujeira que muitas vezes é considerada como parte de sua 'natureza'.

A higiene corporal é realizada utilizando a água disponível em 'laguinhos', fontes e chafarizes nas praças públicas. Foi mencionada a obtenção de água em obras, canos furados da Cedae, casas abandonadas e "uma manilha de água doce na praia de Botafogo de onde sai água clarinha que dá para tomar banho, mas pra beber não presta"[263]. Essas informações são rapidamente compartilhadas, gerando aglutinação de moradores de rua, o que desencadeia o conserto por parte da companhia de água e esgoto e, novamente, a carência de água para a higiene.

Solange tomava banho num 'esguicho' na Praia de Botafogo, dizia que o "moço que trabalha na obra empresta". André e Chicão tomavam banho no depósito da rua Sorocaba, onde também pegavam água para cozinhar na calçada. Miguel e Cícero relatavam tomar banho no cemitério. O mar é acessível e utilizado algumas vezes, mas não é considerado como apropriado para banho, pois o corpo fica salgado. Marcelo dizia tomar banho na igreja Santa Margarida Maria (seu 'ponto' de guardar carros, e onde já dormiu) ou senão na Comlurb. Observa-se a tentativa de manter-se limpo, o que nem sempre é possível mesmo quando se consegue tomar banho, pois é necessário também ter roupa limpa para trocar.

A lavagem de roupas também é feita em público, sendo comum a visão de varais construídos com barbantes esticados entre pilotis ou as roupas secando

---

[261] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 2/4/97.

[262] Ver acesso à rede geral de água e de esgoto sanitário em 1990 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em Rocha, 1995.

[263] Diário de campo, Botafogo, Luiz Augusto, quinta-feira, 20/3/97.

sobre os blocos de cimento que impedem o estacionamento dos carros nas calçadas, ou ainda nas grades e por cima dos bancos das praças. Manuel me dizia estar cheio de roupa para lavar, mas que não tinha onde fazê-lo. Já André dizia lavar a roupa na lavanderia, o que não quer dizer que pagasse pelo serviço.

Foram observadas pessoas que, morando na rua, não se descuidavam da limpeza do local, varrendo as calçadas com vassouras improvisadas, e tampouco da toalete matinal: escovando os dentes, passando desodorante, trocando a roupa (tirando o 'pijama'), penteando os cabelos, observando-se nos espelhos laterais dos carros estacionados. Além da limpeza pessoal, foi possível observar certos traços de vaidade numa arrumação cuidadosa das vestimentas, nos cabelos pintados e nas unhas com esmalte.

O cuidado com a aparência inclui cortar o cabelo e fazer a barba. Manuel conseguira um barbeador descartável nos Pequeninos de Jesus, mas estava procurando um banheiro para fazer a barba, ficar com uma boa aparência e procurar emprego. O corte de cabelo é realizado por membros do grupo do "seu" Paulo, em plena via pública, ou no caso da Comunidade Evangélica de Jesus, na própria sede, em alguns domingos. Não é possível escolher um estilo de corte, limitando-se a oferta assistencial a raspar a cabeça (ou quase, no caso das mulheres). Essa imposição estética tem um sentido prático, na medida em que é mais fácil de lavar e demora mais a precisar voltar a cortar, porém homogeneiza a aparência dos moradores de rua, que apresentam um 'biótipo' tanto na sujeira quanto na limpeza.

Em geral a aparência dos moradores de rua revela que a higiene é extremamente precária ou ausente. Pode ser realizada em locais públicos com água ou, na dependência da boa vontade dos proprietários, em locais fixos que limitam a clientela. Nesse sentido foram mencionados um estabelecimento de saúde, postos de gasolina, bares e lanchonetes.

Poucas entidades assistenciais oferecem a possibilidade de tomar banho, e ainda assim uma oferta limitada, como na Comunidade Evangélica de Jesus, onde era possível tomar banho apenas nos domingos e tinha que ser rápido. O mais freqüente é ficar vários dias sem tomar banho e, com o passar do tempo, diante das dificuldades, não se aborrecer com a própria sujeira. Alexandre dizia que estava há cinco dias sem tomar banho mas, levantando a camisa e mostrando o corpo, afirmava: " até que não tô muito sujo, não é?, dá para agüentar mais uns três dias."[264] Vanda utilizou uma folha de caderno para limpar Natália, que evacuara, amassou o papel, jogou-o fora ali mesmo na calçada e voltou a vesti-la com a mesma calça. Cícero afirmava:

---

[264] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 9/4/97.

A higiene pessoal é a pior coisa que existe na rua. Não dá pra você se manter limpo porque o máximo que você vai fazer é você dormir limpo e acordar sujo. Você já acorda sujo, tá entendendo? porque dormiu na rua, porque dormiu em papelão, porque dormiu em jornal, dormiu no chão".[265]

A rua por si é suja, a limpeza pública limita-se a varrer os locais e retirar os sacos de lixo. Raramente as ruas são lavadas e a presença de ratos e baratas é constante. Assim, por mais que os moradores de rua se esforcem em manter o asseio pessoal, dificilmente conseguem ficar limpos.

O vestuário é também geralmente obtido por meio de doações. Mais raramente é comprado, como fazia Miguel, que mencionava esse item de gasto e conhecia as lojas onde era possível comprar mais barato, fazendo comparações de preços entre as mesmas lojas localizadas na Zona Sul e nos subúrbios. A dificuldade é que nem sempre as ofertas de vestuário são adequadas para o potencial usuário das mesmas. Algumas entidades só oferecem roupas de adultos e as crianças de rua em geral vestem roupas muito maiores que o seu tamanho. Chicão nos mostrou um monte de roupas que ganharam e dizia que daquilo tudo só prestavam duas calças *jeans* que estavam em bom estado; o resto não prestava. Além do mais, ele não gosta de *jeans*, gosta de roupa mais leve, de tergal.

As doações não atendem às necessidades ou preferências de quem recebe, configurando muitas vezes uma forma de os doadores livrarem-se de roupa velha. Guto, que pedira um calçado nos Pequeninos de Jesus, recebera um tênis que, segundo Miguel, era "melhor jogar no lixo". Miguel declarava que "eles só dão as piores coisas que tem ali, é umas roupas tudo remendadas"; que o que recebem em bom estado revendem num bazar. Já Rodrigo parecia satisfeito com as roupas que ganhara de uma moça, dizendo que eram melhores que as que tinha em casa. A oferta de roupas velhas parece ser suficientemente grande para que os moradores de rua as considerem descartáveis e se poupem do trabalho de lavá-las. As roupas consideradas 'boas', além de relativamente novas, devem ter algumas características: serem fáceis de lavar, secarem rápido e não serem muito pesadas para carregar. A maior dificuldade é o calçado, tanto em obter o número adequado como em preservá-lo, sendo objeto de cobiça de outros moradores de rua e o primeiro objeto a ser roubado.

A segurança é um aspecto fundamental na escolha do local de moradia. Num primeiro momento, segurança e cobertura são os principais requisitos.

---

[265] Diário de campo, Copacabana, Cícero, quinta-feira, 17/4/97.

Em seguida, para sobreviver na rua, os locais são escolhidos segundo as possibilidades de oferta de água,[266] alimentos e/ou doações e rendimentos.

É difícil dormir na rua: é preciso dormir 'com um olho fechado e outro aberto', em local iluminado, em grupos ou em áreas comerciais que dispõem de vigilantes noturnos que não se incomodem com a presença dos moradores de rua. O sono não é reparador. É necessário encontrar um abrigo contra a chuva e o frio, mas também seguro contra as violências institucionais (órgãos públicos de assistência social, polícia, fiscais municipais de habitação) e contra roubos e agressões entre os moradores de rua. Em geral, a noite é utilizada para as atividades sociais, como comer e beber, ou para realizar o trabalho de coleta de lixo, dormindo de dia quando se sentem mais seguros. Quando dormem de noite, procuram locais de baixa visibilidade, como em cima de bancas de jornais ou das guaritas de ônibus, ou senão de alta visibilidade para que possam contar com uma eventual solidariedade dos transeuntes. Sob o aspecto da segurança encontram-se também as dificuldades de acumular pertences ou mesmo mercadorias para revenda, pois não apenas denunciam a condição de morar nas ruas, aumentando a possibilidade de repressão, como instigam a inveja de outros moradores de rua, que agridem aquele que tem alguma coisa para roubá-lo. Daí quase sempre selecionarem o que recebem como doações segundo não apenas a necessidade, mas também o peso e o volume a ser transportado.

Rede de sobrevivência

A rede assistencial é, sem dúvida, parte crucial da 'mágica' da sobrevivência dos moradores de rua. Composta por uma maioria de entidades privadas religiosas, as instituições trabalham com essa população distribuindo alimentação, roupas, assistência social – como auxílio na obtenção de documentos – e, mais raramente, assistência médica. As entidades não trabalham de maneira integrada e a articulação entre elas (a 'rede') é realizada pela própria população de rua, cujo conhecimento das atividades oferecidas lhes permite construir um roteiro diário de demandas, que incide tanto em sua territorialização quanto na sua distribuição de tempo. As entidades podem funcionar como elementos catalisadores da formação de vínculos, solidariedade e agregação da população de rua, tanto com as entidades quanto entre os moradores.

As informações relativas à rede de sobrevivência são compartilhadas entre os moradores de rua – ao contrário de outras informações relativas aos locais e

[266] A pequena disponibilidade de água potável, assim como as dificuldades de obtenção de doações entre os transeuntes do Aterro do Flamengo, são explicações possíveis para a relativamente baixa densidade da população de rua nesse vasto espaço público carioca.

atividades de obtenção de rendimentos ou mesmo de benefícios alimentares de melhor qualidade – e vários relatos reiteraram que depois de um tempo na rua aprenderam onde distribuíam comida. Miguel me forneceu um roteiro abrangente de distribuição, com concentração na Zona Sul – mas que englobava o centro da cidade e bairros dos subúrbios –, assinalando os dias, o horário e o tipo de comida distribuída. O roteiro revelava uma topografia da distribuição de comida que interfere na topografia e na tipologia dos grupos que habitam os diversos espaços públicos da cidade. Miguel afirmava que a pessoa pode viver na rua sem fazer nada, só seguindo o roteiro de distribuição de comida. Cícero considerava que aqueles que agiam dessa forma eram "doentes por comida, sabia? Não é que ele precisa, tem a gula, anda o Rio de Janeiro completo"[267].

A peregrinação por locais que distribuem comida, além de suprir necessidades alimentares, é uma modalidade de estabelecimento de vínculos sociais entre pessoas que compartilham uma mesma condição discriminada e estigmatizada. A ânsia de uma alimentação contínua, a 'gula' a que se refere Cícero, pode ser uma forma de preencher o tempo, assim como a tentativa de suprir uma carência em potencial, isto é, sabe-se que fora daqueles horários não haverá condições de se obter uma refeição.

Ainda que as entidades assistenciais de caráter religioso priorizem os vínculos espirituais e acentuem que nestes se encontram as sementes das possibilidades de recuperação individual e reintegração social, a população de rua transita por diversas orientações religiosas, estabelecendo vínculos de caráter instrumental e material, ou seja, aceita as preleções para poder obter os auxílios em espécie que lhe serão posteriormente ofertados. A gama de atividades oferecidas está geralmente restrita à oferta de alimentação e esta se resume apenas a uma refeição em dias de semana.[268] Não encontramos qualquer atividade que estivesse vinculada com a obtenção de trabalho e rendimentos. A limitação da oferta assistencial foi criticada por Cícero:

> *ó só, a pessoa dá comida a outra pessoa, é uma coisa que a pessoa sempre vai necessitar (...) hoje você me dá essa comida aqui, mas quando for amanhã no mesmo horário eu vou precisar comer de novo (...). Você viu o que eu falei pra Adi: 'Adi, ajudar uma pessoa não é dar comida não, é dar um trabalho, tá entendendo?', é ver que a pessoa melhorou, de alguma forma, né?, não é, eu vim aqui, dar café, dar isso e aquilo, e como é que eles ficam felizes de ver a pessoa sempre na pior, pegando comida e eles dando comida?*[269]

---

[267] Diário de campo, segunda-feira, 14/4/97.

[268] Nos Pequeninos de Jesus, em particular, existe a oferta inovadora da atividade de arteterapia.

[269] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

Além de a oferta ser limitada, as entidades estabelecem normas de conduta e parâmetros de comportamento para a manutenção da atividade. Em geral, um membro da equipe assistencial de biótipo específico – homem, alto e musculoso – funciona como segurança e estabelece um controle atento do desenvolvimento da atividade. No Batalhão da Polícia Militar da rua São Clemente, segundo Luiz Augusto, "não pode chegar chapadão, (eles) não gostam de bagunça". O não cumprimento das normas pode levar à suspensão das atividades, como ocorreu na igreja Metodista do Bairro Peixoto (Copacabana).[270] Miguel mencionou que uma igreja evangélica de Ipanema distribuía almoço, além de possibilitar fazer a barba e cortar o cabelo, mas "fizeram muita bagunça, dava muita confusão" e agora só distribuíam almoços aos domingos. No Dispensário da Irmã Zoé ocorreram vários episódios em que a população de rua destruiu ou incendiou o refeitório e o galpão onde aguarda a hora de distribuição da sopa, levando à interrupção temporária da atividade. Afora a suspensão das atividades por esses motivos, foi verificada também, em algumas entidades, a interrupção e a irregularidade da assistência oferecida.

Assim, a rede de entidades assistenciais participa da 'mágica' da sobrevivência dos moradores de rua, embora alguns locais selecionem seus 'clientes', constituindo doações particulares. Mesmo quando não há discriminação dos demandantes, as doações são normatizadas com exigências de padrões de comportamento, valorização do vínculo espiritual e, como me foi relatado assim como observado, há uma humilhação (um 'sermão') como contraparte da doação. Como dizia Miguel: " não é a mesma coisa, sabia?, tu ir e agarrar, sentar-se num lugar e tu comprar tua própria comida, que os povos que dá as coisas; lá tu tem que ficar escutando piadinha, tem que ficar escutando negocinho."[271]

O privado em público

A sobrevivência cotidiana dos moradores de rua, as atividades do labor, são realizadas em público, transgredindo os princípios básicos da organização social, que distinguem claramente as esferas e as atividades públicas das privadas, ou, nos dizeres de Da Matta, o que é próprio da 'casa' e o que é próprio da 'rua'. Esse deslocamento de ações e papéis sociais é percebido como um desvio

[270] O trabalho com a população de rua foi iniciado com a distribuição de refeições aos domingos à noite, e foi sendo paulatinamente ampliado com a distribuição de jantar às quartas-feiras, às terças-feiras e, posteriormente, com a distribuição também de almoços às terças e quintas-feiras. Os pedintes eram recebidos no interior da igreja, tomavam banho, recebiam comida e 'a palavra'. A demanda foi crescendo e, quando eram cerca de oitenta pessoas, começaram a ocorrer problemas de espaço físico, de algazarra e confusão. O local foi assaltado em duas ocasiões e, em função da grande quantidade de pessoas, de brigas, facadas e dos assaltos, decidiram interromper a atividade. Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 20/2/97.

[271] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

e sancionado como tal, com conseqüências na experiência e na identidade social dos moradores de rua.

Arendt analisa as condições de existência humana, as atividades da condição humana e os espaços em que estas se realizam, tendo como ponto de partida de sua matriz teórica a *polis* grega.[272] As condições de existência humana são a própria vida (natalidade e mortalidade), a pluralidade, o mundanismo e a terra. A vida corresponde ao labor; o mundanismo refere-se à atividade do trabalho ou fabricação e a pluralidade é a condição que corresponde à ação.

A esfera privada corresponde à família, às atividades regidas pelas necessidades relacionadas com a sobrevivência individual e da espécie. É a esfera da casa, do que é próprio de cada um. Arendt nos relembra a acepção original do termo *privado*: ser destituído de coisas essenciais à vida como também da própria realidade, de uma relação com os outros através de um mundo comum, e de realizar algo mais permanente que a própria vida. A dor, o sentimento mais intenso que conhecemos, é ao mesmo tempo o mais privado e o menos comunicável de todos. É uma experiência limítrofe entre a vida, no sentido de 'estar na companhia dos homens', e a morte. Assim o privado envolve também aquilo que é oculto (está escondido) e é indizível (não pode ser expresso em palavras).

Um elemento fundamental da esfera privada é a propriedade, no sentido de 'ter seu lugar no mundo'. Para a autora a interpretação moderna que equaciona propriedade e riqueza distorce o sentido original do termo, pois na antigüidade possuir uma propriedade privada possibilitava a plena participação na esfera pública. Escravos e estrangeiros podiam ser ricos (ter posses) mas não tinham um lugar próprio nem a cidadania dele decorrente.[273] A propriedade no sentido arendtiano (ou helênico) está relacionada com cidadania, igualdade, proteção das leis e segurança. Ser político significava atingir a mais alta possibilidade da existência humana; mas não possuir um lugar próprio e privado significava deixar de ser humano.

Assim, o espaço privado significa ao mesmo tempo aquilo que lhe é próprio (um lugar no mundo) e o que deve ser ocultado, sendo representado, desde a antigüidade até os dias de hoje, pela parte corporal da existência humana, isto é, pelo labor. Para a autora, o exercício da liberdade é precedido pelo ato de libertação das necessidades materiais da vida. Dispondo de sua privatividade, não estando à disposição de um amo (ao contrário do escravo) e não sendo forçado pela pobreza, o indivíduo podia ingressar na vida pública: "a liberdade só é possível depois de atendidas as necessidades muito mais urgentes da própria existência, cujo meio de atendimento é o labor". Após dominar as próprias

---

272 Todas as referências são de Arendt (1991).

273 "A riqueza, não importa quantas vidas individuais ela possa suprir, não deixa de ser algo destinado ao uso e ao consumo"; (...) "a riqueza comum jamais pode tornar-se comum no sentido que atribuímos ao mundo comum, permanecendo estritamente privada" (Arendt, 1991).

necessidades vitais, o indivíduo está potencialmente livre para transcender sua própria existência e ingressar no mundo comum a todos. Mas o estado de liberdade não se seguia automaticamente ao ato de liberação. A liberdade necessitava da companhia de outros homens e de um espaço público comum para encontrá-los – um mundo politicamente organizado.

Arendt define 'público' através de dois fenômenos correlatos mas não idênticos: o que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível (publicidade), e aquilo que é comum a todos e diferente do lugar que cabe a cada um dentro dele, o mundo comum. A esfera pública é regida pela igualdade e liberdade dos participantes. Nesse espaço a liberdade constitui uma realidade concreta, o seu exercício pelos homens se dá pelo agir em comum, na construção de um mundo em comum. A ação é a política, a construção é a organização político-social, o homem que age é o cidadão e ao ingressar na esfera pública o indivíduo recebia uma (espécie de) segunda vida, um *bios politikos*, um modo político de vida. A organização política é diretamente oposta à associação natural, cujo centro é constituído pela casa e pela família. Há uma grande diferença entre aquilo que lhes é próprio e aquilo que lhes é comum.

A esfera pública constitui o espaço de formação de vínculos entre os homens; funciona como

> uma mesa (que) se interpõe entre os que se assentam ao seu redor, pois como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens; enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros.

É a esfera pública que possibilita a permanência, a imortalidade (no espaço público as coisas são poupadas da destruição pelo tempo) e a transcendência das ações dos homens (ultrapassa a duração de vida dos homens tanto no passado quanto no presente – preexistia e sobreviverá). "É o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo". A desgraça da escravidão, segundo a autora, era que, além de não ser livre, o indivíduo era privado de visibilidade (permanecia na obscuridade) e, com isso, "morria sem deixar vestígio algum de ter existido".

Na tipologia axiológica de Arendt o espaço público é onde se exercita a liberdade, a potencialidade máxima da condição humana. No entanto, essa ação depende da existência da esfera privada. É a coexistência dos espaços que potencializa a ambos.[274]

---

[274] "O extraordinário senso político do povo romano (...) jamais sacrificou o privado em benefício do público mas, ao contrário, compreendeu que estas duas esferas somente podiam subsistir sob a forma de coexistência" (Arendt, 1991).

Viver uma vida inteiramente privada, como ocorre nas tiranias e nas sociedades de massas, significa que os homens são privados "de ouvir e ver, de serem vistos e ouvidos" e assim restam "prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular que continua a ser singular ainda que a mesma experiência possa ser multiplicada inúmeras vezes: a singularidade multiplicada não se torna mundo comum". Por outro lado, segundo a autora, uma existência vivida inteiramente em público, na presença de outros, torna-se superficial: "retém a sua visibilidade, mas perde a qualidade de vir à tona a partir de um terreno mais sombrio que deve permanecer oculto para não perder sua profundidade".

Mesmo que se possa questionar, após alguns séculos de civilização, a transposição para a era moderna de conceitos e categorias tão bem delimitados na antigüidade, que caracterizavam o indivíduo que não participava do espaço público (da política) como alguém que deixava de ser verdadeiramente humano, não pode ser ignorada (e não foi ultrapassada) a análise de que a existência realizada de forma inteiramente privatizada (no seu metabolismo e na sua própria subjetividade) não deixa vestígios de sua passagem pela Terra.

Tomando as categorias analisadas por Arendt, podemos considerar através do fenômeno da população de rua a transposição para o espaço coletivo de uma atividade (a sobrevivência física, o labor) que, mesmo com as transformações ocorridas na era moderna, sempre permaneceu como sendo do domínio privado. Porém, ao ser exercida em público e assim sendo visível e audível por todos, não deixa de ser uma existência inteiramente privatizada, prisioneiras que essas pessoas estão dos próprios metabolismo e subjetividade. A população de rua não ocupa a esfera pública, não participa da construção de um mundo em comum. E a 'liberdade' de que por vezes afirmam usufruir (em relação a patrões, horários e rotinas) não consegue mascarar que sequer se libertaram das necessidades vitais. Assim, podemos caracterizá-los como indivíduos cuja existência vivida inteiramente em público é integralmente privatizada; uma experiência de vida sem um lugar que lhe seja próprio (nem nas ruas nem fora delas). Essas pessoas exercem o labor no espaço coletivo, mas não participam da esfera pública, aprisionadas no incessante círculo da sobrevivência.

Partindo de outra matriz teórica, Da Matta[275] afirma que 'casa' e 'rua' constituem uma oposição básica na gramática social brasileira. Oposição complementar, segundo o autor, que permite identificar dois códigos sociais que se reproduzem mutuamente e que estabelecem para cada espaço papéis sociais, objetos e ações que lhe são próprios assim como temporalidades específicas. Diz o autor: "não dormimos na rua, não fazemos amor nas varandas, não faze-

[275] O texto básico do autor sobre o assunto é "Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro" (edição consultada, 1990) complementado por outros trabalhos (1991;1993).

mos refeições com comensais desconhecidos, não ficamos nus em público, não rezamos fora das igrejas...".

A realização de atividades fora de seu domínio específico provoca

> grave confusão ou até mesmo conflito. (...) Sabemos e aprendemos muito cedo que certas coisas só podem ser feitas em casa e, mesmo quando em casa, dentro de alguns dos seus espaços. (...) A reação ao 'inusitado' é sinal marcante de que temos dentro da própria casa uma rigorosa gramática de espaços e, naturalmente, de ações e reações.

Dessa forma as atividades realizadas fora de seus espaços normais sofrem um 'processo de deslocamento'.

No domínio da 'casa', o código fundamenta-se nas relações pessoais, estabelecidas por laços familiares, de lealdade e de alta intensidade emocional. A categoria 'pessoa' que integra esse domínio é caracterizada pelo autor como presa à totalidade social, complementar aos outros, não tendo escolhas próprias, pois a totalidade tem precedência, e recebendo as regras do mundo onde vive. O tempo na 'casa' tem duração cíclica, como o da vida, o da reprodução biológica, o tempo da natureza. Neste âmbito verifica-se a vertente relacional (que tudo inclui) e hierarquizante (cada qual no seu lugar) de nossa constelação de valores. O universo da casa é próprio para todos os modos de obter satisfação ou alívio fisiológico, para todas as ações relacionadas com o uso, cuidado e recuperação do corpo, isto é, tudo aquilo que Arendt denomina labor.

No domínio da 'rua' prepondera o indivíduo, o idioma da lei universal e da burocracia impessoal. O tempo na 'rua' é um tempo linear, tem duração cumulativa, é o tempo histórico. Para o autor, a rua é equivalente à categoria 'mato' ou 'floresta' do mundo rural, ou seja, um domínio semidesconhecido e semicontrolado, povoado de personagens perigosos. A categoria 'rua' exprime tanto um local particular quanto um domínio complexo. As expressões 'moleque de rua' ou 'já para a rua' são poderosas e ofensivas, designando, num caso, alguém sem orientação moral, e no outro, um modo contundente de eliminar alguém de um ambiente preciso. O indivíduo é caracterizado como livre, com direito a um espaço próprio, igual a todos os outros, com escolhas e consciência individual, e fazendo as regras do mundo onde vive. Esta individualização extremada, em que as referências de sua história familiar e trajetória relacional são perdidas ou não consideradas, é expressa no sentimento de que nada é pior que passar mal ou, ainda, que morrer fora e longe de casa, 'no meio da rua', como um mero indigente – gente que não tem 'onde cair morto'. A individualização também é verificada em estados sociais altamente liminares como a boêmia, o carnaval e a pré-criminalidade, em que 'ninguém conhece ninguém' ou 'ninguém é de ninguém'.

Numa abordagem que lhe é própria, Da Matta reitera as principais diferenças entre as esferas pública e privada tal como assinaladas por Arendt. Também como a autora, ele enfatiza a complementaridade dos espaços, destacando que se ambos têm um código que lhe é próprio e específico, eles não estão separados, e mantêm entre si uma relação complexa através de subespaços (praças, mercados, janelas e varandas) e também através de ocasiões especiais (festas), em que a comunicação é possível, obrigatória ou desejável. Além destes ambientes que estabelecem um intercâmbio permanente ou ocasional entre os domínios, Da Matta aponta para o que denomina "espaços transitórios e problemáticos":

> tudo o que está relacionado ao paradoxo, ao conflito ou à contradição – como as regiões pobres ou de meretrício – ficam num espaço singular. Geralmente são regiões periféricas ou escondidas por tapumes. Jamais são concebidas como espaços permanentes (...) são sempre vistos como locais de transição: 'zonas', 'brejos', 'mangues' e alagados. Locais liminares, onde a presença da lama marca um espaço físico confuso e ambíguo.

Da Matta assinala que a ocupação da rua como espaço de moradia, isto é, como 'casa', significa uma "subversão de tal ordem que a ocupação define o ocupante". Sendo a rua local de indesejável individualização, luta e malandragem, os que ali vivem 'como se estivessem em casa' são os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral – ainda que esses mesmos personagens em casa possam ser seres humanos decentes e até mesmo bons pais de família.

Podemos assim caracterizar os moradores de rua como seres extremamente individualizados, isto é, cujas trajetórias pessoais e relações afetivas e familiares não são levadas em consideração e aos quais caberia apenas a fria letra da lei. Porém, isso não significa que possam ser caracterizados como 'indivíduos', na medida em que não escolhem nem fazem as regras do mundo em que vivem. Realizando em público todas as ações cujo espaço próprio não é só o da casa mas de cômodos no seu interior, são seres humanos que sofrem um 'processo de deslocamento', ou seja, 'estão fora de lugar'. Como integrantes do mundo da rua, são seres liminares, ocupam um espaço singular que lhes confere as características do próprio espaço: sujo e perigoso. Espaço singular, porém não próprio; e, portanto, transitório. Estão fora da gramática social e para evitar a reação, a confusão e o conflito desencadeados por sua ação de ocupar subversivamente a rua para dela fazer a casa, devem deslocar-se continuamente.

A abordagem interacionista do desvio é um bom instrumental para a compreensão das trajetórias e modos de vida da população de rua como um campo de concretização de um fenômeno maior que é o da exclusão social, porque nesta forma de apreensão o desvio é definido como um processo de interação entre aqueles que cometem o ato e os que reagem ao mesmo ato. O ato desviante

é inconforme a uma norma prescrita por lei ou pelos costumes, e a reação dos que concordam e defendem a norma instituída resulta numa classificação do desviante como estrangeiro, marginal e/ou diferente (Becker, 1985).

Becker concentra sua atenção no processo, percurso ou trajetória desviante e não na motivação ou causa principal do ato. Desta forma o autor rejeita concepções do desvio que pressupõem que os que transgrediram uma norma constituem uma categoria homogênea na medida em que cometeram o mesmo ato desviante. Também argumenta contra as teorias que analisam o desvio a partir de uma causa subjacente ao ato desviante, situada seja na personalidade do desviante, seja nas suas condições de vida.

> O que há de comum entre todos os que são classificados como desviantes é que compartilham essa qualificação, assim como a experiência de ser etiquetado como estrangeiro ao grupo. Essa identidade fundamental será o ponto de partida de minha análise. (Becker, 1985)

Considerando-se essa abordagem do desvio na análise de trajetórias da população de rua, a primeira pergunta é: qual é a norma transgredida pela população de rua? A de expor sua miséria como privação material? A de realizar em público atividades que deveriam ser exercidas nos limites da esfera privada? A de ter sido incapaz de prover suas necessidades básicas, como teto e comida, através da inserção no mundo do trabalho regular e contínuo, seja ele formal ou informal? A de tentar legitimar suas deficiências físicas (crianças, idosos e doentes em geral) e/ou mentais (alcoolismo, doentes mentais) e/ou carenciais (de medicamentos, de alimentos) para tornar-se objeto/sujeito da caridade e da assistência?

A resposta talvez seja: todas essas ou uma combinação entre elas. No entanto, há um conflito primordial entre os pontos de vista dos grupos em questão – os moradores de rua e os transeuntes – que é a privatização do espaço público.

Rua em oposição à casa, esfera privada em oposição à esfera pública. A definição de cada um dos termos da oposição é dada pelos limites estabelecidos com o outro. Há um 'muro' de convenções que delimita as atividades que devem ser exercidas em cada uma das esferas.[276] O que o transeunte considera como 'ações privadas realizadas em público', o transgressor pode considerar como 'satisfação das necessidades vitais'. Se este é o conflito primordial, não é de menor importância a transgressão das normas relacionadas à esfera de trabalho. O ato desviante dos moradores de rua está constituído por morar na rua, transgredindo um pilar da organização social que é a separação entre público e

[276] "O fato de uma atividade ocorrer em particular ou em público não é, de modo algum, indiferente. Obviamente o caráter da esfera pública muda segundo as atividades que nelas são admitidas, mas, em grande parte, a natureza da própria atividade também muda" (Arendt, 1991).

privado, e por fazer uso de modalidades de sobrevivência que são desviantes em relação aos mecanismos legítimos e convencionados de inserção social através do mundo do trabalho.

A condição de morador de rua está vinculada à ausência de um trabalho regular e contínuo que lhe permitisse suprir suas necessidades básicas no âmbito privado. Os restritos ofícios que exerce são de baixas reputação social e rentabilidade. Eventualmente, para sua sobrevivência, concorrem o estabelecimento de vínculos mais intensos com o âmbito da caridade e da assistência social. Para sobreviver através do pedido, o morador de rua deve conseguir legitimar sua condição de quem precisa ser ajudado. Deve demonstrar a sua impossibilidade de suprir de maneira convencional suas necessidades básicas, através do trabalho, e de certa forma, ser considerado como uma 'exceção à regra'. A exposição das deficiências – físicas, mentais ou carenciais – é um modo (eficaz) de legitimar o pedido. A utilização de recursos para conseguir legitimar estratégias de sobrevivência revela a existência de uma norma que foi transgredida. A norma instituída de que os indivíduos e grupos familiares devem suprir suas necessidades básicas através do trabalho regular e contínuo não leva em consideração as condições efetivas de possibilidade de seu cumprimento. A transgressão dessa prescrição moral de comportamento no mundo do trabalho tem conseqüências, na sociedade brasileira, no âmbito da cidadania.

Nem todo ato irregular cometido é percebido como uma transgressão das normas nem provoca a reação dos outros. Mas morar nas ruas é um tipo 'plenamente desviante', já que infringe a norma e é percebido como tal. Observar a existência de pessoas morando na rua é uma experiência cotidiana para os munícipes cariocas. Essa prática é considerada como desviante na medida em que, para os transeuntes, a população de rua cristaliza um modo de vida 'que não é bom para ninguém', um cotidiano 'estrangeiro', oposto à qualquer situação de vida desejada.

A existência de pessoas morando na rua não é uma novidade no Rio de Janeiro e em outros centros urbanos do País. Sua menor dimensão e sua caracterização 'tradicional' – bêbado, mendigo, louco ou migrante – ensejavam reações de caráter mais 'paroquial': 'adoção' do desafortunado pelos moradores e/ou comerciantes da localidade, que lhe proporcionavam com certa regularidade alimentos, roupas, encaminhamentos e condução para o caso de necessidades de cuidados de saúde e mesmo atenção pessoal. Sua presença podia ser percebida com um misto de piedade, preocupação e solidariedade.

A partir do final da década de 80 as coisas mudaram de figura: seu número parece ter crescido enormemente, sua composição ficou extremamente heterogênea e o 'coitado isolado' foi substituído por grupos, familiares ou não, de adultos, crianças e adolescentes ou mistos. A sua presença passou a ser percebi-

da como inoportuna mas, principalmente, ameaçadora. A mudança de percepção ocorreu no interior de um clima mais geral de insegurança que passou a preponderar na cidade do Rio de Janeiro no fim dos anos 80 e início dos 90, quando surgiram novas modalidades de crime organizado (a 'indústria' dos seqüestros) e recrudesceram formas antigas (a contravenção e o tráfico de drogas), que as autoridades estaduais pareciam impotentes em conter e debelar. No interior desse sentimento coletivo preponderante a população de rua foi incorporada como 'ameaça social'.[277]

O ato desviante tem que ser observado, percebido como desviante, publicizado e transformado de 'problema' em 'questão social', para desencadear um processo que vai desde a criação das sanções até suas aplicações. A publicização do problema deve ter partido dos que se sentiram mais incomodados e/ou ameaçados – moradores e comerciantes. As reações, desde mais organizadas – como as de associações de moradores ou clubes lojistas – até as isoladas, desembocam nos órgãos públicos de segurança e assistência social. Essas pressões possibilitaram que o problema fosse observado e publicizado.[278] O 'problema' de existirem pessoas morando na rua, pelo aumento de sua dimensão e/ou mudança de composição, é transformado em 'questão social' com a intervenção direta da mídia, que divulga levantamentos institucionais, realiza reportagens e publica editoriais que colaboram na construção do estereótipo social 'população de rua'. Nesse processo de formação da opinião pública são mobilizados sentimentos coletivos de medo, insegurança ou mesmo solidariedade que se combinam com estes e outros sentimentos desencadeados pela experiência direta e constante de convivência e coabitação num dado espaço urbano. Esta vivência cotidiana não pode ser de forma alguma minimizada, e envolve a mobilização de sentimentos tanto nas classes médias, que se sentem incomodadas com 'as visitas que não se retiram', quanto nos trabalhadores pobres, para os quais os moradores de rua significam uma concreta e ameaçadora possibilidade de futuro.

A reação mais comum em relação aos acontecimentos nos espaços coletivos anônimos das grandes cidades é a de indiferença, ou melhor, a 'reserva',[279] de que

---

[277] Nas observações de Luiz Antônio Machado da Silva algo semelhante teria acontecido com o jogo do bicho, que foi criminalizado 'por acaso', por meio de uma legislação que pretendia atingir os cassinos.

[278] Para que um dado ato desviante seja considerado como questão social', é preciso antes de tudo divulgá-lo como tal, publicizá-lo como assunto de preocupação da sociedade. Para isso, Becker considera que devem existir "empreendedores da moral" cujo protótipo seria aquele que "empreende uma Cruzada para a reforma dos costumes e se sente portador de uma missão sagrada" (Becker, 1985).

[279] Simmel denomina 'reserva' a esse aspecto subjetivo das relações sociais que envolve "não apenas a indiferença mas também uma ligeira aversão, um estranhamento e uma repulsão mútua que de repente se transforma em ódio e pavor quando de um contato mais estreito, qualquer que seja a causa" (Becker, 1985).

nos fala Simmel – envolvendo indiferença e aversão. Becker ilustra esse sentimento mencionando uma série de fotos de pessoas que passam por um homem que jaz desmaiado numa rua movimentada de uma grande cidade. Alguns transeuntes parecem nem se dar conta da presença do homem caído e outros, que percebem, logo seguem seu caminho. Nos espaços coletivos o indivíduo não sente que os acontecimentos sejam de sua responsabilidade e, como há agentes públicos encarregados do assunto, seu papel citadino seria demandar os órgãos encarregados.

Essa é uma vivência cotidiana em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro – pessoas passando por outras que estão dormindo, enroladas em cobertores geralmente cinzentos, ou que estão 'largadas' no chão, sem notá-las, sem parar e sem falar. Possivelmente um misto de indiferença e aversão prepondera nas relações entre os transeuntes e os moradores de rua. No entanto, o predomínio deste sentimento que apela às autoridades governamentais para a sua solução não descarta a existência de outros sentimentos, dentre os quais se destaca a solidariedade empreendida por entidades de ajuda e mesmo por transeuntes isolados. As reações dos transeuntes são variadas, perpassando a tolerância,[280] a indiferença, a 'reserva', a ajuda eventual ou contínua, repulsa, rejeição, medo, desrespeito, hostilidade, pressão para dispersão ou recolhimento pelos órgãos respectivamente encarregados e agressões.

Considerando que o desvio é um processo, Becker defende que sua análise seja feita através de modelos "que levem em consideração o fato de que os modos de comportamento se desenvolvem segundo uma sucessão de fases, de mudanças de comportamento e de perspectivas do indivíduo" (Becker, 1985). Para tanto incorpora em seu estudo o conceito de carreira[281] utilizado para a análise de trajetórias profissionais na própria Escola de Chicago. A carreira desviante é iniciada por um ato desviante, consciente ou não, intencionalmente transgressor ou não, e pode progredir (ou não) do ato excepcional para a sua manutenção – irregular, intermitente, ocasional ou contínua. A debutância dá início a uma trajetória permeada por dilemas provocados nas interações com os não-desviantes, e a progressão na carreira depende do seu grau de envolvimento com os 'engajamentos morais' postos pela sociedade. A passagem de um estágio a outro indicam que os diversos tipos de controle social vão perdendo sua eficácia.

O termo *carreira* conserva um excessivo significado profissional, mas pode ser substituído por 'percurso' ou 'trajetória', conservando as principais características da carreira desviante: não é uma modalidade de comportamento única ao longo do tempo, há mudanças de posição – modificações perceptíveis nas

---

280 A reação de tolerância, ainda que encerre uma certa solidariedade, envolve também uma atitude de auto-isenção de responsabilidades, o que integra a naturalização da pobreza.

281 A *carreira* designa os fatores dos quais depende a mobilidade de uma posição a outra, tanto os fatos objetivos surgidos da estrutura social quanto as mudanças de perspectiva, as motivações e os desejos do indivíduo (Becker, 1985).

modalidades de estratégias de sobrevivência segundo o tempo de moradia na rua. Ao longo do trabalho de campo foi possível observar alterações oriundas de fatos objetivos (eventos e circunstâncias) e subjetivos (nas formas de comportamento, perspectivas, representações de si e elaboração de justificativas). Foi possível perceber e entrar em contato com pessoas em fases diferenciadas da carreira: recente, temporário, ocasional, intermitente, contínuo; isolado, em duplas ou pertencente a um grupo, até a constituição de um gênero de vida que organiza sua identidade – como se percebe e como é percebido.

Dentre as formas de escapar dos controles sociais e engajamentos morais postos pela sociedade como obstáculos para a progressão na carreira desviante, Becker aponta a que recupera a representação do vagabundo, considerando que "aquele que não tem nem reputação a sustentar nem emprego a conservar dentro do mundo tradicional, é portanto livre para obedecer a seus impulsos" (Becker, 1985). Vários mecanismos são utilizados como controles sociais, assim como outras estratégias – clandestinidade, segredo e dissimulação – são empregadas para ocultar sua condição daqueles cuja opinião lhes é importante. Apesar do esforço, para os moradores de rua essas estratégias têm eficácia reduzida e duração transitória.

Na progressão da carreira o indivíduo deve ser capaz sobretudo de 'neutralizar' o controle social realizado no terreno da moralidade e das representações sociais que envolvem a construção social de um estereótipo desviante. "Se não conseguir essa neutralização, ele se autocondenará, associando-se à maioria dos membros da sociedade" (Becker, 1985). Ele deve, portanto, conseguir alterar sua sensibilidade em relação às objeções feitas pela sociedade convencional, utilizando uma série de 'técnicas', a construção de sistemas de justificativas que, no estudo de Becker, acaba por constituir uma ideologia sistemática, uma subcultura específica no interior dos grupos desviantes. O indivíduo que "mantém uma forma determinada de desvio durante muito tempo faz do desvio um gênero de vida e organiza sua identidade sobre a base de um modo de comportamento desviante" (Becker, 1985).

Analogamente é possível identificar uma trajetória de morador da rua em suas diferentes fases.[282] À medida que morar nas ruas passa a ser uma alternati-

---

[282] A trajetória de Luiz Augusto entre a primeira e última vez que o encontrei – 4 de março e 23 de abril de 1997, ficou evidenciada nas anotações do diário de campo: "Luiz Augusto é negro e mineiro, tem um sorriso bonito e simpático, parece mais velho que Roni, talvez cerca de 35-40 anos. É quase careca, mas parece como se tivesse raspado o cabelo. Está arrumado e limpo" (Copacabana, terça-feira, 4/3/97). "Luiz Augusto está vestido de calça comprida, camisa de abotoar, tem uma mochila *jeans* atravessada no peito e uma *pochette* de onde tira para me mostrar os documentos"(Copacabana, segunda-feira, 17/3/97). "Luís Augusto está bem diferente, sujo, com roupas que parecem ter sido ganhas, de chinelo e cheirando mal. Impressionou-me a diferença de sua aparência desde a primeira vez que o vi. Perguntei-lhe como andavam as coisas e ele me disse que nada bem, que tinha sido roubado perto da Catedral quando estava dormindo, que levaram a mochila com suas roupas e seus tênis"(Botafogo, Pequeninos de Jesus, quarta-feira, 23/4/97).

va frente a uma dada dificuldade encontrada, e o tempo que permanece na rua vai aumentando, a pessoa vai aprendendo a 'se virar' e a não achar mais 'tão ruim assim' viver na rua. Torna-se efetivamente uma opção à modalidade de vida anterior e pode vir a constituir um novo gênero de vida. A partir do 'cair' na rua, há um processo de aprendizado e a aquisição de um novo vocabulário.

A trajetória de morador de rua, vida exposta 24 horas por dia ao público transeunte, envolve a utilização (com eficácia) de técnicas de neutralização[283] que diminuam a influência da modalidade de percepção pública da condição de desviante sobre o seu próprio sistema de representações. Episódios vivenciados junto à população de rua permitiram coletar falas nas quais podemos observar a utilização de um conjunto de racionalizações("melhor agora do que em casa", "não é tão ruim estar na rua", "quem sabe viver, vive em qualquer lugar") que permitem que o morador de rua justifique e, de certa forma, abstraia (neutralize) sua condição de vida cotidiana e concreta.

Em alguns depoimentos os moradores de rua apresentavam-se como desprovidos da responsabilidade sobre a sua situação e totalmente impotentes frente à vida. Justificavam sua situação em expressões como "a vida foi levando", "o destino já está traçado", "foi Deus quem quis". Ou, então, dizem que entraram numa "roda viva" dentro da qual estão impotentes frente a um círculo vicioso em que a rua – que em algum momento e por algum motivo, já foi alternativa de solução – passa a ser causa do problema. Essa "roda viva" aparece também, ainda que na direção oposta, quando o morador de rua aponta uma (única) ajuda, objetiva e imediata, que lhe permitiria deixar de morar na rua, desde que, os acontecimentos posteriores à ajuda seguissem o desenvolvimento pré-determinado por ele.[284]

Outra 'técnica'[285] de neutralização utilizada pelos moradores de rua apregoava que a sua transgressão não provocava dano em ninguém e, portanto,

---

[283] Becker, citando artigo sobre delinqüência de Sykes & Matza, apresenta algumas técnicas destinadas a neutralizar a influência do respeito às leis, isto é, 'justificativas' do desvio (Sykes & Matza, apud Becker, 1985).

[284] Manuel, homem branco, alto, sem os dentes superiores da frente, vestido com calça, camisa de manga curta e tênis, limpo e arrumado, que encontrei tanto na Praça Serzedelo Corrêa quanto no café da manhã dos Pequeninos de Jesus, estava muito aflito com sua condição recente de morador de rua. Em nossas conversas ele levantou uma série de possibilidades para conseguir ganhar dinheiro e poder pagar um quarto. Manuel tinha noção dos preços e das possibilidades de lucro e apresentava um projeto viável apesar de que tudo teria que dar certo: depois de conseguir o dinheiro para comprar mercadorias no centro da cidade, ele deveria vender todas na Zona Sul para conseguir o lucro que lhe permitisse alugar um quarto e continuar comprando mercadorias (Copacabana, quarta-feira, 19/3/97).

[285] Além dessas modalidades, Sykes & Matza, no texto reproduzido por Becker, mencionam também: a técnica de priorizar a lealdade às normas do grupo social mais restrito ao qual pertence, em detrimento das normas mais gerais; e, nos atos de vandalismo e perseguição de minorias, a técnica de considerar que o preconceito, nas circunstâncias da ação, não é injusto, ao contrário, é uma forma justa de represália ou de castigos contra aqueles que "não ficaram no seu devido lugar" ou contra instituições escolares ou professores que não foram "corretos" (Becker, 1985).

tratava-se de uma questão de ordem privada individual. José Eugênio, a quem encontrei junto com os catadores da rua Sorocaba mas que não pertencia ao grupo mais estável do local, contou que estava no Bairro Peixoto, quando um guarda o acordara chutando-o dizendo que ali não poderia ficar. Ele argumentava, dizendo que não estava perturbando ninguém.[286] Também o guarda municipal da Praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana, mencionou que ao tentar que as pessoas se retirassem do entorno da praça, alguns reagiam: "aí, meu irmão, nós não estamos te atrapalhando em nada".[287] Marcelo dizia que nunca fora recolhido porque raramente dormia em um lugar que pudesse incomodar os outros, "que alguém ligue reclamando".[288] André, catador de lixo, ia além dizendo que os moradores (com teto, da rua Sorocaba) já estavam (tão) acostumados com eles (catadores), que os ajudavam e que até reclamavam se quisessem levá-los porque eles "dão jeito na rua, põe ordem" no lugar.[289]

Dentre as modalidades de abstração e justificativa encontra-se também a concentração do discurso em referências a um passado glorioso, a grandes feitos ou façanhas em que uma avaliação do tempo presente não tem lugar. José Eugênio tinha um discurso desse estilo: "ele afirmava alto que teve de tudo, onze apartamentos alugados, caminhão, carreta (...) que já foi muito poderoso".[290] Na entrevista conjunta de Miguel e Cícero/Wellington, os dois apontaram a utilização freqüente do exagero, das 'bravatas' e das mentiras pelos moradores de rua. E Márcia falava do seu cotidiano: "acorda, lava o rosto, consegue água no quiosque, se tiver dinheiro vai tomar café, depois fica por aí, contando mentiras junto com os outros".[291]

A última etapa de uma carreira desviante consiste no ingresso em um grupo no qual "compartilha um mesmo destino e os mesmos problemas". O pertencimento a um grupo como tal cristaliza a identidade desviante, isto é,

> um conjunto de idéias e pontos de vista sobre o mundo social e sobre a maneira de a ele adaptar-se, assim como um conjunto de atividades rotineiras baseadas nesses pontos de vista. (...) Entrando num grupo tem mais chances que antes de prosseguir nessa via: de um lado aprende como evitar as dificuldades, de outro lado, adquire um sistema de autojustificação que o incite a perseverar. (Becker, 1985)

---

[286] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

[287] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 6/2/97.

[288] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

[289] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

[290] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

[291] Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

Os moradores de rua em suas modalidades de agrupamento constituem grupos desviantes similares, compartilhando uma existência em comum e um conjunto organizado de significados. Entretanto, no caso dos músicos de *jazz* estudados por Becker, com um gênero de vida suficientemente bizarro frente aos padrões convencionais para ser classificado como 'diferente', o ponto de partida da diferença era um 'dom'. Os músicos consideravam-se portadores de um atributo que os distinguia favoravelmente dos 'quadrados' (que compõem seu público e seus empregadores) (Becker, 1985), ou seja, numa representação de exterioridade positiva. Na trajetória dos moradores de rua a diferença é dada por uma falta, uma ausência, uma carência que os distingue negativamente em relação aos transeuntes. O isolamento e auto-segregação dos moradores de rua não pode ultrapassar certos limites de segurança e de sobrevivência. Em alguns casos não pode desvincular-se totalmente dos grupos e da rede de ajuda, sob o risco de não conseguir manter-se vivo. A auto-segregação se desenvolve, as inter-relações diretas são restringidas ao máximo, o sentimento de hostilidade está presente e o estatuto de exterioridade é explicitado (e reforçado) num vocabulário próprio[292] mas, na maioria das vezes, sob o signo da dependência.

Esses mecanismos de ordem subjetiva que os moradores de rua lançam mão (assim como outros grupos desviantes e delinqüentes) para diminuir sua sensibilidade diante dos estereótipos sociais sobre a sua condição de vida não podem mascarar a interferência dos fatos objetivos, que pode ser sintetizada nas condições de (im)possibilidade do cumprimento da norma pelo morador de rua. Em que medida, tomada a decisão de não morar mais nas ruas, o indivíduo tem condições de suprir-se de escolaridade e qualificação, criar o 'fundo de consumo' para sua reprodução, enfrentar os mecanismos de absorção no mercado de trabalho e conseguir satisfazer suas necessidades básicas dentre as quais, especialmente, um teto doméstico?

A partir da transgressão da norma, cometido o ato desviante e percebido como tal, o transgressor é 'etiquetado' e sancionado. A 'etiqueta' lhe confere um estatuto de estrangeiro (*outsider*) ao grupo.

> Ser considerado e estigmatizado como desviante tem conseqüências importantes sobre a participação posterior na vida social e sobre a evolução da auto-imagem do indivíduo. A conseqüência principal é uma mudança de identidade do indivíduo aos olhos dos outros. Em razão da falta cometida e do caráter flagrante desta, ele adquire um novo estatuto. Descobre-se uma personalidade diferente: ele será etiquetado e tratado como tal.(Becker, 1985)

[292] Vide o glossário de três páginas publicado em Sebes/SP, 1992.

A condição de desviante é "uma categoria de estatuto principal", preponderando nas interações sociais sobre os vários outros atributos de um mesmo indivíduo (raça, gênero, profissão etc.). "A identidade desviante comanda as outras identificações" (Becker, 1985). Esse estatuto, além do significado simbólico mais geral (ter transgredido uma 'norma'), comporta um certo número de conotações que atribuem a todos os etiquetados características acessórias – presumidas como associadas automaticamente à característica desviante mais geral. Toda etiqueta é homogeneizadora, negligenciando as diferentes trajetórias individuais, e a personalidade que emerge é uma representação social daquela modalidade de desvio.

No caso da população de rua, ao estatuto de 'estrangeiro' – atribuído devido ao fato de viver nas vias públicas e não ter uma inserção social legitimada no mundo do trabalho – estão associadas, em diferentes graus, as seguintes características acessórias: pobreza, sujeira, alcoolismo, utilização de meios inescrupulosos ou mesmo ilegais de sobrevivência como o roubo e o tráfico de drogas ('avião'), preguiça e/ou distúrbio de personalidade. Em relação a boa parte do conjunto de características acessórias atribuídas à 'personalidade' morador de rua, este é falsamente acusado, mas isso não impede que através dos estereótipos seja lançado na 'vala comum' que homogeneiza nesse perfil a diversidade de trajetórias.

"A maneira como os desviantes são tratados equivale a lhes recusar os meios comuns de cumprir as atividades rotineiras da vida cotidiana" (Becker, 1985). No caso da população de rua a falta de acesso às atividades rotineiras da vida cotidiana é o próprio elemento de configuração de sua trajetória. Há que considerar-se também que um indivíduo dedicado a sobreviver na rua tem seus horários de trabalho e alimentação determinados pelos transeuntes (para guardadores de carros, catadores de lixo) ou pelas entidades de ajuda.

Quais são as sanções impostas aos moradores de rua e que 'corpo especializado' as impõe? Como são percebidas as normas pelos moradores de rua ?

Vadiagem, ociosidade e mendicância foram criminalizados no Código Penal aprovado na época do Império e vigente no início do século XX,[293] mas atualmente deixaram de ser crimes. No entanto, mesmo que a norma não se apresente mais editada formalmente em lei, por referir-se a pilares de sustentação da sociabilidade (a separação entre os espaços público e privado e a inser-

[293] "Considerando como crimes policiais a prática da vadiagem e da mendicância, a polícia usava e abusava do livre-arbítrio, prendendo freqüentemente aqueles que perambulavam pelos espaços públicos. Eram considerados vadios todos aqueles que não possuíam ocupação honesta e útil de que pudessem subsistir. A persistência em tal estado, após a advertência pelo Juiz de Paz, implicava pena de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias. Quanto aos mendigos, o fato de mendigar tendo supostamente condições para trabalhar implicava a prisão, simples ou com trabalho" (Valladares, 1991).

ção por meio do trabalho), mantém-se revestida de forte autoridade. O caráter de 'norma-pilar' lhe confere a característica de estar difusa em todos os domínios da vida social e de poder também ser difusamente sancionada, de maneira formal ou informal.

A execução da sanção imposta à transgressão, dependendo do âmbito das relações sociais, pode ter como corpo especializado desde agentes públicos encarregados da segurança e/ou da assistência social, investidos de autoridade regulamentada, passando por regras de comportamento e ação exigidos pelas entidades assistenciais para freqüentar e utilizar os serviços, até os acordos informais com os transeuntes de convivência regular, isto é, moradores com teto, comerciários e comerciantes, fregueses e empregados de bares e restaurantes, garis e pessoas que transitam com mais regularidade pelo local – e, ainda, pode ser atribuição também de todo e qualquer transeunte que compartilhe o espaço público.

Tem preponderado uma jurisprudência restritiva em relação aos espaços públicos como praças e jardins, que nos últimos anos tornaram-se locais fechados, com grades e com regras de circulação e utilização.[294] Com a criação da Guarda Municipal aumentou, por proximidade, a eficiência da repressão em relação aos demais órgãos de segurança como a polícia civil ou militar. Não é à toa que nas representações da população de rua o policial é bem visto, não atrapalha, não bate, não interfere – só em 'casos suspeitos'[295] – enquanto os Guardas Municipais são vistos por Cícero como os "que mais persegue; pegaram uma pessoa assim de rua, bateram tanto nele que quebrou o maxilar dele".[296] "A polícia, se vir fazendo alguma coisa falam, né?, agora aqueles guardinhas municipal são um cão, né? eles são fogo"[297] – diz Miguel. Vanda e Márcia contavam que nas operações de recolhimento os guardas municipais são encarregados de impedir a fuga: " se correr pra fugir eles vão atrás e batem", e que no dia a dia quem perturba são os 'guardas de bicicleta' (guardas municipais da orla).[298]

No depoimento do Guarda Municipal da praça Serzedelo Corrêa foi possível observar uma avaliação pessoal do conteúdo da regulamentação e a

---

[294] Na praça Serzedelo Correia há placas com as regras de utilização: horário 6h às 19h; cachorro com coleira, somente travessia; proibido andar de bicicleta, exceto menores de 10 anos; proibida a passagem de carrinhos com latas e garrafas; proibida a passagem e a permanência de vendedores e ambulantes.

[295] Os casos podem tornar-se 'suspeitos' de várias formas: comportamento inadequado, locais freqüentados ou possibilidade de envolvimento com tráfico de drogas. Na entrevista, Miguel declarou: " policial, se tu tiver aqui na rua, aí ele te der geral, ele abriu a bolsa vai saber na hora que tu mora na rua, cobertor, colher, pasta de dente, sabonete, essas coisas, ele vai saber, e eles não faz nada, não mexem, só se tiver fazendo coisa errada". Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[296] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[297] Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

[298] Diário de campo, Copacabana, sábado, 12/4/97.

seletividade do agente encarregado na aplicação das normas. Ele dizia que se um 'mendigo' entrar na praça, sentar no banco tranqüilamente, não fizer arruaça nem ameaçar o patrimônio ele não podia fazer nada, era "um cidadão como qualquer outro". As pessoas reclamavam com ele dizendo que "o mendigo está lá sentado, fedendo", mas ele respondia que não havia nada que o impedisse de ficar ali desde que não causasse problemas: "está no direito dele de ir e vir". Mas, "se o sujeito se fizer de malandro, cheio de gíria e cheio de pose" – faz com o corpo o trejeito – ele mandava sair, ameaçava usar a sua autoridade e de pedir reforços.[299]

No duplo sentido de *outsider* importa também como os 'etiquetados' percebem as normas. Essas percepções variavam desde considerá-las justificadas e legítimas, passando por ambivalências, até interpretá-las como tão 'estrangeiras' ao seu universo que careciam de respeitabilidade e legitimidade. Becker exemplifica da seguinte forma: o infrator de trânsito tem uma relação de conformidade à norma pois, admitindo ou não a transgressão, não questiona a legitimidade da existência de regras de trânsito. Os alcoólicos estabelecem uma relação de ambivalência com a norma, pois reconhecem que a ingestão crônica de álcool é nefasta mas consideram que aqueles que os julgam não os compreendem. Os homossexuais, os toxicômanos e mesmo os músicos de *jazz*, por sua vez, recusam qualquer legitimidade à norma e elaboram uma ideologia sistemática explicativa de por que eles estão certos e aqueles que os desaprovam e punem estão errados. Essa ideologia sistemática que informa um certo gênero de vida é elaborada através de racionalizações e justificativas, as mencionadas 'técnicas de neutralização', criando um ponto de vista 'emancipado' em relação às normas morais da sociedade convencional (Becker, 1985).

Os moradores de rua com quem entramos em contato manifestaram-se diferentemente em relação à respeitabilidade e legitimidade das sanções impostas segundo os agentes encarregados de execução. As ações de dispersão e recolhimento realizadas por orientação da prefeitura e pressões dos munícipes respondem de maneira paliativa a uma problemática social evidenciada no uso do espaço urbano de convivência. Entre os moradores de rua foi unânime considerá-las sem qualquer legitimidade, respeitadas apenas pela imposição da autoridade, ameaça e concretização do uso da força física. A aplicação das normas era vista como ilegítima porque não redundava em qualquer conseqüência sobre suas condições de vida. Os moradores de rua, ainda que passivamente, questionavam não o conteúdo do regulamento e sim a sua própria existência, já que, segundo eles, não estavam incomodando ninguém

Em relação às normas de comportamento e ação impostas por entidades de assistência social, o feixe de reação dos moradores de rua comportou varia-

[299] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 6/2/97.

das reações: a conformidade às normas com estabelecimento de vínculos, geralmente de caráter religioso; a conformidade sem constituição de vínculos sociais numa relação instrumental ou pragmática; uma conformidade de menor intensidade com a elaboração de queixas e denúncias, até a crítica severa; e, ainda, a reação violenta com a destruição dos locais de serviços. Quanto aos transeuntes de convivência, os acordos informais de convivência dependiam do grau de fixação do morador de rua naquele espaço e dos tipos de relações estabelecidas, que podem variar entre um vínculo de trabalho e rendimentos, uma relação de vizinhança espacial, um suposto elo de proteção, ou a rejeição também em graus variados.

MOVIMENTO: a eternidade do transitório

Uma característica freqüentemente assinalada como integrando o perfil dos moradores de rua é o seu nomadismo, ou seja, o deslocamento contínuo pelos espaços públicos da cidade. Embora esse movimento permanente seja efetivamente observável, é importante refutar as análises que situam a característica como intrínseca à 'natureza' do morador de rua, isto é, como elemento integrante de sua personalidade, o qual, inclusive, funcionaria como um elemento motriz para sua 'opção' de residir nas ruas. A mobilidade da população de rua é parte da caracterização do fenômeno e, portanto, condicionada às relações sociais estabelecidas entre os habitantes das ruas e os demais transeuntes.

Como etapa civilizatória o nomadismo é anterior à fixação do homem ao solo. "Nossa existência primária é a de caçadores, coletores e pastores; um passado de nomadismo" (Enzensberger, 1995). E, mesmo após tantos séculos de sedentarização, continuam ocorrendo movimentos contínuos e incessantes de grupos humanos pelo planeta.

Na análise dos movimentos migratórios alguns elementos aparecem como constantes: os indivíduos mais capazes, mais dinâmicos, mais decididos são os que optam por migrar e o fazem sempre na perspectiva de uma 'vida melhor', qualquer que seja o significado dessa expectativa. Dessa forma, a emigração "institui um processo de seleção que não é favorável para o país (ou local) natal". Uma segunda característica seria que toda migração leva a conflitos, instituindo a figura do estrangeiro, do estranho ao local: "a defesa dos interesses locais e a xenofobia são constantes antropológicas e, para mantê-los sob controle, para evitar banhos de sangue (...) as sociedades antigas inventaram os tabus e os rituais da hospitalidade. Esses cuidados, porém, não revogam o *status* do estrangeiro. Pelo contrário: eles o fixam". Um terceiro elemento assinalado

é que a reação ao estrangeiro está relacionada com suas posses: "ninguém questiona a liberdade de movimento dos ricos e os estrangeiros são mais estrangeiros se forem pobres" (Enzensberger, 1995).

A reação aos movimentos migratórios é maior quando realizados por pobres, e a pobreza está associada ao movimento: como reação – mais acentuada nos mais jovens – às vulnerabilidades múltiplas e associadas; na busca de soluções; como recusa em aceitar passivamente as perspectivas que circundam suas vidas em família e no bairro (Alvim, 1995). De forma tal que é verificado, particularmente no gênero masculino, um 'discurso de mobilidade' (Agier, 1990), relacionado à pobreza das classes trabalhadoras, anterior à moradia nas ruas e consubstanciado nas expressões 'ir à luta', 'correr atrás' e 'ter que se virar'. O transitar de crianças e adolescentes nas ruas, organizados em grupos, com lideranças constituídas, é considerado por Silva & Milito uma "verdadeira insurreição infanto-juvenil" contra as condições de vida que a sociedade lhes impõe associada ao elementos próprios que marcam a criação de uma identidade adolescente. No entender dos autores trata-se de um "movimento coletivo, socializado no sentido de que seus pares adultos (...) ou toleram, ou entendem, ou incentivam, ou se resignam, ou naturalizam tal movimento de recusa aos espaços da miséria e da violência" (Silva & Milito, 1995).

A associação da pobreza com o movimento é analisada por Da Matta no 'mito de Malasartes', que

> também pode ser tomado como o mito do trabalhador brasileiro, como a saga daquele que tem que estar sempre buscando algo que não possui; sempre – como eles mesmos dizem – em busca do trabalho e do patrão, sobretudo do 'bom patrão' que os ancore definitivamente na estrutura social. Numa palavra, quem é pobre precisa 'ganhar a vida'. (Da Matta, 1990)

Entretanto, a âncora na estrutura social por meio do trabalho e do 'bom patrão' não é de fácil obtenção, na medida em que o 'nomadismo ocupacional', o trânsito entre o assalariamento com carteira de trabalho, o mercado informal e o desemprego e, em certos casos (jovens e mulheres) a inatividade, configuram traços característicos da inserção dos trabalhadores de baixa qualificação.

Aos elementos estruturais e tradicionais do fluxo contínuo de grupos sociais pauperizados, Buarque adiciona outros mais contemporâneos, gerando neste final de século o que denomina de *modernômades* :

> centenas de milhões de nômades perambulando por estradas, entre ruas, cidades e mesmo continentes, produzidos e reproduzidos pela modernidade. O padrão excludente de desenvolvimento econômico e social, restrito a apenas uma parte da população, é um elemento gerador de migração forçada e de um movimento incessante pois quando chegam aos locais continuarão sendo nômades, agora como habitantes das ruas. (Buarque, in Bursztyn & Araújo, 1997)

O nomadismo nas ruas chega a ser caracterizado como especificidade de um modo (andarilho) de vida, ou seja, fazendo da mobilidade não apenas um período transitório, como ocorre com a migração, mas uma forma de vida, mantida ao longo dos anos e através das gerações (Magni, 1997). Magni argumenta que o nomadismo como modo de vida da população de rua possibilita uma identificação positiva do grupo social, opondo-se às caracterizações com base nas negatividades semânticas (sem-teto, *sans domicile fixe* – SDF) que os apresenta a partir da ausência ou da carência em relação a algo que se apresenta como um valor social básico – neste caso, o lar, a residência (Magni, 1995). Assim, as pessoas que vivem nas ruas seriam caracterizadas como um 'povo cigano', em que o nomadismo faria parte de uma cultura com tradições e costumes próprios, transmitidos de geração em geração, parcial ou integralmente imunes aos valores prevalentes nos lugares por onde transitam. Embora o conceito de 'modo de vida' permita articular "objetividade e subjetividade, condições de vida e representações simbólicas, estrutura e sujeito" (Lobo, 1992), é mister ressaltar que, no caso dos moradores de rua, a imposição dessa maneira de viver 'andando por aí', a pequena autonomia e o isolamento do sujeito falam contra o nomadismo ser propriamente um modo de vida.

Os elementos que configuram o movimento da população de rua em oposição aos demais grupos sociais são: a circulação permanente ao invés da fixação, o provisório em vez do permanente, o transitório e o efêmero ao contrário da inserção e do pertencimento, o acaso ao invés do regulado e conhecido, a intermitência antepondo-se ao contínuo e o eterno presente em contraposição à capacidade de sonhar, às perspectivas de futuro.

Moram nas ruas mas aí não encontram um lugar fixo e próprio. Para sobreviver – na busca de alimentação, proteção contra as intempéries e fuga da repressão institucionalizada ou não – devem circular pelos espaços. "Perambulando pelas ruas, descobrem que são capazes de circular nesse mundo, embora a ele não pertençam" (Bursztyn & Araújo, 1997). A rua não oferece como espaço, nem tampouco os grupos que nela se constituem, uma unidade de pertencimento. São seres desenraizados: perderam suas raízes geográficas, familiares e culturais, mesmo que habitem nas ruas do mesmo local em que nasceram, e a nova sociabilidade que constituem nas vias públicas, tendo como característica a fluidez, a inconstância de pessoas e lugares, não possibilitam que sejam criados novos elementos de fixação. Estabelecem uma certa rotina diária de obtenção de rendimentos ou de alimentação, porém esta pode ser irregular e intermitente na medida em que dependem de normas e regras que não controlam e sobre as quais não podem interferir. O espaço da rua é, por si só, um "espaço de mobilidade" (Sposati, 1995), local de trânsito, movimento e circulação de pedestres e veículos. Nas ruas tudo se move continuamente e o morador de rua, em seu caminhar permanente, não faz senão adaptar-se ao seu *habitat*.

A rua impõe horários: quem nela habita deve acordar cedo, sair das marquises e das portas de lojas ou prédios residenciais, independentemente das intempéries, de sua condição ou disposição. As lanchonetes e restaurantes ou a oferta assistencial estabelecem o horário da alimentação. Quando acumula pertences aumenta sua visibilidade e desencadeia a repressão. É recolhido ou deve sair do lugar. Para sobreviver, precisa circular e essa é uma imposição que o espaço das ruas estabelece sobre o cotidiano dos que nelas habitam.

Apesar de ter que se movimentar continuamente, o morador de rua tende a estabelecer um território de circulação. Ou seja, é itinerante mas dentro de um espaço delimitado. "Ele vive circunscrito a um *habitat* por ele definido que pode ser até ao longo de uma rua ou em torno de um bairro, praça ou quarteirão" (Simões Jr., 1992). A territorialidade dos grupos de crianças e adolescentes nas ruas é um elemento tão característico que "tentar uma tipologia dos meninos depende de uma topologia" (Silva & Milito, 1995). Uma das regras básicas do agrupamento é a observância da territorialidade, o controle do espaço, a delimitação de percurso; a chegada de estranhos (estrangeiros) é alertada com a expressão 'tem alemão no pedaço'. A tipologia topológica parece identificar perfis diferenciados de grupos organizados em torno de territórios, com diferenças em suas auto-representações e atitudes na rua, entre meninos de rua de várias cidades ou entre localidades de uma mesma cidade (Silva & Milito, 1995).

Os depoimentos revelaram a territorialização da moradia, como no caso de Dalton, que dizia que a marquise podia variar mas sempre era em Botafogo; ou Miguel, que passava o dia entre Botafogo e Copacabana, onde 'garimpava' o lixo e conseguia alimentação, mas dormia em Ipanema, num "lugar calmo, bom de se ficar": era um canteiro perto de um edifício, onde ele afastava os vasos de plantas e fazia um "quadradinho" que ficava "quentinho", não chovia e era seguro: "não mexem com a gente".[300]

A sobrevivência fisiológica, a obtenção de ajudas e rendimentos, a estabilidade de composição e a permanência no espaço dos agrupamentos de moradores de rua estão condicionados, primordialmente, pelo tipo de espaço urbano ocupado. Os grupos, instáveis em sua composição, tendem a uma estabilidade de localização, constituindo pontos de moradia e sobrevivência. Em todas as cidades os grupos se localizam ao redor de centros de consumo, distribuição esta que, em Brasília, adquire configurações urbanísticas bem demarcadas: área de supermercados, área de bancos, área de clínicas. Nas demais cidades – Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – o local preferido é o centro, por oferecer as condições de sobrevivência e também porque, ficando deserto à noite, confere ao grupo uma privacidade doméstica. As entidades de ajuda que fornecem ali-

---

[300] Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 9/4/97.

mentação e auxílios diversos constituem importantes pólos de atração de agrupamentos, identificados pelo horário em que se encontram. Pontos fixos e estabelecidos podem ser modificados segundo uma ação mais intensa dos órgãos públicos mas, sem dúvida, os locais mais propícios para dormir e viver na rua acabam sendo (re)ocupados por grupos, constituindo-se em pontos tradicionais de ocupação.

A hospitalidade do espaço urbano carioca foi substancialmente modificada nas últimas décadas, prevalecendo um processo em que o espaço privado foi 'fortificado' nos condomínios fechados e o espaço público foi 'selecionado' com o gradeamento das praças. Segundo Neves, esse processo concentrou os desabrigados em espaços delimitados de obtenção de rendimentos e de sociabilidade, aumentando a sua visibilidade e, ao mesmo tempo, permitindo que eles desenvolvessem práticas de reconhecimento de sua existência, estimulados pela vida em grupo (Neves, 1995a).

A visibilidade, naturalmente, aumenta com a limitação dos espaços, com a magnitude numérica e com a tendência à fixação do grupo. O aumento da visibilidade dos grupos tem correlação positiva com a intensidade da repressão. O agrupamento é um critério institucional para o recolhimento: a Fundação Leão XIII não recolhe se andar sozinho, somente se se formarem grupos: "se tiver com galera, com patota, a gente leva" (Martins, A.L., 1993).

O movimento constante e o isolamento tendem a diminuir a visibilidade da ocupação e habitação do espaço público nas grandes cidades. Nesse sentido são os depoimentos dos que adotam o isolamento como forma de evitar conflitos, seja entre moradores de rua, seja com transeuntes, seja com as instituições. Itinerância e fixação se intercalam no cotidiano dos moradores de rua, variando segundo as circunstâncias. Alguns fatores interferem propiciando a fixação, como a sombra de uma árvore ou uma marquise que proteja mais, a complacência e a compaixão dos transeuntes, trabalhadores e moradores com teto do local, a baixa visibilidade de locais que possibilitem o acúmulo de pertences e a proximidade da rede de sobrevivência e de acesso à água. Alguns locais sempre estavam ocupados, ainda que nem sempre pelas mesmas pessoas. Em outros espaços a presença de pessoas tinha estreita dependência do horário e do dia da semana.

Por outro lado, os elementos que favorecem a itinerância são as condições climáticas, a realização de eventos (numa noite de jogo de futebol a população de rua de Botafogo diminuiu sensivelmente, devido ao deslocamento das pessoas para as proximidades do Maracanã, onde podiam encontrar fartura de latas), o aumento da visibilidade do local (a conclusão de obras públicas e a retirada do entulho), os dias da semana e o horário (exemplos típicos são as igrejas nos domingos e as agências bancárias em dias de semana). A itinerância

é condicionada pelos horários estabelecidos para distribuição de comida e outras doações pelas instituições assistenciais, assim como por fatores relacionados com as possibilidades de trabalho e rendimentos através da coleta do lixo, no caso, as relações estabelecidas com porteiros e vigias para acesso às 'fontes', o horário de passagem do caminhão da limpeza urbana e o horário de funcionamento dos depósitos. A fixação depende de que não haja reclamações (porteiros, moradores, comerciantes) e, por vezes, ocorrem mudanças de locais por outros interesses (amizades ou comida mais próxima).

Foi possível observar locais típicos de pedido de esmola perto de bancos (agências ou caixas 24 horas) ou de supermercados. Esses pontos eram ocupados sempre pelas mesmas pessoas, em geral idosos ou deficientes físicos, cujas marcas do infortúnio eram visíveis e, portanto, garantiam a legitimidade do pedido. A escolha desses lugares parece acontecer devido não só ao movimento de pessoas, como também ao 'apelo à consciência' que propiciam. A transitoriedade da fixação era visível pelos vestígios (lixo, papelão, sacolas, restos de comida e mesmo colchões e lençóis), que indicavam a passagem pelo local e a possibilidade de um retorno. Foi possível observar tanto moradores de rua mais fixos, como os catadores da rua Sorocaba e Solange, que se instalou na calçada da rua Nelson Mandela, quanto outros que viviam em trânsito. Dentre estes últimos existiam dois subgrupos: os que percorriam itinerários fixos e repetidos diariamente e os que andavam segundo as circunstâncias.

Alguns dos que se locomovem pela cidade conseguem fazê-lo andando de ônibus 'de calote'; a imensa maioria, porém, percorre longas distâncias a pé, atravessa vários bairros caminhando. É difícil apreender os detalhes de quem se move continuamente, mas também o movimento (junto com a aparência) denuncia a condição de ser integrante da população de rua.

O caminhar dos moradores de rua mistura as duas formas básicas de deslocamento assinaladas por Da Matta: o do mundo cotidiano e o do mundo ritual. Na marcha do cotidiano os momentos importantes são o da partida e o da chegada, tendo pequena importância a passagem entre um e outro. No mundo ritual, ao contrário, é a marcha, o processo de deslocamento em si, que se torna importante. Enquanto o caminhar cotidiano é funcional, racional e tem um objetivo específico, na marcha ritual "o alvo e a jornada se tornam mais ou menos equivalentes"; "o básico é como se marcha, como se vai, e nunca onde se chega" (Da Matta, 1990).

Para os moradores de rua, o caminhar cotidiano tem objetivos precisos, e o ponto de chegada é não apenas importante mas, por vezes, até vital. Entretanto, há também um caminhar ritual, em que o importante é estar em movimento, no deslocamento que ocupa sua jornada, uma maneira de passar o tempo e evitar conflitos, até mesmo porque não têm onde permanecer. Quando per-

guntei a Luiz Augusto como tinha passado a semana, ele me respondeu: " andando".[301] Rodrigo me contou que "anda por aí, roda tudo por aí".[302] Dalton dizia que "não gosta de ficar parado, que gosta de ficar andando".[303] E Cícero argumentava: " eu sempre gostei de andar, sabe?, eu não consigo ficar parado num lugar. Se eu pudesse a minha vida eu vivia viajando direto, eu ia conhecer o mundo todo". Quando lhe perguntei como era o seu cotidiano me respondeu:

> *eu acordo, aí nós vai catar, hoje catemos aqui em Copacabana, amanhã no Humaitá, aí depois vende os negócio, vai pro cemitério tomar banho, aí pronto, passa o dia, não tem mais o que fazer, (fico) andando, assim, andando... sem ter pra onde ir.*[304]

Se a itinerância e a fixação são determinadas pelas circunstâncias, ainda que uma certa rotina possa estar presente, o cotidiano do morador de rua está fora de seu controle, fica ao sabor do acaso. O imprevisível, o inconstante, o incontrolável, o inusitado configuram suas trajetórias nas ruas. Vivem num espaço que é um 'território de ninguém'. Não encontram um lugar onde fixar-se e movem-se continuamente. Assemelham-se mais aos apátridas do que aos estrangeiros, pois estes últimos têm um lugar no mundo, embora não seja aquele em que estão, enquanto os apátridas são os 'sem lugar no mundo', e conseqüentemente tampouco dispõem de qualquer estatuto legal, ou seja, não têm existência jurídica.[305] Embora os moradores de rua não sejam apátridas no sentido exato do termo, assemelham-se a estes por instalaram-se no 'território da infracidadania', isto é, por se situarem à margem da lei e dos direitos, de cuja existência formal não conseguem usufruir. Quando os homens são privados de seus direitos "bênção e ruínas lhes serão dados ao sabor do acaso e sem qualquer relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer" (Arendt, 1989).

Vivendo em público mas sem participar do espaço público, acabam por não pertencer a nenhuma comunidade política e permanecem à margem da cidadania, que constitui o primeiro direito humano, o 'direito a ter direitos'. E, como nos lembra Arendt, os direitos humanos – definidos como 'inalienáveis, irredutíveis e indeduzíveis de outros direitos e leis', porque eram destinados a ser independentes de todos os governos – passam a ser inexistentes quando não há nenhuma autoridade legal para protegê-los e nenhuma instituição dis-

---

[301] Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 3/4/97.

[302] Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

[303] Diário de campo, Botafogo, domingo, 9/3/97.

[304] Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

[305] "A partir da 1ª Guerra Mundial surgiram compactos grupos humanos que não eram bem-vindos e não podiam ser assimilados em parte alguma. Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugo da terra" (Arendt, 1989).

posta a garanti-los. Cria-se uma situação em que grupos humanos não têm direito algum e apenas como transgressores da lei, como criminosos, poderiam voltar a ser cidadãos completos, ou seja, pessoas consideradas (e protegidas) pela lei (Arendt, 1989).

A rua é o espaço do imprevisível, da insegurança e da vulnerabilidade, do perigo constante que espreita. Por isso, "as situações exigem presteza, as reações aos estímulos têm que ser muito rápidas" (Silva & Milito, 1995). Nesse espaço há uma temporalidade própria, a do "eterno presente", a ausência de perspectivas de futuro. A somatória de experiências fragmentadas, o desenraizamento de suas origens e trajetórias familiares, as limitações concretas e crescentes que impedem que ultrapassem a muralha da desvinculação fazem com que a idéia de um futuro fique cada vez mais distante, algo doloroso de pensar posto que inatingível. A capacidade de sonhar é o que permite distinguir o movimento do migrante daquele da população de rua. "O sonho de encontrar as condições para viver com mais dignidade é o elemento energizador da errância que nutre os processos migratórios em nosso país. Se estou certa, o homem da rua seria o homem que deixou de sonhar" (D'Incao, 1995).

O migrante se move continuamente, pois está à procura de um futuro 'melhor', enquanto a população de rua perdeu sua habilidade de sonhar ou essa capacidade está envolta na névoa da embriaguez, que a faz acreditar ser possível o que a realidade lhe mostra dura e cruamente ser inatingível. "Se não há futuro a ser construído, também não tem sentido a criação de projetos. Ficam os indivíduos com os devaneios, os sonhos, as façanhas do fanfarrão, a alegria descompromissada do bufão" (Neves, 1995). As perspectivas de futuro estão bloqueadas e a vida está limitada a conseguir sobreviver. Limitados a conseguir permanecer com vida, torna-se permanente o ato de morrer.

6

CONCLUSÕES: sem lugar no mundo

O fenômeno da exclusão social no Brasil contemporâneo (1980-1995) foi estudado através de dois eixos principais: uma análise conceitual e teórica, com o objetivo de definir os significados, a abrangência, os contextos histórico-sociais e as dimensões de configuração da exclusão social como categoria de conhecimento; e uma pesquisa empírica desenvolvida entre 1995 e 1997, a partir da qual foi possível discutir o significado dos processos de desvinculação em trajetórias de vida de moradores de rua de bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Na primeira metade da década de 90, tanto a população de rua emergiu como 'problema' ou 'situação-limite', principalmente através das crianças nas ruas, quanto a noção de exclusão social foi sendo cada vez mais utilizada para analisar a questão social. Embora os termos *exclusão* e *excludente* estivessem tradicionalmente presentes nos estudos sobre pobreza e desigualdade, nesse momento surgiram artigos e livros em que a categoria de exclusão social começou a ser utilizada na análise de novas questões sociais, como o crescimento da violência urbana e de pessoas morando nas ruas, configurando modalidades especificamente contemporâneas, desencadeando um debate sobre a pertinência e valor analítico de sua utilização.

Formulamos as seguintes perguntas:

Exclusão social é um conceito (possui uma unidade) ou é uma noção que (ainda) não adquiriu estatuto científico de análise da questão social contemporânea? Ao designar uma 'topologia simbólica' francesa e adquirir unidade conceitual através do debate acadêmico francês, o valor analítico da categoria se mantém com a sua contextualização para a sociedade brasileira?

As transformações em escala mundial que atingem todos os países capitalistas têm como corolário a exclusão social; globalização e exclusão social são apontados como temas paradigmáticos deste final de século. Porém, o fenômeno global vai incidir diferencialmente segundo cada contexto social, ou seja, de acordo com o que cada sociedade diagnostica, considera e como trata as ques-

tões sociais que emergem em dadas conjunturas e, particularmente, segundo as modalidades de proteção social, que são bons indicadores de cidadania. Qual a incidência dessas transformações que se processam em escala mundial no crescimento de fenômenos como a violência urbana e a moradia nas ruas no Brasil dos anos 90? Mesmo considerando um conjunto de mediações, até que ponto pode-se afirmar que, em última instância, esses fenômenos expressam na sociedade brasileira as transformações mundiais em curso nos mercados do trabalho? No contexto social brasileiro podemos unificar as expressões de situações de vulnerabilidade e de exclusão sob a característica dos 'sem-trabalho'?

A literatura francesa, que conferiu consistência teórica à noção de exclusão social, sustenta que o elemento em comum que permitiria reunir grupos sociais sob a categoria de exclusão social, a unidade na pluralidade de expressões das vulnerabilidades, é conferida pela ausência de trabalho e pela impossibilidade de inserção social através do assalariamento. É a partir da dinâmica do mundo do trabalho, considerada como o vetor mais importante de exclusão social, que advém uma série de conseqüências que se manifestam nos demais territórios da vida. O elemento comum dos grupos excluídos é que são indivíduos supérfluos e desnecessários ao mundo da produção.

A modalidade contemporânea de acumulação capitalista, em escala global, caracteriza-se por prescindir de força de trabalho de todas as classes sociais, ainda que sempre, de maneira mais acentuada, de pobres com baixa qualificação laboral. Mas essas transformações recentes operam sobre estruturas diferenciadas de mercados de trabalho e de proteção social, e os processos de desvinculação adquirem uma 'topografia social' própria. Na França, onde vigorou uma política de pleno emprego e foi implementado um Estado de Bem Estar Social, a inserção dos indivíduos nas esferas do trabalho (identidade social) e da política (cidadania) possibilitou uma integração social que atenuou os efeitos da restrição dos vínculos familiares. Ao final da década de 80, quando surgiu no cenário a 'nova questão social', a pobreza já tinha sido reduzida numericamente e integrada. No Brasil – onde contingentes populacionais numerosos encontraram, ao longo do período republicano, grandes obstáculos de inserção na esfera produtiva, nunca alcançaram um estatuto de cidadania plena e a estrutura familiar se manteve como principal suporte das relações sociais – limitar o conceito de exclusão social à esfera do trabalho reduz as possibilidades de compreensão do fenômeno.

Ao considerar a exclusão social como um processo de vulnerabilidade, fragilização e ruptura dos vínculos em várias dimensões da vida social delimito uma *unidade no processo* e não nas características individuais ou dos grupos sociais. Como não há uma correspondência unívoca dos graus e extensões das

desvinculações nos diversos âmbitos, há margem para a constituição de diferentes histórias de vida no interior dos grupos sociais que vivenciam processos excludentes.

Pensar nas dimensões da exclusão social permite associar os vínculos sociais materiais e simbólicos, os processos de constituição de identidades sociais, as representações coletivas e as interações sociais. Em cada âmbito da vida em sociedade, a exclusão social (o processo de desvinculação e a constituição de um estado) tem manifestações próprias mas que guardam relações entre si e apresentam tendências cumulativas. O vocábulo *exclusão* expressa de forma potente uma condição em que se está fora, em que não se é integrante, na qual não se pertence, em que não se tem lugar. Pensar a exclusão como um processo de constituição de indivíduos e grupos "supérfluos e desnecessários à vida social"[306] possibilita transportar a categoria de um contexto para outro sem retirar-lhe nem valor nem potência analítica.

O conceito de exclusão social – como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos nas dimensões sociofamiliar, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida humana e, ainda, como uma zona integrada por diversas manifestações de processos de desvinculação nos diferentes âmbitos – tem valor analítico para a compreensão de diferentes expressões histórico-sociais.

Exclusão social é um conceito relacional, seja delimitando um processo num eixo de inscrição composto entre os pólos positivo e negativo, seja delimitando uma condição, pois esta é referida ao que constitui a zona de integração social, em que os vínculos nas várias dimensões são sólidos e estáveis. Exclusão é uma interação, uma relação social entre pluralidades de incluídos e excluídos. Assim, na sua análise, devem-se levar em consideração a dinâmica e o resultado estrutural do processo. Na dependência dos anteparos sociais que são construídos para minimizar as trajetórias de desvinculação, o resultado pode chegar a ser a institucionalização da exclusão,[307] isto é, a criação de um limite social em que os 'de fora' estão tão distanciados do horizonte simbólico (e espacial) da sociedade que passa a ser como se não existissem, ou melhor, como se nunca tivessem existido.

Entretanto, essas considerações não permitem escapar da 'armadilha' conceitual da categoria: só pode ser definida em negativo. Essa característica

---

306 'Desenraizamento' significa não ter raízes, não ter mais um lugar no mundo reconhecido e garantido pelos outros. 'Superfluidade' significa não pertencer ao mundo de forma alguma. Portanto, a condição de isolamento significa não estar incluído nas 'regras de equivalência' mas superfluidade significa estar só, não estar incluído em regra alguma (Arendt, 1989).

307 "A ação de exclusão reveste um caráter estrutural quando é repetidamente confirmada mediante relações e práticas sociais; a rotatividade entre os indivíduos que são objeto de exclusão não altera a existência estrutural do limite social" (Silver, 1994).

lhe é intrínseca; não é uma sobreposição ideológica de inferioridade e desqualificação como ocorre com a noção de *underclass*. Mesmo quando se procura um tratamento positivo da temática,[308] no sentido de reconhecer o fenômeno por aquilo que é, que integra (patologicamente, é bem verdade), que funciona e que identifica, a exclusão social só é reconhecida por aquilo que não é, só é definida por aquilo que lhe falta.

Porém, se não conseguimos contornar essa armadilha da categoria de exclusão social tentamos problematizar a noção redimensionando os espaços da vida social em que se manifesta, a inter-relação entre esses processos, apresentando uma definição que ao mesmo tempo busca uma unidade conceitual da categoria sem submergir os que são assim nomeados na 'vala comum' que homogeneiza as diferenças a partir de carências comuns. E pode contribuir para redefinir o lugar da questão social, pois se a existência da desigualdade extrema e da exclusão social permite desvendar a seletividade do processo de cidadanização e democracia que prevalece na sociedade brasileira, ao mesmo tempo indica que esse assunto exige a negociação na esfera pública entre atores com identidades próprias sobre regras de eqüidade e justiça nas relações entre as classes e grupos sociais.

A exclusão social é por vezes recusada como categoria válida para delimitar as transformações sociais em curso, argumentando-se que nunca se é totalmente excluído. A sobrevivência física não seria possível fora das relações de mercantilização da vida social e a exclusão redundaria na morte biológica. Para sobreviver é necessário, no mínimo, manter uma integração no mercado de consumo mesmo que nas franjas de miserabilidade e penúria. Ainda existiria o mercado político (essencialmente eleitoral) como via de inclusão dos mantidos à margem do sistema econômico e social. Mas a mesma 'forma-mercado' que não permite externalidades ou exclusão, só marginalização máxima, é a mesma que pressupõe a autonomia do indivíduo-consumidor nos processos de consumo, de escolha e obtenção das mercadorias. O mercado de consumo como via – em última instância – de inserção social deve ser relativizado levando-se em conta a dependência de auxílio institucional como mecanismo mediador dos meios que viabilizam a sobrevivência individual e a reprodução social às custas da sujeição e da perda de autonomia. As entidades assistenciais fornecem ajuda basicamente alimentar e são as intermediárias nessa 'inserção no mercado de consumo', em que o sujeito não tem escolhas ou preferências e a autonomia individual parece ser inversamente proporcional à dependência institucional. No limite da dependência, que é o caso de muitos moradores de

[308] Delimitar a 'positividade' do fenômeno não significa concordar com a existência do fenômeno ou nele reconhecer valores (morais) positivos e sim identificá-lo por aquilo que é (Indicações metodológicas realizadas por Luís Antônio Machado em Anpocs, 1995).

rua, ou eles comem o que há ou não comem e passam fome; se passarem muita fome, morrem.

Há argumentos também contrários à utilização da noção de exclusão social sustentando que em sociedades democráticas nunca se é totalmente excluído. Segregado, discriminado, penalizado, criminalizado sim, mas excluído não. Entretanto, na análise de uma realidade social que se apresenta como extremamente fragmentada e intensamente desigual, pensar a exclusão social como processo permite identificar uma 'lógica social', uma 'forma patológica de integração democrática'. A existência de fenômenos de exclusão social revela que modalidades perversas de integração social podem atingir os limites da condição humana (a de *animal laborans*) e não excluem múltiplas gradações de inserção nos diversos âmbitos da vida social.

Os moradores de rua foram escolhidos como grupo que me permitisse dialogar com a realidade sociourbana do Rio de Janeiro sobre a configuração do fenômeno da exclusão social no Brasil contemporâneo. Busquei compreender as conjunturas socioeconômicas nacionais (especificando sempre que possível o Rio de Janeiro) nos anos 80 até início dos anos 90, em que se desenvolveram os percursos de desvinculações que conduziram até a experiência concreta e cotidiana de existir e sobreviver nas ruas da cidade. Nas trajetórias de vida da população de rua adquiriu visibilidade (e materialidade) a exclusão social como um processo progressivo de expulsão do lar, da lei, da humanidade e da vida e a condição humana de tornar permanente o processo de morrer.

Os moradores de rua constituem uma parcela minoritária do conjunto da população vulnerável a processos de desvinculação nas várias dimensões. Mas a questão social não é definida a partir de quantos são, da magnitude da prevalência da zona de exclusão no conjunto da sociedade em tela. Embora a questão social esteja identificada com grupos pobres, populações marginalizadas, a sua existência questiona como estão ocorrendo as relações no conjunto da sociedade (e não somente no interior do próprio grupo marginalizado) e questiona também o núcleo do processo, ou seja, é parte de uma dinâmica social global e "denuncia" o preço do modelo de desenvolvimento, o eixo central do processo que associa desenvolvimento e pobreza.[309]

As informações obtidas através de observações, depoimentos e entrevistas de moradores de rua indicam que nas suas trajetórias de vida estão presentes, sem dúvida, a fragilização e mesmo a ruptura dos vínculos com o mundo do trabalho. Mas, também, relativizam a preponderância destes vínculos na

[309] "Antes como depois da industrialização a questão social se coloca a partir de situações de populações aparentemente marginais. Ela não concerne a sociedade como um todo". "O processo através do qual uma sociedade expulsa alguns de seus membros obriga a que seja interrogado sobre aquilo que, em seu centro, impulsiona a sua dinâmica. É essa relação escondida do centro para a periferia que deve ser desvendada: o coração da problemática da exclusão não está lá onde encontramos os excluídos" (Castel, 1995).

configuração da exclusão social no contexto brasileiro. As precariedades ocupacionais e de rendimento integram um conjunto muito mais amplo de vulnerabilidades associadas e cumulativas, prévias à moradia nas ruas, que incidem sobre as famílias de trabalhadores pobres abrigados. Esse conjunto de vulnerabilidades prévias, que os moradores de rua consideravam 'normal', estava constituído por uma inserção ocupacional irregular, de baixos rendimentos, informal, não contratualizada e, portanto, desprotegida.

Na manifestação específica de exclusão social que é a existência de moradores de rua, não podem ser associados diretamente os efeitos das transformações tecnológicas e econômicas, produtivas e financeiras, que se processam em escala mundial. A população que se encontrava na rua em meados dos anos 90 provinha das conjunturas econômicas recessivas, particularmente a partir de 1988, nas quais aumentaram – em profundidade e em extensão – as vulnerabilidades ocupacionais e de rendimentos das famílias de trabalhadores pobres que já então apresentavam precariedades variadas e cumulativas. As novas e mais intensas vulnerabilidades ocupacionais e de rendimentos incidiram sobre um conjunto populacional extenso, do qual apenas uma pequena parcela passou a morar nas ruas.

Nas trajetórias que conduziram à moradia nas ruas, embora o desemprego seja um acontecimento recorrente, não pode ser responsabilizado, isolado das demais vulnerabilidades, pelo processo de desvinculação social. Unificar suas trajetórias sob a categoria dos 'sem-trabalho' reflete uma observação parcial do fenômeno social. Não se trata de negar a interferência direta do mundo do trabalho nos processos que os conduziram às ruas. Trata-se de ressaltar que essas trajetórias que agora alimentam a zona dos desvinculados do trabalho já estiveram inseridos mas o mundo do trabalho sempre esteve caracterizado por sua irregularidade, intermitência, instabilidade e precariedade dos rendimentos.

Essas vulnerabilidades estavam também associadas a outras fragilidades de ordem habitacional, afetiva, de aumento da exposição à discriminação e à violência integrando um processo que se caracterizou principalmente, pela fragilização e ruptura – conflitiva ou não – dos vínculos familiares e de referência primária. Ainda que no próprio processo de desvinculação sociofamiliar os componentes ocupacionais e de rendimentos efetivamente incidam, promovendo o afastamento e a desvinculação da rede primária de sociabilidade, não são componentes exclusivos nem isolados nas trajetórias de exclusão.

Uma abordagem mais compreensiva do fenômeno envolve considerar o conjunto de vulnerabilidades associadas e cumulativas que incidem sobre a pobreza abrigada e, no caso das crianças, a experiência de uma 'sociabilidade excluída', como integrantes do quadro primário de referências materiais e simbólicas,

do grupo familiar e da vizinhança. Pensar a exclusão social como os 'sem-trabalho', que podem ser encontrados em todas as classes sociais, é descaracterizar o fenômeno, cuja incidência sobre as classes populares é de uma dramaticidade ímpar. Por isso postulo que o conceito de exclusão social tenha por referência o campo da pobreza e das desigualdades sociais em suas múltiplas dimensões e não apenas a necessária porém insuficiente relação com a esfera do trabalho.

Morar nas ruas não significa necessariamente perder os vínculos e as referências com o mundo do trabalho, mesmo que este seja supérfluo e desnecessário. Sobrevivem nas ruas através de pedidos e ocupações que, excetuando-se os catadores de lixo, podem integrar o mundo do trabalho como referência de rendimentos e simbólica mas não participam do processo de produção e acumulação. Porém, morar nas ruas significa necessariamente desvincular-se da esfera sociofamiliar e, no caso da sociedade brasileira, isso quer dizer perder seu lugar. No processo de desvinculação sociofamiliar que desemboca na moradia nas ruas, devido a qualquer motivo, pode não se perder a referência identitária de trabalhador, mas a família só pode ser uma referência à distância.

Os significados e conseqüências das desvinculações e rupturas, da ausência concreta e cotidiana de apoio e referência familiar adquire especial relevância porque se processa numa sociabilidade – contrastante com a francesa – em que a família permaneceu como suporte básico das relações sociais em suas funções de socialização, formação de identidades e proteção, sem ser suplantada por outras bases secundárias de sociabilidades relacionadas com a inserção ocupacional ou com a cidadania. Na medida em que a rede secundária de sociabilidades e proteções sociais não se generalizou, as relações sociofamiliares primárias, próximas, vicinais e comunitárias persistiram como o suporte básico da sociabilidade, incidindo de forma significativa na construção das identidades sociais. Na sociedade brasileira a unidade de pertencimento material e simbólico da família e das relações de vizinhança predomina sobre as referências e suportes dos âmbitos do trabalho e da cidadania e a identidade do trabalhador é produzida pelas mediações com a identidade de chefe provedor.

O contraste entre os processos de desvinculação no mundo do trabalho nas sociedades brasileira e francesa é diretamente relacionado à densidade do vínculo ocupacional existente quando o mercado de trabalho é atingido pelas transformações contemporâneas no processo de acumulação capitalista. Na França, a sociedade de trabalho que entra em crise está constituída pelo quase pleno emprego protegido, ou seja, o assalariamento formal (contratual) da maioria da população economicamente ativa. No Brasil, o assalariamento formal não se universalizou. Dessa forma as proteções sociais secundárias, em suas restritas abrangências e acessos, tampouco conseguiram substituir a unidade familiar em suas funções de suporte material e simbólico.

Nos dois contextos sociais o desemprego afeta profundamente a auto-imagem e pode provocar crises identitárias – um por não conseguir concretizar ser trabalhador e outro por não conseguir concretizar ser provedor – mas os *loci* de referências identitárias são diferentes e, no caso brasileiro, em que a família e a casa constituem a unidade de pertencimento preponderante, ficar sem lugar não é ficar sem trabalho – essa é uma contingência, um acidente de percurso muito freqüente na pobreza abrigada – é ficar sem família. Num padrão de sociabilidade que se desenvolve sobre uma privatização da experiência social, a exclusão social, o ser sem lugar algum, "essa experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais experiências que o homem pode ter" (Arendt, 1989) se manifesta através dos processos de desvinculação sociofamiliar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. *Os Despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGIER, M. O sexo da pobreza. Homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador da Bahia. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, 2(2): 35-60, 1990.

ALVIM, R. História de vida e trajetórias sociais de ex-crianças de rua. Apresentado no XIX Encontro Anual da Anpocs, 1995. (Mimeo.)

ALVIM, R. A infância negada: "meninos e meninas de rua" no Brasil. In: VILLAS BÔAS, G. & GONÇALVES, M.A. (orgs.) *O Brasil na Virada do Século: o debate dos cientistas sociais.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

ANDERSON, N. *Le Hobo: sociologie du sans-abri* (1923). Paris: Nathan, 1993.

ANGLADE, J. M. Les droits de l'homme à l'épreuve de la grande pauvreté. *DPH Passereles* (3), 1993.

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, H. *Da Revolução.* São Paulo: Ática; Brasília: UnB, 1990.

ARENDT, H. *Condição Humana.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1990. A pobreza: indicadores do desenvolvimento mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

BECKER, H. S. *Outsiders: études de sociologie de la déviance.* Paris: Métailié, 1985.

BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L. & YASBEK, M. C. (orgs) *Desigualdade e a Questão Social.* São Paulo: Educ, 1997.

BETTHELHEIM, B. *Survivre.* Paris: Robert Leffont, 1979.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de Política.* Brasília: Ed. UnB, 1991.

BOTTOMORE, T. (ed.) *Dicionário do Pensamento Marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

BOUGET, D. & NOGUES, H. La notion de l'exclusion sociale, *DPH Passereles* (3), 1993.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (orgs.) *Usos & Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p.183-191.

BRANT, V. C. *O Trabalho Encarcerado.* Rio de Janeiro: Forense, 1994.

BUARQUE, C. *O Colapso da Modernidade Brasileira e uma Proposta Alternativa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BUARQUE, C. *O que é Apartação: o* apartheid *social no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1993.

BUARQUE, C. Apartação: um dicionário, *Subsídio,* II (17). Brasília: Inesc, 1994.

BURSZTYN, M. & ARAÚJO, C. H. *Da Utopia à Exclusão: vivendo nas ruas em Brasília.* Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.

CÂNDIDO, A. Dialética da malandragem. In: CÂNDIDO, A. *O Discurso e a Cidade.* São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CARDIA, N. Percepção dos direitos humanos: ausência de cidadania e a exclusão moral. In: SPINK, M. J. P. (org.) *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar.* São Paulo: Cortez, 1994. p.15-57.

CARVALHO, J. M. de. Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil. México: El Colegio de México/Fondo de Cultura Económica, 1995.

CASTEL, R. De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation: précarieté du travail et vunerabilité relationnelle. In: DONZELOT, Jacques (org.) *Face à l'exclusion* – le modèle français. Paris: Ed. Esprit, 1991. p.137-168.

CASTEL, R. *Les Métamorphoses de la Question Sociale: une chronique du salariat.* Paris: Fayard, 1995.

CASTEL, R. Les marginaux dans l'histoire. In: PAUGAM, S. (org.) *L'exclusion: l'etat des savoirs.* Paris: La Découverte, 1996. p.32-41.

COLIN, R. & ATCHIKGUEZIAN, A. L'univers personnel et les problèmes familiaux dans l'exclusion. *DPH Passereles* (3), 1993.

COMEGNO, M. C. Pobreza e precariedade. *São Paulo em Perspectiva,* 4 (2): 29-31, 1990.

DA MATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.* 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

DA MATTA, R. *A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.* 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DA MATTA, R. *Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira.* Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DAMON, J. & FIRDION, J. M. Vivre dans la rue, la question SDF. In: PAUGAM, S. (org.) *L'exclusion: l'etat des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996, p.374-385.

DATAFOLHA. *Folha de S. Paulo*, 3 de setembro de 1995.

DATAFOLHA. Levantamento das Condições de Vida no Brasil. *Folha de S. Paulo*, 13 de julho de 1997.

DIDIER, E. De "l'exclusion" à l'exclusion, *Politix*, 34: 5-27, 1996.

DIMENSTEIN, G. A epidemia da violência, *Mais! Folha de São Paulo*, 22 de setembro de 1996, p.5.

D'INCAO, M. A. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, 4 (1-2): 95-109, 1992 (editado em 1994).

D'INCAO, M. C. Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua. In: ROSA, C. M. M. (org.) *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

DOGAN, M. Fragmentação das ciências sociais e recombinação de especialidades em torno da sociologia, *Sociedade e Estado*, XI (1): 89-116, 1996.

DRAIBE, S. M. *O 'Welfare State' no Brasil: características e perspectivas*. São Paulo: Anpocs/Vértice, 1989.

DUCHIADE, M. P. População brasileira: um retrato em movimento. In: MINAYO, M. C. de S. (org.) *Os Muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

ENGELS, F. *La Situación de la Clase Obrera en Inglaterra*. México: Cultura Popular, 1974.

ENRIQUEZ, E. *Da Horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ENZENSBERGER, H. M. *Guerra Civil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ESCOREL, S. Exclusão social – fenômeno totalitário na democracia brasileira. *Saúde e Sociedade*, 2(1):41-57, 1993.

ESCOREL, S. Elementos para análise da configuração do padrão brasileiro de proteção social – o Brasil tem um Welfare State? *Série Sociológica* nº 108, Brasília: Departamento de Sociologia, UnB, 1993.

ESCOREL, S. Morte e vida da classe trabalhadora na Inglaterra no século XIX: Marx, Engels e as políticas sociais. In: FREITAG, B. & PINHEIRO, M. F. *Marx Morreu: viva Marx!* Campinas: Papirus, 1993.

ESCOREL, S. Exclusão social e saúde. *Saúde em debate* (43): 38-43, 1994.

FASSIN, D. Exclusion, underclass, marginalidad: figures contemporaines de la pauvreté urbaine en France, aux États-Unis et en Amérique latine, *R. française. sociol.* XXXVII, 1996a: 37-75.

FASSIN, D. Marginalidad et marginados. La construction de la pauvreté urbaine en Amérique Latine. In: PAUGAM, S. (org.) *L'exclusion: l'etat des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996b.

FERNANDES, H. R. Violência e modos de vida: os "justiceiros". *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 43-52, 1992 (editado em 1994).

FIGUEIREDO, J. B. B. de; SCHIRAY, M. & LUSTOSA, T. Q. de O. *Relações da Pobreza com Trabalho e Família: estudo de identificação para a região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1987*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.

FIORI, J. L. & KORNIS, G. Além da queda: economia e política numa década enviesada. In: Guimarães, R. & Tavares, R. A. W. *Saúde e Sociedade no Brasil: anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FLEURY, S. *Estado sem Cidadãos: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FLORA, M. C. Di. *Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis: Vozes, 1987.

FONTES, V. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada, *Tempo*, vol. 2(3):34-58, 1997.

FORRESTER, V. *O Horror Econômico*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FREUND, J. Préface. In: XIBERRAS, M. *Les Théories de l'Exclusion: pour une construction de l'imaginaire de la deviance*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1993.

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GEREMEK, B. *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia, 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIROLA, C. M. Rencontrer des personnes sans abri: une anthropologie réflexie, *Politix*, (34):87-98, 1996.

GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadoria Estadual de Desenvolvimento Social. Fundação Leão XIII. *Perfil da População de Rua da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1991 (Mimeo.).

HABERMAS, J. O conceito de poder in Hannah Arendt. In: FREITAG, B. & ROUANET, S. (orgs.) *Habermas: sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

HERINGER, R. *Exclusão e "Underclass": proximidades e distância entre duas noções*. Rio de Janeiro, 1995. (Mimeo.)

HILL, Melvyn A. (ed.) *Hannah Arendt: the recovery of the public world*. New York: St. Martin's Press, 1979.

HIRATA, H. & HUMPHREY, J. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise, *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, 4 (1-2): 111-131, 1992 (editado em 1994).

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e pobreza no Estado de São Paulo, *São Paulo em Perspectiva*, 4 (2): 64-72, 1990.

JELIN, E. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. *Lua Nova*, (33): 39-57, 1994.

KOWARICK, L. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAFER, C. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAFER, C. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LAUTIER, B. *L'État-Providence en Amérique Latine: utopie légimatrice ou moteur du développement?* Communication au colloque du Cela-is (Université Libre de Bruxelles) "L'Amérique Latine: 500 après, une réele démocratie est-elle encore posible?", Bruxelas: 1992. (Mimeo.)

LECHNER, N. A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana, *Lua Nova*, Cedec, 21:73-86, 1990.

LIMA, M. H. T. de. *Cidade de Papelão: mocós, cachangas e malocas no cotidiano dos moradores de rua*, 1994. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ.

LOBO, E. S. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, 4 (1-2): 7-15, 1992 (editado em 1994).

LOPES, J. R. B. (coord.) *Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbana*. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Unicamp, 1992. (Mimeo.)

MAGNI, C. T. *A Rua Invisível: espaço de habitar*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1994.

MAGNI, C. T. Povo da rua: um estudo sobre o nomadismo urbano, *Cadernos da Cidade*, 2(4), 1995.

MAGNI, C. T. Habitantes de rua: um caso de nomadismo urbano, *Travessia, Revista do Migrante*, (27), 1997.

MARSHALL, T. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, A. L. L. *Livres Acampamentos da Miséria*. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

MARTINS, J. S. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. S. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, W. A. Os que vivem do lixo. *Tempo e presença*, (215): 8-9, 1986.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas.* São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. 3 v.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MINAYO, M. C. S. (org.) *O Limite da Exclusão Social: meninos e meninas de rua no Brasil.* São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A. & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) *Textos em Representações Sociais.* Petrópolis: Vozes, 1994.

MINGIONE, E. Fragmentation et exclusion: la question sociale dans la phase actuelle de transitions des villes dans les sociétés industrielles avancées, *Sociologie et sociétés*, XXX(1):69-83, 1998.

NASCIMENTO, E. P. O fenômeno da exclusão social no Brasil. *Educação à Distância*, Ano II (3): 31-5, Brasília, 1993a.

NASCIMENTO, E. P. Exclusão social no Brasil: as múltiplas dimensões do fenômeno. *Série Sociológica*, Brasília, UnB, 1993b.

NASCIMENTO, E. P. *Projetos Nacionais e Exclusão Social.* Brasília: 1994a. (Mimeo.)

NASCIMENTO, E. P. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? In: DINIZ, E.; LOPES, J.S.L & PRANDI, R. (orgs.) *O Brasil no Rastro da Crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90.* São Paulo: Hucitec/ Anpocs/Ipea, 1994b. p.289-303.

NASCIMENTO, E. P. A nova questão social, *Proposta*, ano 22 (61):40-43, 1994c.

NASCIMENTO, E. P. *A Difícil Constituição da Exclusão Social no Brasil.* Brasília, 1997. (Mimeo.)

NEVES, D. P. Mendigo: o trabalhador que não deu certo, *Ciência Hoje*, ano I(4): 28-36, 1983.

NEVES, D. P. A miséria em espetáculo, *Serviço Social & Sociedade*, (47): 79-98, 1995a.

NEVES, D. P. Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua. In: ROSA, C. M. M. (org.) *População de Rua: Brasil e Canadá.* São Paulo: Hucitec, 1995b. p.34 -38; 61-70.

NEVES, D. P. O campo institucional da caridade. Trabalho apresentado no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, "Pobreza e exclusão social", IFCS/UFRJ, 2-5 de setembro de 1996. (Mimeo.)

NETO, A. M. Q. F. *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho.* Petrópolis: Vozes, 1982.

NUNES, E. Carências e modos de vida. *São Paulo em Perspectiva*, 4 (2): 2-7, 1990.

OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista, *Estudos Cebrap*, 1981.

OLIVEIRA, L. Em busca do espaço público perdido: reflexões críticas sobre a utopia da liberdade em Hannah Arendt. In: MOURA, A. S. (org.) *Utopias e Formações Sociais*. Recife: Ed. Massangana, 1994.

OLIVEIRA, L. "Os excluídos "existem"?: notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Rev. Bras. Ciências Sociais* (33): 49-61, 1997.

OLIVEIRA, L. *Exclusão Social: questões conceituais e doutrinárias*. 1997. (Mimeo.)

PAOLI, M. C. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 17-41, 1992 (editado em 1994).

PAUGAM, S. *La Disqualification Sociale – essai sur la nouvelle pauvreté*. 3 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

PAUGAM, S. Introduction. La constitution d'un paradigme. In: PAUGAM, S. (org.) *L'Exclusion: l'etat des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996.

PAUGAM, S. Pauvreté et exclusion. La force des contrastes nationaux. In: PAUGAM, S. (org.) *L'exclusion: l'etat des savoirs*. Paris, La Découverte, 1996.

PAUGAM, S. Conclusion. Les sciences sociales face à l'exclusion. In: PAUGAM, S. (org.) *L'exclusion: l'etat des savoirs*. Paris, La Découverte, 1996.

PERALVA, A. França: imigrantes, estrangeiros, estranhos. *Lua Nova*, (33): 59-76, 1994.

PERLMAN, J. E. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, P. S. As relações criminosas, *Mais! Folha de São Paulo*, 22 de setembro de 1996, p.7.

PNUD. Informe sobre desarrollo humano, 1993. Madrid: Cideal, 1993.

PNUD. Informe sobre desarrollo humano, 1994. Lisboa: Tricontinental Ed., 1994.

PNUD. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, 1996. Brasília, Ipea, 1996.

POLLACK, M. *L'Expérience Concentrationnaire: essai sui le maintien de l'identité social.* Paris: Métailié, 1990.

PONTIFÍCIA Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. A realidade do morador de rua de Porto Alegre/RS. Relatório de pesquisa, março de 1995 (Mimeo.) 2 vols.

PONTIFÍCIA Universidade Católica de São Paulo. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade e Assistência Social, (coord.) Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo. Projeto. São Paulo, 1995 (Mimeo.)

PONTIFÍCIA Universidade Católica de São Paulo. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade e Assistência Social, (coord.) Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo. (Resultados) São Paulo, s/d.

PRATES, C. A. Mensuração da pobreza: o dedo na ferida, *São Paulo em Perspectiva*, 4 (2): 59-63, 1990.

QUEIROZ, M. I. P. *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAGUENES, J. Exclusion: quelles solidarités? *DPH Passereles* (3), 1993.

RANGEL, R. F. *Vidas à Deriva: população de rua no Rio de Janeiro*, 1996. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ.

RIGOTTO, R. M. As técnicas de relatos orais e o estudo das representações sociais em saúde, *Ciência* & *Saúde Coletiva*, III(1): 116-130, 1998.

ROCHA, S. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, L. C. de Q. & SANTOS Jr., O. A. dos (orgs.) *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.121-145.

ROCHA, S. Governabilidade e pobreza: o desafio dos números. In: VALLADARES, L. & COELHO, M. P. (orgs.) *Governabilidade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p.221-265.

ROSA, C. M. M. (org.) *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

ROSANVALLON, P. *La Nueva Cuestión Social: repensar el Estado providencia*. Buenos Aires: Manantial, 1995.

ROSEMBERG, F. Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T. & FRY, P. (orgs.) *Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa*. São Paulo: Anpocs/Hucitec, 1995. p.230-244.

SABÓIA, J. Distribuição de renda e pobreza metropolitana no Brasil. In: MINAYO, M. C. S. (org.) *O Limite da Exclusão Social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993, p.31-64.

SABÓIA, J. Tendência do mercado de trabalho metropolitano: des(assalariamento) da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho. In: RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS Jr., O. A. (orgs.) *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SADER, E. Trabalho e exclusão, *Mais! Folha de São Paulo,* 31 de agosto de 1997, p.14.

SANTOS, B. S. Para onde vai a esquerda? *Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 1995.

SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.* 2 ed. Rio de Janeiro: 1987.

SAWAIA, B. B. Morar em favela: a arte de viver como gente em condições negadoras da humanidade. *São Paulo em Perspectiva*, 4(2):46-50, 1990.

SECRETARIA de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária (Sdsac/DF). A população de rua em Brasília – cidadãos ou excluídos?. Relatório parcial de pesquisa, 1995. (Mimeo.)

SECRETARIA Municipal do Bem-Estar Social (Sebes/SP). *População de Rua: quem é, como vive, como é vista.* São Paulo: Hucitec, 1992.

SILVA, H. R. S. & MILITO, C. *Vozes do Meio-Fio: etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem meninos e adolescentes ou que tomam a adolescência e a infância por tema e objeto nas ruas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SILVA, L. A. M. Anotações de participação no seminário Exclusão Social – diagnóstico e alternativas, Iser-Assessoria/Ibrades, Vassouras, 13 a 15 de novembro de 1997.

SILVER, H. Exclusión social y solidaridad social: tres paradigmas, *Revista Internacional del Trabajo*, 113 (5-6): 607-662, 1994.

SIMÕES Jr., J. G. *Moradores de Rua.* São Paulo: Pólis, 1992.

SOUSA, N. H. B. de. *Trabalhadores Pobres e Cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil*, 1994. Tese de Doutorado, São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH / USP.

SOUZA, F. V. F. *Sobrevivendo das Sobras: as novas formas de miséria urbana*, 1995. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ.

SPOSATI, A. *Vida Urbana e Gestão da Pobreza.* São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSATI, A. A assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: SPOSATI, A.; FALCÃO, M. C. & FLEURY, S. M. T. *O Direito (dos Desassistidos) Sociais.* São Paulo: Cortez, 1989.

SPOSATI, A. Comentários dos assessores sobre as formas de atuação com a população de rua. In: ROSA, C. M. M. (org.) *População de Rua: Brasil e Canadá.* São Paulo: Hucitec, 1995a.

SPOSATI, A. População de rua frente às questões das políticas públicas e da gestão da cidade. In: ROSA, C. M. M. (org.) *População de Rua: Brasil e Canadá.* São Paulo: Hucitec, 1995b.

STOFFELS, M. G. *Os Mendigos na Cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAVARES, R. & MONTEIRO, M. F. G. População e condições de vida. In: GUIMARÃES, R. & TAVARES, R. A. W. (orgs.) *Saúde e Sociedade no Brasil: anos 80.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.43-72.

TEIXEIRA, S. M. F. *Latin American State and Social Policies: constraints and trends in citizenship and state building.* /s.l./: 1991. (Mimeo.)

TELLES, V. S. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas, *São Paulo em Perspectiva,* 4 (2):37-45, 1990.

TELLES, V. S. *A Cidadania Inexistente: incivilidade e pobreza; um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo,* 1992a. Tese de doutorado, São Paulo: FFLCH, USP.

TELLES, V. S. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social;* Rev. Sociol. USP, 4 (1-2): 53-93, 1992b (editado em 1994).

TELLES, V. S. Pobreza e cidadania. Notas de palestra proferida na UnB. Brasília, 10 de dezembro de 1993.

TELLES, V. S. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, E.; LOPES, J.S.L & PRANDI, R. (orgs.) *O Brasil no Rastro da Crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90.* São Paulo: Hucitec/ Anpocs/Ipea, 1994a.

TELLES, V. S. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: MARTINS, H.T.S. & RAMALHO, J. R. (orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho.* São Paulo: Hucitec: Cedi/Nets, 1994b, p.85-111.

TOCQUEVILLE, A. *Memoir on Pauperism.* Chicago: Ivan R. Dee, 1997.

TONETO, B. Mendigos: à margem da sociedade. *Tempo e Presença,* (215): 8-9, 1986.

TROYANO, A. A.; HOFFMANN, M. B. P. & FERREIRA, S. P. Condições de vida e pobreza – elementos para uma discussão metodológica, *São Paulo em Perspectiva,* 4 (2): 32-36, 1990.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. R. (org.) *Corporativismo e Desigualdade: a construção do espaço público no Brasil.* Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo Ed., 1991.

VALLADARES, L. do P. & BATISTA, M. A. R. *A Região Metropolitana do Rio de Janeiro na Década de 80: perfil da população e do mercado de trabalho segundo as Pnad's.* Caxambu: Anpocs, 1993. (Mimeo.)

VIEIRA, M. A. C. Pesquisas sobre o perfil da população de rua – São Paulo. In: ROSA, Cleisa M. M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá.* São Paulo: Hucitec, 1995.

WACQUANT, L. L'underclass urbaine dans l'imaginaire social et scientifique américain. In: PAUGAM, Serge (org.) *L'exclusion: l'etat des savoirs.* Paris: La Découverte, 1996.

WANDERLEY, L. E. A questão do trabalho e não-trabalho. Comentário. In: ROSA, C. M. M. (org.) *População de Rua: Brasil e Canadá.* São Paulo: Hucitec, 1995.

WEFFORT, F. *Qual Democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

YOUNG-BRUEHL, E. *Por Amor ao Mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

XIBERRAS, M. *Les Théories de l'Exclusion: pour une construction de l'imaginaire de la deviance.* Paris: Méridiens Klincksieck, 1993.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.* 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

ZALUAR, A. *Cidadãos Não Vão ao Paraíso.* São Paulo: Ed. Escuta; Campinas: Ed. da Unicamp, 1994b .

ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo.* Rio de Janeiro, Revan: Ed. UFRJ, 1994c.

ZALUAR, A. Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua. In: ROSA, C. M. M. (org.) *População de Rua: Brasil e Canadá.* São Paulo: Hucitec, 1995. p.53-61.